

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



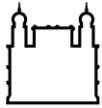
Instituto de Comunicação e Informação  
Científica e Tecnológica em Saúde

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM SAÚDE**

**JÚLIA CARDOSO DE SOUZA DA MATTA MACHADO**

**NOTÍCIAS DO MASSACRE EM PAU D'ARCO:  
dinâmicas de visibilidade das mortes por violência no campo**

**Rio de Janeiro  
2021**



Ministério da Saúde  
FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz



## **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM SAÚDE**

**JÚLIA CARDOSO DE SOUZA DA MATTA MACHADO**

**NOTÍCIAS DO MASSACRE EM PAU D'ARCO:  
dinâmicas de visibilidade das mortes por violência no campo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Informação, Comunicação e Saúde (Icict), para obtenção do grau de Mestre em Ciências.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Kátia Lerner

**Rio de Janeiro  
2021**

Cardoso de Souza da Matta Machado, Júlia.

NOTÍCIAS DAS MORTES EM PAU D'ARCO: Sentidos e dinâmicas de visibilidade da violência no campo / Júlia Cardoso de Souza da Matta Machado. - Rio de Janeiro, 2021.

209 f.; il.

Dissertação (Mestrado) - Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde, 2021.

Orientadora: Kátia Lerner.

Bibliografia: f. 187-194

1. Mortes no campo. 2. Visibilidade. 3. Mídia. I. Título.

JÚLIA CARDOSO DE SOUZA DA MATTA MACHADO

**NOTÍCIAS DO MASSACRE EM PAU D'ARCO:  
A produção de sentidos sobre as mortes por violência no campo**

Aprovado em:

08/07/2021

Banca Examinadora

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Kátia Lerner

PPGICS/Fiocruz

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Janine Miranda Cardoso

PPGICS/Fiocruz

---

Prof. Dr. Pedro Barreto

PPGMC/UFF

*Este trabalho é dedicado à memória de Jane Julia, Antônio Pedro Milhomem, Oseir Rodrigues da Silva, Nelson Souza Milhomem, Wedson Pereira da Silva, Weclbson Pereira Milhomem, Bruno Henrique Pereira Gomes, Hércules Santos de Oliveira, Regivaldo Pereira da Silva e Ronaldo Pereira de Souza, assassinados em uma ação policial no estado do Pará em 2017 e a Fernando Araújo dos Santos, assassinado no mesmo estado em 2021.*

## AGRADECIMENTOS

*“Tudo é encontrar qualquer coisa. Mesmo perder é achar o estado de ter essa coisa perdida. Nada se perde; só se encontra qualquer coisa. Há no fundo deste poço, como na fábula, a Verdade. Sentir é buscar”*  
(Fernando Pessoa)

Tanta coisa aconteceu desde que cheguei ao Icict, há alguns anos, como candidata para o processo seletivo da especialização em comunicação em saúde. Confesso que senti um medo enorme: medo de atravessar aquela passarela meio bamba que liga um lado da Avenida Brasil ao outro e, principalmente, medo de como seria estar em um programa de pós-graduação de uma instituição renomada e pioneira do campo da saúde coletiva. Dar seguimento a minha formação acadêmica na Fiocruz incitava sentimentos ambíguos, ao mesmo tempo que me assustava, trazia à tona vínculos muito antigos, de quando eu ainda era uma criança, dos quais eu não tinha consciência. No meio de uma avenida enorme aparecia um castelo onde meus padrinhos do coração trabalhavam, e eu achava o máximo mesmo não entendendo o que aquela construção representava, nem o que aquele espaço possibilitava construir e evocar.

Anos depois, quando entrei na Fiocruz pela primeira vez como estudante, pude perceber a dimensão do trabalho dos meus padrinhos e da luta por emancipação social com a qual a saúde coletiva está intrinsecamente comprometida. A Fiocruz é, assim, matéria de afeto na minha história e na minha memória. Por ter uma relação complicada com alturas, o medo de atravessar a passarela nunca passou. Mas o receio de iniciar uma trajetória de pesquisa foi gradativamente sendo substituído por uma alegria e um entusiasmo enorme, despertados pelas pessoas que conhecia, pelos debates que passava a participar. Percebi que o medo tinha a ver com a sensação de estar sozinha, caminhando com meus próprios pés por passarelas e trajetos até então desconhecidos. Sensação essa que tão logo se desfez, ao me dar conta que muitas pessoas compartilhariam comigo aquele lugar, e que as trocas seriam constantes e constitutivas do processo de formação que iniciava.

Esse percurso formativo permitiu compreender com mais densidade algo que já pairava sobre os meus pensamentos: toda construção de conhecimento é sempre coletiva e compartilhada, envolve muitas vozes, que vieram antes, que caminham juntas, e ainda, que virão depois. Não caberiam nessas linhas todas as experiências que tive, todas as pessoas que conheci, as trocas e a importância delas não apenas para o trabalho investigativo, mas, principalmente, na minha forma de ser e estar no mundo. O convívio,

os diálogos, os momentos partilhados, me transformaram e reinventaram. São agradecimentos profundos e sinceros que tento colocar em palavras, mesmo sabendo que elas não dão conta.

À Igor Sacramento e Inesita Araújo, pelos ensinamentos não apenas sobre a comunicação, mas sobre as lutas com as quais devemos estar empenhados. Pelas muitas inquietações despertadas, agradeço imensamente.

À Tatiana Clebicar e Lucas Sisinho, que chegaram antes e me ajudaram tanto a iniciar essa jornada, seja com a leitura do projeto, com livros doados e emprestados, especialmente com as palavras de incentivo, sempre presentes em nossas conversas.

Ao professor Pedro Barreto e à professora Renata Tomaz, pelas perspectivas e ideias que pude entrar em contato a partir dos debates que proporcionaram, e pelas diferentes compreensões sobre comunicação e sobre o mundo que vivemos que deles emergiram.

À Janine Cardoso, que está na gênese desse processo, que admiro intensamente, por me encorajar tanto, por todo conhecimento compartilhado comigo, por ser referência como pesquisadora e como ser humano.

À Erika Drumond e Gustavo Barbosa, mais que companheiros de sala de aula, nossas trocas foram motivo para ‘desistir de desistir’ tantas vezes, nosso convívio, todo carinho e cuidado implicado, me fizeram acreditar em mim. Aos demais alunos da turma de 2019.1, pelos momentos que vivenciamos, desde os cafés às tantas confraternizações, por fazerem esses anos de trabalho e estudo serem também anos em que novas amizades nasceram.

À Lenira Fracasso e Álvaro Matida, meus padrinhos do coração que há tanto tempo trabalham com saúde coletiva, aos seus filhos, e a Catarina Dall’Orto, irmã que a vida me deu, por me ensinarem que ser família têm muito mais a ver com a ternura em caminhos que se cruzam do que com laço sanguíneo. Não seria possível descrever as dimensões desses vínculos.

Às amigas Ara Nogueira, companheira de casa, que me viu descabelada, exausta, e me incentivou tantas vezes, que me acordou para chegar a tempo no dia da prova depois de ter tido uma baita insônia pelo nervosíssimo, que acreditou tanto que eu conseguiria, muito mais do que eu acreditava; e a Lia Godoy, por todas as palavras, por também acreditar mais em mim do que eu mesma, por me enxergar onde eu não conseguia me ver,

por todas as vezes que me alimentou, me fez rir do caos e dos meus surtos, por ser a tradução do que é amizade.

À Cristiano Saramago, pela parceria do nosso encontro, por toda sensibilidade do seu ser, pela delicadeza e atenção comigo.

Às minhas avós, Carmem Golita, que partiu poucos meses antes de concluir essa pesquisa e que teve tanto orgulho quando soube que eu havia passado no mestrado; e à Elvira da Matta, que no sorriso que sempre traz expressa o afeto e a imensa alegria de viver, minha eterna sonhadora.

À Lúcia Maria, minha mãe, antropóloga, primeira pesquisadora que conheci, porque ela me fez e faz olhar para o mundo, questioná-lo. Por ter escolhido e se empenhado tanto em germinar liberdade de ser quem se é. Por me ensinar o que é respeito, acolhimento, por me fazer ver com cuidado e carinho, porque só assim os vínculos profundos e sinceros que tenho puderam ser construídos. Minha admiração por essa mulher é o sentimento mais forte que trago no peito, meu desejo de ter um terço da sua doçura, delicadeza e sabedoria é o que me move em qualquer direção que eu vá e em todos os sentidos. À César da Matta, meu pai, fonte de sensibilidade genuína, a pessoa mais generosa que eu conheço, que expressa tanto amor e respeito por cada passo que dou. Por me mostrar, contando da história, do passado, dos nossos ancestrais, quantas coisas no mundo estão invertidas, quanta coisa a gente tem que discordar e tantas outras temos que defender para que caibamos todos nesse barco da vida. À Luíza da Matta, minha irmã, que é colo, proteção, que me conhece em lugares que nem eu mesma conheço. Existir alguém no mundo com quem podemos contar para tudo, que mesmo a quilômetros de distância está sempre perto, junto, é uma das sensações mais loucas e incríveis que sinto aqui dentro. Essas pessoas me ensinaram a questionar, me ensinaram a acreditar menos em verdades absolutas e confiar nos pensamentos e sentimentos. São porto seguro, em mar agitado ou em maré baixa, e eu só tenho a agradecer por tanto amor, sensibilidade, inspiração, por caminharmos juntos

Como disse no começo desse texto que agora tento encerrar, esta pesquisa foi feita por muitas mãos, cabeças e vozes, e é impossível expor aqui todos que participaram da construção desse trabalho, mas existe alguém no qual não há maneiras suficientes de agradecer: Kátia Lerner, que muito além de minha orientadora, esteve comigo em cada momento dessa trajetória de idas e vindas, que acreditou, que fez ser possível chegar até aqui. Meu mais profundo e sincero obrigada pela atenção tão minuciosa, pela paciência,



pelo zelo em toda e cada coisa que toca, por compartilhar comigo seu olhar, seu fazer, seus conhecimentos sobre pesquisa e sobre a vida. Esse trabalho é fruto do nosso encontro, do tanto que aprendi e aprendo desde então.

## RESUMO

Este trabalho buscou conhecer sentidos e dinâmicas de visibilidade de mortes por violência em contextos de disputas por terra no campo a partir do evento que ficou conhecido como Massacre ou Chacina de Pau d'Arco, tendo como espaço privilegiado de análise o discurso midiático. Em um primeiro momento, foi realizado um levantamento de materiais veiculados em dois espaços de relevância, TV e Internet. Este levantamento possibilitou identificar que atores sociais produziram/agenciaram discursos sobre o tema. Tendo como intuito compreender que narrativas foram construídas e como, no segundo momento da análise procurou observar que atores sociais produziram discursos sobre o acontecimento e a partir de quais estratégias discursivas, tendo em vista as nomeações, as fontes, os elementos associados e as formas como sujeitos foram referenciados, à luz de teorias do discurso e da linguagem. Foram analisadas matérias de telejornalismo do *Jornal Nacional* e do *Jornal Liberal*, correspondendo a áreas de abrangência nacional e local, respectivamente, e de vídeos encontrados no Youtube. A análise identificou um conjunto diverso de atores de enunciações sobre o evento que englobava grupos e instituições tais como: mídia corporativa, mídia alternativa, setores de ativismo e movimento social, representantes do legislativo e indivíduos variados. Apesar desta pluralidade ser uma característica importante dos resultados de pesquisa, a presença desses atores não se deu de modo equivalente. O jornalismo da mídia corporativa coloniza as enunciações sobre o acontecimento, pois o mesmo predomina no levantamento realizado no Youtube. O predomínio do telejornalismo dessas mídias está relacionado a convergência midiática, com a presença tanto de materiais de novas mídias, como de mídias tradicionais, habitando um mesmo ambiente. Diferentes narrativas para as mortes foram construídas por esses atores, ora como confronto, ora como chacina, massacre e/ou execução. As versões adotadas expressaram/relacionaram um maior ou menor grau de responsabilização e criminalização, tendo em vista que as pessoas envolvidas no acontecimento foram reconhecidas e posicionadas de distintos modos. O estatuto de vítima dos trabalhadores que foram mortos, bem como a forma como estes foram nomeados, os elementos que compuseram os discursos e as fontes que participaram destes, variaram de acordo com os atores da enunciação. As produções da mídia corporativa, tanto nos telejornais quanto no Youtube, direcionam principalmente para uma compreensão ambígua com relação ao acontecido. Atores políticos e alguns usuários com posições ideológicas conservadoras, à direita, reiteraram a versão de confronto. Já as narrativas em que o acontecimento foi apontado como massacre, chacina,

execução foram construídas e sustentadas por movimentos sociais, ativistas, pela mídia alternativa e por alguns usuários. As maneiras como o acontecimento foi considerado se diferenciam tanto pelos espaços de produção discursiva dos materiais, quanto por posições políticas destes atores.

**Palavras-chave:** mortes no campo; visibilidade; mídia.

## **ABSTRACT**

This work sought to understand the meanings and dynamics of visibility about deaths by violence associated to land disputes contexts among the countryside, more specifically those that occurred at 2017 in Pau d'Arco, having the media discourse as a privileged space for analysis. At first, a survey of materials broadcast in two relevant spaces, TV and Internet, was done. This survey made it possible to identify which social actors produced/managed discourses about the event. With the objective of understanding which, and how, narratives were constructed, in the second stage of the study, we sought to observe how different social actors produced discourses and from which discursive strategies, considering the nominations, sources, associated elements and ways in which subjects were referenced, in the light of discourse and language theories. News reports from *Jornal Nacional* and *Jornal Liberal* were analyzed, corresponding respectively to areas of national and local coverage, also as videos found on Youtube.

The analysis identified a diverse set of actors of enunciations about the event, such as: corporate media, alternative media, activism and social movement sectors, agents of the legislature and various individuals. Despite this plurality being an important characteristic of the research results, the presence of these actors was not equivalent. Corporate media journalism colonizes the enunciations about the event, having seen its preponderance on Youtube. This characteristic is related to media convergence, with the presence of both new media and traditional media materials, inhabiting the same environment. Different narratives for the deaths were constructed by these actors, sometimes as a confrontation, sometimes as a slaughter, massacre and/or execution. The versions adopted expressed a greater or lesser degree of accountability and criminalization, considering that the individuals involved in the event were recognized and placed in different ways. The productions of the corporate media, both on TV news and Youtube, mainly lead to an ambiguous understanding of what happened, although with a predominance of criminalization of the dead subjects. Political actors and some users with conservative ideological positions, on the right, explicitly reiterated the version of the confrontation. The narratives in which the event was pointed out as a massacre, slaughter, execution, were constructed and supported by social movements, activists, alternative media and some users. The ways in which the event was considered differ both by the discursive production spaces of the materials and by

the political positions of these actors. If the hegemonic discourses emphasized the criminalization of the subjects killed in the event, the competing discourses tensioned this version, extending it over time and constituting a space of memory and resistance.

**Key-words:** death in countryside; visibility; media.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ALEPA - Assembleia Legislativa do Estado do Pará  
ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações  
AND - Jornal A Nova Democracia  
CNDH - Conselho Nacional de Direitos Humanos  
CONTAG - Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e  
Agricultoras Familiares  
CPT - Comissão Pastoral da Terra  
CUT - Central Única dos Trabalhadores  
DECA - Delegacia de Conflitos Agrários  
FETRAF - Federações de Agricultores Familiares do Pará  
FUNTELPA - Fundação Paraense de Rádiodifusão  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
JF - Justiça Federal  
JL - Jornal Liberal  
JN - Jornal Nacional  
LCP - Liga dos Camponeses Pobres  
MPF - Ministério Público Federal  
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra  
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil  
PC do B - Partido Comunista do Brasil  
PSD - Partido Social Democrático  
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade  
PT - Partido dos Trabalhadores  
PNRA - I Plano Nacional de Reforma Agrária  
RTV - Retransmissora  
SINDELP - Sindicato dos Delegados de Polícia do Pará  
SPDDH - Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos  
STR - Sindicatos de Trabalhadores Rurais  
UNIFESSPA - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### Figuras

<b>Figura 1</b> - Mapas de assassinatos no campo entre 1986 e 2005 e em 2005 (Giardes e Fernandes, 2009) .....	22
<b>Figura 2</b> - Imagem da notícia do <i>Jornal Liberal</i> 2ª ed. exibido em 26/05/2017 .....	118
<b>Figura 3</b> - Imagem da notícia <i>Jornal Liberal</i> 2ª ed. exibido em 31/05/2017 .....	119
<b>Figura 4.1</b> - Imagem da notícia do <i>Jornal Nacional</i> exibido em 29/05/2017.....	121
<b>Figura 4.2</b> - Imagem da notícia do <i>Jornal Nacional</i> exibido em 29/05/2017.....	122
<b>Figura 5</b> - Imagem da reportagem do <i>Fantástico</i> exibido em 03/09/2017 .....	128
<b>Figura 6</b> - Imagem da notícia do <i>Jornal Liberal</i> 2ª ed. exibido em 07/03/2018 .....	129
<b>Figura 7</b> - Imagem da matéria do Repórter Brasil publicada no Youtube em 12/07/2017 .....	137
<b>Figura 8.1</b> - Imagem do vídeo “Pau d’Arco: a luta continua um mês após o massacre” da Terra de Direitos publicado no Youtube em 26/06/2017 .....	141
<b>Figura 8.2</b> - Imagem do vídeo “Pau d’Arco: a luta continua um mês após o massacre” da Terra de Direitos publicado no Youtube em 26/06/2017 .....	141
<b>Figura 9.1</b> - Imagem do vídeo “1 ano do Massacre em Pau d’Arco” da Comissão Pastoral da Terra (CPT) publicado no Youtube em 24/05/2018 .....	145
<b>Figura 9.2</b> - Imagem do vídeo “1 ano do Massacre em Pau d’Arco” da Comissão Pastoral da Terra (CPT) publicado no Youtube em 24/05/2018 .....	146
<b>Figura 9.3</b> - Imagem do vídeo “1 ano do Massacre em Pau d’Arco” da Comissão Pastoral da Terra (CPT) publicado no Youtube em 24/05/2018 .....	146
<b>Figura 10.1</b> - Imagem do vídeo “PM foi recebida a bala em Pau D’Arco”, publicado pelo canal Portal da Rádio no Youtube em 12/07/2017 .....	152
<b>Figura 10.2</b> - Imagem do vídeo “PM foi recebida a bala em Pau D’Arco”, publicado pelo canal Portal da Rádio no Youtube em 12/07/2017 .....	153
<b>Figura 11.1</b> - Imagem do vídeo “Pai Nosso dos Mártires - Massacre em Pau D'Arco - Pará - 24/05/2017” publicado pela usuária Nádia Aparecida Oliveira no Youtube em 01/07/2017 .....	159
<b>Figura 11.2</b> - Imagens do vídeo “Pai Nosso dos Mártires - Massacre em Pau D'Arco - Pará - 24/05/2017” publicado pela usuária Nádia Aparecida Oliveira no Youtube em 01/07/2017 .....	159

<b>Figura 12</b> - Imagem do vídeo “Ameaça Vermelha - Resposta a Chacina de Pau D'Arco. (LETRA)” do grupo Ameaça Vermelha - Rap Combativo publicado no Youtube em 30/10/2017 .....	161
<b>Figura 13.1</b> - Imagem do vídeo “Da Festa à Tragédia” publicado pelo canal Notlmi Raierep no Youtube em 17/12/2017 .....	162
<b>Figura 13.2</b> - Imagens do vídeo “Da Festa à Tragédia” publicado pelo canal Notlmi Raierep no Youtube em 17/12/2017 .....	163

### **Gráficos**

<b>Gráfico 1</b> - Dispersão temporal dos vídeos .....	96
<b>Gráfico 2</b> - Média de duração dos vídeos .....	97
<b>Gráfico 3</b> - Produção de vídeos por veículo ao longo do levantamento .....	98
<b>Gráfico 4</b> - Produção de vídeos do Youtube por categoria de atores ao longo do levantamento.....	103

### **Tabelas**

<b>Tabela 1</b> - Quantidade de vídeos por veículo e duração em 2017 .....	95
<b>Tabela 2</b> - Quantidade de vídeos por veículo e duração em 2018 .....	96
<b>Tabela 3</b> - Atores da mídia corporativa .....	103
<b>Tabela 4</b> - Atores da mídia alternativa .....	107
<b>Tabela 5</b> - Atores da política e instituições legislativas .....	110
<b>Tabela 6</b> - Atores de ativismo e movimentos sociais .....	111
<b>Tabela 7</b> - Atores variados .....	113



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>1. O CONTEXTO DE PAU D'ARCO</b> .....	<b>13</b>
1.1 Disputas territoriais, conflitos e violência no campo: breve contextualização .....	13
1.2 O sudeste paraense: ocupação territorial, violência e conflitos por terra na região	21
1.3 Violências e mortes em Pau d'Arco .....	27
<b>2. A MORTE INTENCIONAL POR VIOLÊNCIA E SEUS SENTIDOS</b> .....	<b>37</b>
2.1 Quais mortes (ou vidas) importam? .....	45
2.2 Morte, violência e (in)visibilidades .....	49
<b>3. COMUNICAÇÃO E PODER NO BRASIL</b> .....	<b>54</b>
3.1 Comunicação e poder em novos cenários comunicacionais .....	59
3.2 Ciberespaço: breve histórico da Internet .....	64
3.3 Contexto atual: Cultura da convergência e datificação .....	69
<b>4. O OBJETO DE INVESTIGAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS</b> .....	<b>76</b>
4.1 Telejornalismo: <i>Jornal Nacional</i> e <i>Jornal Liberal</i> .....	78
4.2 O Youtube .....	85
4.3 Construção do corpus de análise .....	87
4.4 Um certo olhar sobre o objeto: a noção de discurso .....	90
<b>5. CARACTERIZAÇÃO DOS DISCURSOS MIDIÁTICOS: ATORES, ESPAÇOS E TEMPOS</b> .....	<b>95</b>
<b>6. AS NARRATIVAS SOBRE O EVENTO: ENTRE O <i>CONFRONTO</i> E A <i>CHACINA</i></b> .....	<b>115</b>
6.1 A mídia corporativa .....	115
6.2 A mídia alternativa e os setores de ativismo e movimentos sociais .....	136
6.3 Políticos e instituições legislativas .....	150
6.4 Atores Variados .....	158
6.5 Sobre as narrativas construídas .....	165
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>181</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>187</b>

## INTRODUÇÃO

*Cada dia é mais evidente que partimos,  
Sem nenhum possível regresso no que fomos,  
Cada dia as horas se despem mais do alimento:  
Não há saudade nem terror que baste.  
(Sophia de Mello Breyner)*

Gilberto Gil fala em uma composição que não tem medo da morte, mas sim medo de morrer. Na letra do autor, o medo é porque o morrer é “aqui”, na vida, “pode haver dor”, enquanto “a morte já é o depois” (GILBERTO GIL, 2015), é um além que quem morreu não vivencia. Na famosa letra de outra canção brasileira, lançada pelos Titãs, um grupo de rock nacional, ela aparece como destino que se sabe “de cor” (SÉRGIO BRITO, NANDO REIS, 1988).

A morte é o desfecho da vida de todos nós, do qual não podemos escapar, mesmo que falemos mais ou menos sobre. ‘Para morrer basta estar vivo’, ‘vamos todos para baixo de 7 palmos da terra’, ‘ninguém escapa da morte’, dentre outros, são alguns dos ditos populares em que a finitude humana se faz presente. A morte do outro, seja alguém próximo ou distante, evoca, de certo modo, uma confrontação com a ideia de que este é um acontecimento que também chegará para nós. Um acontecimento que irrompe, que altera a “ordem” das coisas: um dia estamos aqui, outro dia não estaremos mais. Saber da ocorrência de uma morte, ouvir falar, tomar conhecimento, relaciona uma tomada de consciência, ainda que involuntária, sobre a nossa própria finitude, e constitui uma perspectiva vastamente explorada nas investigações e estudos dos campos das ciências sociais e humanas. A morte desperta emoções, sentimentos de dor e de saudade para as pessoas que ficam e que têm que conviver com a perda. Como Gilberto Gil (2015) diz na canção anteriormente referenciada, com a morte uma pessoa é “afastada”, “exilada”, “arrancada”, “amputada”, da gente. A morte é ausência e presença: ausência de uma vida, presença de uma morte. A presença da morte, a perda de alguém, o luto, central para a psicanálise, não cessa de se colocar para os que estão vivos. No entanto, as circunstâncias da morte interpelam e configuram diferentes dimensões ao fim da vida e a perda sentida.

Dentre as distintas formas de morrer, a morte de alguém em uma situação de violência relaciona, muitas vezes, a sensação de que uma vida foi interrompida e de que isso poderia ter sido evitado. Ainda que tenhamos distintas perspectivas a recorrer na tentativa de explicá-la ou de lidar com ela - crenças religiosas que relacionam uma vontade divina, “tinha que ser”, “era a hora”; elaborações psicanalíticas que tratam da importância do luto; visadas sociológicas e históricas que questionam sobre nossa

civilização - a morte envolve dores, sofrimentos e dentre outras emoções que podem emergir na experiência de perder alguém. Termos de nos despedir de maneira definitiva é, comumente, doloroso.

Uma vida interrompida por determinada circunstância violenta pode implicar ainda emoções inesperadas, sentimentos de injustiça, de que algo poderia ser feito para impedir, de que não precisava ser assim. Ou seja, à dor, ao sofrimento e à saudade que esse tipo de perda pode causar, somam-se, por vezes, sentimento de revolta e indignação. Ainda que causem essas emoções profundas, as mortes intencionais por violência acontecem e continuam acontecendo a todo momento no mundo todo. Estas mortes configuram um quadro preocupante nas estatísticas mundiais de saúde. As taxas dos países da América, em especial da América do Sul, comumente se destacam em documentos produzidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em relação aos demais países. Segundo o relatório “World Health Statistics 2018”, da OMS, entre 2015 e 2016 o Brasil passou a ter a sétima maior taxa de homicídios dos países da América.

Além de se corporificarem em dado, as mortes por violência atravessam o cotidiano, tanto por sua materialização, como por representar uma preocupação que afeta a vida das pessoas. Sua ocorrência e/ou mesmo as inseguranças sentidas diante do risco que representa configuram questões frequentemente abordadas na mídia, especialmente pelo jornalismo, e são também expressivamente relevantes nos atuais debates que envolvem o poder público e a sociedade. Ou seja, além da presença constante da morte na vida de cada indivíduo, enquanto uma questão complexa que relaciona afetos, dimensões subjetivas, filosóficas, sociais, entre tantas outras, ela está presente diariamente também nos meios de comunicação.

Algumas mortes adquirem destaque jornalístico, como a de celebridades, e recebem intensa cobertura e tratamento individualizado. Outras mortes, com as que ocorrem em grande escala decorrente de desastres naturais, são abordadas muitas vezes em números estatísticos. A escolha por apresentar uma morte e a maneira como será apresentada relaciona sentidos e enquadramentos em torno de circunstâncias e particularidades da mesma. Os sentidos, no entanto, não estão determinadamente pré-estabelecidos, tendo em vista que os procedimentos de seleção que configuram enquadramentos são dinâmicos e variam de acordo com questões como de quem se trata e em que situação a morte se deu.

A regularidade da temática da violência e da morte no jornalismo indica o valor-notícia destas, entendendo por valor-notícia um conjunto de valores que definem quais

acontecimentos são relevantes e significativos para serem noticiados (WOLF, 1999). No entanto, características interferem na importância que determinadas violências (e das mortes por ela causadas) têm para serem noticiadas. Tipos de violência que têm a morte como desfecho, as situações/circunstâncias em que ocorrem, incidem sobre a relevância que vão obter (ou não) para serem visibilizadas na mídia, e incidem também sobre os enquadramentos. Existem diferenças valorativas que fazem com que determinados casos em que isso se dá tenham mais relevância no cenário midiático que outros, recebam maior ou menor cobertura, e ainda, as maneiras que são enquadrados podem enfatizar mais ou menos determinados aspectos, dimensões e contextos.

Tal compreensão parte do trabalho da filósofa norte-americana Judith Butler que, em seu livro *Quadros de Guerra*, propõe uma distinção valorativa da vida, e questiona quando a vida é passível de luto, levando à consideração de que há vidas que não estão propensas a serem enlutadas como outras. O valor atribuído à vida, desta forma, não está posto de modo intrínseco, é produzido social e politicamente. Tal assertiva pode ser relacionada à visibilidade que determinadas mortes têm, não apenas por serem expostas na mídia, mas também, e principalmente, pela forma como são apresentadas e enquadradas nas notícias.

Através de notícias entramos em contato com determinadas situações e formas de violência. Violências em conflitos policiais em favelas ou em outras situações adversas em ruas e territórios das cidades são casos que aparecem de modo regular no jornalismo e muitas abordagens destes os relacionam a um contexto de “extrema” violência urbana, à cidade enquanto uma zona violenta. De todo modo, a violência nas cidades constitui uma temática recorrente na mídia. Acontecimentos relacionados à violência doméstica, à violência contra criança, a violências sexuais, dentre outros, são tipos de violências que também aparecem com regularidade em noticiários.

Enquanto questão social, a violência também é tratada no campo político pelas esferas de atuação pública a ela relacionadas. Nas eleições presidenciais de 2018, a segurança pública esteve fortemente presente nas agendas dos debates, travando discussões com diferentes abordagens que vão da legalização do porte de armas ao aumento do efetivo policial, passando por argumentos sobre reforço nas punições em crimes envolvendo violência.

A violência se configura assim como uma problemática ativa, presente em debates políticos, noticiários, nos diálogos e conversas informais que temos no cotidiano. Percebemos, no entanto, que enquanto algumas formas de violência mobilizam distintas

esferas – a política, a mídia, o cotidiano -, constituindo-se um dos pontos centrais de nossas preocupações, outras formas e dimensões da violência igualmente importantes não têm o mesmo estatuto e visibilidade, como aquela decorrente de conflitos no campo.

O acirramento da violência e a recorrência de homicídios em disputas por terra é uma realidade alarmante no Brasil, relacionada ao período de ruptura política. Este cenário não apenas perdura como teve um aumento significativo nos últimos anos, como demonstram registros de entidades voltadas para os conflitos no campo:

Em 2019 foram registrados 1.833 conflitos no campo, o maior número registrado nos últimos 15 anos e 23% a mais do que as ocorrências de 2018, quando foram identificados 1.486 conflitos. Os conflitos de 2019 vitimaram 859.023 pessoas, 11% a menos do número de 2018, quando foram registradas 960.342 pessoas envolvidas. Tratando especificamente dos conflitos por terra, em 2019, foram registrados 1.254, o que significa um aumento de 12% em relação à 2018, quando ocorreram 1.166 casos. (CPT, 2020c, s/p apud PORTO)

Os eventos de violência, as dimensões que eles atingem e a manutenção dos mesmos estão, em grande parte das vezes, intrinsecamente relacionados às desigualdades sociais. Desigualdade e violência são estruturantes e estruturadas na sociedade brasileira, que se destaca entre os países mais desiguais do mundo. A concentração fundiária é uma das razões embrionárias dessa questão que marca o Brasil e da magnitude que ela assume.

A despeito desse cenário dramático e de sua intensificação nos últimos anos, a violência e os assassinatos em conflitos por terra, no entanto, não parecem configurar um problema relevante nos debates contemporâneos como outros contextos de violência e morte anteriormente mencionados. O que dá a ver, na realidade, é que ele ocupa um lugar secundário não chegando a ser uma das questões que preocupam e mobilizam a sociedade brasileira de modo geral. Essa sua “indiferença” reforça a importância de se colocar esse tema com objeto de investigação. A concentração de terra é fundante do contexto de desigualdade e de violências no campo. Os conflitos por terra são disputas de poder e, ainda que marcados por múltiplas violências, empregadas pelo Estado e por grandes proprietários de terra, se constituem também pelas lutas incessantes protagonizadas por povos do campo contra a estrutura de concentração fundiária, lutas por direitos e em vias de transformação social.

Vários foram os eventos de violência ocorridos nas últimas décadas, e é sobre um deles que esta dissertação buscou discorrer: o assassinato de dez trabalhadores rurais sem-terra ocorrido em um município do interior do Pará, denominado Pau d’Arco, no ano de 2017. No dia 24 de maio, os trabalhadores Jane Julia, Antônio Pedro Milhomem, Oseir Rodrigues da Silva, Nelson Souza Milhomem, Wedson Pereira da Silva, Weclbson

Pereira Milhomem, Bruno Henrique Pereira Gomes, Hércules Santos de Oliveira, Regivaldo Pereira da Silva e Ronaldo Pereira de Souza, que estavam reocupando, junto a outros 15 trabalhadores, uma área em disputa territorial de uma fazenda em Pau d'Arco, região rural do sudeste do Pará, foram mortos por tiros de arma de fogo disparados por agentes da polícia militar e civil do Pará. Na ocasião, 29 policiais, 8 da Polícia Civil e 21 da Polícia Militar estiveram nas áreas da Fazenda Santa Lúcia no que seria uma “ação” para cumprir de 14 mandados de prisão preventiva, temporária e de busca e apreensão deferidos uma semana antes por uma juíza da Vara Criminal da Comarca de Redenção/PA (CPT,2017, p. 168).

A morte dos dez trabalhadores neste episódio, que ficou conhecido como Chacina ou Massacre de Pau d'Arco, faz parte dos 71 assassinatos no campo que ocorreram em 2017. A última vez que a ocorrência de assassinatos em conflitos no campo havia alcançado proporções acentuadas como estas foi em 2003, quando foram registrados 73 homicídios.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) é a principal entidade preocupada com os registros de conflitos no campo, de mortes a ele relacionadas e produz relatórios anuais sobre os mesmos. A partir destes relatórios, podemos perceber que enquanto em 2003 a violência no campo vitimou 73 pessoas, a partir do ano seguinte houve uma redução na recorrência destes, com 39 assassinatos em 2004. Os registros dos anos subsequentes evidenciam que até 2014, o número de pessoas assassinadas por ano se manteve próximo em relação ao ano anterior. Índices de assassinatos em conflitos no campo apresentaram um significativo crescimento a partir de 2015, conforme indicam dados da CPT. Os registros sobre violências e mortes no campo entre 2015 e 2017 manifestam uma exacerbação dessas em comparação aos anos anteriores. Se em 2017 a ocorrência de homicídios no campo atinge uma magnitude assustadora, no momento atual os

Dados sobre ano de 2019 mostram que a violência generalizada não arrefeceu, pois foram registrados 32 assassinatos, o que significa uma elevação de 14% em relação a 2018, quando ocorreram 28 mortes. Destaca-se que dentre as pessoas assinadas, 47% eram lideranças. Seguindo tendência dos últimos anos a maioria da violência está concentrada na Amazônia Legal, onde ocorrem 66% dos conflitos por terra e 25, das 32 mortes no campo, representando 84% do total. O estado do Pará liderou este triste ranking de violência, com 30.043 famílias envolvidas em 143 conflitos por terra. Ainda de acordo com a CPT, a situação se agrava diante da postura do atual governo federal, considerado pela entidade como “agente protagonista da violência” (CPT, 2020, apud PORTO, p.101).

O acirramento das violências e a alarmante recorrência de assassinatos não se restringe ao sudeste paraense, muito menos a zona rural, como bem sabemos. A

problemática atravessa as sociedades contemporâneas, tanto em contextos rurais quanto urbanos a recorrência de mortes por armas de fogo é alarmante e se estende por todo território nacional. No entanto, segundo o Atlas da Violência 2018, elaborado a partir de estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), o Pará é o 4º estado com maior número de mortes por armas de fogo, com uma taxa de homicídio de 61-80 por 100 mil habitantes. Tais índices se revelam ainda mais preocupantes tendo em vista que tramita no debate sobre segurança pública a questão da flexibilização da posse de armas, defendida publicamente pelo presidente Jair Bolsonaro.

Procurando compreender como violências e mortes em disputas por terra são visibilizadas midiaticamente, investigamos discursos e enquadramentos da morte dos trabalhadores sem-terra em Pau d'Arco. Nos voltamos para distintas dimensões que são relacionadas nos discursos sobre um acontecimento, como por exemplo, quanto às maneiras diferenciadas de retratar os sujeitos envolvidos - camponeses, indígenas, lideranças de movimentos sociais, proprietários de terra e servidores públicos. Questionamos ainda, como as dinâmicas de visibilidade podem contribuir para transformação ou manutenção de cenário de violências e mortes no campo. Nossos objetivos foram:

Objetivo geral:

- Conhecer as dinâmicas de visibilidade e os sentidos sobre as mortes dos trabalhadores sem-terra em Pau d'Arco em discursos midiáticos

Objetivos específicos:

- Identificar quem produz, que atores sociais predominam na produção e/ou veiculação de materiais e protagonizam o debate sobre o acontecimento;
- Investigar como as narrativas são criadas, identificar quem aparece nelas, seja como enunciador ou objeto do enunciado, e através de quais estratégias discursivas, ou seja, como se fala.
- Perceber como os textos podem se relacionar, tendo em vista que, com a ampliação de espaços de circulação impulsionada pelo desenvolvimento das TICs, novas áreas de compartilhamento de notícias e de confluência de materiais emergem. Isto é, conteúdos produzidos nas mídias tradicionais também passam a transitar nesses novos ambientes e concorrem com narrativas produzidas por diferentes atores.

A problemática da visibilidade, enquanto questão de pesquisa, tem várias dimensões, não apenas dos homicídios, mas também dos mortos, pelo recorte social.

Admitindo que as notícias não só retratam a realidade social, como a constituem, configurando um discurso tal como definido por Foucault (1970), e atingem o cenário político e os debates públicos, investigar discursos relacionados a essas situações de violências às quais parcela da população é submetida é um ponto importante para reflexões do campo da comunicação no contexto contemporâneo.

Voltar-se para distintos aspectos que envolvem as mortes no campo em conflitos por terra é reconhecer a relevância social e política de investigar homicídios, especialmente casos que envolvem populações com menor visibilidade, que se encontram na periferia em distintos níveis. O estado Pará, onde ocorreu o acontecimento pesquisado, pode ser visto enquanto periferia territorial, política e econômica, por estar fora do contexto urbano e do eixo RJ – SP, dois grandes centros metropolitanos do país. Tal contexto periférico se torna ainda mais acentuado na zona rural. As violências que ocorrem nestas regiões, muitas vezes relacionadas a disputas por terra, parecem não receber tanta atenção midiática quanto situações de violências nas cidades.

Um outro nível de periferia que marca este caso é a discursiva. Comumente estas populações têm menos espaços para suas falas, além de acesso mais restrito a meios de comunicação, informações e tecnologia. Estas circunstâncias acabam acirrando sua periferia política, já que, dessa forma, questões que os atravessam não estão tão expostas na sociedade em geral, condicionando uma participação social mais limitada nos debates que envolvem a população e o Estado, e interferindo na consideração pelo poder público de suas reivindicações.

A violência, questão social que se estende por todo território nacional, é noticiada e até mesmo denunciada na mídia. No entanto, os contextos e tipos de violência que determinadas pessoas e grupos vivenciam se diferem. Do mesmo modo, contextos violentos também são destacados de modo diferenciado pela mídia, não são expostos com a mesma intensidade, nem denunciados com a mesma veemência.

A presença (ou ausência) de narrativas sobre mortes em contextos violentos nos leva a questionar que mortes importam e também provoca reflexões importantes sobre as condições de vida e de saúde de determinadas populações. Compreendemos, a partir das elaborações dos pesquisadores Araujo, Moreira e Aguiar (2013) sobre comunicação negligenciada, que a comunicação, como instância que confere ou não visibilidade para determinadas circunstâncias e para os sujeitos que estão envolvidos, pode ser percebida não apenas como indicador de negligência, mas também como produtora dessa negligência. Essa capacidade se materializa pela ausência ou espaço extremamente



reduzido para enunciações desses sujeitos, e para narrativas sobre as realidades sociais que fazem parte, ou ainda, a depender de como essas narrativas são construídas. Tais circunstâncias configuram um contexto de invisibilidade das condições de vida de determinadas grupos que acaba por aprofundar o descaso e a falta de atuação do Estado frente aos problemas por eles enfrentados, tendo em vista que, como proposto pelos autores, no atual cenário de forte presença dos dispositivos de informação e de excessiva visibilidade,

os indivíduos passam a ser levados em consideração a partir do momento em que se produzem informações a seu respeito ou que têm acesso aos meios de produção e circulação de suas ideias e propostas, produzindo assim sua própria visibilidade (ARAUJO; MOREIRA; AGUIAR, 2013, p.5)

Essa constatação nos leva à premissa de que podemos nos autonearmos ou sermos nomeados e referenciados por outros agentes. Compreendendo que ser nomeado ou se autonearmos confere existência, outro modo da comunicação atuar como produtora de negligência está relacionado com as maneiras de ser reconhecido a partir da forma como se é nomeado. Assim, "a visibilidade dos nomeados nem sempre é positiva, muitas vezes deslizando para o território das discriminações, do preconceito ou – o que é pior – da indiferença" (ARAUJO; MOREIRA; AGUIAR, 2013, p.6).

Ainda que pessoas e populações em contextos de conflito por terra e as disputas travadas apareçam, mesmo que com menor intensidade, em produtos noticiosos que circulam nos diversos meios de comunicação, percebemos que a questão vai além dessas situações e sujeitos constarem ou não em notícias e materiais informativos. Importa também, e principalmente, como aparecem, como são referenciados. As circunstâncias podem ter determinada visibilidade, mas a forma que as narrativas são construídas por vezes desqualificam e/ou criminalizam situações e sujeitos, apagam contextos por trás das disputas e ignoram o tema dos direitos, tão central na luta por terra. Ou seja, como a visibilidade dos fatos é construída pode levar à formação de apagamentos que contribuem para perpetuação das negligências e desigualdades.

A visibilidade é um ponto chave para participação de indivíduos e grupos no espaço público, e para consideração dos mesmos na elaboração de políticas públicas. Percebemos que para incorporar essas reivindicações e necessidades das populações nos debates oficiais, e para orientar tomadas de decisão buscando reverter quadros de desigualdade que sujeitos e populações vivenciam, se faz imprescindível "uma comunicação que possibilite os indivíduos acesso às informações, mas também seu lugar

de fala, sua capacidade de interação, intervenção e autonomia nas ações que lhe dizem respeito” (ARAÚJO; MOREIRA; AGUIAR, 2013, p.7).

Considerando que notícias que circulam nos jornais visibilizam questões que tensionam o debate público e mobilizam decisões políticas, procuramos analisar como são constituídos os discursos sobre as mortes decorrentes da violência em situações de conflito por terras. Compreendemos que a ampliação do cenário midiático na sociedade contemporânea, relacionada ao desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), configura novas dinâmicas de produção e circulação de informações que atravessam a produção noticiosa. Assim, partimos do discurso jornalístico mas alargamos o escopo de investigação para outros tipos de produtos noticiosos, não necessariamente produzidos no âmbito de empresas consagradas de comunicação.

Os intensos processos de midiaticização da sociedade, com uma entrada inédita da mídia na rotina dos indivíduos e na vida social cotidiana, os diferentes contextos que esses processos articulam e suas relações com os outros campos, implicam extensas e profundas transformações na organização social. Distintas possibilidades para produção e circulação de discursos que permeiam a formação dos sentidos sociais emergem no contemporâneo. Com a ampliação dos espaços para enunciação a partir dos novos dispositivos de comunicação, outros sujeitos passam a compor o cenário midiático e trazem diferentes narrativas, ainda que com relevância e alcance desiguais. Estas mudanças nas dinâmicas reverberam paralelamente nas lógicas e nas práticas discursivas das mídias tradicionais.

Com intuito de compreender as dinâmicas de visibilidade que marcam as mortes dos trabalhadores em Pau d’Arco, pesquisamos discursos de diferentes espaços midiáticos: na mídia televisiva e na mídia digital. Na mídia televisiva, investigamos notícias sobre o acontecimento veiculadas em dois telejornais, ambos relacionados a uma grande empresa de comunicação, um a nível nacional e outro a nível local, produzidos assim sob as lógicas do que pode ser compreendido como mídia convencional. Na mídia digital, investigamos materiais audiovisuais publicados na plataforma de compartilhamento de vídeos Youtube, que são concebidos e que circulam a partir de outras lógicas. Tendo em vista que no contexto comunicacional contemporâneo textos e materiais relacionados ao espaço midiático digital imprimem novas dinâmicas para prática discursiva e para circulação de discursos, a opção por olhar para estes dois espaços midiáticos considera relevante investigar tanto a presença de determinados temas em jornais tradicionais, ainda associados à ideia de credibilidade, bem como naqueles

produzidos pelas novas lógicas dos ambientes digitais, compreendendo a pluralidade e a concorrência discursiva (ainda que assimétrica) característica do nosso tempo.

Entendemos que os conteúdos produzidos e difundidos no campo da comunicação deveriam retratar de forma justa e legítima as diversas condições de vida das populações, tendo em vista a extensão do Brasil, as particularidades regionais e os quadros de desigualdades sociais aqui encontrados. Pensar a prática discursiva desta forma busca aproximar a comunicação e o desenvolvimento de um conhecimento sobre as situações sociais da população. Tal conhecimento pode fornecer referências importantes para orientação de políticas públicas, como as de acesso à terra, à saúde e de democratização da comunicação, compreendendo que a própria construção do conhecimento sobre determinadas situações requer que novas vozes, que se encontram silenciadas, sejam escutadas.

Olhar para as relações do jornalismo e das notícias na construção de sentidos de justiça social, de naturalização ou problematização das desigualdades sociais, compreende que essas questões se relacionam com o conceito ampliado de saúde. A ampliação deste conceito e a sua constitucionalização enquanto direito, que coloca como responsabilidade social do Estado os esforços para garantia do mesmo, remetem às lutas do movimento da Reforma Sanitária no Brasil, intensificadas no final da década de 1970.

A ampliação do conceito de saúde trouxe para o campo debates sobre o arranjo da vida social a partir do modelo político e econômico que rege a sociedade. Examinar discursos da mídia, tendo em vista esse alargamento no pensamento da saúde, não se restringe a uma consideração afastada da realidade social voltada para fatores isolados que afetam as condições de saúde das populações, mas procura olhar para essa realidade social a partir das formas de organização da sociedade, da distribuição de renda, das lógicas de trabalho, e da própria estrutura socioeconômica dominante no mundo contemporâneo, entendendo que reflexões que compreendem o conceito ampliado de saúde envolvem essa contextualização.

As mortes retratadas no espaço público falam das circunstâncias que indivíduos e populações vivenciam. Tomando o conceito de determinação social da saúde, a partir da epidemiologia crítica desenvolvida pela saúde coletiva, esse pensamento desencadeia uma relação investigativa mais profunda entre a ordem do social, as condições de vida, e saúde, trazendo instâncias como sistema econômico, trabalho e estrutura de classe para os debates da saúde coletiva.

As lutas do movimento da Reforma Sanitária que levaram à constitucionalização da saúde como direito incorporaram no debate da saúde pública reformas necessárias em outros setores, como no da comunicação e no agrário, compreendendo que a efetivação deste direito está intrinsecamente relacionada com outros direitos, como o direito à comunicação, à moradia e trabalho (terra).

A VIII Conferência Nacional de Saúde constitui um marco para saúde pública por seu caráter democrático, e as formulações do relatório final desta serviram de base para a seção da saúde da Constituição de 1988. No texto do relatório encontramos descrito que

A sociedade brasileira, extremamente estratificada e hierarquizada, caracteriza-se pela alta concentração de renda e da propriedade fundiária, observando-se a coexistência de formas rudimentares de organização do trabalho produtivo com a mais avançada tecnologia da economia capitalista. As desigualdades sociais e regionais refletem estas condições estruturais que vêm atuando como fatores limitantes ao pleno desenvolvimento de um nível satisfatório de saúde e uma organização de serviços socialmente adequada. (Relatório final da VIII CNS, 1986, p.05)

No que tange as responsabilidades básicas do Estado quanto ao direito à saúde e para garantir este direito a toda população brasileira, o relatório estabelece

a adoção de políticas sociais e econômicas que propiciem melhores condições de vida, sobretudo, para os segmentos mais carentes da população (...) assegurar na Constituição, a todas as pessoas, as condições fundamentais de uma existência digna, protegendo o acesso ao emprego, educação, alimentação, remuneração justa e propriedade da terra aos que nela trabalham, assim como direito à organização e o direito de greve” (ibidem, p. 07).

As proposições que o documento traz manifestam interdependência de políticas sociais em outros campos e setores para garantia do direito à saúde. A questão dos diferentes contextos sociais e econômicos das populações que compõem a sociedade brasileira está relacionada aos processos históricos implicados na forma como se deu a ocupação dos territórios nacionais, a distribuição das riquezas, a organização do trabalho, etc. Tais arranjos desembocam em iniquidades que refletem na situação de vida, e de saúde, da população, cabendo ao Estado tomar medidas em busca de alterar tal quadro de desigualdades sociais que interferem na condição de saúde das populações e, conseqüentemente, na efetivação do direito a esta.

A concentração fundiária e as condições de acesso à terra aparecem relacionadas a estrutura de desigualdades sociais do país que afetam as condições de vida das populações, e atuam de forma restritiva para o acesso universal e justo à saúde, princípios fortemente sustentados pelo Movimento da Reforma Sanitária como essenciais para a saúde pública. Quase 40 anos depois que reformas em outros setores da sociedade foram

apontadas como necessárias para garantia do direito à saúde, a reforma agrária ainda não se efetivou no país, e a realidade dos meios de comunicação continua apresentando alta concentração dos mesmos na mão de poucos sujeitos e empresas.

Se o conceito ampliado da saúde reverbera implicações desta com outras áreas, as condições de comunicação disponibilizadas para a população, bem como as condições de trabalho e moradia, vão interferir na efetivação do direito universal à saúde reconhecido na Constituição e que deve ser garantido pelo Estado. Este trabalho, desenvolvido dentro do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), compreende na interdisciplinaridade essencial do campo que relaciona comunicação e saúde possibilidade para articular questões envolvendo distintos campos sociais que vão atravessar o pensamento da saúde coletiva, e o direito à saúde que ela se empenha em viabilizar.

## 1. O CONTEXTO DE PAU D'ARCO

*“Diz que leva somente coisas de não: fome, sede, privação (...) como aqui a morte é tanta, só é possível trabalhar nessas profissões que fazem da morte ofício ou bazar” (João Cabral de Melo Neto, 1955)*

### 1.1 Disputas territoriais, conflitos e violência no campo: breve contextualização

Para alcançar o objetivo proposto de conhecer as dinâmicas de visibilidade e os sentidos sobre as mortes dos trabalhadores sem-terra em Pau d'Arco nos discursos midiáticos, é importante ter como ponto de partida uma visão sobre a questão das lutas no campo, buscando apresentar nosso objeto empírico em suas múltiplas perspectivas: sociológicas, geográficas e históricas. Essas disputas, que tratam de uma diversidade de temas e problemas, estão relacionadas a distintas populações, espaços e embates, envolvem mudanças, rupturas, continuidades “não só das formas de lutas camponesas, mas também dos sujeitos e suas organizações” (FERNANDES, MEDEIROS, PAULILO, 2009, p.23).

Tendo em vista que a terra, sua exploração e distribuição, é fundante na história do Brasil, seria impossível abarcar nesse trabalho a extensa trajetória das medidas, processos políticos e ordens que estruturam as questões relativas ao uso, distribuição e posse da terra e dos bens agrícolas. Uma vez afirmadas as limitações de tempo e espaço e a complexidade do tema, buscaremos não obstante fazer uma contextualização do acontecimento investigado a partir de pesquisas e trabalhos de autores que tratam de disputas territoriais e conflitos no campo levando em conta as suas relações históricas, políticas, espaciais e sociais.

Segundo consta no relatório produzido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre os conflitos no campo em 2017, referenciado pelo trabalho do geógrafo Claudemir Martins Cosme (2017), o debate acerca da reforma agrária no Brasil data da segunda metade do século XX, tendo como marco as discussões que se colocaram para elaboração da Constituição Federal de 1946, e as lutas das Ligas Camponesas entre os anos 1950 e 1960, defendendo a reforma agrária sob controle dos camponeses.

Ao longo do tempo, foram elaborados distintos planos e projetos para a reforma agrária, como por exemplo o Estatuto da Terra (1964), o Plano Nacional de Reforma Agrária I e II (1985 e 2003 respectivamente) e a Lei Agrária (1993). Em paralelo a estes projetos e políticas para a terra, o agronegócio, a estrutura latifundiária (e a violência que eles impõem) e a concentração de poder econômico e político na mão destes, não apenas

se mantiveram como avançaram em decorrência de contextos econômicos e políticos e desigualdades sociais que atravessaram e continuam atravessando a sociedade brasileira.

Com relação à trajetória das políticas voltadas para reforma agrária e para a ocupação da terra, ainda segundo relatório organizado pela CPT (2017), no governo de José Sarney, entre 1985 e 1990, as metas elaboradas no Plano Nacional de Reforma Agrária I (PNRA) não foram cumpridas. O documento apresenta que o começo dos anos 1990, com Collor e depois Itamar Franco na presidência, foi marcado pela ausência de planos de governo para a reforma agrária, com representantes de latifundiários ocupando cargos em órgãos públicos relacionados à agricultura. O governo que sucedeu, de Fernando Henrique Cardoso, seguiu sem a construção do Plano Nacional de Reforma Agrária II, com fortes ataques aos movimentos e populações envolvidas nas lutas por terra.

No ano de 1996 ocorreu um dos maiores episódios de violência no campo que marca a história da luta por terras no Brasil, que ficou conhecido como o Massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, com a morte de 19 sem-terra decorrente da ação da polícia. Sobre o momento político no qual o episódio ocorreu, consta no relatório que neste período, em que Fernando Henrique Cardoso ocupava a presidência, o governo “optou pela Reforma Agrária de Mercado (RAM), uma política de cunho neoliberal que serviu de combustível para a corrida voraz do capital rentista sobre a terra” (COSME, 2017, p.98).

O trabalho de Giardes e Fernandes (2009) apresenta outras leituras e elementos do contexto da disputa por terras no período de redemocratização nacional e no período do FHC,

Desde 1988, o número de ocupações e famílias em ocupações apresenta tendência de crescimento contínuo. O mais notável movimento de crescimento das ocupações aconteceu no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 e 1998. Esse crescimento foi acompanhado do aumento do número de assentamentos. Os movimentos socioterritoriais ocupavam para garantir o acesso à terra e o governo FHC assentava acreditando que com essa medida acabaria com as ocupações de terra. O governo não acreditava na “existência de um número grande de famílias sem-terra, nem na abundância de terras para assentá-las” [Fernandes, 2008]. (GIARDES E FERNANDES, 2009, p. 345)

Segundo os autores, há, no entanto, ações para alterar o quadro de crescimento das ocupações ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso. Como indicativo da variedade de modos como a complexa questão da distribuição da terra é tratada, e da variedade de ações frente a ocupações, compreendemos que estes modos de tratamento

alteram as possibilidades de atuação dos movimentos sociais para reivindicar acesso à terra e mesmo a força e legitimidade política destes.

frente ao processo crescente de ocupações, o governo FHC adotou uma nova medida. No seu segundo governo foi promulgada a MP n.2109-52, que impede que os estabelecimentos rurais onde tenham ocorrido ocupações sejam vistoriados, avaliados ou desapropriados no prazo de dois anos após a sua desocupação. A mesma lei também exclui os participantes da ocupação do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal (...) em maio de 2001, as ocupações diminuíram cerca de 50% entre 2000 e 2001, e cerca de 60% entre 2000 e 2002. Com a medida provisória, o governo FHC conseguiu reduzir fortemente o número de ocupações de terra nos últimos dois anos do segundo mandato. (GIARDES E FERNANDES, 2009, p. 347)

Compreendendo que as questões em torno dos processos de distribuição da terra recebem diferentes nuances pelos diferentes modos de tratamento e políticas acionadas, com relação à medida provisória instalada durante o período FHC, que nas palavras de Giardes e Fernandes configura uma “uma forma de violência indireta e ativa do Estado contra a recriação do território camponês” (Ibidem, 2009, p. 347), esta não teve a mesma força no governo posterior, quando Lula passa a ocupar o cargo da presidência do Brasil. Com isso, segundo estes autores, “os movimentos socioterritoriais voltaram a realizar ocupações, atingindo números semelhantes aos anteriores à medida” (Ibidem).

Falar em questão agrária possibilita um deslocamento para percepção do conflito enquanto fenômeno a partir do paradigma da questão agrária, que é distinta da compreensão do paradigma do capitalismo agrário. Para o paradigma da questão agrária, conforme Giardes e Fernandes explicitam, “a conflitualidade é compreendida como processo inerente da desigualdade do desenvolvimento, ou seja, o desenvolvimento capitalista gera a conflitualidade que o promove”, ao passo que, para o paradigma do capitalismo agrário “a conflitualidade é analisada como processo à parte do desenvolvimento e é, inclusive, compreendida como obstáculo” (GIARDES E FERNANDES, 2009, p. 340).

Ainda sobre o paradigma do capitalismo agrário, cabe destacar que, conforme encontrado no relatório da CPT (2017), “nas últimas décadas, a agricultura em todo mundo tem sofrido as incursões do capital financeiro no sentido de produzir em escala global sob as regras do mercado e da acumulação” (BARROS, 2017, p.178). Essa forma de controle das atividades produtivas e econômicas pelo mercado, com a abertura para o capital financeiro e para empresas transnacionais, acaba por incentivar a ampliação de uma estrutura fundiária que despreza a função social da terra, princípio legitimado na



Constituição Federal de 1988<sup>1</sup>. O desenvolvimento do agronegócio no Brasil, potencializado pela inserção do capital internacional, acentua contextos desiguais de crescimento, tanto internamente, quanto em relação ao cenário econômico mundial. Os direcionamentos políticos das questões agrárias são atravessados pela aliança entre Estado e capital, estabelecida ainda em contextos passados e que não foi rompida, ao contrário, segue sendo continuamente renovada,

Tanto no regime ditatorial (1964-1985), como na democracia, as ações implementadas por esta aliança [Estado e capital] levaram a mais concentração, degradação, expulsões e violência contra os povos do campo e da floresta. Velhas e novas formas de violência, muitas vezes banalizadas pelo Estado e a sociedade, se encontram nos dias atuais. (PORTO, 2020, p.18)

Os autores Giardes e Fernandes (2009) realizam uma análise da conflitualidade no campo em dimensões territoriais e temporais. Essa relação de conflitualidade se dá “pelo enfrentamento entre os principais territórios da questão agrária brasileira: o território do campesinato e os territórios do latifúndio e do agronegócio” (GIARDES E FERNANDES, 2009, p. 341). Sobre estes dois territórios, segundo os autores, o território do agronegócio e do latifúndio se apresenta

como um espaço que compreende as grandes propriedades, a exploração do trabalho, crimes ambientais, mecanização intensa, superprodução e concentração do poder econômico e político. Por oposição, o território do campesinato compreende a luta pela terra e envolve, sobretudo, as pequenas propriedades, relações não capitalistas de produção, menor impacto ambiental, ocupações de terras e assentamentos rurais. (GIARDES E FERNANDES, 2009, p. 342)

Ocupações e assentamentos são meios pelos quais camponeses e trabalhadores rurais lançam mão no processo de territorialização, de luta pela terra. São meios que fazem parte do rol de ações de enfrentamento, tendo em vista que “os povos do campo mantêm uma dinâmica de lutas, organizações que historicamente vêm reagindo à violência e pautando a realização da reforma agrária, e o fortalecimento da agricultura familiar e camponesa” (PORTO, 2020, p.18).

Compreendendo a territorialização como fenômeno e ação para conquista do território, a produção familiar, o enfrentamento e a resistência praticados, por exemplo, com a ocupação da terra, são modos de materialização do território camponês, modos da

---

<sup>1</sup> Segundo o Art. 186. do CAPÍTULO III DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA “A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.”

territorialização do território camponês “pela desterritorialização do território do latifúndio e do agronegócio” (GIARDES e FERNANDES, 2009, p.).

O processo de produção do território, para uns e para os outros, gera conflitualidade pela disputa. Isso porque o território para os camponeses e trabalhadores sem-terra, pelo qual eles lutam, é fundamentalmente distinto do território para o latifúndio e o agronegócio. As funções da terra, os usos e modos de produção, estão intimamente vinculados às ideias e à compreensão do território, que é diferenciado para os sujeitos ou grupos que por ele competem. O território também se constitui em uma concepção simbólica, o enfrentamento e a disputa também se dão neste plano do território imaterial, que

pertence ao mundo das idéias, das intencionalidades, que coordena e organiza os modelos de desenvolvimento dos territórios materiais. A importância do território imaterial está na compreensão dos diferentes tipos de território material; por exemplo, do agronegócio e do campesinato. (Ibidem, 2009, p.342)

O conflito que se dá no enfrentamento desses territórios é intrínseco ao desenvolvimento da questão agrária, se configura “não como um processo externo ao desenvolvimento, mas que acontece no seu interior e é produzido em diferentes escalas geográficas” (FERNANDES, 2008, apud GIARDES e FERNANDES, 2009, p. 341). Conflito e desenvolvimento acontecem simultaneamente, como “processos inerentes da contradição estrutural do capitalismo” (Ibidem, 2009, p.341). Dessa relação de conflitualidade emergem diferentes tipos de confrontos e violências. Para o esforço investigativo dos conflitos e violências que estão no interior da questão agrária brasileira (que são internos/característicos da questão agrária), compreendemos que

Conflito e violência são conceitos distintos. O conflito é uma reação à tentativa de controle do modo capitalista de produção. Ele nasce com a criação de espaços de resistência para transformação da realidade que não está sob controle do capital. O Estado e o capital utilizam-se da violência para tentar controlar o conflito. A violência é reação ao conflito e caracteriza-se pela destruição física ou moral exercida sobre as pessoas. Além da violência privada, também existe a violência praticada pelo Estado, por exemplo, contra camponeses, por ações diretas e indiretas, passivas ou ativas. (GIARDES E FERNANDES, 2009, p.339)

Nos processos por territorialização–desterritorialização–reterritorialização, ou seja, processos de disputa entre camponeses e o latifúndio e o agronegócio para conquistar território (material e imaterial), nos quais conflitos emergem, a violência é praticada de distintos modos, sendo principalmente

empregada pelos fazendeiros e pelo Estado contra os camponeses. A violência pode ser direta ou indireta. A violência direta é a violência física, empregada contra a pessoa, a posse e a propriedade camponesa por meio das ameaças de

morte, assassinatos, tentativas de assassinatos e expulsão da terra por jagunços contratados por fazendeiros e empresários. O Estado também pratica esse tipo de violência ao realizar despejos judiciais. Ele atua de forma ativa e passiva na violência direta. Exemplos de forma ativa são os despejos judiciais e os massacres promovidos pelas forças militares na tentativa de dissipar manifestações de luta, cumprir ordens de despejo e mandatos de reintegração de posse. A forma passiva ocorre com a sua omissão em relação à violência direta praticada pelos fazendeiros e empresários contra os camponeses. A impunidade dos criminosos é uma das principais formas de atuação passiva do Estado na violência direta contra o campesinato. Contudo, o Estado tem atuado fortemente na criminalização dos movimentos camponeses (...) a violência indireta é uma prática simultânea do Estado e de fazendeiros e empresários. A ação política é a principal forma de execução dessa violência. Promovendo lobbies e fazendo parte dos poderes Executivo, Judiciário e, principalmente, Legislativo, influenciam as decisões que envolvem temas relativos à questão agrária [Vigna, 2001]. (GIARDES E FERNANDES, 2009, p. 343)

Compreendemos que a questão agrária no Brasil e a violência que o modelo do agronegócio e o latifúndio impõem em distintas dimensões, não se restringem à problemática da distribuição de terras. Trata-se, para além, da complexa relação entre as estruturas de produção, o trabalho humano, a terra e os bens da natureza. Diversas propostas são defendidas pelos movimentos sociais a fim de fortalecer a agricultura familiar, os trabalhadores do campo, e garantir o direito a terra não só dessas populações, como de tantos povos originários que vivem nas regiões rurais do país, e que tem seus modos de vida e territórios ameaçados pela exploração desenfreada da terra e dos recursos naturais.

As lutas destas populações são para que suas reivindicações penetrem com maior relevância nos debates públicos sobre a questão agrária, buscando através da reforma um desenvolvimento que resguarde a biodiversidade, os recursos naturais, que não seja o maior impulsionador da destruição da natureza a médio e longo prazo, e consequentemente das vidas ali existentes. Trata-se de uma luta para que se cumpra o que está previsto na Constituição Federal com relação à função social da terra, sobre a qual podemos perceber um entendimento controverso por parte dos governos e de grande parcela da sociedade.

Nos relatórios sobre conflitos no campo produzidos pela CPT encontramos que depois de 2004 houve uma redução no número de conflitos por terra no campo. Esses números, no entanto, voltaram a crescer substancialmente a partir de 2016. O que vem como agravante, como consta no relatório, é que isso ocorre com menos processos de ocupações e acampamentos, e com menos pessoas envolvidas, de modo que tal quadro indica uma “predisposição dos grandes proprietários de terras para a efetivação da

barbárie, contra qualquer tentativa de fazer cumprir a lei com relação à reforma agrária. (COSME, 2017, p.101-102).

Com relação aos esforços para registrar conflitos e violências no campo, e para organização e divulgação dos mesmos, realizada pela CPT, cabe destacar, como apontado por Giardes e Fernandes (2009), que

Os dados da CPT são informações sobre a situação da questão agrária brasileira que retratam parte da luta dos camponeses brasileiros e das violências por eles sofridas. Certamente, esses dados não compreendem a totalidade, mas parte da realidade, cuja totalidade é ainda mais violenta e desigual. Mais do que algarismos, os números devem ser concebidos como vidas e sonhos construídos e destruídos. (GIARDES E FERNANDES, 2009, p. 344)

Se elevada ocorrência de assassinatos no campo que ocorre nos anos finais da década de 1980 está relacionada a uma reação dos setores vinculados ao latifúndio, contrários às propostas que estavam sendo construídas nos debates para formulação de estratégias que viabilizassem o processo de reforma agrária no Brasil, que significados traduzem essa alta ocorrência de assassinatos nos últimos anos, com o reduzida força e presença da questão da reforma agrária na atual agenda política, em comparação a sua força no contexto de redemocratização?

Como podemos perceber através dos dados sobre os conflitos no campo em 2017 do relatório da CPT (2017), o número de mortes vem crescendo significativamente desde 2015, registrando 182 mortes entre 2015 e 2017. Essa estatística supera a última sequência temporal de ápice de mortos em conflitos no campo, que aconteceu entre 1990 e 1992, com 175 registros de mortes. Em 2017 tivemos o maior número de assassinatos em conflitos no campo desde 2003, contabilizando 71 pessoas mortas. Dentre essas 71 mortes, 31 ocorreram em 5 casos de conflito, reconhecidos por movimentos sociais e organizações como massacres. O ano de 2017 é, desta forma, marcado pelo número de massacres.

2017 também registra o triste recorde de concentrar num mesmo ano, dois dos maiores números de mortes registrados num único evento, perdendo somente para o Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 17 de abril de 1996, que resultou em 19 mortes (MAIA, 2017, p.90).

A crescente onda de violência e ataques contra populações que lutam pelo direito à terra ocorre sem que haja debates sobre leis ou projetos para ampliar esse acesso, como ocorria nos anos 80 e estava associado ao alto número de massacres. Pelo contrário, o que estamos vendo são debates e projetos de alteração de leis que configuram um retrocesso nas políticas da reforma agrária. Os assustadores dados de violência não estão relacionados a avanços para identificação e demarcação de terras. Tal conjuntura também

não pode ser relacionada à maior atividade dos movimentos coletivos organizados, tendo em vista que em 2017 o número de ocupações e acampamentos foi muito abaixo de anos anteriores, segundo relatório da CPT.

Se a violência que aterroriza o campo não é o resultado direto de uma maior atividade dos camponeses e trabalhadores, importa compreender de onde ela parte. Tanto nos anos de 1980 que também se caracterizaram por massacres e a eliminação de lideranças, quanto em 2017, as explicações para o crescimento da violência se concentram sobre a formação de milícias rurais (MAIA, 2017, p.92).

Essas milícias são formadas por indivíduos contratados como guarda-costas por outros indivíduos influentes, os chamados *jagunços* e a Polícia Militar, e representam uma articulação entre o poder público e o poder privado de grandes proprietários.

No meio rural, o uso da violência por parte dos grandes proprietários de terra não é resultado somente de um Estado “impotente”, mas parece ser, sobretudo, a afirmação de um poder paralelo que faz coexistir modernidade e arcaísmo, civilização e barbárie (BARREIRA, 1999 p.136).

No entanto, compreendemos que como as milícias também são formadas por agentes públicos, por forças do Estado, não configuram um “poder paralelo”, um poder à parte do aparelho estatal. Formadas por agentes privados e públicos, elas configuram forças de repressão e enfrentamento que são acionadas quando trabalhadores e populações reivindicam acesso e uso de terras que estão concentradas nas mãos de fazendeiros e empresários. As violências, que poderiam ser encaradas como condição de não-civilidade, de “barbárie”, se manifestam no bojo das sociedades pós-modernas. São atitudes políticas frente a conflitos que remetem ao passado, mas que persistem e são praticadas nos dias de hoje, mesmo que conflitos ganhem novas formas e contornos. As mortes de trabalhadores nessas situações de disputa são “parte da história do desenvolvimento rural, apoiado pelo Estado e fomentador de violência e exclusão no campo brasileiro” (PORTO, 2020, p.26)

Os cinco estados com maiores índices de conflito por terra no campo em 2017, segundo o relatório da CPT, são: Maranhão, com 201 ocorrências; Bahia, com 116, Pará, com 111, Rondônia, com 91, e Minas Gerais, com 91 ocorrências. O trabalho investigativo desta pesquisa em torno dos sentidos sobre mortes por violência em circunstâncias de disputa no campo está circunscrito à região do Pará. Ainda que este Estado ocupe a 3ª posição no ranking dos estados com maior número de conflitos em 2017, lidera em total de assassinatos, somando 294 entre 1997-2018, e foi palco do maior número de mortes por evento no mesmo ano. Soma-se a isso a relevância econômica da região no cenário internacional, relacionada ao fato desta ocupar 26% da Amazônia,

maior floresta tropical e maior reserva de biodiversidade do planeta, o histórico de casos emblemáticos de morte decorrente de violência por conflitos de terra, como o episódio de Eldorado dos Carajás, e o assassinato da ativista Dorothy Mae Stang, Além destes casos, são conhecidos porque obtiveram maior visibilidade, “identifica-se que na Amazônia paraense há um processo permanente e silenciado de extermínio dos sujeitos políticos que resistem e, sobretudo, das lideranças que organizam e protagonizam a disputa territorial contra hegemônica” (FILHO, 2019, p.1)

## **1.2 O sudeste paraense: ocupação territorial, violência e conflitos por terra na região**

*“Luto para viver, vivo para morrer  
Enquanto minha morte não vem  
Eu vivo de brigar contra o rei”*  
(Milton Nascimento, Fernando Brant)

Foi em um município da região sudeste do Pará que se deu o acontecimento investigado nesta pesquisa. Em seu trabalho, Giardes e Fernandes apresentam referências que apontam para a ocorrência de violências relacionadas a disputas no campo nesta região do estado. Eles mencionam “o Sudeste do Pará e o estado de Rondônia” como locais “onde latifúndio, agronegócio e camponeses disputam seus territórios” (Giardes e Fernandes, 2009, p.348). Ao mapear violências e mortes em situações de disputa por terra, regiões do Pará também são destacadas nas pontuações dos autores sobre distribuição territorial dos tipos de violência direta, como os assassinatos.

Ainda que a disputa territorial e os conflitos no campo aconteçam em escala nacional, sobre os territórios em disputa de 1985 a 2005 destacados pelos autores, o Pará aparece como região de conflitualidade. Outro tipo de violência relacionado a conflitos no campo e a questão agrária que se destaca no estado do Pará é a exploração dos indivíduos pelo trabalho escravo. Quanto a esta prática, que ocorre em escala nacional, “entre 1986 e 2005, a CPT registrou denúncias de 135.109 trabalhadores escravizados no campo brasileiro” (Giardes e Fernandes, 2009, p.363). No entanto, sobre a recorrência desta, segundo os autores, se destacam a região sudeste do Pará e o oeste maranhense.

Como podemos observar no mapa sobre os assassinatos desenvolvido pelos autores (figura 1), há uma grande concentração de assassinatos nas proximidades das regiões leste e sudeste do Pará.

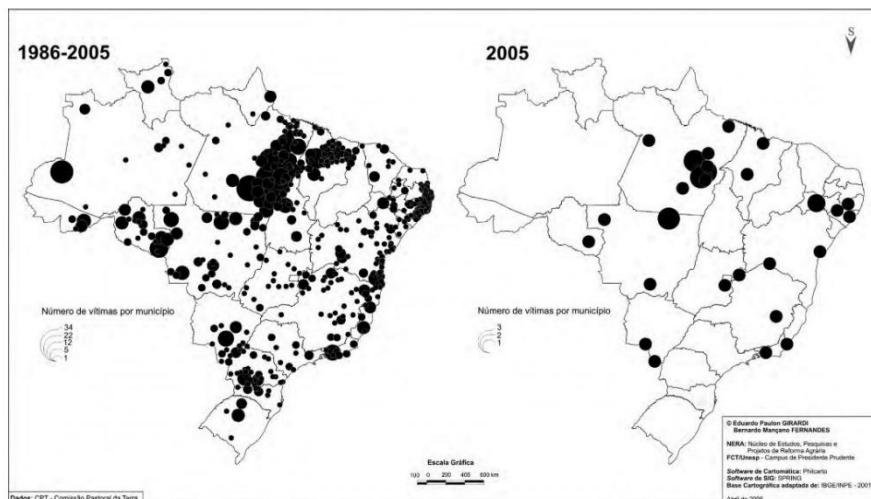


Figura 1 - Mapas de assassinatos no campo entre 1986-2005 e em 2005

Fonte - Giardes e Fernandes (2009)

A formação enquanto região de conflitualidade e o contexto de violências no sudeste paraense resguarda uma intrínseca relação com o modelo de desenvolvimento rural que foi impulsionado na ditadura militar e que configurou processos de ocupação de terras no Sul e no Sudeste do Pará. Estas regiões

tiveram um processo vertiginoso de povoamento durante as décadas 1960 e 1970 auge da estratégia política, econômica e social dos governos militares para a Amazônia. O slogan “integrar para não entregar” orientou investimentos e incentivos públicos na implantação de grandes projetos mineradores e madeireiros, além da agropecuária extensiva na região (PEREIRA, 2015 apud PORTO, 2020, p.84).

Tendo como um dos propósitos a modernização da agricultura brasileira, o governo militar lançou mão de estratégias de estímulo à ocupação de terras em determinadas regiões brasileiras, especialmente no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A expansão da produção e ocupação de terras impulsionada na década de 70 se deu por fortes incentivos públicos para projetos migratórios para estas regiões. Esse estímulo está relacionado também à articulação de movimentos sociais reivindicatórios da terra que emergia no Sul do Brasil, uma região que já estava intensamente ocupada. Preocupado com a ascensão destes movimentos, o governo militar tinha como objetivo, como pontuado pelo sociólogo Zander Navarro

tirar gente do Rio Grande do Sul, onde não tinham mais terras, onde estava nascendo o que viria a ser o MST, onde havia uma Igreja Católica progressista. Ao estimular essa migração para o Centro-Oeste e o Norte, você jogava um pouco de água no fogo que estava começando a

aparecer no Sul e, ao mesmo tempo, ocupava terras onde teoricamente não tinha ninguém. Teoricamente. (NAVARRO, 2017, p. 6)<sup>2</sup>

É de praxe a visão sobre latifúndio como crucial para definir a forma que age o Estado. O regime militar revogou um grande número de desapropriações de terras realizadas pelo governo João Goulart, promovendo expulsões violentas de trabalhadores das áreas ocupadas (PORTO, 2020, p. 52). Os movimentos de expansão da ocupação das terras são decorrentes de incentivos públicos visando estimular a integração de “áreas não ocupadas ou insuficientemente ocupadas”, na década de 1960. (PORTO, 2020, p.67)

Um amplo e rápido fluxo migratório para determinadas regiões foi resultante deste apoio promovido pelo Estado à ocupação das áreas “vazias”, incentivando projetos de colonização e atividades voltadas à “modernização” da agropecuária, componentes da estratégia de ocupação e integração econômica das regiões Nordeste, Centro Oeste e o Norte, tidas como “atrasadas”. Inspirado na “Marcha para o Oeste”, em 1970 instituiu-se o Plano Nacional de Integração (PIN), estabelecendo a reserva de 10km de cada lado das rodovias federais promovendo a expansão da fronteira em prol da colonização e reforma agrária. As terras foram ocupadas tanto através dos estímulos em processos orientados pelo Estado, quanto pelas ações de ocupação espontânea das terras devolutas por de famílias de migrantes pobres, somadas às famílias que ali já viviam, mas não possuíam nenhum tipo de documento que os caracterizasse como proprietários (PORTO, 2020)

A lógica geral dos projetos era seleção de população, especialmente do sul e sudeste (e de locais mais tensionados por conflitos), para ocupar pequenos ou médios lotes em ações coordenadas pelo INCRA. Em 1971 foi criado o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), destinando crédito para compra de terras e estrutura para empresas implantarem a colonização privada. A colonização foi medida política de esvaziamento da desapropriação e da reforma agrária (ROCHA, 2011 apud PORTO, 2020, p.68).

Instrumentos de repressão no campo não foram poupados, justificados pelo argumento falacioso de combate a “uma suposta revolução agrária, de orientação comunista”, que se sustentou como uma das bandeiras usadas pela elite agrária para apoiar o golpe militar em 1964.

A busca de apoio e da participação de camponeses foi orientada e dirigida pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B). Pretendia-se conquistar o poder político por meio da revolução articulando a ação revolucionária e a luta pela reforma agrária. De 1972 a

---

<sup>2</sup> Disponível

em: <http://conteudosparaimpresa.agenciapetrobras.com.br/html/Download.aspx?id=zoin+IN7fqw=>  
Acesso em: 23/04/2021



1975, na região conhecida como Bico do Papagaio, situada nos limites entre os estados do Tocantins, Pará e Maranhão, tais práticas repressivas tornaram-se mais intensas com o surgimento de grupos políticos que se opunham ao regime civil militar. Movimentos de resistência armada no campo surgiram, exemplos como na Serra do Caparaó (MG); Registro, no Vale do Ribeira (SP) e na Região do Araguaia (PA). A Guerrilha do Araguaia foi o mais expressivo, duradouro e reprimido destes movimentos (PORTO, 2020, p.84).

Um argumento para intensificar a repressão sobre lutas pela terra era a existência da guerrilha, justificando a criminalização das lutas sociais tal qual o incremento de perseguições, prisões, torturas e mortes de líderes como medidas necessárias para conter o surgimento de novos focos de luta armada. O sentimento de legitimidade e impunidade em torno da expulsão dos trabalhadores deve-se também à vinculação proposital da imagem dos que resistiam na terra à figura de “subversivos e comunistas – então perseguidos do Estado”, não sendo estas vistas como práticas condenáveis, mas aliadas na manutenção da ordem. Dessa forma a ação violenta dos grandes proprietários de terras reprimindo trabalhadores foi encorajada pela repressão militar (PORTO, 2020, p.88), sendo parte da história de repressão e criminalização dos movimentos sociais.

A redemocratização nos anos 1980 aumentou a pressão para a distribuição de terras através da reforma agrária, porém na iminência da busca por “terras improdutivas” estas já não se encontravam com facilidade. Na década de 1990 o critério da lei se aplicava a imóveis que fossem da União ou grandes propriedades pouco utilizadas, que foram observados no Maranhão e no sul do Pará.

Há uma legislação, que vem desde o Estatuto da Terra, de 1964, que define os imóveis passíveis de desapropriação. A aplicação dessa legislação veio junto com a modernização da agricultura brasileira. Aos poucos, o Estado brasileiro passou a ter muita dificuldade para achar esses imóveis. A agricultura se modernizou, e os indicadores de muitas dessas propriedades melhoraram. Não cabiam mais nos critérios da legislação para desapropriar (NAVARRO, 2017, p.7)

Consequentemente, indivíduos e movimentos que reivindicavam terras ocuparam fazendas passíveis de desapropriação, em nome da luta pela reforma agrária e criando um dos grandes fluxos migratórios do território nacional.

Esses trabalhadores camponeses enfrentaram repressão direta e violenta guiada pelo militarismo que organizava a exploração do território visando incentivar grupos econômicos a integrar a região a seus negócios. Há registro de 556 mortes, entre sindicalistas, advogados, religiosos e trabalhadores rurais, nos últimos 40 anos no Pará (PORTO, 2020, p.102).

O modelo de incentivo à exploração das riquezas naturais desses territórios foi observado nos anos 1970 pelas equipes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), assim como a perpetuação dos confrontos violentos: alguns anos antes na região 60 militantes do Partido Comunista do Brasil foram assassinados na região e seus corpos ocultados pelo Exército, pondo fim ao movimento conhecido como Guerrilha do Araguaia.

A violência e impunidade que se apresentam no contexto atual, são parte da trajetória de imposição de desigualdade e injustiça contra os povos do campo, fomentada pela concentração e exclusão, historicamente patrocinadas e apoiadas pelos mecanismos do Estado (FABRINI; ROOS, 2014 apud PORTO, 2020, p.53).

Inúmeros assassinatos de lideranças e trabalhadores do campo estão relacionados ao modelo de desenvolvimento rural. A morte do sindicalista João Canuto, uma importante liderança dos trabalhadores rurais e em defesa da reforma agrária, é um dos episódios de assassinatos que marcam a história da luta pela terra no Brasil. Canuto teve uma participação ativa na política em nome dos trabalhadores rurais e foi um ator central para criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, município do sudeste paraense. Em 1985, João Canuto era presidente do Sindicato e esteve à frente de ações em defesa dos trabalhadores rurais e pelo direito à terra para quem nela trabalha. Neste mesmo ano, pouco tempo depois de assumir a presidência do sindicato que ajudou a fundar, João Canuto foi assassinado em Rio Maria.

Uma trajetória de lutas e resistência pelo direito à terra é mantida frente à dominação territorial latifundiária apoiada pelo estado, processo histórico que está na origem do modelo de desenvolvimento rural excludente e degradador.

Nesta luta cotidiana as ocupações, especialmente de áreas improdutivas e públicas, são consideradas instrumentos estratégicos de organização e resistência capazes de mobilizar e pressionar milhares de pessoas e pressionar o Estado pela realização da reforma agrária. As ocupações dão visibilidade à desigualdade e exclusão e exige regulação sobre as condicionantes que regulam o direito de propriedade e o cumprimento da função social da terra. (PORTO, 2020, p.90)

A ocupação de terras de uma fazenda localizada no município de Pau d'Arco faz parte do contexto das disputas territoriais em curso no Brasil. Com cerca de 5 mil hectares, a fazenda Santa Lucia foi instalada no final dos anos 1960. Sobre o proprietário da fazenda, encontramos que “o fazendeiro Honorato Babinski veio do Paraná para explorar madeira e adquirir terras. Quando morreu, em 2013, Babinski era um latifundiário detentor de mais de 40 mil hectares em várias fazendas espalhadas pelo estado (PEREIRA; AFONSO, 2017 apud PORTO, 2020, p.90).

O primeiro registro de ocupação de terras da fazenda data 2013, ano em que o proprietário faleceu. Com relação a esta ação por parte dos trabalhadores rurais, “as informações sobre problemas quanto à dominialidade e a produtividade na área da Fazenda Santa Lúcia foram um dos argumentos centrais que orientaram a ocupação da área pelos trabalhadores sem-terra (PORTO, 2020, p.90)

Em 2015, os proprietários da fazenda, herdeiros do fazendeiro Babinski, ofereceram para ser comprada pelo Estado. O processo administrativo para obtenção da terra, no entanto, “(Processo INCRA nº 54600.000967/2015) revela uma sucessão de idas e vindas intermináveis, reunindo um conjunto de medidas que protelaram a conclusão do processo. As dificuldades residiram principalmente na divergência entre o INCRA e os herdeiros da terra quanto ao valor a ser pago” (PORTO, 2020, p.91). A disputa pela posse da área da fazenda que acabou resultando no massacre está relacionada à morosidade na tramitação do processo de aquisição pelo INCRA e a demora para conclusão do processo pelo mesmo, que é o órgão responsável pela regulação fundiária.

Sobre a atuação do INCRA regional neste caso, em uma entrevista realizada por Porto (2020) com José Batista (advogado da CPT em Marabá - PA) é pontuado que a responsabilidade do Estado nas violências está relacionada também a paralisação da reforma agrária

Não sei como é em outras regiões do Brasil, mas a nossa aqui, o INCRA não consegue responder por 10% da demanda que chega anualmente. Então 90% vai ficando acumulada aí, isso na questão fundiária, falando do processo de democratização do acesso à terra. não tem como dizer que o Estado não é conivente com essa situação da violência, né? Porque se os seus órgãos principais para apresentar solução, encaminhar o problema da descentralização do acesso à terra, democratização do acesso à terra, o Estado faz questão de que ele não funcione. Ou seja, não tem concurso público, não tem orçamento, é sucateamento, é esvaziamento de suas funções, e pronto. Então esse é um fator muito importante de compreensão sobre como o Estado age para fomentar a violência (BATISTA, entrevista realizada em 19/08/2019 apud PORTO, 2020, p.95)

A ocupação e reivindicação das terras pelos trabalhadores rurais em Pau d’Arco emerge de uma demanda histórica, de reparações que não foram feitas: é uma reação ao modelo de desenvolvimento rural consolidado na concentração de terra, a dominação do território do agronegócio e do latifúndio e a violência que é intrínseca a essa estrutura e domínio, e uma demanda pela obtenção de terras para a reforma agrária camponesa.

### 1.3 Violências e mortes em Pau d’Arco

*“A gente já pagou por essa terra. Com o nosso sangue”  
(Fernando dos Santos Araújo<sup>3</sup>)*

*“Esta cova em que estás com palmos medida  
É a conta menor que tiraste em vida  
É de bom tamanho nem largo nem fundo  
É a parte que te cabe deste latifúndio  
Não é cova grande, é cova medida  
É a terra que querias ver dividida”  
(Chico Buarque, João Cabral de Melo Neto)*

No dia 24 de maio de 2017, agentes da polícia militar e da polícia civil do Pará realizaram uma operação para cumprir mandados de prisão de trabalhadores sem-terra que estavam ocupando terras da Fazenda Santa Lúcia, no município de Pau d’Arco. Nesta operação, 9 trabalhadores e 1 trabalhadora que faziam parte da ocupação foram mortos.

A morte dos trabalhadores nesta tentativa de reocupação da fazenda ficou conhecida por movimentos sociais e organizações de direitos humanos como Massacre ou Chacina de Pau D’Arco. Para Marilena Chauí (1995) “a ação policial pode ser, às vezes, considerada violenta, recebendo o nome de chacina ou massacre quando, de uma só vez e sem motivo, o número de assassinados é muito elevado”. A CPT considera por massacre episódios com número de mortes igual ou superior a três.

O acontecimento investigado, percebido sob estas considerações, configura o maior massacre não apenas do ano de 2017, bem como um dos maiores na história de violências no campo no Brasil praticadas pelo Estado, pois o mesmo leva a assinatura da Polícia Militar e Civil do Pará. Os episódios de violência e morte no campo são relacionados uma atuação do Estado em defesa dos interesses dos proprietários de terra, latifundiários e do agronegócio. Trata-se, como apontado não apenas por movimentos sociais como também por pesquisadores, “da segunda maior chacina realizada por policiais no campo brasileiro, atrás apenas de Eldorado dos Carajás” (PORTO, 2020, p.17).

O trabalho de Cléia Porto (2020) é fundamental para compreensão do acontecimento em Pau d’Arco. Diante da escassez de pesquisas científicas sobre este episódio, encontramos uma investigação atenta e singular, na qual a pesquisadora, através do trabalho de campo realizado, apresenta relatos inéditos sobre o acontecimento. A partir da análise cuidadosa com a qual Porto está comprometida, produz uma leitura substancial

---

<sup>3</sup> Sobrevivente da Chacina de Pau d’Arco e principal testemunha do caso, executado em 26 de janeiro de 2021

do que ocorreu, apoiada em articulações históricas e políticas sobre a luta pelo direito à terra no Brasil. Este trabalho nos possibilita conhecer a história da ocupação daquelas terras na perspectiva dos trabalhadores, de seus familiares e companheiros de luta, e desvela a violência e a crueldade praticada por um Estado que defende e ampara a predominância dos interesses do latifúndio e do agronegócio sobre a vida.

Na ação policial, representando o poder do estado, Porto aponta que “um contingente de 29 policiais, oito da Polícia Civil e 21 da Polícia Militar, incluindo um Coronel e um Tenente, reunidos de seis unidades regionais distintas, surpreenderam 25 trabalhadores rurais no meio da mata e mataram dez deles” (CPT, 2017, apud PORTO, 2020, p.31). Segundo a autora (2020), na véspera do acontecimento, os 25 trabalhadores estavam se preparando para reocupar a fazenda Santa Lúcia, de onde já haviam ocorrido quatro expulsões em momentos anteriores.

As 10 pessoas que perderam a vida nesse acontecimento foram: Jane Júlia, única mulher, e líder do grupo de trabalhadores na época da ocupação, “seu marido, Antônio Pedro Milhomem (Tonho), Oseir Rodrigues da Silva, Nelson Souza Milhomem, Wedson Pereira da Silva, Weclbson Pereira Milhomem, Bruno Henrique Pereira Gomes, Hércules Santos de Oliveira, Regivaldo Pereira da Silva e Ronaldo Pereira de Souza” (CPT, 2017, p. 1.755).

Os laudos periciais, segundo a CPT (2017), relatam que as vítimas foram mortas com tiros na cabeça e no peito, configurando execuções. Os laudos, depoimentos de testemunhas que sobreviveram, as evidências descobertas na reconstituição do acontecimento, e outros elementos do processo investigativo, apresentam e descrevem ações, traços, marcas, trazem características, constituem indícios do que ocorreu.

O esforço de pesquisa de Porto (2020) para rememoração do “massacre” reúne diferentes narrativas e matérias, e a partir destas encontramos referências significativas para tomar conhecimento de como se deram as mortes. As referências são indicativas das intenções que contornaram a ação dos policiais, mas muitas delas retratam, principalmente, desprezo, covardia, truculência e crueldade empregada contra os trabalhadores. Tal contexto fica explícito em testemunhos de sobreviventes que constam no laudo da perícia, referenciados no trabalho da autora,

Da posição em que se encontrava ouvia os policiais gritando: “Levanta, véia safada, pra morrer!” E, na sequência, ouviu tiros e, em seguida, novos gritos: “Levanta para morrer, vagabundo!” “Bota a mão na cabeça para morrer, vagabundo!” Escutava também sons semelhantes a chutes e coronhadas. Pontuou que nenhum dos colonos revidou aos disparos. Teve a sensação que os policiais batiam, xingavam e humilhavam as vítimas e, após, atiravam nelas.

Percebeu que a ação de execução era feita de um a um, sob os pedidos de clemência dos posseiros: “Não faz isso, pelo amor de Deus, faz isso não!” Informou que percebeu os policiais caminhando pela área. Ouvia um deles gritar: “Mata todos” (CPT, 2017, p. 1681 apud PORTO, 2020, p.24)

Em depoimento, outra testemunha conta que

de onde estava na lagoa, ouviu gritos dos posseiros, como se estivessem sendo agredidos fisicamente, e os policiais dizendo: “Cadê a gostosona agora”. Vagabunda!”. “Foi vocês, não foi? Que matou o segurança?” Foi vocês que mataram um pai de família!” “Olhe o que vagabundo merece!” “Tire o colete vagabundo!” “Vagabundo tem que morrer mesmo!” A partir daí batiam nos colonos, riam e atiravam. Relata que teve a sensação de que matavam um por um; batiam, riam e atiravam. Escutou várias vezes: “Essa é a minha vez, zero-um”. Cessados os disparos, escutou barulho como se estivessem jogando os corpos na carroceria da caminhonete (CPT, 2017, apud PORTO, 2020, p.34).

Diante da crueldade nas violências relatadas, com “os policiais gargalhando e comemorando a tortura e morte de seus companheiros (TINOCO, 2017 apud PORTO, 2020, p.34), a atitude inicial da polícia é de apontar para a versão de um confronto. Estes optaram por essa alegação mesmo não havendo nenhum morto ou ferido dentre os policiais que participaram. A intenção é confirmada por estes terem forjado evidências para uma versão de confronto de forma planejada, não apenas como explicação posterior para o ocorrido, mas mesmo enquanto se dava, o que é mostrado no relato de um dos policiais que optou pela delação premiada. Raimundo Nonato de Oliveira Lopes, integrante da Delegacia de Conflitos Agrários (DECA), diz “ter ouvido no local do massacre pessoas falando: “Tem que colocar arma na mão deles, na mão deles”, afirmando ainda “ter visto Vitorino colocando a pistola apreendida na mão de Tonho e efetuando disparos” (CPT, 2017, p. 1700 apud PORTO, 2020, p.35).

Pouco tempo após o acontecimento, houve uma manifestação pública na cidade de Redenção (PA) com participação de ruralistas e parlamentares em defesa dos policiais,

proclamando-os como heróis (TINOCO, 2018). Essas ações explicitam o exercício do poder classista dos setores ruralistas e seus aliados que atuam para sobrepor aspectos políticos sobre julgamentos jurídicos, impedindo sanções contra atrocidades cometidas em nome do padrão de desenvolvimento que defendem. São fatos que abrem espaços para toda a sorte de violência física e simbólica (PORTO, 2020, p. 39)

A versão dos policiais de confronto, apesar de não ter se sustentado diante de provas e evidências, configura mais uma violação exercida sobre os trabalhadores, são modos de forjar a realidade e apagar histórias. As marcas do acontecimento deflagram reivindicações. O sofrimento da morte experienciado é agravado pela forma como as mortes foram ocasionadas, pela tonalidade, pelo desprezo, pela violência, pela desumanização, por condições e condutas. Sete das dez pessoas mortas eram de uma

mesma família. Verônica Pereira Milhomem que perdeu filho, sobrinho, irmã e cunhado, contou em entrevista que

de todas as más lembranças, a que ainda mais choca é o dia do velório. Os corpos chegaram do Instituto Médico - Legal de cidades vizinhas já em decomposição. Havia dois corpos dentro de um mesmo saco. O enterro foi feito às presas”. Em outro trecho Verônica afirmou: “no dia que tiraram a vida da minha família, eles levaram a minha junto”. (REVISTA ÉPOCA apud PORTO, 2020, p.42).

Outra condição potencializadora da dor sentida pelos que perderam companheiros de luta e parentes, condição que diz, mais uma vez, sobre a perversidade na ação do Estado e nas posturas que assumiu frente ao acontecimento, é que “as vítimas ou familiares não tiveram qualquer tratamento diferenciado que atentasse para especificidade da forma e dimensão do acontecimento. O Estado sequer reconheceu sobreviventes e familiares como vítimas de um massacre” (PORTO, 2020, p.42)

Contextos, circunstâncias e condutas potencializam a situação de barbárie que envolve essas mortes e intensificam o sofrimento das pessoas que têm de conviver com as perdas. A perícia em episódios como esses muitas vezes é dificultada pela alteração da cena do crime, remoção de corpos, entre outras atitudes. Além disso, é comum que os corpos das vítimas sejam entregues às famílias em estado deteriorado. As passeatas e ações em favor de policiais envolvidos nos crimes, como a que ocorreu, também não são raras. Todos estes elementos estão relacionados no acontecimento de Pau d’Arco.

Após o massacre, os policiais se apressaram em retirar os corpos do local visando apagar os vestígios e encobrir o crime. Os mortos foram jogados de qualquer jeito na carroceria de uma caminhonete e levados para a perícia. Sem nenhum tratamento pós-morte, os corpos foram devolvidos aos familiares (PEREIRA; AFONSO, 2017 apud PORTO, 2020, p.35)

Segundo esses relatos, o assassinato dessas pessoas se deu em condições de humilhação. A isso sucederam-se as atitudes para forjar um confronto, quando os corpos dos mortos foram retirados e levados, deflagrando tamanho desrespeito com aquelas pessoas, com seus familiares e próximos. Somam-se a isso polêmicas sobre parcialidade na condução das investigações, manipulação de informações agravantes, a criminalização de vítimas por variados argumentos, como ocupação indevida e atentado à propriedade privada, configurando assim campo vasto de diferentes formas de violência e violações que se imprimem contra os corpos, contra uma série de direitos, como direito à vida e à justiça, contra a dignidade dessas pessoas. O contexto que circunscreve essas mortes é atravessado pela questão da desigualdade social que marca não só em vida, quanto na morte.

A violência em situações de conflito por terra tem relação histórica com a formação do Estado brasileiro e com a dominação exercida por grupos da elite econômica-social do país, como observamos no começo deste capítulo. Setores pertencentes à classe dominante “possuem sólidas raízes fincadas em práticas violentas nas resoluções de conflitos interpessoais ou na manutenção do poder econômico e político” (BARREIRA, 1999, p 136). Essas ações violentas são justificadas, muitas das vezes, pela defesa da propriedade privada, e são perpetuadas, principalmente, pela impunidade. Segundo o coordenador do MST no Pará, Charles Trocate, em documentário produzido pelo setor de comunicação do MST (2015), nos últimos 33 anos, no Pará foram assassinados no campo 772 trabalhadores. Desses 772 mortos, a polícia concluiu o inquérito em onze casos, e dos onze processos formatados, apenas dois foram julgados, desses dois julgamentos, não se produziu nenhuma condenação satisfatória. A impunidade configura um

reflexo da forma como as autoridades policiais, políticos e parte da sociedade da região banalizam as violências cometidas contra os povos do campo (...) São explicativos, também, da atitude dos policiais que saíram determinados a matar, como se sentissem autorizados a isso. Afinal, é recorrente a realidade em que os crimes cometidos no âmbito de conflitos por terra normalmente não sejam punidos (PORTO, 2020, p.39)

Diante das violências, assassinatos e da impunidade, a mobilização e resistência dos trabalhadores sem-terra se expressa/reflete em distintas práticas e ações. O acampamento da fazenda Santa Lúcia leva agora, como forma de homenagear a líder, o nome de Jane Júlia. Esta nomeação, os movimentos de reocupação, e a construção de um memorial no local onde aconteceram as mortes, outra forma de homenagear, como Porto pontua, são ações em busca da afirmação da luta por terra, reivindicam reparações e o não esquecimento

Além de ser um instrumento de afirmação da luta pela reforma agrária, também negou a comodidade da sociedade e do Estado de esquecer, com mais rapidez, as violências e violações que ali foram praticadas. Ao decidir retomar a terra, os trabalhadores enfrentaram medos e traumas, que ainda não superaram (BARROS, 2019), mas encararam esta iniciativa como um ato de resistência. (PORTO, 2020, p.40)

Sobreviventes do acontecimento em Pau d’Arco e outras famílias de trabalhadores sem-terra reocupam continuamente a fazenda Santa Lucia, e com isso “mantêm viva a memória da dor exigindo justiça para os mortos com a condenação dos culpados e, também, a realização da reforma agrária para que possam transformar aquela terra em local de reconstrução da vida, com produção e reprodução social” (PORTO, 2020, p.18). A constante reocupação das terras da fazenda por trabalhadores sem-terra, a luta pela



reforma agrária que reside na ocupação, neste caso, está dissociada de movimentos sociais do campo maiores/mais tradicionais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). Porto apresenta detalhes dos processos de ocupação da área extraídas de entrevista com o advogado que defende as famílias, José Vargas

A primeira ocupação da área, realizada no ano de 2013, foi coordenada pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Estado do Pará (FETAGRI - PA), o que foi mantido até pouco tempo antes da ocorrência do Massacre. Quando a FETRAF deixou a coordenação, o movimento foi assumido por Jane Júlia, que não tinha vinculação política com nenhum movimento social, mas tinha experiência com coordenação de outro processo anterior de luta por uma área urbana no município de Redenção. Após a ocorrência do massacre, a LCP, apoiou o grupo no processo de reocupação da terra, mas também deixou a organização do acampamento. Hoje o acampamento é coordenado por uma Associação dos acampados e recebe o apoio e assessoria da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Marabá e Xinguara, no acompanhamento das ações judiciais e dos processos organizacionais dos acampados. (Entrevista realizada em 26 de agosto de 2018). (PORTO, 2020, p. 38)

As operações da polícia que têm como consequência morte de grupos e indivíduos envolvidos em disputas por terra com fazendeiros, latifundiários e com o agronegócio denunciam relações que agentes públicos mantêm com estes, acusam um cenário onde agentes públicos atuam a favor do interesse privados de grandes proprietários de terra, e materializam a participação destes na morte de trabalhadores sem-terra. Essa forma de atuação é recorrente, em parte, pela impunidade, e ainda pelos modos que a justiça conduz tais processos. A condução de processos criminais geralmente se difere a depender não apenas do tipo de delito, mas também, e principalmente, da posição social dos sujeitos envolvidos. Enquanto enorme parte da população carcerária no Brasil ainda aguarda julgamento, os policiais apontados pelo crime, presos em 2017, foram “colocados em liberdade em junho de 2018 ao ser concluída a fase instrução processual” (PÚBLICA, 2019 apud PORTO, 2020, p. 38).

Os assassinatos no campo que se repetem marcando a história da luta por terra no Brasil revelam que a chancela da impunidade funciona como garantia e incentivo para que continuem acontecendo.

Em resposta aos conflitos, a violência tem sido utilizada pelo latifúndio e pelo agronegócio para expropriar e impedir a territorialização e a reterritorialização do campesinato. O Estado por meio dos Poderes Executivo e Judiciário tem utilizado atos violentos contra os camponeses de forma direta e indireta, passiva e ativa. O campesinato, na luta por território, realiza as ocupações de terra e tem como resposta a violência direta dos fazendeiros e empresários. Ameaças de morte, assassinatos, despejos judiciais e expulsões são as violências mais imediatas sofridas pelos camponeses. Também compõe o cenário de violência contra a pessoa o trabalho escravo, prática que evidencia ainda mais a ausência do Estado fiscalizador no campo, deixando a lei nas mãos dos interesses particulares de fazendeiros e empresários que utilizam

trabalho escravo para ampliar seus capitais, configurando mais uma contradição do capitalismo no campo brasileiro. A intensa conflitualidade caracterizada pelo enfrentamento dos diferentes territórios contribui para o desenvolvimento e encontra na violência direta e indireta, passiva e ativa, formas de repressão que colaboram na manutenção da desigualdade e da pobreza no campo brasileiro, ocasionadas pelo desenvolvimento do capitalismo por meio da desterritorialização da produção camponesa (GIARDES E FERNANDES,, 2009, p.366)

Os crimes que acontecem em situações de conflito por terras muitas vezes permanecem sem ação efetiva da justiça, em decorrência das relações que latifundiários mantêm com juízes, delegados e políticos. O ambiente no campo parece se tornar cada vez mais ameaçador, marcado por perseguições, destruição de plantações, expulsão de famílias e aumento dos assassinatos. Tais circunstâncias não remetem ao contexto atual pois incluem práticas que há muito tempo marcam a luta por terra e as populações envolvidas, mas tais práticas são mais ou menos autorizadas, impulsionadas ou reprimidas, por meio do reconhecimento ou não das violências e assassinatos, e das ações políticas tomadas frente a estes.

As mortes e violências deflagradas no acontecimento de Pau d'Arco não se encerram nele, nem no dia que ocorreu, como podemos acompanhar. Reverberam outras violências simbólicas e materiais exercidas contra seus familiares e contra os trabalhadores envolvidos na luta por essas terras, que continuam a reocupá-las. Dois trabalhadores sem-terra que ocupavam a fazenda foram assassinados. No começo de julho de 2017, pouquíssimo tempo depois da morte dos 10 trabalhadores, o líder da reocupação, Rolsenilton Pereira de Almeida, foi assassinado ao lado dos filhos quando saía da igreja. Em março de 2018 Joacir Franco Alves da Mota, que integrava o acampamento, foi assassinado. Em 2021, 4 anos depois, ameaças e violências continuam sendo direcionadas a sobreviventes e outras pessoas envolvidas no caso, um dos sobreviventes foi assassinado (REPÓRTER BRASIL, 2021).

Em janeiro de 2021, enquanto os policiais que são réus pelos homicídios dos trabalhadores estão soltos, o advogado de defesa das famílias dos trabalhadores, José Vargas, foi preso. Segundo a advogada da CPT Andréia Silveiro, em reportagem do Repórter Brasil<sup>4</sup>, “desde o massacre em 2017, Vargas se destaca com um trabalho brilhante na defesa dessas famílias que pleiteiam o assentamento” (REPÓRTER BRASIL, 2021). Ele foi detido no 1º dia do ano acusado de envolvimento em um caso de

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2021/01/advogado-que-denunciou-policia-em-chacina-de-pau-darco-e-presos-por-piada-no-whatsapp/> Acesso em: 29/03/2021).

homicídio. Tal prisão é marcada por questionamentos, as provas são mensagens de celular e a forma como foram interpretadas foram tidas como parciais por advogados e especialistas. O caráter duvidoso vem ainda, segundo a reportagem, porque a prisão pode ser relacionada ao acontecimento de Pau d'Arco, uma vez que ocorre “justo no momento em que a Justiça concedeu a reintegração de posse” (REPÓRTER BRASIL, 2021) da área ocupada. A matéria do Repórter Brasil destaca também que, ao apreender o celular e o computador do advogado, o acesso a estes pela polícia representa um “acesso a denúncias sigilosas que sem-terra e indígenas fizeram sobre a própria polícia” (Ibidem).

Alguns dos áudios que a polícia teve acesso vazaram após a prisão e tiveram grande repercussão pelas redes sociais em Redenção (PA), culminando na depreciação da imagem do advogado, o que impactou e assustou sua família, bem como despertou medo nos assentados do que pode vir a acontecer. (REPÓRTER BRASIL, 2021).

Diversas entidades e movimentos sociais se manifestaram pela liberdade de José Vargas. Após 25 dias detido, o advogado foi autorizado a cumprir detenção domiciliar. Outro fato a destacar sobre a prisão, é “que o mesmo promotor estadual que investigou a chacina em 2017 foi quem pediu a prisão do advogado das vítimas em dezembro. Entrevistado em janeiro, Leonardo Caldas refutou qualquer relação entre os casos” (REPÓRTER BRASIL, 2021)

Também em janeiro de 2021, um dia após o advogado José Vargas conseguir prisão domiciliar, um dos sobreviventes do episódio de Pau D'Arco, Fernando Araújo dos Santos, “com depoimento mais rico em detalhes sobre a chacina” (REPÓRTER BRASIL, 2021)<sup>5</sup> foi assassinado. Duas semanas antes, Fernando Araújo havia concedido “uma entrevista sobre recados e ameaças que recebeu dos policiais responsáveis pela Chacina de Pau d'Arco” (Ibidem). Segundo esta reportagem sobre a morte de Fernando, ele estava sendo acompanhado, desde o acontecimento de Pau d'Arco, pela equipe do Repórter Brasil para um documentário. Fernando Araújo teria sido ainda o responsável por convencer os outros sobreviventes a falar. Nos relatos da última entrevista com o trabalhador, que são apresentados na reportagem, Fernando diz sobre

Recados que chegaram em dezembro [2020] de três pessoas diferentes, mas sempre com a mesma mensagem. “Os policiais estão pensando em vir aqui dar um jeito de não haver mais testemunha antes do julgamento. Não há testemunha, não há julgamento”. Além dele, outros sobreviventes que moram na fazenda receberam as mesmas mensagens. (REPÓRTER BRASIL, 15/02/2021).

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2021/02/testemunha-da-chacina-de-pau-darco-relatou-ameacas-da-policia-antes-de-ser-assassinado-2> Acesso em: 29/03/2021)

Apesar de Fernando Araújo mencionar, ao falar de ameaças direcionadas a ele, nomes de policiais, como Ronaldo Silva, o advogado que representa este e outros policiais acusados nega que tais ameaças tenham sido feitas porque os policiais estariam proibidos de falar ou se aproximar de vítimas e familiares.

A reportagem conta que Fernando Araújo conseguiu escapar de ser assassinado no fatídico episódio de Pau d'Arco por se fingir de morto, e que ele viu seu namorado morrer. 4 anos depois ele foi encontrado pela família sem vida, com um tiro na nuca. A jornalista Ana Aranha, a autora da matéria, conta

Nas minhas conversas com Fernando em janeiro deste ano [2021], ele se mostrou especialmente desconfiado da polícia como um todo. Isso porque, em novembro, Fernando levou um tiro na barriga e foi hospitalizado. Ele passou informações para a polícia sobre o homem que tentou lhe matar, mas nada aconteceu (REPÓRTER BRASIL, 2021)

O sobrevivente, como apresentado ainda na reportagem, era gay, analfabeto e “foi o primeiro a deixar o programa de proteção às testemunhas e voltar para a fazenda”, onde esteve sempre trabalhando. É de Fernando Araújo um dos relatos que nos contam da crueldade, da brutalidade, do tratamento desumano e do terror que recaiu sobre os trabalhadores sem-terra de Pau d'Arco naquele 24 de maio de 2017,

Eu só ouvi uma voz dizendo assim: ‘é a polícia, corre não, bando de bandido se não morre’. Eu ouvi isso e tiro em cima. Todo mundo sentado no chão, não deram chance pra ninguém nem levantar a mão. ‘Por favor, não faça isso’. Os outros tavam chorando. ‘Eu não vou correr, não’.. Eles pegaram muitos amigos ainda vivos, a gente ouvia: ‘pelo amor de Deus’. Eles estavam vivos. Ouvi as pancadas. [Os policiais] riam e gritavam: ‘É pra matar. Pega, pega! É pra matar mesmo. Vamos matar todos. Isso, bota a mão na cabeça pra morrer. Morre velha safada. Que velho difícil de morrer’” (REPÓRTER BRASIL, 2021)

A ocorrência de mais um assassinato reverbera a tensão e constante ameaça que chega a trabalhadores sem-terra e povos do campo, da morte pela disputa de terra com o latifúndio e o agronegócio, que são privilegiados pelo Estado. Materiais sobre mortes em conflitos no campo no Pará revelam que trazem relatos Massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996, revelam semelhanças simbólicas nas ações de violência e no extermínio efetivado em Pau d'Arco: em ambos os casos, só em um dos grupos em conflito ocorreram mortes e pessoas foram gravemente feridas; o armamento do grupo com mortos e feridos era nitidamente inferior em termos de quantidade e qualidade do que o do outro grupo; os dois episódios decorreram da ação da polícia militar e civil do estado do Pará e, em ambos, legistas identificaram execuções à queima roupa. Retratam também que 21 anos depois, ações de extrema violência e assassinatos de camponeses e povos do campo permanecem com força nas práticas do Estado. Há uma urgente

necessidade de conhecer, visibilizar e denunciar continuamente os episódios de violência e assassinatos no campo compreendendo, diante disso, que

O presente de uma sociedade não pode ignorar a persistência de violações do passado no presente, considerando que “não há justiça sem memória da injustiça” (MATE, 2009, p. 9). As práticas do passado ditatorial que persistem e comprometem a plenitude dos direitos humanos precisam ser reparadas e transformadas. Para os povos do campo, incluindo os acampados de Pau d’Arco, é necessário que as instituições assegurem o direito à terra e território como medida estratégica e estruturante de transformação das bases do desenvolvimento, que se quer promotor de igualdade, liberdade e paz. (PORTO, 2020, p.65)

Os depoimentos como de Fernando e o de outros sobreviventes e familiares revelam o horror experienciado. As falas dos policiais descritas revelam a desumanidade de suas ações, percebida no trabalho de Porto (2020), em referência ao pensamento de Arendt (1999), como uma banalização da dor e do mal empregado para extermínio de outro indivíduo. Essas falas revelam também, como percebemos através das leituras de Butler (2015), que tais indivíduos são tidos para sujeitos e instituições que ocupam e/ou representam posições de poder como inferiores, que suas vidas têm menos valor, são menos dignas de serem vividas, perdíveis e, por isso, matáveis.

## 2. A MORTE INTENCIONAL POR VIOLÊNCIA E SEUS SENTIDOS

*“Quando tomamos nosso horror moral como um sinal de nossa humanidade, não notamos que a humanidade em questão está, na verdade, implicitamente dividida entre aqueles por quem sentimos um apego urgente e irracional e aqueles cuja vida e morte simplesmente não nos afetam, ou que não consideramos vidas.”*  
(Judith Butler)

Este capítulo é dedicado a pensar sobre a morte intencional por violência e seus sentidos sociais, tema central dessa dissertação, tomando a morte e a violência enquanto fenômenos vivenciados por indivíduos e coletividades de distintas formas e em diferentes dimensões. Ambas as problemáticas são trabalhadas por diversos campos do conhecimento, que envolvem tanto as Ciências Humanas e Sociais, como as Ciências Biológicas, constituindo-se como eixo de investigação em variadas perspectivas. Apesar dessa diversidade de abordagens, nos interessa, neste trabalho, trazer para o debate as visadas sócio-cultural e comunicacional. A questão que norteará este tópico será compreender alguns dos sentidos sobre morte e violência construídos na contemporaneidade, levando em conta a complexidade e o dinamismo destes, o que significa compreendê-los a partir de seus vínculos com configurações históricas, políticas, econômicas e culturais.

Ao pensar sobre a morte nos defrontamos com seu caráter universal, uma vez que se trata de uma experiência comum, da qual não se pode escapar, mesmo com os diferentes recursos desenvolvidos e acionados em busca de seu adiamento. Ao longo do tempo, as mais diversas coletividades desenvolveram narrativas e rituais para lidar com esse evento. A morte precisa sempre de um corpo sobre o qual vai recair, sendo comum que implique dimensões materiais e simbólicas na sua elaboração. No entanto, ainda que seja uma ocorrência absoluta, que chega para toda a gente, é perceptível que sua natureza também é particular, pois envolve relações sociais, crenças, e práticas distintas, como os rituais escolhidos para tratá-la, e as manifestações do luto.

Em relação aos sentidos produzidos socialmente, a expressão da morte é um acontecimento que carrega inúmeros significados. Sobre ele, uma variedade de domínios, religiões, culturas, histórias, obras de arte, textos literários, saberes populares, produziram e não cessam de produzir as mais diversificadas perspectivas. A fim de explicá-los e defini-los, narrativas competem, podem ser mais ou menos naturalizadas e ter maior ou menor aceitação. Modos de se relacionar com a morte diferem de acordo com contextos culturais e históricos, são transformados ao longo do tempo. Variam também, em cada

época e sociedade, os sentidos que a revestem, as práticas ligadas ao luto e ao morrer, tanto no plano coletivo quanto individual.

Na Idade Média, a morte acontecia diante de olhares e presenças, como um fenômeno público, por ser partilhado com outras pessoas. Neste período (onde as sociedades eram governadas pela Igreja e pela aristocracia) doutores atendiam no lar e doentes morriam em casa. A maneira de punir crimes, desobediência, descumprimento de normas, entre outras transgressões, era o suplício, que designava castigos corporais ou pena de morte. Tais sentenças eram executadas publicamente, em praças, ruas e locais de comum acesso. Havia neste período uma evidente proximidade entre mortos e vivos (BARBOSA, 2004).

Na modernidade ocorrem “mudanças nas atitudes diante da morte e do processo do morrer, configurando um quadro classificado como de negação, ocultamento e afastamento dos moribundos pela instituição médica” (MENEZES, MACHADO, 2019, p.13). A morte perde força e presença no espaço público, e passa a ser tratada cada vez mais como um fenômeno privado.

A ideia de espaço público é a ideia da rua, da política, e dos meios de comunicação que “surgem”. No contexto de urbanização, a circulação de ideias através do jornal, a criação dos cafés, expande o processo de formação de opinião, fazendo com que este se desenvolva em relações para além da família (RODRIGUES, 1985). Essa é a noção de público - masculina e burguesa - que surge, em oposição à ideia do espaço público concentrado no soberano/rei, enquanto o espaço privado está relacionado à casa, ao lar, portanto a uma noção feminina. O papel da imprensa é fundamental neste processo.

numa dualidade entre a sociedade civil, constituída pelos projectos e pelos jogos de interesses privados dos cidadãos, por um lado, e o Estado organizador das regras formais de gestão das contradições inerentes à individualização cada vez mais exacerbada da sociedade civil, por outro (...) É neste contexto que o próprio espaço público se autonomiza e transforma em objecto de troca, numa pura forma abstracta de publicidade, na forma jornalística. De veículo da opinião publicamente produzida nos espaços de convivência que eram as sociedades, os clubes e os cafés, onde o cidadão, o honnête homme, o proprietário, o notável, se confundiam no sujeito de um saber esclarecido que, na argumentação pública, se elaborava e se tornava visível, a imprensa torna se, a pouco e pouco, fazedora de opinião, substituindo-se ao trabalho de elaboração colectiva, reservando esse trabalho a uma nova classe profissional anónima, os funcionários da pena. (RODRIGUES, 1985, p.4 e 5)

Falar em vida privada passou a ser comum na modernidade, como forma de separar questões que devem ser tratadas no plano social das que são individuais e particulares. Mas a noção de espaço privado, no que diz respeito à morte, não está

relacionada à casa, ao ambiente familiar ou íntimo. A morte passa a ser privada porque é levada para fora das nossas vistas, realocada em um outro tipo de lugar privado.

Nossa relação com a morte tem a ver com o contorno e imbricamento das dimensões públicas e privadas. O desenvolvimento científico e tecnológico e o advento da biomedicina impulsionaram a higienização da morte, com ela leitos e setores do ambiente hospitalar passam a ser os espaços privilegiados do morrer. Esse esforço para afastar a doença e a morte do dia a dia, da vida comum, se dá em meio ao domínio do individualismo que marca as sociedades ocidentais modernas.

Benjamin, Ariès, Foucault e Morin chamam a atenção para o fato de que a morte vem perdendo, gradativamente, sobre o imaginário social, seu poder de evocação. Esse processo, segundo os autores, viria acelerando-se especialmente a partir do século XX com as instituições higiênicas que “interditaram” a morte enquanto experiência, depuraram-na da casa e transferiram-na para os hospitais, com suas equipadas UTIs que, mais modernamente, tecnificaram e criaram um saber específico sobre o ato de morrer. A morte, em certo sentido, entra em “crise”. (RONDELLI, HERCHMANN, 2000, p.204)

Na pós-modernidade, no entanto, a relação público x privado vai sofrer transformações, com o enfraquecimento do Estado moderno e a flexibilização da clássica divisão entre estas esferas, colocando em cena suas mútuas interferências. A coexistência destas se apresenta nos discursos do espaço biográfico que é ampliado na atualidade

As narrativas biográficas geram o reconhecimento de uma pluralidade de vozes (...) que dão conta dos vários espaços públicos e privados coexistentes (...) E, do ponto de vista político-filosófico, é válido refletir sobre as considerações, talvez infinitas, a partir da ideia de constituição de narrativas plurais que ao passo que falam de um eu, da criação de si, ao mesmo tempo falam de solidariedade e informam sobre outros, sobre a comunidade. (OLIVEIRA, 2010, p.177)

Vemos a morte retornar ao espaço público, no mundo contemporâneo, em grande parte pelas narrativas biográficas. O envelhecimento da população, o aumento de enfermidades crônicas degenerativas, são realidades que trazem questões sobre o prolongamento artificial da vida, cuidados paliativos, as novas práticas de morrer, como a eutanásia, e seus desdobramentos/suas implicações em termos jurídicos e políticos.

O ocultamento da doença e do morrer modelado socialmente ao longo de cinco séculos é, portanto, profundamente modificado. Em menos de cem anos surgem e são difundidos novos imperativos sociais, associados a novas normas, leis e práticas. É preciso conhecer a doença, o diagnóstico, as possibilidades terapêuticas e suas consequências, aceitar e lutar pela vida. É preciso ser “guerreiro”. (MENEZES, MACHADO, 2019, p.14)

Esse reaparecimento da morte no espaço público e no cotidiano se dá também, pela sua presença no cenário midiático. Pauta recorrente do jornalismo - televisivo, impresso e digital - a morte vem em catástrofes, doenças, crimes, entre outras



circunstâncias, e aparece comumente em diversos produtos como novelas, filmes, entrevistas, narrativas contando “histórias de vida” de figuras famosas. E deste modo, a morte “espetacularizada” participa ativamente dos processos de formação de sentidos da realidade. Mesmo em meio a um contexto no qual

(...) a maioria das nossas mortes anônimas ainda se mantêm reservadas e vedadas aos olhos nos hospitais, asilos e velórios, notamos que as sociedades contemporâneas têm, cada vez mais, reconduzido a morte de alguns notórios eleitos ao “mundo dos vivos” através de sua encenação midiática. (RONDELLI, HERCHMANN, 2000, p.204)

O acesso à internet, o desenvolvimento de dispositivos, a ampliação da mídia no nosso dia a dia, configuram novos ambientes para criação e compartilhamento de textos, vídeos, jogos, bem como novos espaços para os indivíduos interagirem entre si. Conceitos como sociedade da informação, era digital, mundo globalizado, tentam explicar o tempo atual, marcado pela ampliação da velocidade dos fluxos econômicos, sociais, culturais e informacionais e pelo alargamento da “nossa experiência para além das fronteiras territoriais que definem nossas comunidades de pertencimento, provocando o que alguns teóricos têm denominado a compressão espaço-tempo”. (RONDELLI, HERCHMANN, 2000, p. 202). Nesse cenário midiático, a morte surge nos mais variados gêneros e estilos, lúdica através jogos direcionados para crianças e jovens, sob forma de denúncia, manifestação de pesar, registrada por celulares, apresentada em infográficos...

A mídia, portanto, explora aspectos fundamentais de como o homem contemporâneo coloca-se diante da morte e através das encenações de sentido que produz pode-se reconstruir cenários de significações do mundo contemporâneo (BARBOSA, 2004, p.12)

A visibilização contemporânea do processo do morrer envolve assim novos rituais e sensibilidades. A morte pública é construída através das narrativas midiáticas e de suas encenações. Apesar da maior presença da morte na contemporaneidade, esta ainda é algo assustador. Seu efeito perturbador e a repercussão que obtém difere de acordo com as circunstâncias, está relacionado a variáveis como a idade, ocupação, classe social, e a própria causa da morte.

Os sentidos da morte se transformam ao longo do tempo, mas suas diferenças não se dão apenas no contexto histórico. Elas também se dão dentro das sociedades, nas formas de morrer e nas formas de classificar a morte - natural, justa, injusta, ruim, boa. O olhar sobre a morte vai variar, porque são vários os tipos de morte. Há uma classificação social das mortes, e nem todas são vistas da mesma forma.

Este trabalho se move na direção de compreender, especialmente, as mortes de trabalhadores rurais por violência num contexto de disputas por terra. Assim, o mesmo movimento que fizemos em relação à morte se aplica à violência. Interessam aqui os processos de caracterização, ou seja, de constituição da violência, compreendendo que concepções da violência são construídas e transformadas socialmente ao longo do tempo. Para além de sua dimensão concreta, a violência se constitui também discursivamente: o que chamamos de violência, como a identificamos, como se desenham suas articulações com a morte, são questões que guardam relação com sentidos produzidos que circulam através de discursos e enquadramentos.

Os modos de concretização da violência apresentam diferenças significativas, bem como os sentidos manifestados e/ou atribuídos a ela também se distinguem. Tanto as expressões da violência, quanto as reflexões produzidas acerca destas, carregam as marcas de sua época, dos contextos sociais e subjetivos, culturais e políticos, em que se dão. Os procedimentos de caracterização da violência também variam dentro de cada sociedade, e em um mesmo período, o que se evidencia, por exemplo, quando esta vai ser ‘tratada’ tanto por instituições jurídicas e pelo sistema penitenciário, quanto pelas instituições de saúde mental, no que diz respeito ao comportamento de indivíduos e grupos, bem como tomada enquanto consequência ou meio para uma ação social e política, como ocorre em guerras e revoltas.

As maneiras de exercer, os modos de punir, e mesmo de conceber o que é violência, de interpretá-la como tal, nos apontam a dimensão plural e polissêmica a reveste. Sendo objeto de estudo de variados campos do conhecimento, com explicações, metodologias e conceituações próprias, se apresentando em uma extensa variedade de formas, e tendo em vista sua relevância na contemporaneidade, a violência constitui um tema complexo, marcado por perspectivas e teses divergentes. Compreendemos aqui, ao tomá-la como questão de pesquisa, que sua materialização é fundamentalmente contextual, e está intrinsecamente relacionada a uma constituição discursiva que dá condições de possibilidade para que determinadas práticas e situações sejam interpretadas enquanto violência, e para que outras não esbarrem na questão, porque não chegam a ser enquadradas como tal.

Domenach (1981) aponta que predomina a partir do século XX uma definição da violência relacionada ao emprego ilegítimo ou ilegal da força, em contrapartida a dois outros aspectos que a caracterizam: o psicológico, relacionado à insensatez, e o moral, direcionado a bens e a liberdades dos outros. Essa definição predominante configura o

que o autor chama de aspecto político da violência. Para o autor o progresso democrático está intimamente vinculado ao conceito moderno de violência, quando liberdade passa a ser um valor político. A noção de cidadão e de direitos coloca a violência como, principalmente, um fenômeno que tem relação com a liberdade. O autor propõe que um aspecto da violência é o uso da força para obter de uma pessoa ou de uma coletividade algo não consentido pela mesma, uma maneira mais fácil de alcançar do que através do diálogo e da negociação. Nisso reside o caráter instrumental da violência. Mas não se trata apenas de sua utilização por um princípio econômico. Ele discorre sobre a violência, apontando para colocações de Nietzsche e Hegel, como arraigada à condição humana, tendo a ver com a origem da consciência, com autonomia, e com a dependência do outro existir para que eu exista, “a luta pela vida se converte então na luta por reconhecimento” (DOMENACH, 1981, p.38).

Admitindo a complexidade da violência que, para além da dimensão filosófica referida, “apresenta uma infinidade de aspectos concretos”, Domenach aponta para a questão de que “em geral, chamam mais atenção às violências abertas que as ocultas, e por tanto são elas que se denunciam com mais veemência” (DOMENACH, 1981, p 39)

Nossas reações diante da morte e da violência estão relacionadas à sua exposição, sua visibilidade, não só dependem desta, como se configuram a partir de contornos em que podem ser vistas. As formas com que certas circunstâncias são colocadas e repercutidas atravessam a percepção de que se trata de uma morte por violência. O apelo à violência enquanto problema geral crescente, a repetição desta como uma unidade abstrata, pode repercutir em uma apreensão esvaziada de sentidos inerentes da violência, justamente sobre os quais, como Domenach argumenta, são os que mais precisam ser considerados.

Compreendemos que a violência é uma problemática amplamente trabalhada pela mídia através de suas dimensões sociais, simbólicas e materiais relacionadas aos enquadramentos culturais e políticos contemporâneos, que repercute modos diferenciados de acordo com circunstâncias e interesses em questão. Neste espaço privilegiado para o reconhecimento público de sujeitos e situações que é a mídia, são produzidos enquadramentos e narrativas que afetam quais questões serão interpeladas, por quem, em quais dimensões e de que formas.

Investigamos aqui a morte por violência, como estes fenômenos estão articulados em práticas discursivas, quais sentidos são a eles vinculados. A morte tem vários sentidos, e, portanto, várias classificações. Segundo cada tipo de classificação, uma moralidade

associada, uma determinada grade de emoções - ou seja, uma morte “natural” (por idade), compaixão; uma morte “prematura”, interrompendo o curso feliz das vítimas (crianças), indignação; se for de alguém moralmente desprezado (criminoso, traficante), indiferença, e mesmo satisfação. As mortes não despertam as mesmas emoções, nem todas são dignas de serem pranteadas, e mesmo a intensidade do pesar e da lástima varia de acordo com algumas questões, como quem era, em que situação. As diferentes classificações se relacionam, entre outras coisas, com a questão da visibilidade. A (in)visibilidade traz uma dimensão moral, pois muitas vezes é visível quem merece ser visto (muitas mortes são invisíveis), ou ainda, é visível quem merece ser “acusado”, denunciado (a visibilidade negativa, como a corrupção).

No tratamento midiático, segundo Barbosa (2004), dois lugares são construídos para o morto: um lugar de destaque, uma morte “digna do ato memorável midiático”, e outro de menor importância, “o morto comum, objeto da violência corriqueira” (BARBOSA, 2004, p.12) Essas mortes aparecem nos meios de comunicação, e sua própria naturalização, o caráter ordinário ou corriqueiro que obtêm, é produzida também pelas formas de enquadrar e apresentar. A morte intencional por violência na mídia ganha proporções e traços que vão afetar de distintas formas os espectadores e despertar diferentes reações. Através das encenações e narrativas, podemos nos aproximar da morte por sentir que somos potenciais vítimas de um destino trágico ocasionado pela proliferação da violência, configurando cenários de insegurança. Dependendo da categoria que o morto se inclua, também pode ser “construído como o inimigo” (BARBOSA, 2004, p.4) na cena pública, acionando sentimentos de justiça, constituindo uma morte esperada e desejada.

Pessoas que são mortas pela violência muitas vezes continuam no anonimato. Mesmo que sua morte seja abordada pela mídia, no tratamento dado são produzidas imagens e explicações que podem colaborar para criar e apagar realidades, acarretar situações de contestação ou de negligenciamento. O processo de reconstrução do acontecimento requer tomadas decisões que dão materialidade ao fato. Falar em números, ocultar ou divulgar nomes, as fontes que serão utilizadas, os contextos explorados, são enquadramentos que configuram sentidos da morte em cena.

A violência em disputas por terra no campo, e as mortes em decorrência desses conflitos, muitas vezes ocasionadas por ação direta do Estado, parecem menos expostas a situações de violência em contextos urbanos. Compreendendo que os espaços são produzidos, reproduzidos e diferenciados social, política e economicamente, questões

culturais e sociais do contemporâneo evidenciam processos de expansão e valorização do urbano, da cidade, vista enquanto espaço desenvolvido, moderno, ativo, em detrimento do espaço rural, que parece representar o arcaico, atrasado, passivo. ~~O apagamento/A~~ baixa visibilidade das violências que ocorrem em lugares distantes dos centros urbanos pode estar relacionada a um aprofundamento das violações, porque reduz as possibilidades de serem incorporadas enquanto problemas sociais, reconhecidas (e rechaçadas) socialmente.

Conforme apontado por Butler (2015), às reações afetivas com relação a acontecimentos e situações estão vinculadas à questão dos enquadramentos que os mesmos recebem. Análises políticas e sociais da autora sobre as violências no contemporâneo que atingem grupos historicamente marginalizados/discriminados, - negros, mulheres, mulçumanos, gays, imigrantes - referenciados também como “minorias” (ainda que não o sejam), ajudam a compreender melhor enquadramentos e dinâmicas de visibilidade midiática em contextos de mortes relacionadas a violência no contemporâneo.

Butler problematiza a noção de contemporâneo, ao que a ideia de “estes tempos” se refere, para quem pode sugerir certo consenso, e as relações do contemporâneo, da modernidade, com narrativas progressistas e liberais ocidentais. Liberdade, normatividade, políticas sexuais, situações ações políticas de Estados nacionais frente aos refugiados e guerras são algumas das questões que a autora discute no livro sob a luz dessa problematização e dos enquadramentos que se configuram.

Compreendendo que o horror diante da violência é distribuído de forma diferenciada, Butler destaca a importância de

Indagar sobre as ocasiões em que o horror se torna a reação predominante, em contraste com aqueles outros encontros com a violência em que o horror se encontra nítida e enfaticamente ausente. Quais as condições sociais e os enquadramentos interpretativos duradouros que tornam o horror possível diante de certos tipos de violência, e quando e onde ele é “descartado” como resposta afetiva disponível diante de outros tipos de violência? (BUTLER, 2015, p.227).

Os enquadramentos da luta identitária e do multiculturalismo, expressivos no contexto contemporâneo das políticas ocidentais liberais hegemônicas, que contornam nossa comoção e nossas reações, admitem que os sujeitos, ainda que diferentes, ocupam e compartilham um “espaço” comum. Os enquadramentos da diversidade e do multiculturalismo contemplam diferenças entre sujeitos, mas não colocam em questão que “certas vidas são consideradas merecedoras de existência e outras não” (BUTLER,

2015, p.231). Esse modo de diferenciação de vidas não pode ser compreendido como questão de identidade, porque “trata-se antes de uma questão de como o poder configura o campo em que sujeitos se tornam possíveis ou de como se tornam impossíveis” (Ibidem).

Pautas e reivindicações relacionadas às lutas identitárias e a ascensão do discurso em defesa da diversidade emergem com força nos debates sociais da atualidade. Podemos conceber que vivemos uma “extrema sensibilidade” para uma variedade de tipos de violências, algumas que em outras épocas não eram classificadas ou vislumbradas como tal. Há um destaque para o que pode traumatizar o indivíduo, que se aproxima de sua realidade, que nos parece estar relacionado aos tipos sujeitos, as práticas sociais e os modos de existência e mobilizações sociais que são contemplados nos enquadramentos da luta identitária e do multiculturalismo. Em contrapartida, parece haver uma “relativa indiferença” a outras violências mais “clássicas”, “estruturais”, principalmente quando distantes da realidade que vivemos, como em torturas, mortes por fome, mortes em guerras. Processos de naturalização e de internalização da violência, e ainda de pacificação diante dela, atravessam interpretações de quem sofre (cotidianamente), de quem pratica e de quem toma conhecimento. A justificativa de que ‘somos uma sociedade violenta’, empregada com frequência em diversos discursos, parece manifestar a relação desses processos na formação dos enquadramentos sociais contemporâneos.

## **2.1 Quais mortes (ou vidas) importam?**

Num esforço de ampliar a compreensão sobre alguns aspectos particulares que revestem a morte por violência, sem a pretensão de esgotá-los, um ponto de investigação pertinente é em quais situações ela promove maior indignação, e em quais é mais ou menos justificada, ou seja, com relação à capacidade de resposta moral. No livro *Quadros de Guerra* (2015) a filósofa Judith Butler trabalha em cima dos enquadramentos das guerras para elaborar articulações sobre o valor da vida e esquemas normativos que organizam a sociedade. Suas fundamentações constituem um terreno fértil para pensar a morte intencional por violência, os indivíduos e grupos afetados e contextos mais amplos que envolvem a questão.

Enquanto seres sociais, a vida de cada um de nós encontra-se ligada à vida coletiva. Todo corpo está exposto a outros, “é constitutivamente social e interdependente” (BUTLER, 2015, p.53), e depende de outros, por vezes completos desconhecidos, para sustentação da vida. Ao tratar da vida humana, de suas necessidades, admitindo que ela é

involuntariamente vinculada a outras, Butler recorre à *precariedade* para aloca-la enquanto uma condição compartilhada, e a diferencia da *condição precária*. Para a autora, a *precariedade* diz respeito ao fato de que toda vida é finita, está suscetível a ser eliminada de forma intencional ou não, precisa de condições para surgimento e sustentação, e que a morte é um acontecimento universal que chega para todos. A precariedade da vida, ainda que não possa ser abolida por ser intrínseca a ela, pode ser manipulada através da disponibilidade de condições maximizadas ou minimizadas para sustentá-la. A *condição precária*, por sua vez, diz respeito a um estado induzido politicamente através da administração de condições para sustentar a vida e dos recursos para minimizar a precariedade. Ao defender que a precariedade, como condição compartilhada, seja vislumbrada politicamente, Butler está argumentando no sentido do reconhecimento recíproco da interdependência dos corpos, e da condição precária como uma realidade que expõe as vidas de forma distinta tanto a riscos quanto a possibilidades para sustentação.

A política precisa compreender a precariedade como uma condição compartilhada, e a condição precária como uma condição politicamente induzida que negaria uma igual exposição através da distribuição desigual da riqueza e maneiras diferenciais de expor determinadas populações, conceituadas de um ponto de vista racional e nacional, a uma maior violência. (BUTLER, 2015, p.50)

A interdependência constitutiva do corpo, “sempre à mercê de formas de sociabilidade e de ambientes que limitam sua autonomia individual” (ibidem, p.53), no entanto, ao invés de promover uma compreensão da precariedade compartilhada que conduz ao reconhecimento recíproco, toma o fato do corpo ser potencialmente ameaçado por outro corpo para produzir estruturas de dominação e exploração. Com isso, a precariedade é distribuída de forma diferenciada, maximizada para alguns e minimizada para outros. Os aspectos que envolvem uma distribuição desigual das condições para sustentação da vida dizem respeito ao próprio valor atribuído à vida, que não está posto de modo intrínseco, é produzido social e politicamente.

O valor de uma vida como algo produzido traz a questão da condição de humanidade. Se algumas vidas são mais consideradas, têm mais valor que outras, então a condição de humanidade não é parte de uma virtude natural. A condição de humanidade envolve normas de regulamentação que podem fundamentar ou reduzir tal condição.

A condição compartilhada de precariedade conduz não ao reconhecimento recíproco, mas sim a uma exploração específica de populações-alvo, de vidas que não são exatamente vidas, que são consideradas “destrutíveis” e “não passíveis de luto”. Essas populações são “perdíveis”, ou podem ser sacrificadas, precisamente porque foram enquadradas como já tendo sido

perdidas ou sacrificadas; são consideradas como ameaças à vida humana como a conhecemos, e não como populações vivas que necessitam de proteção (BUTLER, 2015, p.53)

Podemos pensar em vidas “perdíveis” e não visibilizadas, ou ainda que não são visibilizadas como vidas, que não contam da mesma forma que outras. Para Butler, os modos de lidar com a morte, e aqui nos parece cabível acrescentar com a violência, são apreendidos de forma diferente. Em paralelo, a autora problematiza se o próprio modo de considerar populações não ocorre também de forma diferenciada,

de modo que algumas [populações] são consideradas desde o princípio muito vivas, enquanto outras são encaradas como questionavelmente vivas, talvez até socialmente mortas (expressão cunhada por Orlando Parrerson para descrever o estatuto de um escravo), ou como representações vivas da ameaça à vida (BUTLER, 2015, p.70)

Butler recorre à “distribuição diferencial da precariedade e da condição de ser passível de luto” (ibidem, p.54) como alternativa aos argumentos de regimes que admitem a diversidade, como modelos de multiculturalismo. Estes modelos, operando através de políticas que reverenciam categorias identitárias, pleiteando o respeito à diversidade e ao sujeito, se dão num tempo-espaço onde sujeitos e comunidades ainda não são reconhecidas. Compreendendo que sujeitos são constituídos mediante normas que produzem reconhecimento, ou seja, a normatividade atravessa o reconhecimento, podemos considerar que os esquemas normativos existentes conferem reconhecimento de forma diferenciada. Os modelos de multiculturalismo se desenvolvem em meio a configurações e normas já atuantes que consideram determinados modos de vida, sujeitos, comunidades e deixam dimensões da existência humana de fora, revelando que “parte do problema da vida política contemporânea é que nem todo mundo conta como sujeito” (ibidem, p.54).

Não se trata de desprezar os alargamentos que as políticas de identidade tentam promover, mas de problematizar, porque em um sentido amplo é perceptível que estas não dão conta de formularem, por si só, uma linguagem analítica capaz de colocar em suspensão as normas e os processos seletivos de valorização da vida. A dualidade excluído/incluído precisa ser atravessada, tendo em vista que no campo político todos somos potencialmente excluídos. Indo além, os ‘excluídos’ também estão dentro da sociedade, não vistos e/ou não tidos como sujeitos da mesma forma que outros, estando dentro e fora ao mesmo tempo. Em diálogo com Butler, a crítica da filósofa Angela Davis, uma das grandes intelectuais do movimento negro, é incisiva com relação a termos reverberados pelos modelos multiculturais



Nós assumimos que a inclusão, a diversidade, todas essas palavras-chave se referem a um sistema já existente que continua a ser o mesmo. Então, o que queremos fazer é tornar uma sociedade racista em inclusiva ao incluir pessoas latinas, pessoas negras, mas continua a ser uma sociedade racista (DAVIS, Festival de Livros de Oakland, 2017, 33'min)<sup>6</sup>

Os argumentos de Butler e Davis levam a pensar que a assertiva 'todos somos iguais' sacrifica corpos e modos de existência, resguarda dinâmicas de apagamentos históricas que permanecem em curso, porque embutido a tal pressuposto estão normas que operam na definição de quem é considerado, quem é o *nós* por trás da frase. No cerne da ideia 'direitos humanos para humanos direitos', defendida por uma parcela da sociedade, bem como por políticos e outras figuras públicas, a condição humana é relativizada.

A compreensão diferenciada de sujeitos e populações toca a questão da condição humana, uma prerrogativa mutável. Há normas que atuam na determinação de quem é humano, e, portanto, está incluído na categoria de direitos assegurados aos humanos, e quem não é. Butler expõe isso ao colocar que “se existe o humano, existe o inumano” (BUTLER, 2015, p.117). A condição de humanidade não está naturalmente incorporada, visto que determinados grupos e populações precisam reivindicar tal condição.

Se há vidas que gozam de certas disposições para serem sustentadas e outras que se encontram apartadas, é porque o radical humano, enquanto valor, pode ser atribuído ou retirado, afirmado ou negado. Se o humano como qualificação pode se encontrar encolhido ou restrito, tipos de violência, ausência de condições dignas de vida, não estariam mais propensas a recair sobre vidas que são consideradas menos humanas? A condição de humanidade, como algo que não está dado naturalmente, é produzida mediante operações e mecanismos de poder, caracterizada através de normas, e “o ser da vida é ele mesmo constituído por meios seletivos” (BUTLER, 2015, p.14). Compreendendo que normas interferem na caracterização de quem é humano, a morte aparece como um dos modos de estabelecer distinção

há normas, explícitas ou tácitas, que determinam quais vidas humanas contam como humanas e como vidas, e quais não contam. Essas normas são determinadas, até certo ponto, pela questão de quando e onde a perda de uma vida é passível de luto e, correlativamente, quando e onde a perda de uma vida não é passível de luto nem representável. (...) a vida de quem, se extinta, seria lamentada publicamente, e a vida de quem não deixaria um vestígio público para ser enlutado ou apenas um vestígio parcial, confuso e enigmático? (BUTLER, 2015, p.114-115)

---

<sup>6</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=5IYpk1Zj-SU&t=2182s>

Enquadramentos visuais e narrativos, que conformam o campo de visibilidade, interferem nas normas estabelecidas, atuando no sentido de reiterar e aplicar, envolvendo práticas de inclusão e exclusão, no entanto, estas não necessariamente se exercem de forma completa, havendo, por exemplo, mortes parcialmente ocultadas, e outras parcialmente ilustradas. Butler se volta para o luto enquanto uma categoria que assinala diferença valorativa da vida. “Apenas em condições nas quais a perda tem importância o valor da vida aparece efetivamente. Portanto, a possibilidade de ser enlutada é um pressuposto para toda vida que importa” (BUTLER, 2015, p. 32).

A condição de enlutável não está disponibilizada para todas as vidas da mesma forma, e isto manifesta uma disparidade de importância. A condição de enlutável, em Butler, é um significado acrescentado à vida. Nem todas as mortes são reconhecidas publicamente, e ainda, o reconhecimento público da morte pode variar de acordo com o valor da vida em questão, com a aceitabilidade daquele modo de vida como autêntico, e por isso sua perda é lamentada.

## **2.2 Morte, violência e (in)visibilidades**

Um dos indícios do reconhecimento público da morte na contemporaneidade se relaciona à mídia e seus produtos. Como dito anteriormente, os meios de comunicação trazem a morte em suas narrativas e imagens, ainda que a tratem de modos muito distintos, oferecendo um cardápio variado que vai de extensas coberturas nas mortes de famosos, a números e dados sobre episódios trágicos. A morte é delineada no trabalho da mídia, com o que é mostrado, e como. São construídos hábitos de “consumir” a morte do outro. Os relatos de familiares, histórico profissional, trajetória de vida, entre outros, são enredos esperados nas narrativas sobre a morte de personalidades. A morte de sujeitos comuns, anônimos, fazem parte da mídia através de estatísticas, informações demográficas, em episódios de violência, crimes, catástrofes naturais, e sobre elas é comum nos depararmos com denúncias, falas de autoridades, informações policiais, dados, etc. Como nos diz Barbosa (2004), além da “ritualização” do cerimonial midiático das consideradas “mortes notáveis”,

há um outro morto em cena: as mortes violentas, quotidianas, cuja face visível dos personagens do ato terminal não merece ser mostrada. É a morte do inimigo, a morte desejada. E como tal não produz nenhuma comoção. Aí importam, a violência, a tragédia, os personagens vivos que encenaram a morte banal (BARBOSA, 2004, p.13).

O luto, enquanto categoria na leitura de Butler, não diz respeito a uma realização íntima e familiar, está relacionado também a um esforço coletivo, um direito. Sua

natureza também é política e está vinculado ao Estado. O reconhecimento por parte do Estado, de sujeitos, modos de vida, comunidades, pode ser uma das formas principais de assegurar direitos.

Tomando os enquadramentos narrativos e visuais como operadores para análise, o exame do trabalho de compreensão e interpretação se apresenta como uma possibilidade para “apontar a razão pela qual a sensação de horror é experimentada de formas diferenciadas” (BUTLER, 2015, p.80). A ideia de sentimento moral inato como sinal de humanidade é rejeitada através do reconhecimento que uma “cisão irracional em nossa capacidade de resposta torna impossível reagir com o mesmo horror diante da violência cometida contra todos os tipos de população” (ibidem, p.80). O nível de resposta afetiva e moral é regulado, e enquanto seres sociais, trabalhamos “em meio a interpretações sociais elaboradas, tanto quanto sentimos horror como quando não o sentimos. Nossa comoção nunca é somente nossa: a comoção é, desde o princípio, transmitida de outro lugar” (ibidem, p.81).

A comoção é constituída socialmente e, como a autora propõe, a comoção é controlada pelo Estado tendo em vista que esse atua no campo da percepção e da representabilidade. Butler opta por se referir ao campo da representabilidade ao invés de representação “porque esse campo é estruturado pela autorização do Estado (ou melhor, o Estado busca estabelecer controle sobre ele, ainda que seu sucesso seja sempre apenas parcial)” (BUTLER, 2015, p.112). Tomando o campo da produção social dos sentidos como objeto neste percurso investigativo, nos articulamos à proposta de Butler que opta por trabalhar com a ideia de representabilidade no lugar da representação.

Ao considerar que os sentidos são formados em meio a um processo dinâmico, do qual distintos agentes e elementos participam, ocupando diferentes posições, a noção de representabilidade aparece como alternativa para pensar o caráter dinâmico e suscetível a mudanças das representações, que não devem ser tomadas como unânimes, completamente fechadas, compreendendo que também se formam em meio a embates e negociações. Deste modo, a noção de representabilidade admite a dinâmica (ou ideia de movimento, consoantes ou opostos) que é intrínseca aos processos de formação das representações, marcados também por disputas.

A questão do enquadramento articulada por Goffman (2012) ganha destaque nas análises de Butler, já que para compreender o campo da representabilidade é necessário voltar-se não para seus conteúdos explícitos, mas para o que está oculto, admitindo que ele é composto sobretudo “pelo que é deixado de fora, mantido fora do enquadramento

dentro do qual as representações aparecem” (BUTLER, 2015, p.112). O enquadramento é ativo, ele duplamente mostra e oculta, e tal ação não é explicitada. Na realidade, a própria operação de enquadrar geralmente também é ocultada. Isso pode estar relacionado ao pressuposto de que se pretende forjar uma relação imediata com os fatos e acontecimentos apresentados, e com esse intuito é abafado que “formas de poder social e estatal estão incorporadas no enquadramento” (ibidem, p.111), o regulam e limitam, fazendo com que a ideia de ‘contato direto’ com a realidade não seja possível. Encontramos através da autora a noção de que o alcance ao que é mantido do lado de fora, ocultado, só é possível através da problematização da atividade de demarcação que é orquestrada. Com relação à operação de enquadrar, antecede a esta um controle do campo da representabilidade que a delimita,

Antes dos acontecimentos e das ações representadas dentro do enquadramento, há uma delimitação ativa, ainda que não marcada, do próprio campo, e, assim, de um conjunto de conteúdos e perspectivas que nunca são mostrados, que não é permitido mostrar. Isso constitui o contexto não tematizado do que é representado e, portanto, um dos seus traços organizadores ausentes. Eles só podem ser abordados pela tematização da própria função delimitadora. (BUTLER, 2015, p.113)

Em Butler vemos que o Estado maneja uma ação que circunscreve o que é apresentado e o que é ocultado de maneira a exercer um poder que também se encontra velado, que não é representável, “cujo objetivo é delimitar o âmbito da própria representabilidade” (BUTLER, 2015, p.113). Quando esta forma de poder é exposta, o que se mostra “é o próprio aparato de encenação, os mapas que excluem certas regiões” (ibidem, p.113), condutas e normas que não devem ser reveladas, atuando em função de anteceder a representação e a configurar. O Estado atravessa a conformação do que a mídia pode ou não mostrar, mas esse controle se dá de forma parcial, tendo em vista não só que regulações estabelecidas sobre o que é passível de ser comunicado podem ser quebradas, como também que a mídia, de certa forma, afeta estruturas instituídas ou que se pretendem instituir quando, em suas abordagens, toca no que diz respeito ao poder do Estado, suas estratégias e ações. Ainda assim, os meios de comunicação dificilmente conseguem explicitar que um poder delimitador circunscreve o campo da representabilidade porque estão sujeitos a códigos, formatos, e mesmo atuando na construção de percepções e práticas, eles também se constituem em meio a delimitações atuantes.

Como Butler coloca, não se trata de confinar nossas respostas a uma ação determinista orquestrada pelas normas, mas sim de interpelar as práticas normativas e à

incorporação destas nos enquadramentos que repercutem nos processos interpretativos e nas reações morais.

Não estou sugerindo que essas normas determinem nossas respostas, de modo que estas sejam reduzidas a efeitos behavioristas de uma cultura visual monstruosamente poderosa. Estou sugerindo apenas que a maneira pela qual essas normas atuam nos enquadramentos e nos circuitos mais amplos de comunicabilidade é vigorosamente contestável precisamente porque a regulação efetiva do sentimento, da indignação e da resposta ética está em jogo. (BUTLER, 2015, p.119)

A comoção, que é atravessada pelo modo de interpretar e, simultaneamente, atua estruturando a própria interpretação, está implicada nas respostas morais diante de determinadas situações. O regulamento da comoção, trata, portanto, de regular imagens e perspectivas que podem provocar contestação, revolta, questionamento a ordens estabelecidas/vigentes. Indagamos aqui que morte gera comoção, como a visibilidade estimula, ou não, comoção, e que tipos de comoção ela cria, pois esta pode ser ambivalente, fomentando tanto sentimento de indignação quanto de satisfação.

Butler trabalha com as imagens e narrativas/perspectivas sobre a guerra que são autorizadas a serem produzidas e circularem, operações que cabem, principalmente, à mídia. Esta restrição que opera sobre o que será produzido e divulgado, e que tem como agentes do processo a mídia e o governo, faz com que o acesso a provas, por parte do público, seja limitado, quando são através dessas que julgamentos “sobre a conveniência e curso da guerra” (BUTLER, 2015, p.121) são feitos.

Exploramos, através de Butler, a questão da valorização distintiva da vida, da disponibilização de condições para sua sustentação que configuram estados politicamente induzidos de negação de direitos e apagamentos. O que suas investigações abordam, de forma geral, é a questão do tratamento político e social sobre a vida e a morte, inferindo que algumas vidas importam mais que outras, e isso organiza condições de existência. Falam sobre os esquemas que atuam na conformação do valor atribuído a determinadas vidas, bem como na aceitação ou rejeição de situações nas quais os sujeitos são submetidos, e estas situações estão diretamente relacionadas aos modos como as vidas são consideradas, dignas ou não dignas. Trata-se do manejo das ações que possibilitam a sustentação de algumas vidas e colocam outras propensas a serem eliminadas, processo que evidencia que as vidas não são igualmente passíveis (ou merecedoras) de luto.

Na sociedade brasileira, tal qual em tantas outras, indivíduos e populações estão sujeitos a condições precárias de vida, expostos a violências e situações de vulnerabilidade. Esses contextos são marcados por negligências e silenciamentos que se

desdobram através dos mecanismos de poder e das estruturas de desigualdade que configuram a realidade.

Morte e violência envolvem questões da dor e do sofrimento. Interpelar sobre a visibilidade de determinadas mortes nestas circunstâncias é refletir sobre como são comunicadas, e isso envolve os modos como a dor e o sofrimento são abordados, quando o são. A visibilidade é afetada pelo enquadramento e este ato de delimitação se dá em meio a normas que constituem a noção do humano, o valor da vida. Está inscrito na visibilidade como uma vida é considerada, política, cultural e socialmente.

Se a visibilidade de uma morte é construída e levando em conta que particularidades da violência devem ser consideradas, questões como quais aspectos são enquadrados, como são incluídos e excluídos no campo de percepção, podem contribuir para pensar os atos interpretativos, nos quais estão implicadas representações da noção de humano, e nossas respostas morais diante do sofrimento e da morte do outro.

Se a imagem, por sua vez, estrutura a maneira pela qual registramos a realidade, então ela está associada à cena interpretativa na qual operamos (...) A questão (...) portanto, não concerne apenas ao que ela mostra, mas também como mostra o que mostra. O “como” não apenas organiza a imagem, mas também atua no sentido de organizar nossa percepção e nosso pensamento. (BUTLER, 2015, p.110)

Normas se incorporam a enquadramentos, como mortes são circunscritas, sob quais regimes de visibilidade, repercute nos processos interpretativos. O esforço regulatório sobre a comoção é um esforço para regular posturas, atitudes, questionamentos. A manutenção, atualização ou transformação das estruturas e dos modos de valorização distintiva da vida, que subsidiam a exposição as violências e o genocídio de populações também estão relacionados ao plano comunicativo; às ações comunicativas.

### 3. COMUNICAÇÃO E PODER NO BRASIL

*“Pela tela, pela janela  
Quem é ela, quem é ela  
Eu vejo tudo enquadrado  
Remoto controle”  
(Calcanhotto, 1992)*

A investigação sobre a visibilidade das mortes por violência se dá em um contexto específico: o discurso midiático. Qual a sua especificidade? Como entendê-lo? Essas são algumas perguntas que suscitam da proposta investigativa e que buscaremos compreender nesta sessão. Para refletir sobre a comunicação referenciando principalmente sua força na produção e circulação de informações e discursos sobre a sociedade, recorreremos ao conceito de “campo” desenvolvido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (2010), que caracteriza campos sociais como espaços sociodiscursivos dinâmicos de relações entre posições, formado por agentes, sujeitos que atuam no campo, que envolvem instituições, práticas, teorias, e onde ocorrem disputas e negociações que influenciam nas condições de produção dos sentidos sociais. Campos sociais estão em permanente modificação, num movimento para alteração ou manutenção das hierarquias estruturadas pelo poder e pelo capital que seus agentes dispõem, e são moldados por contextos específicos. Segundo Bourdieu (2011), o capital cultural e social, decorrente da educação e das relações sociais, está implicado na posição dos agentes no campo. Compreendemos que os campos sociais são porosos, com limites indefinidos porque o espaço de cada campo é demarcado através das relações entre os agentes do próprio campo e das dinâmicas das relações com outros campos.

A teoria sobre o poder simbólico, elaborada também por Bourdieu, fala sobre a produção dos sentidos sociais, poder de “fazer ver e fazer crer”, ou seja, poder relacionado à capacidade de constituição da realidade, que envolve autoridade e legitimidade. O exercício do poder simbólico pressupõe legitimidade, relacionada a determinado tipo de capital definido pelo autor como capital simbólico, e que é constituído através da associação de outros três tipos: econômico, cultural e social. Compreendendo que o campo da comunicação se estabelece em torno dos bens simbólicos, tal conceituação evidencia a relevância de refletir sobre as práticas, teorias, dinâmicas, agentes e estruturas de poder que formam o campo, tendo em vista sua implicação nos processos de construção do conhecimento sobre o mundo e sobre a realidade.

As considerações sobre poder de Foucault (1979) podem fundamentar uma melhor compreensão do poder simbólico, tendo em vista a característica positiva do poder, no

sentido de criar artefatos, ideias e expectativas, e seu funcionamento em rede, que o coloca dentro de uma cadeia dinâmica, não se tratando de certos indivíduos poderosos e outros totalmente privados de poder, mas sim de posicionamentos e reposicionamentos contínuos em relação ao poder.

O poder simbólico aqui referenciado se relaciona com a posição de autoridade que determinados sujeitos e instituições têm para construir sentidos sobre a realidade a partir da produção e circulação de discursos que operam. O campo da comunicação, em especial a prática jornalística, como terreno provido de capital simbólico para formação e movimentação de sentidos sociais na perspectiva de campo de Bourdieu, pode ser compreendido enquanto espaço dinâmico onde agentes e grupos travam disputas visando acumular capital simbólico, melhor se posicionar dentro deste espaço e forjar/instituir suas representações da realidade. Ainda, valendo-se das proposições de Bourdieu, os campos possuem lógicas e regras próprias, e as ações de seus agentes não se dão de forma aleatória, inata, pelo contrário, eles atuam a partir um sistema que intercede a reflexão e a prática, denominado por *habitus*, que é simultaneamente estruturado e estruturante. O conceito de *habitus* expressa que o agente age dentro do campo segundo suas preferências e escolhas, mas que estas são demarcadas por um sistema de opções que é comum aos outros agentes inseridos nos mesmos contextos.

O discurso jornalístico, a partir de determinadas lógicas e regras, confere legitimidade e mantém seu capital simbólico. Os textos elaborados buscam exprimir neutralidade em relação aos acontecimentos, sugerindo uma narrativa verdadeira dos fatos e imparcial. As marcas narrativas presentes nos textos, a noção de objetividade do discurso, buscam fortalecer a atividade profissional do jornalismo enquanto fiscalizador da sociedade e revelador de verdades. O exercício de seu poder para “fazer ver e fazer crer”, tomando a propriedade da prática discursiva de criar produtos e ideias, está relacionado à audiência que o produto obtém e a posição que ocupa na mídia, e vai ser operado segundo lógicas de produção que envolvem jornalistas, anunciantes, empresários, governo e a própria estrutura social.

Percebemos, como Bourdieu aponta, que ocorre uma interpenetração dos campos do jornalismo, da política, das ciências sociais, tendo em vista que “eles têm em comum o fato de serem o local de lutas internas para a aplicação do princípio dominante de visão e de divisão” (BOURDIEU, 2005, p. 36). Essas disputas e as estruturas que constituem vão atravessar diversas questões sociais, como as reivindicações pela distribuição da terra e os conflitos aí envolvidos.



A mídia se coloca enquanto espaço de contato com os acontecimentos, com o mundo, sendo intermediadora dos sujeitos com a sociedade. Resulta de processos históricos que envolvem a evolução da escrita, das formas de registrar e reproduzir discursos. Ao longo do século XX a mídia foi se afirmando como um lugar estratégico de produção e circulação de sentidos sobre os acontecimentos, podendo ser considerada o principal veículo para difusão de ideias e interpretações, penetrando todas as esferas de atividade humana. Os eventos, sejam de ordem econômica, política, social ou cultural, devem ser compreendidos levando em conta a influência da mídia sobre eles. Admitindo a força do comunicativo e o papel que a informação desempenha na contemporaneidade, percebemos também tal centralidade nos processos políticos e na organização social. O papel que a mídia desempenha é importante para as considerações sobre a sociedade, a política e a cultura, e fundamental para construção da democracia e da cidadania.

No entanto, como em tantas outras práticas discursivas, o poder simbólico exercido pela mídia é carregado de contradições, não é linear, e sofre modificações, sendo afetado por contextos de organização dos meios de comunicação e das práticas comunicativas. Ou seja, como Cardoso coloca,

o jornalismo não é um bloco monolítico e invariável. Ao contrário, conjuga dinamicamente uma série de credenciais envolvidas em sua missão social, segundo racionalidades, regras, processos e atores que sustentam dispositivos e estratégias que lhes são próprios, em meio a micro e macroprocessos de negociação e disputa que configuram as condições de sua produção em cada momento histórico e contextos específicos (CARDOSO, 2012, p.19)

Algumas características da atividade jornalística, que constituem o lugar de mediador da realidade que jornalismo ocupa, sofrem transformações devido ao atual contexto de desenvolvimento de novas tecnologias de informação que, através da multiplicação de enunciações e de maneiras de enunciar, reconfiguram a mídia.

Na produção das notícias e estruturação de referências sobre os acontecimentos, o discurso jornalístico opera criando realidades, interferindo na agenda pública. Como alguns autores pontuam, a partir das posposições de Albuquerque (2009), “a própria imprensa, de maneira análoga à de outras instituições ao longo da história do país, reivindica um papel de intérprete e moderador da realidade, exercendo uma espécie de quarto poder” (LEITE, 2016, p.12).

Consideramos, através das elaborações da pesquisadora de Inesita Araújo (2004), o modelo da comunicação como um mercado simbólico, onde sujeitos e grupos possuem distintos capitais e disputam pelo poder discursivo. Aqui a capacidade de comunicar se relaciona com a capacidade de contextualizar, implicando que as maneiras de percepção,

classificação e intervenção sobre o mundo são produzidas contextualmente. Vozes com menos poder, situadas no que compreendemos como periferia discursiva, parecem ser menos recorrentes nos produtos midiáticos dos meios de comunicação de massa hegemônicos, tendo assim menor possibilidade para enunciação e circulação de suas perspectivas. Não é raro encontrar falas institucionais e/ou de outros sujeitos que ocupam posições favoráveis na hierarquia social. Desta forma, as narrativas jornalísticas estariam carregadas pela visão de mundo que tais sujeitos compartilham. A mídia se coloca assim como espaço para produção e reprodução de relações de poder, de pontos de vista e interesses hegemônicos que caracterizam a organização social.

Essa discussão se depara com a ideia de legitimidade, que fundamenta a pertinência de investigar quem enuncia, o que enuncia e como. Nesta pesquisa interessa analisar que sujeitos são convocados a falar, e qual abordagem é dada nas notícias e matérias sobre mortes decorrentes da violência em contextos de conflitos por terra. Os questionamentos apontados acima se mostram relevantes para pensar a prática comunicativa do discurso jornalístico, compreendendo que os temas e abordagens, como Leite coloca,

São escolhas editoriais, de forte cunho político, nem sempre explícito, o que não significa que sejam absolutamente propositais. Ao apontar para a construção ideológica dos discursos, Foucault (2008) reitera que a construção não ocorre necessariamente de modo consciente pelos sujeitos. Os sentidos dos discursos atravessam o falante sem que ele se dê conta desse processo. Por isso, parece relevante o esforço para compreender lógicas de produção que traduzem uma política no sentido lato muitas vezes oculta até mesmo para quem a exerce. (LEITE, 2016, p. 12)

O jornalismo exerce um poder de interferência sobre o real, tendo em vista que realiza uma seleção de temas e de vozes a serem consideradas. A prática jornalística se desenvolve num espaço onde determinadas formas de discursos são inscritas, espaço esse que faz parte do que entendemos por dispositivos midiáticos. Estes constituem uma cadeia que não apenas fornece interpretações dos fatos como confere ainda o próprio formato do acontecimento. Quanto à prática discursiva do jornalismo, percebemos que “a configuração de diferentes dispositivos altera o funcionamento da lógica de produção de sentidos. A nosso ver, é isso que garante autonomia discursiva a diferentes produtos jornalísticos” (LEITE, 2016, p. 13). De forma paradoxal, compreendemos que as práticas comunicativas tanto conformam quanto são conformadas por questões teóricas e políticas.

O campo jornalístico, operando através de discursos, está em interface com os demais campos sociais, como o da política, da economia, da saúde, entre outros. A

autonomia que este teria frente aos interesses que envolvem cada campo específico está implicada pela própria configuração da mídia no Brasil. Uma pesquisa do Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil (2017), realizada pela organização Repórteres Sem Fronteira e pelo coletivo Intervezes, “constatou que metade dos 50 maiores meios de comunicação no Brasil pertencem a apenas cinco grupos de caráter familiar.” A pesquisa apresenta ainda que empresas da mídia estão vinculadas a negócios de diversos setores, como o da saúde e o do agronegócio, manifestando desta forma que além do poder simbólico, as empresas também detêm poder concreto, econômico.

As lógicas que operam o trabalho dos jornalistas envolvem interesses dos proprietários das empresas de comunicação e anunciantes nas suas relações políticas e econômicas com o governo, e negócios de outros setores. O setor de telecomunicações no Brasil é cenário de oligopólio, com reduzidos grupos e indivíduos controlando a maior parte dos meios de comunicação. Com a alta concentração da mídia nas mãos de poucos sujeitos e empresas, estes exercem um domínio maior sobre o setor. O quadro de concentração da mídia no Brasil é caracterizado pela de propriedade cruzada, com posse de diferentes tipos de mídia, como canais de TV, rádios, jornais impressos, pelo mesmo grupo ou empresa. As poucas grandes empresas de comunicação têm atuação expandida em todo território nacional através de grupos afiliados. O setor de telecomunicações no Brasil é configurado assim por grandes conglomerados empresariais, a exemplo do Grupo Globo, o maior conglomerado de mídia e comunicação do Brasil e da América Latina, e um dos maiores do planeta. Além disso, grupos empresariais de comunicação ao se relacionarem com outros setores, por vezes como investidores, atendem a interesses e estratégias dos mesmos. As relações entre os grupos da mídia e o governo estão imbricadas não apenas nas concessões públicas de canais e nas receitas de propaganda do governo, como também nas relações que se estabelecem entre empresários e ocupantes de cargos parlamentares. Como o pesquisador Rodrigo Murinho de Martinez Torres aponta,

Apesar de a própria Constituição Federal proibir que parlamentares sejam donos de empresas concessionárias de serviço público, como é o caso da radiodifusão, 21% dos senadores e 10% dos deputados federais – conforme informações da Organização Não Governamental Transparência Brasil – são sócios de empresas de rádio e televisão, sem contar os parlamentares que têm empresas em nome de familiares ou terceiros, chamados popularmente de “laranjas”. Outros dados, revelados por um estudo desenvolvido pelo Laboratório de Políticas de Comunicação da Universidade de Brasília (LapCom/UnB), demonstram um quadro ainda mais preocupante: 37,5% dos membros titulares da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara e 47% dos titulares da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado, responsáveis

diretos pela análise dos processos de outorgas, são proprietários de emissoras de rádio e TV ou têm familiares no comando de veículos de comunicação. (TORRES, 2012, p.173-174)

A mídia, ainda que inserida no contexto de concentração através de grandes conglomerados empresariais no Brasil, é impactada pelas novas configurações do campo comunicacional. As investigações sobre produção e circulação de discursos estão imbricadas num cenário complexo de alterações das práticas comunicativas, dos dispositivos midiáticos e da difusão de notícias.

O campo midiático envolve um contexto onde distintas dimensões de desigualdade estão colocadas. O poder discursivo se manifesta na sociedade revestido de desigualdade no plano material, compreendendo o cenário comunicacional de oligopólio das grandes mídias, e no plano simbólico, isto é, nas falas que são acionadas na produção de conhecimento sobre a realidade. A manutenção do poder econômico que sujeitos e empresas detêm se dá através do poder simbólico, tomando a linguagem como um campo de disputa para instituir interpretações sobre o mundo a depender do capital simbólico que determinados agentes e instituições dispõem, inferindo, desta forma, na estruturação das posições sociais dos sujeitos e na visibilidade destes e de seus temas, ou seja, no estabelecimento de quem, e o que, é considerado relevante para a mídia. Constatamos assimetrias nas disputas simbólicas que envolvem o poder das falas nas mídias tradicionais e o das falas tidas como periféricas, que não estão localizadas no centro do mercado simbólico da comunicação.

### 3.1 Comunicação e poder em novos cenários comunicacionais

*Feira moderna, o convite sensual  
Oh telefonista, a palavra já morreu  
Meu coração é novo e eu nem li o jornal  
Nessa caverna, o convite é sempre igual  
Oh telefonista, se a distância já morreu*  
(Fernando Brant, Beto Guedes, Lô Borges)

Para o efetivo entendimento sobre os espaços e formas de visibilidade da morte por violência em Pau d'Arco é fundamental que se entenda, em um primeiro momento, que atores controlam o campo da representabilidade. Essa compreensão se inicia pela caracterização da organização material e simbólica do campo comunicacional no país. O cenário brasileiro é marcado por uma densa concentração dos meios de comunicação, conglomerados de mídia, grupos comandados por famílias e empresários, com atuação em distintas frentes, como na política e na religião. A relação entre mídia, Estado e sociedade aqui é tangenciada por ambiguidades. Em parte, há indícios de que a mídia

brasileira não está completamente submetida ao Estado, apesar de ser uma concessão pública, conforme estabelecido no Artigo 223 da Constituição Federal que coloca como competência do “Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens” (ART. 223)<sup>7</sup>, em algumas circunstâncias parece ocorrer o inverso. São evidentes e variados os episódios de divergência entre posicionamentos políticos e/ou governamentais e midiáticos.

O contraponto que examinamos neste trabalho se refere às mídias tradicionais, controladas por empresas, caracterizada pela regulamentação de falas, e os novos ambientes de comunicação que se configuram na contemporaneidade. Nas últimas décadas, o cenário de oligopólio midiático sofreu reconfigurações, primeiro com a TV a cabo que fomentou a distribuição de audiências, depois com o advento da internet. Apesar da internet ainda estar sujeita a lógicas comerciais, o que dificulta o amplo acesso e acaba preservando, de certa forma, o poder das mídias tradicionais, que se atualizam nesse meio em decorrência do seu potencial econômico e social, o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) trazem para o cenário comunicacional novos atores, expandido a possibilidade de outras pessoas produzirem conteúdo informativo, extrapolando a fronteira do jornalismo, seus esquemas e agentes habituais. Compreendemos que as relações de poder na comunicação continuam assimétricas, mas podemos admitir que o atual contexto configura espaços de fala para novos enunciadores.

Sobre a ampliação progressiva do uso da internet, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD (2018), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobre o acesso à Internet e à televisão e telefone móvel celular para uso pessoal em 2016, revela que nesse ano 64,7% das pessoas de 10 anos de idade ou mais, 85% dos jovens de 18-24 anos e 25% das pessoas com 60 anos ou mais utilizaram a internet, anunciando alto volume de pessoas acessando este meio.

Na contemporaneidade, percebemos mudanças significativas nas rotinas de produção, no discurso jornalístico e no próprio papel desempenhado pelos jornalistas. As transformações nos processos e práticas comunicacionais deslocam de lugar estes profissionais enquanto autores, produtores de conteúdo. As inovações tecnológicas e a comunicação digital constituem novas mídias que configuram outras possibilidades de enunciação e circulação de discursos. O desenvolvimento acelerado das TICs impacta a

---

<sup>7</sup> Disponível em:

[https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_223\\_.asp#:~:text=223.,sistemas%20privado%2C%20p%C3%BAblico%20e%20estatal](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_223_.asp#:~:text=223.,sistemas%20privado%2C%20p%C3%BAblico%20e%20estatal) Acesso em: 15/01/2021

difusão de informações e discursos, impulsionando modificações na produção, e nos formatos e aspectos que os conteúdos recebem. Mesmo com as mudanças no cenário comunicativo, o jornalista permanece ainda como principal relator de fatos e acontecimentos.

A produção noticiosa, que é característica da atividade do jornalista, é atingida por essa reconfiguração do cenário comunicacional e referencia também uma reconfiguração das fronteiras do que é atividade jornalística de produção noticiosa, já que informações e conteúdos passam a ser produzidos por outros sujeitos e a circular em outros ambientes.

Há conteúdos com viés informativo, ou que comportam determinadas informações, que não são necessariamente produzidos por profissionais de comunicação, nem circulam em jornais dos meios de comunicação de massa, mas que podem reverberar na atividade dos jornalistas e na constituição dos conteúdos veiculados por estes meios. A crescente entrada da mídia na vida cotidiana, e vinculada, entre outras coisas, ao aumento do acesso, familiaridade e uso de dispositivos tecnológicos coloca no plano comunicativo a possibilidade de múltiplos enunciadores, o que traz outra correlação de forças no mercado simbólico e atinge as relações de poder. Essa maior transversalidade da mídia na vida está ligada ao contexto contemporâneo, marcado por um tensionamento dos modelos tradicionais de comunicação influenciado pelo desenvolvimento das TICs. Na perspectiva da midiatização, articulada nos trabalhos de Sodré (2002) e Braga (2012), a sociedade civil se organiza tendo como pano de fundo sujeitos conectados em redes informacionais, com novas estratégias, formas de atuação e articulação. Ações comunicativas midiatizadas, que antes eram restritas a determinados sujeitos e grupos, passam a ser disponibilizadas para grande parte da sociedade, a partir de novos dispositivos comunicacionais.

A midiatização, no entanto, não se restringe a penetração tecnológica, compreendendo que “os processos comunicacionais associados não decorrem simplesmente da invenção tecnológica” (BRAGA, 2012, p.37). Ainda em fase de construção, o conceito de midiatização é mais abrangente e está relacionado ao contexto contemporâneo em que “áreas e setores da sociedade passaram a desenvolver práticas e reflexões sobre sua interação com as demais áreas e setores, testando possibilidades e inventando processos interacionais para participar segundo suas próprias perspectivas e interesses” (BRAGA, 2012, p.37). Com relação a constituição dessa cultura midiatizada, como Sodré aponta,

a sociedade contemporânea (dita 'pós-industrial') rege-se pela midiatização, quer dizer, pela tendência à 'virtualização' ou telerrealização das relações humanas, presente na articulação do múltiplo funcionamento institucional e de determinadas pautas individuais de conduta com as tecnologias da comunicação. (SODRÉ, 2002, p. 21)

Outros sujeitos passam a participar de práticas e processos comunicativos, não apenas como receptores, mas enquanto atores sociais, através dessas novas mídias onde há possibilidade de produzir e difundir conteúdos, como por exemplo a partir da criação de blogs, páginas ou grupos no Facebook, de uma conta no Twitter, etc. Como consequência, Braga propõe que “com a midiatização crescente dos processos sociais em geral, o que ocorre agora é a constatação de uma aceleração e diversificação de modos pelos quais a sociedade interage com a sociedade” (BRAGA, 2012, p.35).

Os processos de internacionalidade que emergem nas plataformas sociais, desenvolvidas no contexto de midiatização da sociedade, reverberam nas maneiras pelas quais textos e enunciados vão ser produzidos e circular, a partir dessa configuração de novos ambientes e, conseqüentemente, de novos sujeitos envolvidos na prática discursiva.

É no campo da cultura que se desenham as percepções de tempo e espaço e que as “realidades” são criadas. Ocorre que nas dinâmicas culturais da sociedade contemporânea as mídias ocupam lugar hegemônico. Como nos sugerem vários estudiosos da midiatização, ela se constitui em uma “nova forma de sociabilidade”. Vivemos em uma cultura midiatizada. (BARROS, 2012, p.86-87)

Ao buscar compreender as dinâmicas de visibilidade nos processos de produção e circulação de sentidos sobre as mortes no campo, tomar a morte na mídia como questão de investigação se relaciona à indagação quanto aos modos como os dispositivos midiáticos se ocupam de certas questões na sociedade contemporânea, e se apresenta como possibilidade para pensar sobre contextos e condições de comunicabilidade na sociedade midiatizada.

As novas formas de produção e circulação de discursos através de dispositivos midiáticos desenvolvidos pelas TICs podem trazer para a cena comunicacional outras abordagens sobre estes episódios, tendo em vista o alargamento nos processos de interacionalidade com a midiatização da sociedade. Nos interessa aqui investigar a produção e circulação de sentidos sobre as mortes que decorrem de violência na disputa por terra, a partir deste novo horizonte comunicativo que marca a contemporaneidade.

Grandes empresas, inclusive de comunicação que atuam nos meios de massa, e figuras públicas que detêm capital econômico e simbólico investem e obtêm espaço no meio digital. Mídia e mercado se articulam potencialmente a nível internacional, tendo

em vista os processos de desterritorialização alavancados pela internet e pelo fenômeno da globalização. Estes atores, e diversos outros tipos de usuários, produzem e fazem circular seus artefatos. Quando acessamos sites, aplicativos e redes sociais, encontramos empresas, marcas, celebridades e narrativas, imagens, serviços e produtos vinculados a estes, mas também nos deparamos com depoimentos pessoais, transmissões ao vivo, variadas formas de registros e produções independentes. Mídias alternativas se estabelecem, coletivos se organizam, diferentes informações e perspectivas são postas em cena, através de dispositivos para produzir e canais para divulgação. Esses ambientes onde imagens e textos circulam, disputam legitimidade e visualização, e onde ferramentas e estratégias são geradas e também competem, afetam e exercem impacto sobre conteúdos e formatos nas mídias ditas tradicionais.

O Estado e a mídia, ao operarem sobre a perspectiva, regulam modos de participação no mundo, apreensão da vida, e da tomada de posição, que é subsequente a tais ações delimitadoras. Enquadramentos operam fabricando pontos de vista, tendo em vista que há um processo de seleção do que é mostrado e de como poderá ser visto. Ainda que limitar o que vemos não tenha potencial de controlar totalmente o que será apreendido, e como será, tal ação “é uma maneira de interpretar antecipadamente o que será e o que não será incluído no campo da percepção” (BUTLER, 2015, p.103). Operar sobre o que vai ser percebido como existente pode ser compreendido como uma maneira de fabricação da realidade.

A realidade, no entanto, não é algo fixo com acabamentos precisamente delimitados. Se constitui num processo dinâmico e está em permanente construção, é atravessada por discursos e práticas divergentes, envolve interpretações e modos de conceber distintos. No contexto atual, novas perspectivas são colocadas, novos meios de participar e novas dinâmicas de visibilidade se configuram com as mídias digitais, bem como novas estratégias e tentativas de controle. Outros pontos de vista, conhecimentos e versões transitam, concorrem, e mesmo que em posição desigual de forças, interpelam os enquadramentos, as práticas discursivas, os modos de interagir, as relações, sociais, e os processos de fabricação da realidade.

De toda forma, cabe ressaltar que no que tange à relação entre Estado, mídia (e aqui incluímos novos dispositivos e a mídia alternativa) e sociedade, as operações e o manejo não se dão apenas sobre conteúdos e acontecimentos, mas principalmente sobre o campo de visão, sobre as relações sociais, sobre práticas, modos de saber e de sentir. Tendo como pilares os enquadramentos visuais e narrativos, o campo da



representabilidade e da produção de sentidos, as investigações desta pesquisa se voltam para novos e tradicionais espaços e atores, seus pontos de contato, no contexto informacional e midiático que reveste a vida contemporânea. Tal contexto reorganiza relações, condutas, valores, afetando processos de formação de sentidos e representações sociais.

### **3.2 Ciberespaço: breve histórico da Internet**

O início da internet data do ano de 1969. Como Antoun e Malini (2013) colocam, “criada originalmente como uma máquina de combate” (ANTOUN, MALINI, 2013, p.17), desde seu surgimento a internet vive uma tensão constante de diferentes movimentos e poderes. Os autores nos dizem que “a formação da classe que ‘agita’ a rede” (ibidem, p.18) mistura ativistas da contracultura aos pesquisadores universitários e aos militares do Departamento de Defesa Americano. Há uma disputa de interesses que envolve a constituição de uma rede focada nos interesses mais científicos e financeiros, e a tentativa, por parte do que os autores se referem como hackers da rede, de fazer dela um dispositivo de “conversação e relações sociais comunitárias, onde cada um tem sua própria voz, sem precisar passar pela intermediação de instituições e discursos oficiais ou comerciais” (ibidem, p.18).

A conformação da rede como plataforma com dispositivos para conversação online, tendo como modelo de diagrama de comunicação a relação “muitos-muitos”, se desenvolve a partir da criação, por três estudantes universitários americanos, de um fórum para discussão online<sup>8</sup>. A invenção do ciberespaço, fundado por grupos de ativistas, remete ao ano de 1984, “instante de organização de inúmeros grupos ativistas que fundam a noção de ciberespaço – esse território virtual de trocas, ação coletiva e produção comum de linguagens” (ANTOUN, MALINI, 2013, p.19). A internet é, num primeiro momento, um espaço relacionado a pesquisadores e militares, sem outros atrativos para a sociedade em geral. É com a invenção do ciberespaço, vinculado ao “povoamento” da internet através dos grupos de discussão, que isto se se reconfigura. Tal momento também marca o surgimento do ciberativismo “como sinônimo de ações coletivas coordenadas e mobilizadas coletivamente através da comunicação distribuída em rede interativa” (ibidem, p.20). O elemento mais relevante da cibercultura, como é contemplada a cultura

---

<sup>8</sup> Criadores do Usenet, primeiro fórum de discussão online, sistema de conversa eletrônica em larga escala.

no ciberespaço, é que nestes ambientes não se trata mais de “dispositivos de “formação de opinião pública (...), mas da constituição de formas de percepção comum e formas de organização e expressão da inteligência comum” (LAZZARATO, 2006, p.183 apud ANTOUN, MALINI, 2013, p.20).

A política de vazamento é, por exemplo, um modus operandi introduzido pela internet, com intuito de possibilitar, para seus usuários espalhados pelo mundo, o acesso a documentos e informações restritas a população em geral, notícias censuradas, dados e informes sobre situações econômicas e políticas de determinados governos que estavam limitadas a apenas certos protagonistas e grupos

O aparecimento do ciberativismo – numa versão hacker e comunitária – rompe com o próprio ativismo social que se realizava até então no campo da comunicação social. Na época, a “guerrilha midiática” acontecia com a produção de contrainformação usando o meio da radiodifusão (rádio, especialmente). Com a invenção do ciberespaço, a guerra de informação ocorre de modo subterrâneo, entre aqueles que possuem centrais de comunicação mediadas por computador. (ANTOUN, MALINI, 2013, p.21)

Os autores nos falam de dois tipos do que se entende por “midialivrismo” ou ativismo midiático, movimento de “liberação da voz” contra o modelo de radiofusão, que tem seu auge nos anos 80 do século 20. O midialivrismo de massa está relacionado aos movimentos sociais atuando através de mídias comunitárias e populares, formas alternativas da comunicação feita pelos grandes conglomerados de mídia. Já o midialivrismo ciberativista se relaciona com “a construção de dispositivos digitais, tecnologias e processos compartilhados de comunicação, a partir de um processo de colaboração social em rede e de tecnologias informáticas” (ibidem, p.21). Para os autores, estes dois tipos, apesar de engendram diferentes práticas, têm uma mesma base, “ambos reivindicam uma outra economia política dos meios, em que a propriedade dos meios deve ser comum” (ibidem, p.22).

A origem do ciberativista remete aos movimentos de contracultura, e estes tomam os novos meios de comunicação para produzir “ruídos sonoros”, relacionando uma nova cena tecnológica e cultural que rejeita o poder fundado através da “mediação”, que se faz presente nas organizações institucionais e também nos modos alternativos para comunicação construídos pelos movimentos sociais, como através de representantes e rádio comunitárias. Neste tipo de midialivrismo em busca de “liberação da voz”, “o valor maior se fixa na frase “faça você mesmo” e em processos colaborativos de trabalho” (ibidem, p.23).

O ativismo das comunidades virtuais criou o ciberespaço. Essa atuação individual na Internet se tornou uma “zona da impotência” do poder do Estado,

como diziam Deleuze e Guattari, para salientar que todo centro de poder tem um aspecto débil, frágil. Uma zona de impotência porque o poder não a conseguiu, a partir daí, controlar nem determinar. (ANTOUN, MALINI, 2013, p.24)

Esse ativismo busca produzir uma forma de comunicação em rede, diferente do modo que os veículos de massa operam, fomentando outros públicos, percepções, gostos, agendas, “alargando assim o espaço público midiático” (ibidem, p.23). Há então o duplo desafio de construir diferenças, a partir desses distintos modos de narrar, significados e percepções, mas também, talvez tendo em vista formas de cooptação neoliberais que fomentam o individualismo e a meritocracia, de evitar “a captura espetacular de sua forma de vida” (ibidem, p.23).

O desenvolvimento destes novos ambientes, da cultura digital e de novas práticas comunicacionais, se dá tendo como base as lutas antidisciplinares dos anos 60 e 70, contexto batizado pela imprensa de “era hippie”. São lutas contra mecanismos de poder que conformavam indivíduos e formas sociais de produção. Esses mecanismos de poder são o que Foucault chama de “dispositivo disciplinar”, condições que geram um corpo dócil, adestrado, sendo configuradas através da escola, da família, das fábricas. A vigilância e a punição fazem parte dos mecanismos para adestrar, manter o corpo adestrado, e penalizar, e é por meio dos exames regulares que a vigilância e as medidas punitivas funcionam (ANTOUN, MALINI, 2013).

Nos anos 60, os movimentos de *drop out* (movimentos de abandono escolar, familiar, laboral) “a fábrica já não era desejável para mais ninguém” (ANTOUN, MALINI, 2013, P.28), levam à queda da disciplina “porque ela não afeta mais ninguém” (ibidem, p.28). Este movimento que se inicia na Europa e se espalha por outras sociedades falam de lutas e revoltas que “destroem a disciplina como lugar de poder” (ibidem, p.28). Tais processos relacionam transformação no sujeito político, na organização econômica e na qualidade do trabalho.

Novos mecanismos de produção entram em cena, o que os autores identificam como passagem do trabalho material para o imaterial. Novas estruturas de poder capitalistas, num primeiro momento chamadas de pós-fordismo e hoje, “em sua forma mais desenvolvida, ele denomina-se capitalismo cognitivo” (ANTON, MALINI, 2013, p.30). Tratam-se de rupturas que levam ao valor das qualidades repetitivas e mecânicas serem gradativamente substituídos por qualidades como inventividade e modos de cooperação, “não é à toa que os mecanismos computacionais terão centralidade como instrumento de trabalho, à medida que eles articularão consumo e produção em tempo

real e se tornarão a ferramenta universal do trabalho contemporâneo” (ibidem, p.30). A cultura hacker ilustra transformações e conflitos incitados pelas modificações produtivas, estabelece outras relações com o trabalho, diferentes de tradicionais propósitos vinculados à atividade laboral (no lugar da ideia de dever, obrigação, vem a ideia de interesse, “paixão pelo que se faz”) e coloca em jogo o valor da circulação.

A economia política da cultura hacker faz residir o valor na circulação (dos seus conhecimentos, mas também dos valores da sua própria vida). A Internet dos grupos de discussão, como invenção máxima da cultura hacker, exprime bem a atual configuração da produção do valor: é o espaço de distribuição, mas também de produção de novos processos, produtos e serviços, que eventualmente se tornam valores para a produção de outros processos, produtos e serviços. A circulação torna-se eminentemente produtiva (ANTON, MALINI, 2013, p.31)

A cultura digital, a potência da circulação, estão relacionadas diretamente com alguns movimentos populares e revoltas contra regimes autoritários que acompanhamos nos últimos anos. Percebemos a associação com novas tecnologias de informação e o uso de rede sociais em manifestações e mobilizações recentes, como nas da chamada Primavera Árabe<sup>9</sup>. A propagação de movimentos, novas formas de sensibilizar e comunicar, são vinculadas também, e principalmente, a recursos proporcionados pela Internet e pelo ciberativismo.

Os autores nos mostram (ANTOUN, MALINI, 2013) que a internet, desde sua origem, se configura enquanto campo de disputas, no que diz respeito a suas conformações, disponibilizações e finalidades. A informatização do trabalho nos anos 80 acompanha a manifestação de “duas coisas ambivalentes” (ibidem, p.32): As ONGs, “egressas dos movimentos sociais”, emergem e conseguem se desenvolver através de recursos da internet, mas também, neste período, a internet é usada por bancos, para financeirização, com o capital circulando sem fronteira e o tempo inteiro. A Internet, fundada como grande máquina de guerra pelos militares, “funciona antes como um dispositivo de resistência” (ibidem, p.33). Projetos ambíguos assim remetem aos primórdios da internet. As universidades também se relacionam com o projeto de comunicação distribuída, considerando as possibilidades para cooperação e trabalho em conjunto, os recursos facilitadores para atividades científicas compartilhadas. Até 1984 a Internet era fechada, neste período a ambivalência que a configurava (“máquina de

---

<sup>9</sup> Uma onda revolucionária de manifestações e protestos que ocorreram no Oriente Médio e no Norte da África a partir de 18 de dezembro de 2010 (Fonte: Wikipédia)

guerra” e “máquina de cooperação”) chega ao seu ápice: os militares saem da Arpanet<sup>10</sup> para criar sua própria rede, e quem passa a ocupá-la não são os cientistas, outros grandes atores que participavam do projeto. Quem a ocupa é “toda uma classe de usuários que não frequentava a universidade nem trabalhava para o governo”, e a partir disso ela é

tomada de assalto por micropolíticas estranhas, fazendo da rede um meio de vida e uma máquina de cooperação social, por intermédio da multiplicação de grupos de discussão na usenet<sup>11</sup> e nas BBSs (de quem as atuais redes sociais se originam), tornando a então Arpanet um dispositivo de produção de relações, de afetos, de cooperação e de trocas de conhecimentos micropolíticos, e não apenas um meio de transporte de informações científicas, financeiras e militares (ANTOUN, MANILI, 2013, p.17).

Os fóruns que se multiplicam a partir de 1984 marcam o início de uma profusão de textos e imagens sem um controle central que vemos hoje, compondo uma nova estrutura de organização social vinculada à noção de comunidades virtuais, que abrem uma forma de atuar em rede. Hoje também não há mais possibilidade de distinguir mundo real e mundo virtual, não há uma definição precisa de fronteiras, como diversos autores propõem: vivemos o hibridismo. Beatriz Polivanov (2013) argumenta sobre a necessidade de recusar a dicotomia lugar x não-lugar, a oposição real x virtual, para pensar um mundo híbrido, permeado pela Internet, onde diferentes ambiências se misturam no cotidiano.

Tais explanações sobre os ‘primórdios’ da Internet, origem, disputas iniciais, buscam trazer parâmetros para compreender sua configuração no contexto atual, marcada também por numerosos interesses e projetos contraditórios que se defrontam no terreno da cibercultura, porque o ciberespaço segue sendo um projeto ambivalente, palco de conflitos de interesses.

Como Levy (1997) aponta, há uma oposição entre a lógica e os interesses do Estado, ligados à sua soberania e territorialidade, e a lógica e os interesses do ciberespaço, ligados ao seu caráter desterritorializante e ubiqüitário, onipresente. Além disso, o Estado perde “o controle sobre uma parte cada vez mais importante dos fluxos econômicos e informacionais transfronteiriços” (LEVY, 1997, p.207). O ciberespaço é também um campo de batalha para industriais da comunicação e empresas. Há uma visão puramente

---

<sup>10</sup> A Arpanet é o nome da rede militar que conectou, em 1969, quatro campi universitários, para que a comutação de pacotes pudesse acontecer fazendo com que informações sigilosas e estratégicas circulassem, em nano pedaços, nos servidores universitários, de modo que em um dos pontos dessa rede elas fossem reunidas ao mesmo tempo que pudessem estar em lugar nenhum. Sem centro, autônoma e anônima, a Arpanet era o diagrama ideal para proteger a informação (ANTOUN, MALINI, 2013, p.250)

<sup>11</sup> Usenet, primeira plataforma popular de conversação online na história da rede e a fundadora da relação “muitos-muitos” como modelo do diagrama de comunicação através da Internet (ibidem, p.18)

consumista do ciberespaço, por parte de indústrias e interesses comerciais, que enxergam a rede como um supermercado planetário. E há também uma visão “do movimento social que propaga a cibercultura, inspirado pelo desenvolvimento das trocas de saberes, de novas formas de cooperação e criação coletiva nos mundos virtuais” (LEVY, 1997, p.201). Estas perspectivas, entre outras, fazem parte da variada gama de versões do que Levy chama de projeto da inteligência coletiva, e assinala outro aspecto importante de ser observado, quanto ao impacto das novas tecnologias

diversas versões do projeto da inteligência coletiva foram defendidas, e nem todas vão na direção que acabo de esboçar. Além do mais, como sua eficácia contribui para acelerar a mutação em andamento e para isolar ou excluir ainda mais aqueles que dela não participarem, a inteligência coletiva é um projeto ambivalente. (LEVY, 1997, p.202)

A luta de forças e disputa de projetos atravessa a conformação do ciberespaço desde o início. No entanto, tendo em vista a indeterminação fundamental dos processos socio-históricos, o destino da cibercultura não esteve nem está completamente à disposição para interpretações e projetos de atores soberanos, justamente porque atores, projetos e interpretações estão em conflito na maior parte do tempo. Projetos opostos veiculados por grupos diferentes geram lutas de poder e acordos, e mesmo configurações técnicas diferentes (LEVY, 1997).

### **3.3 Contexto atual: Cultura da convergência e datificação**

Como vemos através de Levy (1997), Antoun e Malini (2013), as interpretações sobre o ciberespaço variam de acordo com os sujeitos, grupos e interesses em questão. Para grandes atores econômicos, as principais questões gravitam em torno do mercado - público consumidor, volume de negócios – uma interpretação mercantilista. A mídia de massa também participa das formulações sobre o ciberespaço, muitas vezes apresentando interpretações sensacionalistas, relacionadas a terrorismo, pedofilia (Levy, 1997). Podemos acrescentar que a mídia de massa também traz discursos com relação à veracidade da informação na Internet, de algum modo buscando alimentar e manter laços de confiança. Quanto a isso, temos que terroristas e pedófilos usam aviões, estradas, telefonia, e essas redes de tecnologia não são associadas à criminalidade (LEVY, 1997). O ponto de vista apresentado pela mídia de massa também é ditado pelo seu interesse, e o ciberespaço se configura enquanto alternativa a estas mídias, pois ele

De fato, permite que os indivíduos e os grupos encontrem as informações que lhes interessam e também que difundam sua versão dos fatos (inclusive com imagens) sem passar pela intermediação dos jornalistas. O ciberespaço encoraja uma troca recíproca e comunitária, enquanto as mídias clássicas

praticam uma comunicação unidirecional na qual os receptores estão isolados uns dos outros. Existe, portanto, uma espécie de antinomia, ou de oposição de princípios, entre as mídias e a cibercultura, o que explica o reflexo deformado que uma oferece da outra para o público. O que obviamente não impede que alguns jornalistas utilizem apaixonadamente todos os recursos da Internet, e não proíbe de forma alguma que a maior parte das grandes mídias ofereça uma versão online de seus serviços (LEVY, 1997, p.205)

O desenvolvimento de tecnologias permite não apenas fazer as mesmas coisas de modo mais rápido, compreendendo que o virtual é, em certa dimensão, um modo da velocidade, ou em escala maior. As invenções técnicas e as apropriações destas permitem, principalmente, que se faça, sinta e organize de outra forma, reorganizando também funções anteriores. Como Levy propõe, o ciberespaço abre novos planos de existência nos modos de relação, (com a comunicação interativa, num modelo todos pra todos), nos modos de conhecimento, de aprendizagem, de pensamento, nos gêneros literários e artísticos, não de forma a substituir os anteriores, mas implicando em processos de reorganização.

Da mesma forma que a televisão não substituiu o rádio, a internet não provocou a derrocada dos meios de comunicação de massa. O pesquisador Henry Jenkins em estudo sobre os modos de consumo midiático em tempos de convergência, apresenta um novo paradigma para entender a transformação midiática: “bem-vindo à cultura da convergência, onde as velhas e as novas mídias colidem, onde mídia corporativa e mídia alternativa se cruzam, onde o poder do produtor de mídia e o poder do consumidor interagem de maneiras imprevisíveis” (JENKINS, 2009, p. 27). Tal ponderação parece ir de encontro ao caráter indeterminado que Levy argumenta. Isso porque tomamos a técnica como condicionante, e não como determinante.

A convergência não diz respeito apenas a essa convivência das mídias ditas tradicionais e as digitais e, como Jenkins argumenta, não deve ser compreendida como principalmente um processo tecnológico, relacionado às múltiplas funções inseridas em um aparelho. O autor expressa a convergência como um processo protagonizado pelos indivíduos, seus esquemas mentais e interações, que “representa uma transformação cultural, à medida que consumidores são incentivados a procurar novas informações e fazer conexões em meio a conteúdos midiáticos dispersos” (JENKINS, 2009, p. 28). Através de estudo de caso de franquias de reality shows, filmes e livros, Jenkins se propõe a compreender as dinâmicas do funcionamento do consumo midiático nos atuais tempos de convergência. Ele apresenta a noção de cultura participativa e inteligência coletiva, em contraste à ideia de passividade dos espectadores no meio, e aponta para a impossibilidade

de uma pessoa armazenar todo tipo de informação que recebe nos levando a conversar sobre as mídias consumidas, e por isso o consumo torna-se um processo coletivo.

A popularização da internet promove também a proliferação de notícias que não têm origem nos meios jornalísticos. O conceito de inteligência coletiva de Levy é resgatado por Jenkins, “uma inteligência variada, distribuída por todos os lugares, constantemente valorizada, colocada em sinergia em tempo real, que engendra uma mobilização otimizada das competências.” (Lévy, 1997, p. 201). A delimitação do que é chamado de Web 2.0 está impregnada por esse conceito,

marcada pela transição do foco na publicação (a primeira geração da web) para a participação coletiva. Um grande número de novos serviços online soube aproveitar o ímpeto produtivo dessa cultura de cooperação na internet, montando negócios a partir de “conteúdo gerado pelo consumidor” (user-generated content). E é assim que sites como Digg.com oferecem como principal atrativo — a interagentes e anunciantes — informações reunidas e/ou criadas por seu público(...) A sabedoria das multidões (Surowiecki, 2006) está também por trás da seleção e publicação colaborativa de notícias—processo chamado de gatewatching (Bruns, 2003) — e do jornalismo participativo (Gillmor, 2005). (PRIMO, 2010, p.25)

A noção de cultura participativa é fundamental para compreensão do funcionamento do consumo midiático em Jenkins, e para a força que atribuí às audiências. Para Primo (2010), no entanto, há de se ter cuidado para que a convergência e a participação não sejam consideradas em uma perspectiva de determinismo tecnológico, como algo gerado pelo desenvolvimento. Há um contexto histórico e social que é anterior e que também participa como articulador na formação das redes como as experienciamos, “as mídias digitais foram criadas a partir de demandas sociais e fomentam o fortalecimento dos mesmos movimentos coletivos. Em outras palavras, a internet criou tanto a cultura participativa quanto foi criada por ela” (PRIMO, 2010, p.26).

O texto de Primo faz uma leitura crítica de aspectos pouco abordados ou minimizados por Jenkins, com relação à capacidade de concentração de poder e capital da indústria midiática, que se relaciona de outros modos com a participação dos públicos. Para tratar de consumo midiático e convergência, Jenkins estuda produções midiáticas da grande indústria, discute sobre processos de criação e circulação de produtos de entretenimento através das ideias de participação dos grupos de fãs, do envolvimento destes para o desenvolvimento de continuações, grandes franquias, sua incorporação na promoção de produtos culturais, etc. E isso, que pode ser percebido como uma resistência – maior participação na construção dos conteúdos, segundo interesses e demandas das



audiências – também representa uma forma de cooptar, uma estratégia de manutenção das posições de poder

O grande capital midiático não está minguando, a mídia de massa não se tornou mero coadjuvante. É verdade que houve uma distensão da produção midiática, com o ingresso de criadores independentes de blogs, podcasts, vídeos e músicas alternativas, etc. Por outro lado, esta nova produção que ocorre longe da mídia de referência não pode ser entendida como mídia radical (Downing, 2004) em sua totalidade. Mesmo que independentes, uma importante parcela da criação e conversação na rede colabora com o fortalecimento do grande capital. Logo, não se pode apenas celebrar a incorporação do fã na indústria de entretenimento, mas também avaliar o que há de estratégia persuasiva e como se dá a resistência e subversão nesse processo. (PRIMO, 2010, p.30)

Para o Jenkins, os consumidores são protagonistas no trânsito da circulação de conteúdos, eles atuam nos processos de produção de sentido forçando as indústrias a lhes darem espaço e voz, “todo consumidor é cortejado por múltiplos suportes de mídia” (JENKINS, 2009, p.27). Produção e recepção/consumo se aproximam. Os fluxos de comunicação não são mais pré-determinados, porque também não é mais possível dizer exatamente o caminho que um conteúdo vai fazer, para Jenkins eles são resultado de uma tensão entre a convergência corporativa e a convergência de consumidores. O consumo midiático produtivo dos consumidores parece ser superdimensionado ao passo que a apropriação que a indústria faz dos ideais libertários da internet parece não receber a mesma atenção, e “esse relacionamento — relevante e inovador, não há dúvida — deve ser visto como apenas um entre tantos fenômenos da cibercultura e não como aquele que descreve e resume nosso tempo” (PRIMO, 2010, p.31).

Na comunicação em rede emergem produtores e enunciadore, novos atores participam nas criações, e também novos modos de circulação de informações e conteúdos. Outro aspecto relacionado à comunicação em rede nos coloca que a circulação, no entanto, é permeada por lógicas algorítmicas num contexto de datificação da sociedade. Compreendemos, através de Van Dijck ((2017), a datificação como um novo paradigma social e científico que corresponde a uma “transformação da ação social em dados on-line quantificados, permitindo assim monitoramento em tempo real e análise preditiva” (VAN DIJCK, 2017, p.41). Em outras palavras, representa um processo de crescente aceitação no universo tecnológico e também no científico desta como recurso para acesso, entendimento e monitoramento do comportamento humano.

Com o advento da Web 2.0 e os seus crescentes sites de redes sociais, muitos aspectos da vida social foram codificados, e o que nunca tinha sido quantificado – amizades, interesses, conversações casuais, buscas por informação, expressão de gostos, respostas emocionais, e assim por diante. À medida que as empresas de tecnologia começaram a se especializar em um ou vários aspectos da comunicação on-line, elas convenceram muitas pessoas a

transferir parte de suas interações sociais para os ambientes da web. O Facebook tornou atividades sociais como amizade e expressão de gostos em relações algorítmicas (Bucher, 2012; Helmond; Gerlitz, 2013); o Twitter popularizou as personalidades on-line das pessoas e promoveu a ideia de criar seguidores e as funções de retweet (Kwak et al., 2010); o LinkedIn traduziu as redes profissionais de empregados e candidatos a vagas em interfaces digitais (van Dijck, 2013a); e o YouTube datificou a troca casual de conteúdo audiovisual (Ding et al., 2011) (VAN DIJCK, 2017, p.42).

Relacionando o princípio da datificação com noções de convergência propostas por Jenkins, é possível perceber transformações na clássica divisão que separava produtores de consumidores nos meios de comunicação de massa, colocando em cena sujeitos considerados participantes que interagem em outras lógicas. Mas as formas de participar não são iguais. A centralidade, no que diz respeito a posições de poder que corporações de mídia ocupam, se mantém e é renovada, através da criação de novas empresas e negócios midiáticos, como a formação das indústrias voltadas a dados. O ciberespaço, as tecnologias de comunicação e informação, são também fontes de exclusão, porque se Jenkins admite que “alguns consumidores têm mais habilidades para participar dessa cultura emergente do que outros” (JENKINS, 2009, 28), podemos estender a noção de habilidades ao extenso conjunto de condições materiais e simbólicas que possibilitam, interferem e condicionam o acesso, formas de uso da comunicação em rede.

Van Dijck reconhece como ideologia do dataísmo uma “crença generalizada na quantificação objetiva e o potencial monitoramento de todos os tipos de comportamento humano e de sociabilidade, por meio de tecnologias de mídia on-line” (VAN DIJCK, 2017, p.41). Dentre as alegações de cientistas da informação e de outros adeptos – abrangendo interesse estatal e interesse comercial – está a premissa da neutralidade do dado. Para nós se faz relevante assinalar que compreendemos que dados são gerados, são construídos. O que vai ser requisitado, em termos de informação pessoal para cadastro em mídias sociais, como são classificados e apresentados, são etapas desse processo constitutivo, que envolve escolhas e configura arquiteturas de navegação. Do mesmo modo, as plataformas que superficialmente podem parecer apenas “conter” esses dados são elas mesmas confeccionadoras de variáveis e de tipos de informação. O autor procura alertar que “promover a ideia dos metadados como traços do comportamento humano e das plataformas como facilitadoras neutras parece estar diretamente em conflito com as bem conhecidas práticas de filtragem e manipulação algorítmica de dados por razões comerciais ou outras” (VAN DIJCK, 2017, p.45).

Plataformas e mídias sociais são tidos como sensores, capazes de fornecer apontamentos sobre situações e eventos em tempo real. A datificação é exaltada por grupos comerciais e também por atores do campo da ciência da informação. Van Dijck se refere a uma “mentalidade de Big Data” que

parece também favorecer a paradoxal premissa de que as plataformas de mídia social, ao mesmo tempo, medem, manipulam e monetizam o comportamento humano on-line. Embora se acredite que os metadados retirados das plataformas de rede social refletem o comportamento humano como ele ocorre, os algoritmos empregados pelo Google, Twitter e outros sites são intrinsecamente seletivos e manipulatórios; os usuários e os proprietários podem igualmente manipular a plataforma (VAN DIJCK, 2017, p.44)

A datificação está associada ao processamento da vida como interação em tempo real nas redes virtuais, e registrada como informação. O pesquisador Giuseppe Cocco (1995) aponta que a produção cultural e desenvolvimento das redes de difusão e das tecnologias interativas não atravessam só o mercado multimídia, mas o conjunto das atividades econômicas, e as redes não são espaço de circulação de produtos, são o próprio espaço de produção de relações de serviços, de bens imateriais nos quais produção e reprodução coincidem.

Em artigo no qual Van Dijck e Poell (2013) realizam um exame da complexa dinâmica entre plataformas de mídia social, mídia de massa, usuários e instituições sociais, os autores tratam da profunda penetração das mídias sociais nos mecanismos cotidianos, afetando e modificando condições e regras da interação social, das estruturas institucionais e das regras profissionais. Há uma nova economia caracterizada pela interatividade. As mercadorias dessa nova economia passam a ter valor relacionado à aceleração da difusão e ao imediatismo, “os dados são alvo de interesses comerciais científicos e estatais como modo de conhecer a ação social e o comportamento humano, os usuários fornecem informações pessoais às companhias e recebem serviços em troca – uma espécie de permuta” (VAN DIJCK, 2017, p.45). As informações de dados não apenas qualificam as plataformas de mídia social como meios para análises, como também as próprias plataformas realizam pesquisas incorporadas em sua arquitetura, e também são criadas ferramentas para capturar tráfego social online, indicadores de popularidade, programas para rastrear e coletar dados que, agregados a análises, se transformam em informações valiosas sobre movimentos e comportamento de indivíduos e grupos. A problemática dos dados estampa discussões sobre privacidade na internet, acesso e disponibilização de informações pessoais por plataformas, num cenário complexo onde questões legislativas nacionais se deparam com empresas de mídias que

operam globalmente. A questão da autonomia e de uma maior liberdade e poder das audiências frente aos conteúdos esbarra na problemática da datificação, já que serviços e conteúdos estão impregnados por informações de gosto e comportamento construídas através de dados. Indo além, as informações configuradas através da participação na rede também podem ser (e são) acionadas por inúmeros interesses.

#### 4. O OBJETO DE INVESTIGAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Uma vez realizada a contextualização de nosso objeto empírico e abordados os pressupostos teóricos que estruturaram nosso olhar sobre ele, caberia agora examinar a perspectiva teórico-metodológica que orientou a pesquisa. Como dito anteriormente, este trabalho buscou construir caminhos para análise de materiais oriundos de dois espaços midiáticos distintos: TV e internet. A escolha por voltar o olhar a diferentes materialidades está ancorada na percepção da emergência da internet como fonte de informação e comunicação – tanto no que diz respeito à produção e à circulação – quanto ao seu encontro com a já consolidada tela, a TV. Em outras palavras, como o paradigma da convergência nos coloca a não substituição dos meios; na medida em que novos são desenvolvidos, entendemos que se trata de uma presença conjunta, marcada pela coexistência. e, muitas vezes, inter-relação.

O trabalho se desenvolve a partir da pesquisa documental de matérias de telejornais contemplando duas áreas de abrangência: *Jornal Nacional*, exibido em rede nacional pela TV Globo, e do *Jornal Liberal*, exibido no estado do Pará pela TV Liberal, afiliada da Rede Globo, e de vídeos na plataforma de mídia digital Youtube.

Os questionamentos da pesquisa se referem à investigação sobre aos atores, falas e posições envolvidos no que diz respeito a notícias e informações produzidas e divulgadas sobre mortes em conflitos por terra. O interesse por tal problemática se desenrola a partir do episódio ocorrido em Pau d'Arco, Pará, em 2017, quando 10 pessoas foram mortas pela polícia, marcando um desfecho trágico no cenário das disputas que envolvem trabalhadores sem-terra, proprietários e Estado. Como foi explicitado anteriormente, a perspectiva teórica adotada nos faz entender as notícias e informações veiculadas como não apenas *descrevendo* os acontecimentos, mas os constituindo discursivamente. Tendo em vista diversos contextos que afastam do conhecimento da sociedade como um todo a ocorrência destes conflitos, que se dão fora dos centros urbanos, tomamos tal episódio como ponto de partida para a busca por materiais de análise. O recorte temporal está delimitado entre 24 de maio de 2017, dia do acontecimento, e 31 de maio de 2018, mês em que completou um ano. Esta demarcação abrange o período de um ano após este evento que concentra o maior número de mortes em um único conflito por terra desde o conhecido episódio de Eldorado dos Carajás, também no Pará, em 1996. A singularidade do ano de 2017 é enfatizada ainda por registrar o maior do número de mortes por violência em disputas de terra desde 2003.

Pesquisar notícias no *Jornal Nacional*, primeiro programa jornalístico do país transmitido em rede nacional (CARDOSO, 2012, p.62), compreende a importância em investigar as maneiras como acontecimentos localizados em áreas rurais, distantes dos centros urbanos, comparecem em um dos principais jornais da televisão brasileira, que ocupa uma posição de centralidade discursiva no âmbito nacional.

Ambos os telejornais pesquisados são veiculados por emissoras da Rede Globo, um dos maiores conglomerados de comunicação da América Latina, desta forma, são produzidos sob as lógicas da mídia corporativa. O *Jornal Liberal* é um telejornal transmitido no estado do Pará pela TV Liberal.

Para investigar os discursos sobre as mortes veiculados em ambientes comunicacionais formados por novos dispositivos midiáticos, que ampliam as possibilidades de produção e circulação de textos para a população em geral, tomaremos como material empírico vídeos relacionados ao episódio no Youtube. Não foram previamente selecionados canais no Youtube para análise tendo-se em vista que faz parte do trabalho investigativo o mapeamento destes através dos resultados levantados nas buscas de vídeos. Compreendemos que sites e blogs específicos de movimentos do campo comumente utilizam de plataformas “consagradas”, como o Youtube pode ser considerado, para fazerem circular seus materiais.

A análise de como são construídos os textos sobre esses episódios em distintos espaços midiáticos busca perceber possíveis divergências, concordâncias, oposições e reafirmações. A investigação se desloca para esses novos ambientes a partir da compreensão de que neles circulam discursos produzidos por múltiplos atores sociais, que não são necessariamente profissionais de comunicação ou do campo do jornalismo, e que os processos para publicação dos discursos neste meio não estão estruturados sob as mesmas lógicas das mídias tradicionais.

Para realizar os objetivos dessa pesquisa, a análise teve como foco:

- Identificar quem produz, que atores sociais predominam na produção e/ou veiculação de materiais e protagonizam o debate sobre o acontecimento;
- Investigar como as narrativas são criadas, identificar quem aparece nelas, seja como enunciador ou objeto do enunciado, e através de quais estratégias discursivas, ou seja, como se fala. Aqui leva-se em consideração a análise de características como: os modos de nomear envolvidos, os temas e referências prevalentes, as fontes e atores que participam dos discursos, relacionando tais aspectos aos espaços midiáticos nos quais os vídeos são veiculados.

- Perceber como os textos podem se relacionar, tendo em vista que, com a ampliação de espaços de circulação impulsionada pelo desenvolvimento das TICs, novas áreas de compartilhamento de notícias e de confluência de materiais emergem. Isto é, conteúdos produzidos nas mídias tradicionais também passam a transitar nesses novos ambientes e concorrem com narrativas produzidas por diferentes atores.

O esforço para investigar as dinâmicas de visibilidade e os sentidos relacionados às mortes intencionais por violência em conflitos por terra compreende que, ainda num contexto de midiatização e de novas possibilidades para outros enunciados, as mídias tradicionais continuam ocupando lugares centrais na formação da opinião pública e como fonte de informação “confiável”. Mesmo num cenário onde tal confiança parece ter sido abalada, as audiências de certos programas, e a presença da TV nos lares dos brasileiros, evidenciam a força de penetração desta. No entanto, eles convivem crescentemente com outros enunciadores, daí a importância de se conjugar os espaços tradicionais de visibilidade, que permanecem detentores de protagonismo, com os novos espaços emergentes. Para realizar a análise do material levantado, caberia inicialmente trazer algumas informações sobre nosso objeto empírico

#### **4.1 Telejornalismo: *Jornal Nacional e Jornal Liberal***

O início da história da televisão no Brasil data os anos 1950's, de lá pra cá ela se popularizou e entrou de modo incisivo na casa dos brasileiros. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua 2016, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sobre acesso à internet e à televisão, “apenas 2,8%, ou 1,9 milhão, não tinham televisão, com destaque para o Norte do país, onde o percentual é o mais elevado (6,3%)” (IBGE, 2018). Quanto a seu alcance e relevância, Cardoso aponta que desde sua estreia, a TV “segue uma trajetória de ascensão. Configurando-se como principal meio de entretenimento e vetor ativo da vida nacional” (CARDOSO 2012, p.60). A autora coloca também o contexto de popularização da TV e suas relações com contextos políticos que foram pano de fundo para seu desenvolvimento num primeiro momento. A construção de seus públicos e linguagem, a difusão da TV no Brasil, ocorre no período do regime militar, isso contorna “uma relação ambígua com tais governos” (ibidem, p.61), havendo uma relevância dada a tal tecnologia por sua atuação na formação de um imaginário nacional associado a modernidade e integração, mas também havendo censura e regulação como estratégia de uma política de segurança nacional característica de regimes autoritários.

A Rede Globo, rede de televisão comercial aberta, faz parte do Grupo Globo, maior conglomerado de mídia do Brasil e da América Latina. O jornalismo, para a empresa Rede Globo, “sempre foi um dos campos prioritários (...) rapidamente, tornou-se expressão de seu poder” (ibidem, p.61).

Um de seus primeiros produtos e que permaneceu como carro chefe de sua programação ao longo das suas décadas de existência foi o *Jornal Nacional*. A primeira edição do telejornal que tem maior relevância não só dentro da grade de jornalismo da TV Globo, como também para o país, foi ao ar em setembro de 1969. É um programa com forte audiência, alcançando a liderança no horário diversas vezes. Quanto ao fazer *do Jornal Nacional*, nas palavras de seu atual editor-chefe e apresentador,

O Jornal Nacional é um programa jornalístico de televisão. Por ser jornalístico, apresenta temas comuns aos jornais impressos, aos programas jornalísticos de rádio, aos sites da internet voltados para notícias e, em parte, às revistas semanais de informação. Por ser um programa de televisão, procura apresentar esses temas com a linguagem apropriada ao veículo: com um texto claro, para ser compreendido ao ser ouvido uma única vez, ilustrado por imagens que despertem o interesse do público por eles – mesmo que não sejam temas de apelo popular imediato. (BONNER, 2009)

No entanto, o percurso de tal programa é marcado por mudanças ao longo do tempo, tanto de profissionais com cargos de maior visibilidade, como os apresentadores, quanto dos modos de enunciação. Essas mudanças na imagem e, de alguma forma, no “estilo” do fazer jornalístico, ocorrem devido às próprias transformações sociais, que mudam as aspirações do público, os tons que passam a chamar atenção dos mesmos, e também devido aos modos de fazer e estilos que emergem em outros jornais concorrentes. Cid Moreira, que apresentou o *JN* por 27 anos, lembrado por sua voz grave, imprimia certa austeridade em sua apresentação, sem esboçar sentimentos, como um modo de garantir princípios reverenciados por determinadas compreensões hegemônicas da prática jornalística, como objetividade, neutralidade e imparcialidade (CARDOSO, 2012). Em 1998, William Bonner e Fátima Bernardes<sup>12</sup>, que eram casados na época, passam a ocupar a bancada como apresentadores. Tal mudança introduz “o carisma, a proximidade afetiva e a maior informalidade nos gestos e nos diálogos (...) novas formas de promover a credibilidade” (ibidem, p.65). Gostaríamos de ressaltar que um dos pilares a partir do qual o *JN* busca consolidar seu poder é o investimento tecnológico. Tais investimentos em prol

---

<sup>12</sup> Em 2011 Patrícia Poeta assume a bancada no lugar de Fátima Bernardes. Em outubro de 2014 Renata Vasconcellos substitui Patrícia Poeta.



de maior agilidade na difusão, abrangem também as entradas ao vivo vindas de diferentes regiões nacionais e internacionais, bem como recursos gráficos utilizados.

Cardoso já apontava, em 2012, que

Nos últimos anos, os apresentadores do JN vêm mudando paulatinamente a sua performance. Isso pode ser percebido na maior coloquialidade do texto, na protagonização de momentos de intimidade e uso mais destacado de recursos dramáticos, principalmente expressões faciais (como olhares e gestos), mas também corporais, que modalizem positiva ou negativamente o acontecimento noticiado. (CARDOSO, 2012, p.66)

Se o *Jornal Nacional* representou um produto de abrangência nacional, que se confundiu com o próprio surgimento da Rede Globo, o telejornalismo da emissora foi aos poucos expandindo sua área de abrangência. Regiões e municípios distantes da metrópole têm a cobertura da Rede Globo através de redes de emissoras regionais que são a ela filiadas, como a TV Liberal, emissora de televisão aberta afiliada da Globo no Pará. As emissoras regionais da TV Liberal, que são identificadas como “exibidoras” pela Globo<sup>13</sup>, por estarem localizadas no Pará integram a área da Amazônia Legal, que tem legislação própria para estação retransmissora (RTV)

de acordo com a Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel - o serviço denominado de RTV retransmite de forma simultânea o sinal da estação geradora de TV para recepção livre e gratuita. Podem gerar programação própria (...) e gerar publicidade também. Desta forma, as RTVs também podem ser denominadas "microgeradoras" ou "retransmissoras mistas (TONIAZZO, 2006, p.3).

Desta forma, as exibidoras da Rede Globo no Pará são retransmissoras e por isso têm permissão para inserir conteúdo local. Cada exibidora cobre determinados municípios e regiões. Apesar da possibilidade de inserção de conteúdo local, estas emissoras não geram programas atualmente, apenas retransmitem a programação da TV Liberal Belém que é a cabeça de rede.

Uma matéria em comemoração aos 45 anos da TV Liberal, publicada no site oficial da Rede Globo, descreve que

assim como o povo paraense, a emissora é diversificada em sua programação, proporcionando ao telespectador conhecer mais sobre o estado, assistir as belezas naturais, refletir sobre os acontecimentos do nosso cotidiano e também dar voz e visibilidade à realidade local, às pessoas. (...) A TV Liberal sente-se completa em ser essa janela para o mundo do telespectador paraense, exaltando

<sup>13</sup> Disponível em: <https://negocios8.redeglobo.com.br/Paginas/estados.aspx?uf=PA> Acesso em: 14/04/2021

e valorizando quem somos. (BERSA, Aline. TV Liberal completa 45 anos e você é a nossa melhor história. Site Rede Globo, 27/04/2021)<sup>14</sup>.

O *Jornal Liberal* é produzido pela emissora TV Liberal Belém da capital paraense e retransmitido para o interior do estado pelas outras emissoras da Rede Liberal, que são afiliadas à Rede Globo. É, deste modo, um telejornal local, veiculado no Pará, nos dois blocos diários (chamados de Praça TV) dedicados ao jornalismo local das filiais e afiliadas da Globo.

Em seu trabalho sobre o *JN*, Itânia Gomes (2012) propõe uma metodologia de análise de telejornais que pode ser utilizada como ponto de partida para nossa investigação. Explorando a proposta de Jason Mittell, a autora busca construir uma metodologia de análise que leve em conta a noção de gênero e que permita explorar “o que Mittell chama de “estabilidade em fluxo”, o fato de que esses agrupamentos discursivos são contingentes e transitórios, transformando-se ao longo do tempo e assumindo novos sentidos em diferentes contextos” (GOMES, 2012, p.45).

Este trabalho se debruça sobre metodologias para análise de telejornalismo, compreendendo os telejornais como um modo cultural de tratar a notícia na TV, e percebidos como variação dentro do gênero midiático, ou um subgênero. Entender o telejornalismo através do conceito de gênero implica em considerá-los como um produto da TV e também como um produto cultural, relacionado assim a processos de produção de sentido.

Explorar o gênero televisivo em uma abordagem cultural e discursiva permite mirá-lo através de múltiplos lugares. A autora recorre a Jason Mittell e Jesus Martín-Barbero propondo que ambos compreendem o gênero televisivo como uma categorial cultural, implicando em uma perspectiva “fortemente historicizada e nos oferecem pistas para pensar os vínculos entre comunicação, cultura, política e sociedade” (ibidem, p.43). Isso porque o esforço de Martín-Barbero é no sentido de pensar a comunicação de modo que abranja a totalidade do processo comunicativo, e Mittell propõe o gênero como categoria cultural. Ela ressalta a relevância que os gêneros vêm obtendo na organização das práticas televisivas, não se tratando de uma perspectiva textual, mas sim intertextual, e explica que “o *JN* não é um gênero, mas um exemplar de uma categoria mais ampla que chamamos de programas jornalísticos televisivos” e que os gêneros se manifestam através

---

<sup>14</sup> TV Liberal completa 45 anos e você é a nossa melhor história. Matéria publicada no site da Rede Globo. Disponível em: <https://redeglobo.globo.com/pa/tvliberal/45anos/noticia/tv-liberal-completa-45-anos-e-voce-e-a-nossa-melhor-historia.ghtml> Acesso em: 23/04/2021

“de relações entre múltiplos textos, resultando numa categoria comum” (ibidem, p.44). O gênero depende da intertextualidade porque é compreendido como uma prática discursiva e, como Foucault nos diz, a formação discursiva aponta a dimensão de que os discursos são sempre atravessados por diferentes contextos que os possibilitam, ou seja, se relacionam com outros discursos e instâncias, e que as análises devem considerar então os distintos aspectos sociais, econômicos e históricos.

Com relação ao caráter circunstancial e transitório do gênero, que convoca distintas temporalidades, compreendemos que o gênero televisivo não é algo já determinado, definido, no qual podemos encontrar um exemplar ‘puro’. Ele se constitui e se atualiza. Quanto a isso a Gomes (2012) está se referindo ao gênero televisivo ser da ordem da virtualidade. Ele se constitui na sua realização, encontra sua atualização em determinados programas e, na metodologia adotada no trabalho da pesquisadora, “no modo de endereçamento que cada programa constrói na relação com os receptores. O modo de endereçamento, por sua vez, enquanto realização do gênero televisivo, contribui para construí-lo” (GOMES, 2012, p.45). O esforço analítico não é em vias de construir classificações, mas um exercício de compreender de forma relacional/contextual as articulações entre comunicação, poder, cultura e sociedade que se dão através dos gêneros.

Gomes também apresenta no seu trabalho os momentos de nascimento e consolidação do *Jornal Nacional*, marcado por relações com governos e mudanças em prol da manutenção da cumplicidade do público. Segundo ela, o programa “nasce como resultado da articulação entre os interesses da elite brasileira e do governo militar e os ideais de modernização e integração nacional” (GOMES, 2012, p.46). Há então um interesse político e econômico, por parte do Estado brasileiro e da classe dominante, que atravessa a consolidação do sistema de telecomunicações e que está relacionado também ao desenho de uma identidade nacional. E é através do investimento tecnológico, como já dito, que o *JN* busca reconhecimento de qualidade e confiabilidade. O título do artigo traz esse conceito de Mittell que indica a perspectiva de análise, fazendo referência à dinâmica que configura o *JN*. Ao falar de uma “estabilidade em fluxo”, percebemos, ao mesmo tempo, a noção de preservação e de movimento. Tratam-se de práticas que combinam e/ou articulam movimentos de transformação e também de conservação, esforços para acompanhar as transformações sociais de modo que sua posição hegemônica seja mantida.

O trabalho de Gomes identifica estratégias que constituem o *Jornal Nacional*, traz costumes, modos de conceber jornalismo e de noticiar, como modos de reforçar seu padrão de qualidade e sua atualidade: o uso de dados e números para sustentar as informações; a procura por trazer “os dois lados da notícia”, quem sofre e quem executa a ação; a aproximação com a ideia de jornalismo comunitário, ou seja, com os problemas cotidianos da população, se desenhando como atividade de prestação de serviço; e os recursos de transmissão em tempo real para todo território nacional, as entradas ao vivo e correspondentes, possibilitados pela capacidade tecnológica.

Situados determinados aspectos e estruturas que configuram o *Jornal Nacional* e o *Jornal Liberal*, procuramos olhar para suas práticas discursivas associadas ao objeto de pesquisa considerando aspectos sociais, econômicos, históricos e ideológicos do telejornalismo enquanto gênero ou subgênero televisivo. Há um esforço, uma tentativa de se afastar dos exercícios classificatórios e descritivos, com o intuito de que, através da investigação, seja possível identificar e compreender regularidades e especificidades, tendo como lentes para essa mirada os enquadramentos que conformam a visibilidade (ou invisibilidade) e a produção social de sentido. Ao analisar também materiais na internet, essa investigação busca perceber concordâncias e discordâncias, negociações, encontros e desencontros, nas práticas discursivas de diferentes dispositivos em tempos de convergência tecnológica.

Para a análise de programas telejornalísticos tendo em vista o conjunto de recursos que contribuem para constituição da identidade dos programas e emissoras, Gomes (2007) apresenta um quadro de operadores de análise dos modos de endereçamento dos programas por ela desenvolvidos. Por modos de endereçamento estamos entendendo, a partir da autora, o modo como se dá a relação de um programa como seus telespectadores, o que ocorre através da constituição de um estilo. Estes operadores possibilitam articular “elementos semióticos aos elementos discursivos, sociais, ideológicos, culturais e propriamente comunicacionais” (GOMES, 2007, p.24). Esses operadores, que apresentaremos a seguir, são descritos como “lugares para onde o analista deve olhar” (Ibidem), devem ser observados de forma relacional, e não isoladamente.

O primeiro operador apresentado pela autora a ser observado é o *mediador*. Este se refere aos apresentadores, comentaristas, âncoras e repórteres. O apresentador desempenha um papel central na constituição da identidade do programa e na construção da relação entre telespectador, os outros jornalistas e as fontes. É importante, dessa forma, atentar para quem são os apresentadores e como se posicionam no programa. Mas também

é fundamental olhar para os demais mediadores que compõe o programa, como repórteres, comentaristas, tendo em vista que estes interferem na configuração da familiaridade com os telespectadores, da credibilidade e da legitimidade dos papéis desempenhados. A noção de performance é um recurso da análise dos mediadores, tendo em vista que esta

põe em relevo o caráter interpretativo do desempenho dos atores, dos mediadores televisivos: o ator representa a partir de seu próprio corpo, de suas próprias características, mas ele desempenha um papel. A performance do mediador é um aspecto central dos modos de endereçamento dos programas telejornalísticos (GOMES, 2007, p.25)

O segundo operador desenvolvido por Gomes diz respeito ao *contexto comunicativo*. Compreendendo que a comunicação “tem lugar em um ambiente físico, social e mental partilhado” (GOMES, 2007, p.25), esse operador está relacionado a definição dos participantes, dos objetivos e dos modos de comunicar que são explicitados pelo telejornal ao dizer, por exemplo, que o programa “ouviu” determinado sujeito, ou “entrou em contato”. Modos de comunicar também são definidos e apresentados “através das escolhas técnicas, do cenário, da postura do apresentador” (Ibidem, p.26).

*O pacto sobre o papel do jornalismo* é outro operador de análise dos modos de endereçamento de um telejornal e trata da série de acordos sobre o papel do jornalismo na relação entre programa e telespectador.

Para compreensão do pacto é fundamental a análise de como o programa atualiza as premissas, valores, normas e convenções que constituem o jornalismo como instituição social de certo tipo, em outras palavras, como lida com as noções de objetividade, imparcialidade, factualidade, interesse público, responsabilidade social, liberdade de expressão e de opinião, atualidade, quarto poder, como lida com as idéias de verdade, pertinência e relevância da notícia, com quais valores-notícia de referência opera. (GOMES, 2007, p.26)

A forma como tecnologias de imagem e de som são postas a serviço do jornalismo pelas emissoras, a forma de expor o trabalho por trás da notícia, são recursos de credibilidade e autenticidade. Uma dessas estratégias, por exemplo, é a exibição das redações. Outra estratégia fundamental relacionada ao reconhecimento da credibilidade e da autenticidade são as transmissões ao vivo. Como elaborado por Gomes, os formatos da notícia

dão importantes pistas sobre o tipo de jornalismo realizado pelos programas e, em certa medida, deixam transparecer o investimento do programa na produção da notícia. A relação com as fontes de informação, que se referem às vozes acessadas pelo programa para a construção da notícia é outro aspecto que deve ser observado, pois diz das escolhas jornalísticas realizadas. Há dois tipos elementares de fontes nos programas jornalísticos, a autoridade / o especialista e o cidadão comum. Aqui deve ser observada a posição, o lugar de

fala assegurado às fontes dentro de um programa. Na maioria dos programas brasileiros, a fonte oficial é tratada de modo a transferir sua credibilidade para o programa, através do recurso à voz autorizada. Em menor escala, temos as entrevistas duras, combativas. O cidadão comum aparece de três modos básicos nos programas jornalísticos: quando ele é afetado pelas notícias; quando ele próprio se transforma em notícia, seja nos fait divers, seja nas humanizações do relato; quando ele autentica a cobertura noticiosa e é tratado como vox populi. (Ibidem, p.27)

O último operador de análise proposto se debruça sobre a *organização temática*. Tal organização feita pelo programa está relacionada a interesses e competências do telespectador que o mesmo presume. Diferente da observação desse operador em programas jornalísticos temáticos, quando o mesmo é o de maior importância,

Para os telejornais, entretanto, a análise da organização temática demanda maior atenção e por vezes só pode ser compreendida através da observação do modo específico de organizar e apresentar as diversas editoriais e do modo específico de construir a proximidade geográfica com sua audiência. Um telejornal pode ser local, regional, nacional ou internacional. Sem ser temático, o telejornal pode enfatizar as editoriais de economia e política, ou a de cultura e lazer, ou a de esportes. (GOMES, 2007, p.27)

Gomes propõe esta abordagem metodológica ao analisar o *Jornal Nacional*, mas compreendemos que ela serve para outros telejornais ou produtos televisuais. Os operadores desenvolvidos na proposta da autora são guias que auxiliam o exame dos materiais pesquisados. Ainda que a proposta esteja ligada a um telejornal específico, compreendemos que estes recursos podem ser de grande utilidade para o exame de materiais audiovisuais relacionados a outros enunciadores e a outras práticas discursivas, que não são oriundas do jornalismo. A escolha por recorrer a tal abordagem metodológica para a investigar práticas discursivas sobre determinado acontecimento deriva do domínio do discurso jornalístico, principal ator das enunciações sobre o episódio pesquisado, bem como da percepção que o olhar do jornalismo coloniza as narrativas de outros atores, que trazem em suas construções discursivas marcas do gênero dos programas jornalísticos televisivos.

## 4.2 O Youtube

*Brasil só perde para os EUA em tempo de visualização de vídeos on-line. O Google, dono da plataforma, não divulga dados regionais, mas informa que o país ocupa o segundo lugar mundial em tempo de visualização de vídeos on-line. (FOLHA DE SÃO PAULO, 12/02/19)<sup>15</sup>*

---

<sup>15</sup> Matéria online publicada no site da Folha de São Paulo. Disponível em [http://temas.folha.uol.com.br/influenciadores-digitais/a-fama/brasil-so-perde-para-os-eua-em-tempo-de-visualizacao-de-videos-on-line.shtml?aff\\_source=56d95533a8284936a374e3a6da3d7996](http://temas.folha.uol.com.br/influenciadores-digitais/a-fama/brasil-so-perde-para-os-eua-em-tempo-de-visualizacao-de-videos-on-line.shtml?aff_source=56d95533a8284936a374e3a6da3d7996) Acesso em 11/07/2020

O Youtube é uma empresa subsidiária do mesmo conglomerado do Google. Encontramos na Wikipédia<sup>16</sup> que o mesmo é (mantivemos palavras sublinhadas para marcar os hipertextos, como aparecem no site)

Uma plataforma de compartilhamento de vídeos com sede em San Bruno, Califórnia. O serviço foi criado por três ex-funcionários do PayPal - Chad Hurley, Steve Chen e Jawed Karim - em fevereiro de 2005. A Google comprou o site em novembro de 2006 por US\$ 1,65 bilhão; desde então o YouTube funciona como uma das subsidiárias da Google. A revista norte-americana Time (edição de 13 de novembro de 2006) elegeu o YouTube a melhor invenção do ano por, entre outros motivos, "criar uma nova forma para milhões de pessoas se entreterem, se educarem e se chocarem de uma maneira como nunca foi vista" Em 2010, no aniversário de cinco anos do YouTube, foi divulgado que até então o site não havia sido lucrativo para os seus proprietários. (WIKIPEDIA, <https://pt.wikipedia.org/wiki/YouTube>. Página visitada em 10/07/2020, apud "Google lança nova canal Youtube Edu. Estadão. Página visitada em 29 de novembro de 2013")

Já no próprio site do Youtube, a seção "sobre" apresenta que "Nossa missão é dar a todos uma voz e revelar o mundo", seguida por um vídeo que é um compilado com cenas curtas de vídeos que vão de auto registros, tombos de skate, a imagens de paisagens em diversos lugares do mundo.

Em um artigo que analisa postagens no Youtube relacionadas ao Dia Nacional da Luta Antimanicomial, os autores Espírito Santo, Araujo e Amarante (2012), nos contam a história do surgimento do Youtube e o contextualizam no cenário atual

o site, que pode ser caracterizado como de cultura participativa, foi considerado, no início do século XXI, o maior aglutinador de mídia de massa da Internet. Criado por Chad Hurley, Steve Chen e Jawed Karim, o site era um dos serviços que tentavam eliminar barreiras técnicas para o compartilhamento de vídeos na Internet (Burgess & Green, 2009). A Google adquiriu o YouTube em 2006, por 1,65 bilhão de dólares. O site desde então, tem ascensão contínua, atestada por vários serviços que medem o tráfego da Web e está entre os mais visitados do mundo. (ESPIRITO SANTO, ARAUJO, AMARANTE, 2012, p.3)

A proposta dos autores compreende que a centralidade da comunicação afeta o cotidiano, os diversos campos sociais e mesmo a organização dos movimentos sociais. A internet é percebida enquanto artefato cultural, objeto multifacetado. É apontado, com relação ao Youtube, sua fácil operacionalidade, a rapidez na divulgação das informações, como o que o torna atraente. São consideradas também as questões de se tornar autor e produtor, e de replicar o conteúdo em outros locais. Neste aspecto, o não-aprisionamento da informação é considerada uma característica "das mais interessantes". Além disso,

---

<sup>16</sup> Site que se autointitula "A enciclopédia livre", apresenta principalmente texto e hipertexto em suas matérias. Na página do site que apresenta informações sobre o próprio, diz "A **Wikipédia** é um projeto de enciclopédia multilíngue de licença livre, baseado na web e escrito de maneira colaborativa" (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia>)

reconhece que no site os indivíduos podem representar suas identidades e conhecer representações de outros (ESPIRITO SANTO, ARAUJO, AMARANTE, 2012).

Através das investigações empreendidas, os autores identificaram que a facilidade para uso viabiliza postagens de vídeos por atores sociais que podem alcançar muitas visualizações. Possibilita, assim, que atores sociais, antes alijados ou posicionados de forma periférica na cena discursiva possam fazer circular de modo mais intenso as suas vozes. O trabalho citado ilustra esse ponto, ao demonstrar como núcleos do movimento antimanicomial conseguiram fazer com que suas pautas fossem incorporadas. Encontramos alguns apontamentos neste trabalho tendo em vista que o sua problemática transita em torno de questões sociais e políticas de indivíduos e grupos comumente marginalizados, contextos que se aproximam, de certa forma, dos que envolvem as situações e os sujeitos que nos propomos a investigar nesse trabalho. Vale ressaltar que o Youtube possibilita a circulação de novas vozes, mas também é ocupado por vozes e produções das mídias tradicionais, que se reorganizam para estar nesses novos espaços digitais e tentam não perder seu poder, constituindo assim novos espaços de luta entre vozes.

Alguns pontos nos parecem carecer de atenção para esboçar melhor as perspectivas de análises que nos guiam. Tendo em vista a maior facilidade para produção e divulgação de vídeos, bem como para utilizá-lo em outros locais e para práticas de compartilhamento, devemos atentar também para a dificuldade (para não dizer impossibilidade) de controle sobre o modo como o que foi publicado será apropriado, sobre as maneiras com que pode acabar sendo utilizado, e em que locais.

### **4.3 Construção do corpus de análise**

Tendo como objetivo compreender as dinâmicas de visibilidade midiática do acontecimento violento e das mortes em Pau d'Arco, e os sentidos relacionados a estas, o trabalho investigativo desta pesquisa consistiu em levantamentos realizados em dois espaços discursivos, mapeando notícias de telejornais e vídeos publicados no Youtube sobre o episódio.

O levantamento das notícias transmitidas em telejornais compreendeu duas buscas: uma no *Jornal Nacional*, transmitido em rede nacional pela TV Globo, e outra no *Jornal Liberal*, da TV Liberal Belém, emissora sediada em Belém e afiliada à Rede Globo, com duas edições diárias.



Nestes telejornais foram exploradas as edições desde o dia do massacre, 24 de maio de 2017, ao dia 31 de maio de 2018. Entre o período investigado foram transmitidas 319 edições do *Jornal Nacional*. Foram identificados 10 vídeos de matérias sobre o acontecimento, ou em que este foi mencionado. Foi realizada também a busca de matérias veiculadas sobre o evento no *Jornal Liberal*. Este telejornal conta com duas edições diárias e é transmitido de segunda a sábado. O período investigado foi o mesmo, com um total de 636 edições. Na busca foram identificadas 87 matérias que abordam o acontecimento. As edições de ambos telejornais estão arquivadas no portal do Globo Play, onde foi possível localizar por data as matérias divulgadas em cada edição. Cabe salientar que, apesar de serem conteúdos televisivos, foi possível recuperá-los por sua realocação na internet pela própria emissora.

Temos aqui um total de 97 matérias sobre o acontecimento veiculadas nesses dois telejornais pesquisados ao longo do período analisado, sendo quase 90% dessas publicadas pelo *Jornal Liberal*.

Para o trabalho investigativo no Youtube, foi realizada uma pesquisa exploratória com o intuito de construir os termos descritivos a serem usados no buscador, para mapeamento de produções e canais, e de outros conteúdos e dados como visualizações, comentários, hipertextos. Segundo o Relatório Digital 2019, da We Are Social e da Hootsuite<sup>17</sup>, empresas de marketing digital estrangeiras, 81% dos brasileiros com 13 anos ou mais estão ativos nas redes sociais e, dentre estas, o Youtube é a mais usada.

Os resultados gerados nas buscas foram organizados em planilhas. Com o montante de vídeos definido, foram construídas planilhas com informações vinculadas a cada um dos vídeos. Cabe ressaltar que tal registro depende destas variáveis estarem disponibilizadas nos vídeos, e nos telejornais não foram apresentadas as visualizações, reações e comentários das matérias.

O levantamento de vídeos no Youtube foi realizado entre setembro e outubro de 2020, através de duas buscas, por se tratar de um episódio que é reconhecido tanto como Massacre quanto por Chacina, realizamos uma com cada termo, compreendendo que a utilização de um ou outro termo altera os resultados gerados. Ambas as páginas de resultado foram salvas. Foi realizada, posteriormente, uma busca com os termos “mortes fazenda Pau D’Arco”, a fim de examinar se tal busca ofereceria resultados diferentes.

---

<sup>17</sup> Disponível em <https://datareportal.com/reports/digital-2019-brazil> Acesso em 11/07/2020

Através da leitura da página de resultados gerada, foi constatado que não há diferença em relação aos resultados gerados nas buscas anteriores.

No Youtube, na busca por “Massacre Pau D’Arco”, foram encontrados 79 vídeos sobre o acontecimento que estavam no recorte temporal estabelecido, já na busca por – “Chacina Pau D’Arco” foram encontrados 155 vídeos. Foi realizada uma primeira triagem para eliminar duplicados, gerando um montante final de 163 vídeos. Dos resultados encontrados no Youtube, há uma diferença significativa com a mudança de termos, usando o termo “chacina”, o volume é maior do que ao pesquisar o usando o termo “massacre”.

Diante da listagem final de materiais mapeados nos dois espaços midiáticos observados, construímos uma caracterização geral sobre a produção audiovisual encontrada, subsidiada tanto através de uma análise qualitativa, de quem eram os atores sociais relacionados à essas produções, como também quantitativa, ou seja, sobre a recorrência e intensidade dos que atores enunciam/aparecem na cena midiática. Tais análises permitiram perceber e diferenciar três momentos na produção discursiva, que distinguimos como fases, sendo a fase 1, os três primeiros meses subsequentes ao acontecimento, a fase com maior volume de materiais. Identificamos como fase 2 o momento em que a produção declina significativamente, o que corresponde aos meses de setembro de 2017 à fevereiro de 2018. A fase 3 abrange os três últimos meses do levantamento, março, abril e maio de 2018, que é quando o mesmo completa 1 ano e há uma retomada (ainda que tímida, em comparação ao volume da fase 1) na publicação de vídeos e notícias sobre o acontecimento.

Sobre o volume expressivo que o levantamento gerou, se impuseram algumas restrições temporais e espaciais para uma análise aprofundada de todos, tendo em vista o tempo disponível para a realização da pesquisa. Com intuito de conhecer como o acontecimento violento foi visibilizado em discursos midiáticos, os modos como sujeitos envolvidos foram nomeados e os sentidos relacionados, construir uma amostra selecionando parte desses vídeos para uma análise mais minuciosa se mostrou um caminho possível. Tal procedimento seletivo foi encaminhado obedecendo a alguns critérios, relacionados a configurações e possibilidades dos próprios espaços midiáticos, bem como as fases da produção discursiva identificadas. Como no *Jornal Nacional* encontramos apenas 10 matérias, todas estas foram incluídas na amostra. No *Jornal Liberal*, realizamos uma seleção que buscou abranger os 3 momentos da produção discursiva, e tal seleção se deu sobre as notícias veiculadas na 2ª edição do Jornal, porque

é desta edição a primeira notícia sobre o acontecimento nos telejornais analisados. A produção de notícias diminui com o passar do tempo, e o volume de notícias selecionadas procurou corresponder ao volume de notícias de cada fase. Nas fases 2 e 3 o volume de matérias é reduzido, desta forma todas as matérias destes períodos fazem parte da amostra de análise. Na fase 1, entre 24 de maio e 31 de agosto de 2017, foram exibidas 38 notícias sobre o acontecimento. Deste montante, foram selecionadas 27 notícias, e tal seleção procurou abranger matérias dos quatro meses desta fase. Das 38 notícias da fase 1, 16 são relativas à única semana do mês de maio que faz parte do recorte temporal, semana de ocorrência do acontecimento, e todas elas entraram na amostra.

No Youtube, os atores relacionados nas publicações encontradas foram diferenciados através de categorias. Para compor a amostra, foram selecionados vídeos dessas categorias atendendo ao critério temporal, ou seja, buscando abranger produções das 3 fases do mapeamento, bem como atendendo a critérios de visualização, pois os valores de visualização dos vídeos são exibidos nesta plataforma, e tais valores não só dizem sobre a visibilidade, como afetam a mesma. Através da seleção de vídeos em cada categoria obedecendo aos critérios referidos tivemos um total de 33 vídeos do Youtube que compõem a amostra. Os procedimentos seletivos realizados resultaram numa amostra com 79 vídeos, sobre os quais apresentaremos considerações na segunda parte do capítulo de análise.

#### **4.4 Um certo olhar sobre o objeto: a noção de discurso**

*“Mas o que há assim de tão perigoso por as pessoas falarem, qual o perigo dos discursos se multiplicarem indefinidamente? Onde é que está o perigo?”  
(Foucault, 1970, p.2)*

Para construção da perspectiva metodológica sobre a qual essa pesquisa se desenvolve, cabe realizar o aprofundamento da noção de discurso, de produção de sentidos e das relações de poder que atravessam tais processos constitutivos. A partir de estudos de Foucault, compreendemos que processos históricos configuram dadas relações de força e poder que são constitutivas da prática discursiva. O filósofo aponta para a construção ideológica dos discursos, questão que se mostra valiosa para as observações que a pesquisa propõe.

Tendo em vista a perspectiva da produção social de sentidos, é importante destacar que as práticas discursivas participam ativamente dos processos formativos dos mesmos, sendo os principais terrenos onde se desenvolvem. Estamos entendendo esta noção no

bojo da teoria formulada por Michel Foucault, que entende a linguagem como um elemento estruturador da relação do homem com o real, e que a compreende como “um conjunto de *práticas discursivas* que instauram os objetos sobre os quais enunciam, circunscrevem os conceitos, legitimam os sujeitos enunciadores e fixam as estratégias que rareiam os atos discursivos” (BARONAS, 2011, p.1). Trata-se, portanto, de uma rede de enunciados ou de relações que tornam possível haver significante.

Foucault toma o saber enquanto construção histórica. Ao propor uma análise dos discursos, o autor procura articular pensamentos, falas e práticas a determinada época, tendo em vista que “os acontecimentos discursivos são acontecimentos históricos” (AZEVEDO, 2013, p.149). O esforço histórico é no sentido de trazer à tona condições no que diz respeito à possibilidade de conhecimento, “registros, documentos são trabalhados dentro de uma perspectiva que concebe a história como uma coleção de fatos que vão constituindo a "identidade" das sociedades e seus indivíduos” (ibidem, p.152). O termo arqueologia é acionado como método, remetendo ao procedimento de estudo através da escavação e coleta, em vias de definir “os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras” (FOUCAULT, 1969, p.159 apud AZEVEDO, 2013, p.150)

Ao traçar a história através da arqueologia, Foucault trata de refletir sobre os fatos considerando que se dão em determinado contexto no tempo e no espaço. Podemos dizer em uma análise enunciativa que esbarra numa análise histórica, em uma perspectiva crítica na qual essa última é capaz de assumir rupturas e discontinuidades.

Não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época, é preciso considerar as condições históricas para o aparecimento de um objeto discursivo que o garantem “dizer alguma coisa” e se relacionar com outros objetos; o discurso, enquanto um conjunto de enunciados que se apoiam em uma mesma formação discursiva, não possui apenas um sentido ou uma verdade, ele possui, acima de tudo, uma história. (AZEVEDO, 2013, p.154)

A partir dessa mirada, compreendemos que o discurso não apenas expressa o mundo, como também o cria, enquanto “prática que relaciona a língua com outras práticas no campo social (...) as práticas discursivas se caracterizam de algum modo como elo entre discurso e prática” (ibidem, p.156). Pensar em práticas discursivas é pensar em ações de comunicação, em performance verbal no sentido de atuação, que dão forma ao objeto de que se fala. Neste ângulo, relaciona-se o objeto, as significações e valores, ao conjunto de regras da prática e a formação discursiva, no que tange à regularidade entre enunciados em determinada época.

Os sentidos que envolvem os acontecimentos, seus significados e explicações, guardam relação com as diferentes falas e textos que circulam sobre os mesmos. Tais

ações comunicativas se constituem em um tempo e espaço específico, estão submetidas às formações discursivas próprias do contexto. A conformação das práticas discursivas em curso, no entanto, não pode deixar de ser percebida em nível processual, estando relacionada a cenários históricos, culturais e sociais anteriores. As falas construídas no presente, que estão implicadas na formação de sentidos sociais, se configuram a partir das condições de produção e dos discursos que as antecedem. Dessa forma, os sentidos produzidos na atualidade trazem marcas de condições e práticas discursivas do passado.

O pensador e filósofo da linguagem russo Mikhail Bakhtin (2003) nos diz que os sentidos sociais não são fixos, únicos e invariáveis, ao contrário, são móveis e múltiplos. A polissemia atravessa a produção social dos sentidos, configurando este como um campo de disputas para constituições simbólicas (constituição de ideias e significados) que podem competir entre si, e se diferenciam no tempo de acordo com formações sociais, históricas e culturais. A apropriação ou contestação dos sentidos constituídos também se dá em diferentes dimensões com intensidade variada porque, enquanto um processo que ocorre de modo contextual, está relacionado a disputas envolvendo relações assimétricas de forças. Sentidos atuam na formação dos acontecimentos não apenas por serem contornos que os dão materialidade, os tornam fatos, mas, principalmente, por atuarem na própria formação do sujeito que interpreta, em sua capacidade de conceber, ou seja, nos modos de apreender o mundo, nas possibilidades que o indivíduo dispõe para conhecer e interpretar a realidade.

Bakhtin apresenta assim conceitos relevantes para o estudo da linguagem. A palavra é tomada como signo ideológico que permite compreender determinadas visões de mundo que se instituem no cotidiano. As palavras recebem valores dependendo de situações e das posições sociais que envolvem os sujeitos nos processos de interação.

A produção social dos sentidos e a representabilidade são compreendidos como campos de disputas, recorrendo à noção de campo desenvolvida por Bourdieu. Ou seja, como espaços estruturados de posições, onde ocorrem lutas entre os agentes que ocupam essas diferentes posições, sendo marcado por relações de força desiguais, negociações e divergências. Com isso, uma vez que os sentidos não são fixos ou perpétuos, estes se desenvolvem em espaços de discordância, onde se travam disputas em vias de transformação ou conservação de posições que os agentes ocupam e, conseqüentemente, do poder e da legitimidade que vão dispor para atuar no campo e que suas perspectivas vão ter.

A língua é então um espaço estruturante das relações de poder, no entanto, compreendemos com Foucault que essas relações são móveis, tratando-se de posicionamentos e reposicionamentos. Como a pesquisadora Inesita Araújo (2009) nos mostra, com relação ao processo de produção dos sentidos sociais, a percepção da existência de um mercado simbólico, a partir da leitura de Bourdieu, traz a questão do lugar de interlocução. Pensando a comunicação sob a ótica do poder de produzir e circular ideias, um poder desigualmente distribuído, podemos falar em um centro e uma periferia discursiva,

posições máximas e mínimas de poder na comunicação. Os agentes sociais localizam-se em algum ponto dessa escala de poder, que é sempre situacional, determinado pelas situações específicas de comunicação e desenvolvem estratégias de aproximação com o Centro (ou, no caso do Centro, de manutenção da posição). (ARAÚJO, 2009, p.45)

A autora propõe a ideia de contexto para tratar o discurso em seu princípio situado, abarcando o conjunto de elementos, o sistema produtivo, que vai possibilitar a existência de determinado enunciado. No que tange a agentes e discursos, há então lugares mais centrais e outros mais periféricos. Um agente posicionado mais ao centro pode pegar falas e ideias de procedência/origem mais periférica e, ao referenciá-las, trazê-las para o centro. Isso ocorre porque os discursos são espaços de negociação, e as fronteiras que separam esses discursos e contextos são porosas, deslizantes (ARAÚJO, 2009).

Considerações trabalhadas por Foucault discorrem sobre conceitos de formação discursiva e discurso. No texto “A ordem do discurso”, elaborado a partir de uma aula inaugural proferida no College de France, em dezembro de 1970, o autor expressa reflexões e investigações sobre a propriedade dos variados discursos exercerem funções de controle, limitação e validação das regras de poder de determinada sociedade ou grupo social onde estão inscritos. Podemos conceber a relevância do discurso que ele compreende ao expor

inquietação por sentir nessa actividade, quotidiana e banal, porém, poderes e perigos que sequer adivinhamos; inquietação por suspeitarmos das lutas, das vitórias, das feridas, das dominações, das servidões que atravessam tantas palavras em cujo uso há muito se reduziram as suas rugosidades (FOUCAULT, 1970, p.2)

Através da articulação do pensamento de Foucault e Bakhtin, compreendemos a linguagem como arena de disputa, onde são travadas lutas pelo poder de enunciar, e conseqüentemente, instituir sentidos e interpretações. Como Foucault nos esclarece, o discurso também se configura enquanto objeto de desejo pelo qual sujeitos e grupos competem

uma vez que o discurso — a psicanálise mostrou-o —, não é simplesmente o que manifesta (ou esconde) o desejo; é também aquilo que é objecto do desejo; e porque — e isso a história desde sempre o ensinou — o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorear-nos (FOUCAULT, 1970, p.2)

A partir dessas perspectivas, o discurso é tomado como objeto de reflexões. Considerando a historicidade do discurso, que quem diz alguma coisa sempre o faz a partir de algum lugar e com alguma intenção, e através de teorias da linguagem e das formas discursivas, o trabalho investigativo procura analisar especificidades dos discursos sobre as mortes em situações de conflito no campo, possíveis aproximações e afastamentos de determinados discursos. Se trata aqui de correlacionar texto com contexto, ou seja, buscando vislumbrar os significados que revestem estas mortes em discursos midiáticos, a pesquisa está voltada para diversos aspectos de como os discursos são produzidos e como transitam. Admite-se, desta forma, que para compreender o sentido de um texto se faz necessário observar as condições e circunstâncias que envolvem sua produção e circulação.

## 5. CARACTERIZAÇÃO DOS DISCURSOS MUDIÁTICOS: ATORES, ESPAÇOS E TEMPOS

Nesse momento, iremos apresentar algumas considerações sobre os materiais mapeados no levantamento, investigando os atores sociais que participaram dos discursos midiáticos sobre o acontecimento. Trata-se, como anunciado entre nossos objetivos, de identificar os protagonistas dessa visibilidade e os espaços comunicativos onde esses discursos circularam. Desse modo, buscamos caracterizar esses atores a partir de suas dimensões espaciais e temporais, qualificando as suas práticas discursivas, em articulação com referências que nos ajudem a compreendê-las.

O corpus de análise compreendeu, como foi dito, dois tipos de material: matérias de telejornais e vídeos encontrados no Youtube. O montante final obtido ao longo dos mais de 12 meses pesquisados foi de 260 vídeos, sendo 62,7% relativos ao levantamento do Youtube e 37,3% dos telejornais *Jornal Nacional* e *Jornal Liberal*. As tabelas abaixo permitem uma visualização mais clara sobre a distribuição desses vídeos no tempo e sua duração em minutos:

Tipo de mídia	JN		JL		YT		Total por mês	
	QT	DUR	QT	DUR	QT	DUR	QT	DUR
<b>Maio/2017*</b>	4	9'	27	76'04"	50	132'37"	81	218'17"
<b>Junho/2017</b>	1	23"	15	56'39"	27	127'22"	43	184'24"
<b>Julho/2017</b>	3	4'26"	18	42'38"	29	72'29"	50	119'33"
<b>Agosto/2017</b>	2	2'34"	8	20'52"	9	30'51"	19	53'50"
<b>Setembro/2017</b>	-	-	2	5'	7	33'	9	38'
<b>Outubro/2017</b>	-	-	-	-	1	4'41"	1	4'41"
<b>Novembro/2017</b>	-	-	2	6'	1	3'31"	3	9'31"
<b>Dezembro/2017</b>	-	-	6	16'09"	11	49'36"	17	65'45"
<b>Total por veículo</b>	10	16'32"	78	223'31"	135	454'07"	223	694'01"

Tabela 1 - Quantidade de vídeos por veículo e duração em 2017 (elaborada pela autora)

\*O material encontrado em maio de 2017 é referente aos últimos 7 dias deste mês, do dia 24 ao 31, que foi quando ocorreu o acontecimento investigado.



Tipo de mídia	JN		JL		YT		Total por mês	
	QT	DUR	QT	DUR	QT	DUR	QT	DUR
Janeiro/2018	-	-	-	-	2	9'48"	2	9'48"
Fevereiro/2018	-	-	-	-	1	5'51"	1	5'51"
Março/2018	-	-	2	5'	2	16'37"	4	21'37"
Abril/2018	-	-	2	6'	5	10'13"	7	16'13"
Maio/2018	-	-	5	16'40"	18	33'30"	23	50'10"
<b>Total por veículo</b>	-	-	9	27'40"	28	75'59"	37	103'39"

Tabela 2 - Quantidade de vídeos por veículo e duração em 2018 (elaborada pela autora)

Sobre este montante, compreendendo o período temporal analisado, do dia 24 de maio de 2017 a 31 de maio de 2018, observamos que grande parte dos vídeos foram relativos a única semana de maio que o levantamento abrange, e aos três primeiros meses subsequentes: junho, julho e agosto. Estão entre 24 e 31 de maio de 2017 31,1% dos vídeos mapeados, ou seja, um terço do material é referente aos 7 primeiros dias após o acontecimento. Nos meses posteriores, temos 16,5% dos vídeos publicados em junho, 19,2% em julho e 7,3% em agosto dos vídeos. Após isso, como podemos observar no Gráfico 1, o volume de vídeos vai reduzindo.

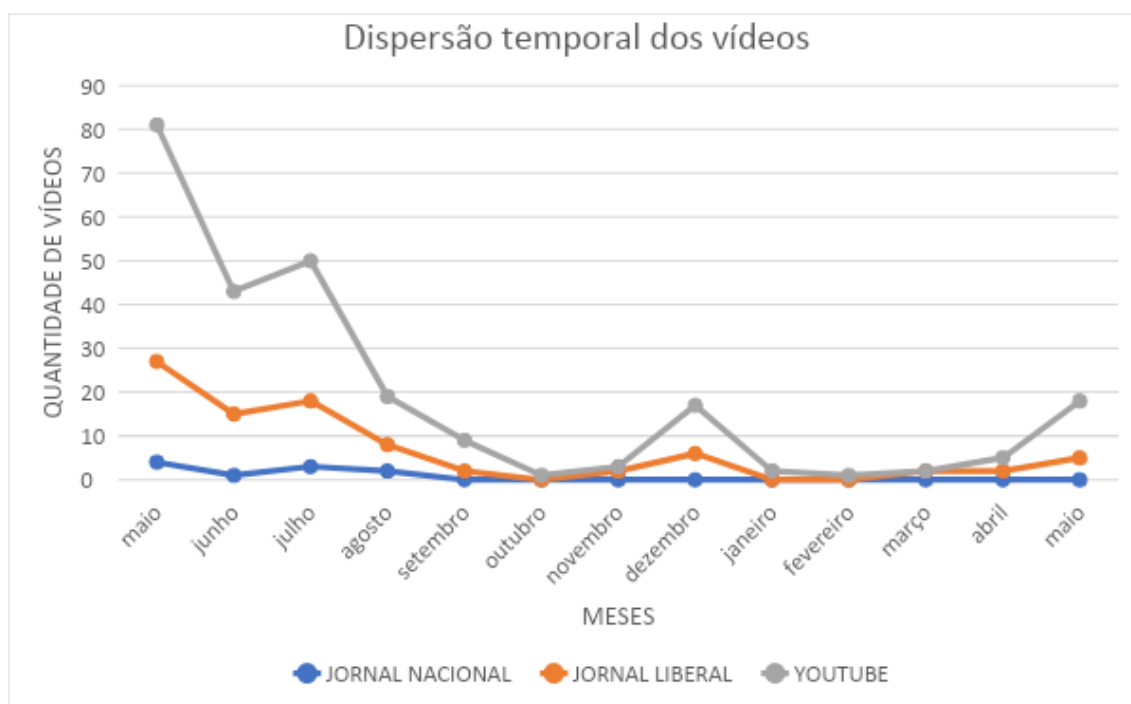


Gráfico 1 - Dispersão temporal dos vídeos (elaborado pela autora)

Os 260 vídeos encontrados somam 13 horas e 17 minutos (sendo 66,5% deste tempo referente aos vídeos do Youtube e 33,5% referente os vídeos dos dois telejornais). Com relação à duração destes vídeos, há apenas dois vídeos com mais de 20 minutos, o

que equivale a menos que 1% do levantamento. Seis vídeos têm entre 9 e 10 minutos, 33 vídeos tem menos de 1 minuto, o que corresponde a quase 13%, e 84,2% dos vídeos têm entre 9 e 1 minuto, um claro predomínio nas médias de duração dos vídeos, que pode ser melhor visualizado no Gráfico 2.



Gráfico 2: Médias de duração dos vídeos (elaborado pela autora)

O gráfico 1 nos ajuda a identificar/perceber distintos momentos das publicações de vídeos sobre o acontecimento ao longo do período investigado. Até agosto encontramos vídeos em todos os espaços midiáticos pesquisados (*JN*, *JL* e Youtube), período que concentra a maior parte dos vídeos. Após isso, há um claro declínio com período de 6 meses de baixo volume de vídeos, que se estende de setembro de 2017 a fevereiro de 2018, com uma brevíssima retomada no mês de dezembro. O tema é retomado de forma mais significativa conforme se aproxima o momento em que completa um ano, quando atinge o seu segundo pico. Há, no entanto, padrões distintos em relação a cada espaço pesquisado, no que diz respeito à dispersão temporal das publicações e também à média de duração dos vídeos.

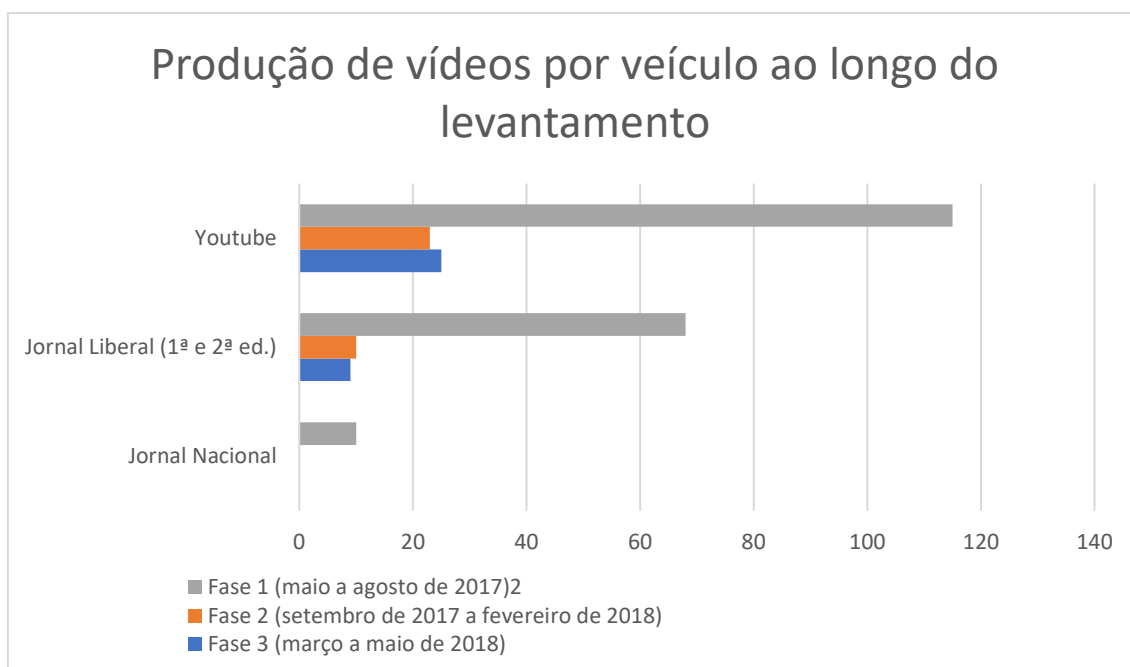


Gráfico 3 - Quantidade de vídeos nos espaços pesquisados por cada fase do levantamento (elaborado pela autora)

Como podemos ver no Gráfico 3, o *Jornal Nacional* aborda o acontecimento até os três primeiros meses após, agosto, e não retoma mais durante os outros 9 meses pesquisados. As edições deste telejornal geralmente têm entre 45 e 50 minutos de duração. Com relação à duração das matérias sobre o acontecimento encontradas, as notícias oscilam entre 23 segundos e 3 minutos, que é a mais longa. Em nenhuma edição há mais de uma notícia sobre o evento. Desta forma, o máximo de tempo que o acontecimento ocupou em uma edição do *Jornal Nacional* foi de aproximadamente 6%.

Já no *Jornal Liberal*, o tema perdura de modo contínuo, ainda que intermitente. Isso está relacionado, provavelmente, por se tratar de um jornalismo local e repercutir os acontecimentos mais próximos. Isso pode estar relacionado também por este somar mais tempo de transmissão, já que apesar de ser transmitido de segunda a sábado, como o *JN*, há duas edições diárias, a primeira com duração de em média de 50 minutos, e a segunda com aproximadamente 25 minutos. As 87 matérias encontradas estão distribuídas em 40 transmitidas na primeira edição e 47 na segunda edição. O evento continua sendo abordado ao longo dos meses, ainda que o volume de vídeos vá decaindo. Próximo de completar um ano do acontecimento, há um aumento do volume de notícias sobre neste telejornal.

Encontramos matérias deste que variam entre 20 segundos e 11 minutos, a mais longa. As notícias de maior duração foram transmitidas na primeira edição, houve edições em que o acontecimento ocupou mais de 20% do jornal. Na segunda edição as matérias

mais longas duram quatro minutos, o máximo de tempo que o acontecimento ocupou na 2ª edição do *Jornal Liberal* foi de 16%.

A concentração de visibilidade no período imediatamente posterior ao evento, observada tanto no *JN*, quanto no *Jornal Liberal*, é possivelmente reflexo da proximidade do evento como um valor-notícia na lógica jornalística. Nos telejornais, comumente as notícias são de curta duração, com a divisão de tempo entre notícias demandando brevidade. Cabe destacar que a duração, a retomada ou não, de determinado tema ou acontecimento no jornal, relaciona certas posições de poder que o discurso jornalístico ocupa no controle sobre a memória e o esquecimento de um dado evento.

O Youtube, ao contrário dos demais, possibilita outro regime temporal, mais longo. Os vídeos mais longos do levantamento foram encontrados em buscas realizadas neste, bem como a maioria dos vídeos com duração superior a dez minutos. Podemos compreendê-lo assim como espaço de memória, de preservação, em que o acontecimento permanece vivo, sendo alimentado por diferentes atores. Há vídeos publicados em todos os meses pesquisados, sendo o pico principal relativo ao primeiro momento, decrescendo no segundo momento, e retomando nos últimos meses.

Após caracterizar a presença dos vídeos em termos de sua quantidade, duração e dispersão no tempo no decorrer do período analisado, caberia a seguir mapear os atores que se destacaram na produção discursiva sobre o acontecimento, e como eles se situam no campo comunicacional e social.

Esses atores se diferenciam (ou são diferenciados) a partir de suas práticas discursivas: da natureza de seus pontos de vista, dos distintos formatos que lançam mão e dos espaços de enunciação, dos lugares sociais e simbólicos que ocupam. Organizamos os atores sociais que compõem o material levantado em categorias através dessas referências. Marcas e formatos característicos que podemos identificar nas práticas comunicativas de determinados atores podem ser pensados a partir da noção de comunidades discursivas, como agrupamentos de atores com objetivos e um léxico em comum. Essa noção auxilia a estruturar os atores sociais em categorias a partir das marcas e características compreendendo, através dela, como Braz e Silva apontam em trabalho sobre o conceito de comunidades discursivas, que “existem determinados tipos textuais que servem a situações específicas, cuja convenção é intrínseca aos membros da comunidade” (BRAZ E SILVA, 2019, p.87).

Cabe destacar que este procedimento classificatório leva em conta que os discursos não são necessariamente tipos puros, que as práticas comunicativas são

contextuais e relacionam diferentes campos do conhecimento. Os autores chamam atenção para o fato de que “a existência de padrões comumente seguidos não implica em moldes e em estruturas invariavelmente predeterminadas, pois a inovação e a adaptação conforme os objetivos do propósito comunicativo podem variar em função da situação de comunicação” (BRAZ E SILVA, 2019, p.87).

Como se tratam de investigações realizadas em dois telejornais e no Youtube, o primeiro grande grupo de atores que enunciam sobre o acontecimento é referente à mídia corporativa. Ambos telejornais investigados estão vinculados à Rede Globo, empresa subsidiária do Grupo Globo. O *Jornal Nacional* é produzido pela própria Rede Globo. Já o *Jornal Liberal* está dentro da grade de jornalismo local da Globo, sendo produzido pela TV Liberal Belém, emissora de televisão da Rede Liberal, afiliada à Rede Globo, sediada na capital do Pará, que pertence ao conglomerado de empresas Grupo Liberal<sup>18</sup>.

No *JN* foram encontradas 10 matérias sobre o acontecimento, ao passo que no *Jornal Liberal* encontramos 87 matérias. Essa diferença na produção noticiosa pode estar relacionada a duas circunstâncias. Uma diz respeito à periodicidade. Como foi destacado anteriormente, o *JN* é transmitido de segunda a sábado e tem uma edição diária, o *JL* é transmitido também nestes dias, mas em duas edições, uma exibida por volta de meio-dia e outra às 19h, horários que na Rede Globo (e afiliadas) são destinados ao jornalismo local. Outra circunstância relacionada à diferença no volume da produção noticiosa diz respeito à proximidade e à dimensão de extensão do alcance: enquanto o *JN* é um telejornal de abrangência nacional, com uma mesma edição sendo transmitida para todo o país, o *JL* é programa jornalístico transmitido no estado do Pará. As edições do *Jornal Liberal* são produzidas para serem transmitidas nessa região, a cobertura de acontecimentos e a produção noticiosa está voltada para esta localidade, por isso a quantidade de matérias sobre o acontecimento neste telejornal é mais expressiva, tem outro relevo, pois se trata de um jornal local.

Sobre as práticas discursivas dos atores destes produtos midiáticos, cabe destacar que o jornalismo constitui uma instância de enunciação oficial dos acontecimentos, configurando tal discurso como fala autorizada. A percepção do jornalismo como atividade de tornar pública determinada questão é fundamentada, entre outros princípios, pelas noções de objetividade, neutralidade e imparcialidade, extremamente valorizadas

---

<sup>18</sup> Maior grupo de comunicação do Pará, 9º maior grupo de comunicação do Brasil e o 4º maior grupo de comunicação afiliado a rede globo, através da Rede Liberal. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Grupo\\_Liberal](https://pt.wikipedia.org/wiki/Grupo_Liberal)

pela prática jornalística. Sobre a objetividade, como Ana Paula Ribeiro aponta, “no Brasil, o conceito se consolidou com as reformas editoriais da década de 50, quando se introduziu no país o modelo norte-americano de jornalismo” (RIBEIRO, 2000, p.9). Essa noção de objetividade confere ideia de fidelidade aos fatos, reveste a autoridade e legitimidade “que atribui [ao discurso jornalístico], nas sociedades contemporâneas, o estatuto de porta-voz das verdades factuais” (RIBEIRO, 2000, p.35). Não apenas o código da objetividade é uma das contribuições das reformas jornalísticas dos anos 50 nas práticas profissionais que dá a forma ao jornalismo moderno brasileiro, como também, e principalmente, “a construção de um conjunto de dispositivos de controle centralizador da produção da notícia” (MAGALHÃES E ALBUQUERQUE, 2014, p.4).

A produção noticiosa e as atividades jornalísticas dentro de empresas de comunicação se configuram em meio a múltiplos interesses: dos proprietários das empresas de comunicação, dos anunciantes, atravessados por relações políticas e econômicas. Se o setor de telecomunicações no Brasil é cenário de oligopólio, com reduzidos grupos controlando a maior parte dos meios de comunicação, estes exercem um domínio maior sobre este campo. Os telejornais transmitidos na TV aberta, como os aqui investigados, são produzidos dentro desse contexto centralizador, poucos grupos empresariais detêm a concessão dos canais abertos, e de múltiplos interesses, com seus proprietários atuando em outras frentes, públicas e privadas. Os jornalistas trabalham para essas empresas, são orientados por linhas e políticas editoriais e posicionamentos adotados, sujeitos a condições de produção materiais e simbólicas.

Os conteúdos veiculados nos telejornais, quem e o que é considerado, e como o acontecimento é mostrado, estão sob a responsabilidade do editor-chefe, que coordena os trabalhos de apuração, as etapas de produção e edição, bem como o estilo e a direção das matérias. No entanto, como prática discursiva, a atividade jornalística também comporta contradições. Isso porque, compreendido através do conceito de gênero, uma variação do gênero midiático, ou um subgênero, o telejornalismo é um modo cultural de tratar a notícia na TV. A noção de gênero implica em considerá-lo como um produto da TV e também como

um produto cultural, um processo geral de permanente produção de sentido, que se dá nos processos de produção e consumo, nos processos de reconhecimento social do telejornalismo, no processo político de disputa sobre o que o telejornalismo pode ou deve ser (GOMES, 2012, p.40)

Escolhas e decisões são atravessadas por contextos estruturais e situacionais, contextos tanto de organização dos meios quanto do próprio acontecimento a ser noticiado

o jornalismo não é um bloco monolítico e invariável. Ao contrário, conjuga dinamicamente uma série de credenciais envolvidas em sua missão social, segundo racionalidades, regras, processos e atores que sustentam dispositivos e estratégias que lhes são próprios, em meio a micro e macroprocessos de negociação e disputa que configuram as condições de sua produção em cada momento histórico e contextos específicos (CARDOSO, 2012, p.19)

A atividade jornalística dos grandes conglomerados de mídia do Brasil também é impactada pelas novas configurações do campo comunicacional. As investigações sobre produção e circulação de discursos estão imbricadas num cenário complexo de alterações das práticas comunicativas, dos dispositivos midiáticos e da difusão de notícias.

Outros sujeitos passam a ter possibilidade de enunciação a partir dos novos dispositivos de comunicação, o que amplia o espaço da mídia na vida social. Com esse alargamento, outras narrativas passam a compor o grande universo midiático, ainda que com relevância e alcance desiguais. As novas dinâmicas de produção e circulação de conteúdos que a mídia digital viabiliza reverberam nos meios de comunicação de massa. As mudanças no campo comunicacional reverberam nas práticas discursivas como um todo, bem como na atividade jornalística.

Sobre tais reconfigurações, o jornalismo de mídias corporativas também se destaca nas enunciações sobre o acontecimento encontradas no Youtube. E isso se dá por dois outros movimentos: das próprias empresas, que migram para a internet, dispondo de poder/capital material e simbólico para obter relevância no ambiente digital; e da reprodução de materiais dessas mídias por diversos tipos de usuários.

Com relação à produção de vídeos no Youtube por categoria ao longo do levantamento, sobre a qual falaremos a seguir, o gráfico 4 nos ajuda a visualizar melhor essa distribuição:



Gráfico 4 - Quantidade de vídeos publicados no Youtube por categoria por cada fase do levantamento (elaborado pela autora)

Distribuídas nestas categorias estão 63 contas identificadas no levantamento no Youtube. Das contas que publicaram vídeos, 17 são canais oficiais de mídias corporativas. Mais de 60% dos vídeos encontrados (103 dos 163 mapeados) são relativos a mídias corporativas, que foram publicados por canais oficiais como SBT Pará, Jornal da Band, Jornal da Record, TV Folha, da Folha de São Paulo, Revista Época, da editora Globo, e por canais de usuários ou informativos, como Notícias do Pará, CDA em Foco, que reproduzem conteúdos destas. Com relação aos atores de mídia corporativa, conforme exposto na tabela a seguir, este grupo é composto por:

NOME DO CANAL	VÍDEOS
SBT Pará (59,8mil inscritos)	21
RBATV OFICIAL (10,246mil inscritos)	12
Jornal da Record (2,07mil inscritos)	12
SBT Jornalismo (1,59mil inscritos)	8
VALE DO XINGU (18,2mil inscritos)	8
Notícias do Pará (2,22mil inscritos)	6
Nelson Vinenci (2,3mil inscritos)	5
Alessandro Boiah Apresentador (não consta)	5
Hoje em Dia (2,24mil inscritos)	4
CDA EM FOCO (1,99mil inscritos)	3
Jornal da Band (101mil inscritos)	2
Barra Pesada Parauapebas (23,2mil inscritos)	2
Balanço Geral (3,24mil inscritos)	1
BHZ (194 inscritos)	1
Carlito Borromeu (33 inscritos)	1



CidadeAlertaRecord (3,74mil inscritos)	1
ClubNews (859 inscritos)	1
Derrick Ferguson (609 inscritos)	1
Gláucio Gonzales (3,5mil inscritos)	1
Jornal da Gazeta (433mil inscritos)	1
Leo Pereira (7,39mil inscritos)	1
Marcio Novais (463 inscritos)	1
MEIO DIA NO 11 REDENÇÃO-PA (385 inscritos)	1
NENZÃO PACHECO - Não consta	1
Nildo Monteiro (36,5mil inscritos)	1
Rede Dakota (4,31mil inscritos)	1
Revista Época (102mil inscritos)	1
Rosangela Silva (6 inscritos)	1
Ta louco Mano? (89,3mil inscritos)	1
TV FOLHA (550mil inscritos)	1
z carlos - (15,2mil inscritos)*	1

Tabela 3 - Grupo de atores de mídia corporativa (nome do canal e quantidade de vídeos publicados)

\*O usuário z carlos foi identificado tanto como ator de mídia corporativa quanto como ator de mídia alternativa, pois o mesmo publicou dois vídeos, sendo um deles uma matéria do Fantástico, programa da Rede Globo, e o outro uma matéria do The Intercept Brasil, publicação independente em forma de jornal online.

Dos 103 vídeos encontrados, 76 foram publicados no primeiro momento após o ocorrido. O volume de publicações decaiu de forma significativa no segundo momento, com apenas 16 vídeos publicados ao longo de 6 meses, e há uma ligeira retomada no momento final do levantamento, próximo de completar 1 ano, com 11 vídeos publicados nos dois últimos meses.

Não há, no Youtube, nenhum vídeo postado por canais oficiais dos dois telejornais investigados, da Rede Globo. Isso se trata de uma política do Grupo Globo, telejornais e outros programas da emissora que não estão no Youtube em canais oficiais (a TV Globo tem um canal oficial, com vídeos de novelas, atores falando de personagens etc.), como outras emissoras. Encontramos canais de programas e telejornais nacionais e locais do SBT, Record e Band, por exemplo. Essas contas oficiais, como podemos ver na tabela acima, são parte significativa dos canais que publicaram vídeos sobre o acontecimento. No entanto, há vídeos em que são reproduzidos trechos do *Jornal Nacional*, do *Jornal Liberal*, e de outros programas jornalísticos da Rede Globo, postados por perfis pessoais e informativos.

Encontramos assim no levantamento que a força e penetração do discurso da mídia corporativa na internet se dá tanto pela ação dos próprios meios, que se deslocam para as mídias digitais, quanto pela ação de usuários, marcas e outros atores. O quadro de contas

relacionadas à mídia corporativa reúne extensa variedade destas, tendo em vista que as práticas discursivas dessas mídias foram as que mais apareceram no mapeamento.

Fica explícito que a linguagem jornalística predomina nas enunciações sobre o acontecimento. Mas tal predomínio não é apenas pelo jornalismo da mídia corporativa, ainda que a maioria dos atores/instituições do levantamento estejam a ela relacionados. Ao falar em discurso jornalístico, consideramos tanto aquele feito por profissionais da área dentro de uma empresa como aqueles produzidos por atores sem vínculo empregatício com empresas de comunicação tradicionais ou sem formação acadêmica, mas que reivindicam o jornalismo como campo profissional de atuação/ que fazem jornalismo. Cabe destacar que esta definição da atividade jornalística nunca foi estrita, precisamente delimitada, mas suas fronteiras voltaram a se alargar com a retirada da obrigatoriedade do diploma para exercício da profissão de jornalista, em 2009 por uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF)<sup>19</sup>.

Parte dos vídeos encontrados no Youtube foram publicados por contas de meios que se posicionam como atores de jornalismo independente e de usuários que reproduzem matérias dessas mídias. Algumas dessas mídias reproduzem os códigos e linguagem de um dos núcleos da mídia alternativa contemporânea que certos autores denominam blogosfera progressista. Não apenas este grupo de atores identificado no levantamento está vinculado a este fenômeno emergente, como também percebemos que as práticas discursivas e os agentes de canais alocados em outras categorias também se desenvolvem trazendo marcas das atividades e concepções estimuladas pela blogosfera progressista, considerada “um agente político no Brasil contemporâneo” (Magalhães e Albuquerque, 2014, p.2).

Albuquerque e Magalhaes (2014) nos ajudam a compreender a blogosfera progressista enquanto um dos núcleos de produção de mídia alternativa que emerge no cenário contemporâneo. A profusão de atores que produzem e circulam conteúdos está relacionada à comunicação em rede, à popularização da internet e a consequente reconfiguração dos espaços por onde as notícias transitam e do papel do jornalista como autoridade interpretativa. No entanto, se “a existência de uma “blogosfera progressista” seria, evidentemente, impossível” sem a internet” (Magalhães e Albuquerque, 2014, p.3), é importante contextualizar que o fomento da mesma se dá no contexto das mudanças

---

<sup>19</sup> Atendendo a recurso protocolado pelo Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo (Sertesp) e pelo Ministério Público Federal (MPF).

políticas no país, com a eleição de um candidato sindicalista do Partido dos Trabalhadores para presidência em 2002. O “incremento de uma lógica político-partidária no jornalismo” (p.5), pilar da blogosfera progressista, repercute concepções da imprensa alternativa das décadas de 60/70,

os fundamentos por detrás da “blogosfera progressista” podem ser remetidos a um passado mais remoto, para o ideal de um “jornalismo sem jornal” (pelo menos na sua dimensão corrente de organização capitalista, voltada para a obtenção de lucro) que encontrou o seu caráter exemplar na experiência da imprensa alternativa que teve lugar no Brasil durante o regime militar que vigorou entre 1964 e 1985. (Ibidem, p.3)

A “virada à esquerda” nos anos 2000, como Magalhães e Albuquerque colocam, trouxe consequências na relação entre mídia e política, afetando a comum proximidade entre governo e o jornalismo. Grupos historicamente localizados às margens da sociedade, que já questionavam os discursos da mídia tradicional, alcançam, ainda que em menor proporção, posições de poder.

Tendo como bandeiras defender o compromisso com a democracia, a justiça social, os movimentos sociais, entre outras, os blogs progressistas e outras esferas de produção de mídia alternativa parecem reivindicar o “exercício de um jornalismo mais ativo e engajado” (Ibidem, 2017, p.5), encarando as organizações jornalísticas empresariais como obstáculos para autonomia em suas práticas, e buscando contrapor a hegemonia das mídias corporativas. No entanto, ela se configura como espaço de atividade jornalística de forma descolada das mídias corporativas e do jornalismo destas, inclusive porque coabitam e compõe o extenso leque de atores no universo digital

A “blogosfera de esquerda” deve ser entendida enquanto articulação em rede de diferentes agentes, que incluem jornalistas-blogueiros, geralmente no papel de protagonistas, compartilhando espaço com outros agentes, tais como blogueiros não-jornalistas e setores da mídia tradicional – como a Rede Record e a revista Carta Capital – com conexões no ciberespaço. (MAGALHÃES E ALBUQUERQUE, 2014, p.7)

A blogosfera progressista é formada, conforme os autores, por três grupos de atores: ‘blogueiros jornalistas’, o que envolve tanto formação acadêmica em termos de título, quanto, principalmente, a experiência como jornalista e o status conquistado por atuação na mídia tradicional; ‘ativistas políticos’, jornalistas reconhecidos por sua atividade política, e profissionais que não trazem consigo status e bagagem de experiência nas mídias tradicionais; e ‘mídia’, abrangendo veículos enquadrados nos formatos da mídia tradicional, jornais, revistas, emissoras de TV, que existem dentro e fora do mundo virtual. Mídias tradicionais buscam popularização na internet e por isso, por vezes, recorrem a vínculos com a blogosfera. Estas, portanto, também fazem parte deste grupo.

Acontece de tais meios, para concorrer com outros meios convencionais que atuam principalmente em oposição ao governo, adotarem estratégias como a contratação de profissionais que também atuam em blogs próprios e/ou independentes.

É interessante encarar a “blogosfera de esquerda” como parte de uma ecologia da mídia contemporânea no Brasil. Ao se inserir como alternativa de jornalismo, não compete especificamente com a mídia tradicional, mas dialoga e se constrói a partir dela. (MAGALHÃES E ALBUQUERQUE, 2014, p.13)

Ao trazer conteúdos veiculados pelas mídias tradicionais ou incorporar profissionais desta, a atuação da blogosfera afeta as formas de cobertura política habituais e pode também “subordinar a mídia tradicional a seu ambiente de convivência” (Magalhães e Albuquerque, 2014, p.15).

No levantamento, 23 publicações foram identificadas como produções de atores de mídia alternativa. São eles:

<b>NOME DO CANAL</b>	<b>VÍDEOS</b>
Jornal A Nova Democracia (57,8mil inscritos)	10
Rede TVT (493mil inscritos)	7
Brasil de Fato (100mil inscritos)	1
CausaOperariaTV (86,8mil inscritos)	1
Esquerda Online (13mil inscritos)	1
pbitt2000 (7,39mil inscritos)	1
Programa Fora da Curva (2,06mil inscritos)	1
Repórter Brasil (8,02mil inscritos)	1
Verdades Ocultas (2,9mil inscritos)	1
z carlos - (15,2mil inscritos) *	

Tabela 4 - Grupo de atores de mídia alternativa (nome do canal e quantidade de vídeos publicados)

\*O usuário z carlos foi identificado tanto como ator de mídia corporativa quanto como ator de mídia alternativa, pois o mesmo publicou dois vídeos, sendo um deles uma matéria do Fantástico, programa da Rede Globo, e o outro uma matéria do The Intercept Brasil, publicação independente em forma de jornal online.

A maioria dos vídeos que fazem parte desse grupo foi publicada pelas próprias contas das mídias na plataforma. Há apenas dois vídeos publicados por contas de usuários que são relativos à mídia alternativa, ambos reproduzem conteúdo do jornal independente online The Intercept Brasil. Dentre as 10 contas diferentes que publicaram produções da mídia alternativa, a menor destas, com relação ao número de inscritos, tem em torno de 2 mil, e a maior tem quase 500 mil. O número de inscritos de um canal diz sobre a relevância do mesmo, já que estes são os espectadores, e sobre visibilidade, já que quanto mais inscritos um canal tem, maior o alcance de suas publicações. A inscrição num canal possibilita ser notificado sobre novas publicações do mesmo, a tendência é que os vídeos cheguem mais fácil para os inscritos do que para não inscritos. Dos 22 vídeos relativos à mídia alternativa encontrados, 15 foram publicados num primeiro momento após o

ocorrido, o que sugere uma reverberação de valores-notícia que são relacionados à proximidade temporal do evento, característicos da prática jornalística das mídias tradicionais.

Diante da força do jornalismo das mídias corporativas no levantamento, a produção audiovisual de mídia alternativa ainda é fraca. No entanto, é deste tipo de mídia o segundo vídeo com maior duração de todo levantamento: um documentário realizado pelo Jornal A Nova Democracia, canal de mídia alternativa com maior destaque com relação a produção de vídeos, responsável por 8 dos 21 vídeos deste grupo. Estas mídias são chamadas também de mídias independentes por não estarem vinculadas a grandes empresas, sendo geralmente financiadas por apoiadores e assinantes. Há também outros modos de subsídio, a TVT, no caso, é “mantida pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e pelo Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região” (retirado da seção Quem Somos do site da TVT)<sup>20</sup> o que evidencia a relação da mídia alternativa com movimentos sociais, como associações de trabalhadores.

Tais meios são formados não apenas por jornalistas, mas também por acadêmicos, educadores, cientistas sociais, representantes de movimentos populares, dentre outros. Apresentam diferentes formatos, relativos principalmente ao meio digital: portais de notícia, jornais digitais, emissoras de televisão pela internet, perfis em redes sociais, como no Youtube. Produzem textos, reportagens, materiais audiovisuais, e alguns ainda produzem versões impressas. São de viés progressista, relacionados a movimentos sociais, aos direitos humanos e a violações destes, para os quais sua produção de notícias e análises políticas está voltada. É o que se expressa, por exemplo, na descrição da missão de um desses veículos

Identificar e tornar públicas situações que ferem direitos trabalhistas e causam danos socioambientais no Brasil visando à mobilização de lideranças sociais, políticas e econômicas para a construção de uma sociedade de respeito aos direitos humanos, mais justa, igualitária e democrática. (Retirado da seção Quem Somos do site do Repórter Brasil<sup>21</sup>)

O *Jornal A Nova Democracia* se afirma como veículo não de imprensa alternativa, mas de imprensa democrática: “não se constitui numa saída, nem na melhor saída, mas é o veículo do luminoso caminho de todas as classes oprimidas e combatentes de nosso povo” (retirado da seção Linha Editorial do site do Jornal A Nova Democracia)<sup>22</sup>. O destaque na produção de materiais desta mídia no levantamento pode estar relacionado à

<sup>20</sup> Disponível em <https://www.tvt.org.br/quem-somos/> Acesso em 10/03/21.

<sup>21</sup> Disponível em <https://reporterbrasil.org.br/quem-somos/> Acesso em 10/03/21

<sup>22</sup> Disponível em <https://anovademocracia.com.br/linhaeditorial> Acesso em 10/03/21

argumentação da própria de que “em particular, no momento, cabe à ID [imprensa democrática] pôr em evidência a essência da questão agrária e do movimento camponês no país” (Ibidem). Questões e conflitos agrários e o movimento da Liga dos Camponeses Pobres recebem coberturas e atenção do jornal, o que pode ser observado pela realização do até então único documentário em curta-metragem sobre o acontecimento em Pau D’Arco, este é o vídeo mais longo do levantamento, como foi mencionado anteriormente.

Se percebemos que a linguagem jornalística coloniza o olhar e a enunciação sobre o acontecimento, tanto que os canais de mídia corporativa e de mídia alternativa se destacam no levantamento, isso está relacionado à presença da mídia tradicional na Internet, a fim de povoar tal meio para manter destaque e credibilidade, conquistar público e acompanhar as demandas destes. Jornalistas que não estão vinculados à grandes empresas de comunicação, ainda que por vezes detenham certo prestígio e/ou relevância por meio de atividades nesta, encontram no universo digital espaço e possibilidade para empreender concepções e práticas do jornalismo relacionadas à imprensa alternativa, que adquire novos formatos e relevos com as tecnologias de comunicação em rede. A reivindicação da atividade jornalística característica da blogosfera progressista, com atores que se situam política e socialmente, que se posicionam de modo diferente dos posicionamentos tradicionais da mídia corporativa, deve ser observada enquanto fenômeno no âmbito da reconfiguração do jornalismo, que reflete de novas dinâmicas, novas lógicas.

Essa reconfiguração do campo comunicacional, que está para além da reconfiguração do jornalismo, e os atravessamentos que imprime na vida social no contemporâneo podem ser pensados através do conceito de midiatização, trabalhado por autores como Braga (2012) e Sodré (2018). A midiatização se refere à ampliação da mídia em todas as esferas da vida, constituindo o que autores identificam como sociedade midiatizada. Para Sodré (2018), há um novo *bios*, uma nova “esfera existencial”, o *bios* midiático, que é a articulação da vida com a mídia. A midiatização é, desta forma, o processo de construção pelas mídias de uma nova ambiência, um novo espaço social: “o *bios* virtual, uma espécie de comunidade afetiva de caráter técnico e mercadológico, onde impulsos digitais e imagens se convertem em prática social” (Sodré, 2018, p.99)

Os processos midiáticos que ganharam centralidade a partir dos anos 2000 estão atualmente imbricados tanto na experiência humana, na conduta, no cotidiano, quanto no exercício de poder, na produção cultural e nas estruturas institucionais. O conceito de midiatização emerge para o pensamento das relações entre cultura e sociedade neste novo

cenário: “ao mesmo tempo em que a questão comunicacional se torna presente e fundante para a sociedade, os processos sociais se midiaticizam – no sentido de que tomam diretamente iniciativas midiaticizadoras.” (BRAGA, 2012, p.34)

A penetração da mídia em todas as esferas da vida, e a ampliação das possibilidades para enunciação com as mídias digitais, trazem para o campo comunicacional uma multiplicidade de atores e discursos. No cenário contemporâneo da comunicação, de novos ambientes com maior possibilidade de circulação, multiplicam-se as narrativas e imagens, redes sociais produzem novos modos de interagir, disponibilizadas para “pessoas comuns” atendendo a diversas finalidades, acionadas também por políticos, instituições, órgãos federais, marcas, profissionais, dentre tantos outros, como um dos meios para se comunicar com o público, conquistar e manter notoriedade e reconhecimento. Esse fenômeno é observado no levantamento com a significativa presença de políticos e instituições legislativas nas enunciações mapeadas. Há ainda contas de usuários que reproduzem sessões da câmara dos deputados, pronunciamentos de políticos, depoimentos de policiais e entre outros. Tais atores estão reunidos na tabela a seguir:

<b>NOME DO CANAL</b>	<b>VÍDEOS</b>
Câmara dos Deputados (436mil inscritos)	5
jornaldajustica (49,7mil inscritos)	4
JordynaCamara (117 inscritos)	2
Cabo Mauro (362 inscritos)	1
clodomir araujo (250 inscritos)	1
Complexo Jurídico Baglioli (11 inscritos)	1
Defensoria Pública do Estado do Pará (689 inscritos)	1
Deputado Bordalo (358 inscritos)	1
Deputado João Daniel (328 inscritos)	1
Edmilson Rodrigues (1,02mil inscritos)	1
ParlaTube Brasil (41,6mil inscritos)	1
Portal da Rádio (29,7mil inscritos)	1
PT na Câmara (6,44mil inscritos)	1

Tabela 5 - Grupo de atores de política e instituições legislativas (nome do canal e quantidade de vídeos publicados)

Encontramos 21 vídeos publicados por: contas oficiais de deputados, de instâncias públicas, como a Defensoria Pública do Pará, conta de um cabo militar, de um usuário, do Jornal da Justiça, periódico da emissora pública TV Justiça, sediada no Supremo Tribunal Federal, em Brasília, a conta do partido dos Trabalhadores “PT na Câmara”, e por uma conta nomeada como “ParlaTube Brasil”, que reproduz materiais da TV Câmara. Há um vídeo publicado pelo canal “Portal da Rádio” que traz o depoimento

de um deputado, e por isso foi inserido nesta categoria. Estes compõem assim o quadro de políticos, servidores e órgãos públicos e legislativos que aparecem nas enunciações do levantamento. As publicações de vídeos desses atores ocorrem principalmente no primeiro momento subsequente ao acontecimento, sendo que 18 das 20 publicações foram neste período. Isso possivelmente está relacionado ao fato de que interpelações e circunstâncias que induzem e/ou acarretam em pronunciamentos políticos e audiências têm mais força nos momentos em que o acontecimento irrompe. Bem como também pode estar relacionado ao acompanhamento da mídia do desenrolar jurídico e dos posicionamentos anunciados. Identificamos que parte significativa dos vídeos são pronunciamentos políticos e audiências deliberativas.

Pelo processo de midiatização, passa a haver maior possibilidade para uma comunicação direta entre diferentes interlocutores, e destes, enquanto atores sociais, com seus públicos. O ambiente digital se torna espaço para que distintos profissionais, especialistas e personalidades produzam e façam circular seus produtos e discursos, e para que estabeleçam contato com seus interlocutores, sem que precisem passar pela mediação dos jornalistas e dos programas dos meios de comunicação de massa. Com o universo digital também são criados novos estatutos e tipos de fama e de visibilidade.

Ocorre uma generalização da ação interacional em todos os setores da sociedade, que passam a praticar e a refletir sobre suas interações com as outras áreas. A interatividade característica desse novo espaço social midiatizado está implicada nas maneiras como a sociedade se comunica e se organiza. As inovações tecnológicas e o cenário social contribuíram para que as lógicas midiáticas ultrapassassem seu campo de origem e transpassassem outros campos sociais. Esta configuração nos coloca a possibilidade de produção discursiva sobre as mortes intencionais por violência que ocorrem em determinados eventos de conflito por terras por outros sujeitos, que pertencem a diferentes classes sociais e que podem estar relacionados de variadas formas com movimentos sociais que lutam pelo direito à terra e em defesa dos direitos humanos. Essa presença é percebida no outro grupo de atores que participam das enunciações sobre o acontecimento em Pau D'Arco encontradas no Youtube, relativo a contas de movimentos sociais e ativismo, de organizações em defesa dos trabalhadores rurais e dos direitos humanos. Os atores relacionados estes são:

<b>NOME DO CANAL</b>	<b>VÍDEOS</b>
Comissão Pastoral da Terra CPT Nacional (1,83mil inscritos)	7
Anistia Internacional Brasil (15,1mil inscritos)	2



Terra de Direitos (1,06mil inscritos)	1
---------------------------------------	---

Tabela 6 - Grupo de atores de ativismo e movimentos sociais (nome do canal e quantidade de vídeos publicados)

São desta categoria a maior parte de vídeos publicados um ano após o acontecimento: dos 10 vídeos da categoria, 8 foram publicados no último mês do levantamento. Essa temporalidade nos interpela sobre uma preocupação e um trabalho permanente com relação à memória do acontecimento, a mantê-lo no acesso no debate, um esforço contínuo por reparação e não esquecimento.

O volume de vídeos postados por contas de movimentos sociais ou a estes relacionados encontrados no levantamento, bem como a variedade de canais, é reduzido, em comparação ao volume de materiais de outras categorias e a quantidade de atores destas. A conta oficial da Comissão Pastoral da Terra, “criada para ser um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e de ser um suporte para a sua organização” (retirado da seção ‘Sobre Nós’ do site da CPT)<sup>23</sup>, é a principal responsável pelas publicações deste grupo. Além da conta oficial da CPT, com cerca de 1,80 mil inscritos, há vídeos publicados pelo canal oficial da Anistia Internacional Brasil, “um movimento global com mais de 7 milhões de pessoas, que realiza ações e campanhas para que os direitos humanos internacionalmente reconhecidos sejam respeitados e protegidos (...) presentes em mais de 150 países” (Retirado da seção Quem Somos do site da Anistia Brasil)<sup>24</sup>, com aproximadamente 15 mil inscritos, e pelo canal Terra de Direitos, “uma organização de Direitos Humanos que atua na defesa, na promoção e na efetivação de direitos, especialmente os econômicos, sociais, culturais e ambientais (Dhesca)” (retirado da seção Sobre do site da Terra de Direitos)<sup>25</sup>, que ultrapassa mil inscritos.

Estas contas são de movimentos e organizações que existem para além da internet, do mundo digital, mas que nela estão inseridas, em relações de maior ou menor proximidade. O ativismo na internet é um dos modos de manifestação do cenário contemporâneo. Os processos de midiatização no mundo globalizado colocaram para situações e questões contextuais outros níveis de alcance. Figuras públicas como celebridades e políticos, profissionais e especialistas das mais variadas áreas, fazem parte da ampla gama de atores que povoam a internet a nível global. Os atores recorrem à mídia digital como lugar para empreender, interagir, mas também como lugar para se posicionar

<sup>23</sup> Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico> Acesso em: 12/03/21

<sup>24</sup> Disponível em: <https://anistia.org.br/quem-somos/> Acesso em 12/03/21

<sup>25</sup> Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/quem-somos/sobre> Acesso em: 12/03/21

com intuito de mobilizar espectadores para diversos temas, como questões ambientais, sociais, políticas, já que, como mencionado anteriormente, através dos processos de midiaticização há possibilidades para produzir, reproduzir e circular discursos sem a mediação dos jornalistas.

Ao teorizarem sobre as lógicas das mídias sociais, Van Dijck e Poell (2013) propõem que estas afetam não apenas a produção noticiosa nos meios de radiodifusão e impresso, como também a lei e a ordem, o ativismo, a política, e assim por diante, porque essa lógica é exportada além dos limites da mídia, seja ela social ou de massa. Articulando sobre o papel social da mídia em episódios de motins que ocorreram nos EUA relacionados, de alguma forma, a plataformas de mídia social, os autores sinalizam que não se trata de apontar qualquer um dos tipos de mídia (de massa ou digital) como responsáveis, causadores, mas percebem a importância das suas dinâmicas de difusão no curso dos episódios. Que as redes sociais estão rapidamente penetrando na comunicação pública não se pode negar, mas (bem como a mídia de massa), estas não podem ser consideradas forças autônomas na organização social.

O mapeamento realizado comportou uma ampla diversidade de contas e de abordagens sobre o acontecimento. Há algumas enunciações de atores que não estão explícitas e principalmente relacionados às categorias anteriores, optamos por referenciá-los aqui como “atores variados” a fim de operacionalizar o movimento descritivo e analítico. São eles:

<b>NOME DO CANAL</b>	<b>VÍDEOS</b>
Ameaça Vermelha – Rap Combativo (1,7mil inscritos)	1
dieguinho Assunção pop (484 inscritos)	1
Nádia Aparecida Oliveira (não consta)	1
Notlmi Raierep (7 inscritos)	1
Paulo Marcelo Braga (216 inscritos)	1
SportMaster (812 inscritos)	1

Tabela 7 - Grupo de atores variados (nome do canal e quantidade de vídeos publicados)

A maioria dos vídeos foram publicados no primeiro momento do tempo mapeado. Dentre estas publicações, encontramos um vídeo de uma música sobre o episódio, composta pelo grupo de “Rap Ameaça Vermelha – Rap Combativo”, e publicada pela conta do mesmo; um vídeo de uma oração, um vídeo que traz na chamada “veja os corpos”, um vídeo de um trabalho acadêmico sobre acontecimentos do ano na região, o vídeo de um blogueiro, e um vídeo que refere ser um depoimento do advogado dos trabalhadores, publicado pela conta “SportMaster”, que publica vídeos de diversas

temáticas. Essa extensa variedade de domínios e campos, e de atores que produzem e/ou divulgam textos e imagens, está relacionada ao povoamento do ambiente digital, à emergência dos sites de rede social neste ambiente, e às próprias configurações destes, a ferramentas e usos.

Percebemos uma forte presença da visibilidade como valor, recurso e benefício nos sites de rede social. Essa valorização penetra no cotidiano de tal forma, ao ponto de ser muitas vezes o que (principal ou exclusivamente) confere existência ou inexistência de pessoas, situações, objetos, lugares. As abordagens propostas por Recuero (2012) nos ajudam a pensar a circulação da informação na internet, assumindo que este processo relaciona formas de conexões e investimento dos atores, e os recursos, valores e benefícios associados. Compreendemos ainda que estes aportes fazem parte de um extenso conjunto de perspectivas metodológicas que buscam dar conta das investigações sobre processos de produção e circulação de sentidos nos tempos atuais, marcados pela hiperconexão em tempo real, pela crescente quantidade de produtores e enunciadorees e pela maior circulação de informações em redes sociais. Segundo a autora, as redes sociais “atuam de forma a hipermediar as informações, trazendo-lhes ainda efeitos mais complexos justamente, por conta deste conteúdo” (RECUERO, 2012, p.12). Tal assertiva se dá com relação à potencialização do efeito do meio porque seu conteúdo é outro meio que McLuhan (1964) apontou, percebendo que tal constatação no hipertexto é mais complicada porque é um meio que compreende conteúdos de outros muitos e múltiplos ambientes, produzidos por muitos e múltiplos atores.

## 6. AS NARRATIVAS SOBRE O EVENTO: ENTRE O *CONFRONTO* E A *CHACINA*

Neste tópico apresentaremos algumas considerações sobre as representações do acontecimento violento e das mortes que nele ocorreram. Conforme exposto na metodologia, foram selecionados 79 vídeos para análise, que abrangem os três diferentes momentos da produção discursiva do mapeamento. Na análise desses materiais, buscamos compreender a narrativa criada sobre o evento, levando em conta algumas questões: Como o episódio de violência e morte foi retratado? Como os diferentes atores foram incorporados na construção dessas narrativas, ou seja, quem foi colocado como vítima e/ou como responsável? Em quais lugares os sujeitos foram posicionados nos discursos e como esses lugares se intercambiaram, dependendo de quem o enunciava? Que nomeações foram acionadas? Que imagens foram mostradas?

Uma questão importante que esteve subjacente na análise, e que já se delineava no capítulo anterior, foi a dimensão de temporalidade. As narrativas sobre o evento não se deram de modo estático, havendo por vezes mudanças. Suas continuidades e descontinuidades estiveram, assim, no nosso horizonte de análise.

Para responder parte dessas questões, recorreremos em alguns momentos aos operadores propostos por Itânia Gomes, como *o contexto comunicativo* (o ambiente físico, social ou mental no qual os eventos foram retratados), *os mediadores* (levando em conta o papel dos apresentadores de telejornais ou, de forma adaptada, das pessoas que estavam narrando o acontecimento para os telespectadores) e tivemos uma especial atenção ao papel do jornalismo, dado o seu predomínio nas narrativas sobre o acontecimento. O operador que rege a organização temática foi explorado no que tange a seu conteúdo em si, mas menos em observação ao modo específico de organizar e apresentar as diversas editorias, como sugere Gomes. Isso se deveu à natureza do material coletado, marcado pela heterogeneidade de formato e, no caso dos telejornais, uma vez que os fragmentos acessados se deram de forma descontextualizada do noticiário original.

### 6.1 A mídia corporativa

#### FASE 1

A primeira notícia sobre o acontecimento nos telejornais pesquisados foi transmitida na 2ª edição do *Jornal Liberal*. Neste telejornal foram veiculadas, entre 24 de maio e 31 de agosto de 2017, período temporal que corresponde a fase 1, 38 notícias sobre

o acontecimento. Deste montante, 27 notícias foram selecionadas para análise. Na primeira matéria, João Jadson, jornalista que apresenta o programa, anuncia do estúdio:

Boa noite, 10 pessoas foram mortas hoje no município de Pau d'Arco, no sudeste do Pará. Isso aconteceu na fazenda Santa Lúcia, onde um segurança foi morto no início deste mês. [Apresentador chama uma repórter para dar informações ao vivo do que a SEGUP (Secretaria Estadual de Segurança Pública do Pará) falou há pouco sobre o ocorrido. [Repórter ao vivo fala em frente à sede da SEGUP] O secretário de segurança pública do Pará Jeannot Jansen disse agora há pouco em coletiva que policiais civis e militares foram à fazenda Santa Lúcia para cumprir 14 mandados de prisão preventiva e temporária contra suspeitos de homicídio e tentativa de homicídio. Conta que no mês passado 2 seguranças da fazenda foram baleados e um deles morreu. 24 policiais participaram dessa operação hoje cedo, mas houve confronto. 10 pessoas, entre elas 1 mulher, morreram. Essas pessoas estavam escondidas na fazenda. (JL 2ª ed., 24/05/2017)

O primeiro ponto que chama a atenção é que, ao noticiar as mortes, o movimento inicial é o de localizar o lugar onde ocorreram, na fazenda Santa Lúcia. Essa designação de espaço é feita a partir de um qualificador, ou seja, referenciando que foi na fazenda *onde um segurança foi morto pouco tempo antes*. A referência à morte do segurança, feita logo no início, é assim um dos primeiros elementos apresentados sobre o acontecimento na mídia corporativa, e remete à ideia de uma ação justificada, reativa.

A primeira fala direta que o telejornal traz é a do delegado e diretor de Polícia do Interior, João Bosco. Ao vivo na frente da sede da SEGUP, a repórter anuncia: “Veja o que disse o delegado João Bosco sobre essa ação”:

Quando eles chegaram na sede da fazenda que já havia sido abandonada por conta das ações desse bando, havia indícios que este grupo armado estava nas imediações e lá foi feita uma varredura pelas equipes que compunham a operação. [repórter pergunta se “houve troca de tiros?”, enquanto a pergunta está sendo feita o delegado continua falando de modo que as falas ficam sobrepostas]. É quando justamente da localização desse bando que havia homiziado [que fugiu da justiça, que se escondeu, se ocultou] numa área de mata os policiais foram recebidos à bala e revidaram. Após uma incessante troca de tiros e acabou se constatando justamente esse fato grave que foi o óbito de 10 pessoas (JOÃO BOSCO, JL 2ª ed., 24/05/2017)

Assim como se observa no trecho acima, outras enunciações analisadas no material coletado sobre o ocorrido recorrentemente o caracterizam através dos termos “operação” e “ação”. Da mesma forma, os mortos na operação são descritos como “bando”, “grupo armado”, “ocupantes perigosos”, que se esconderam ou que haviam se “homiziado”. Logo após a fala do delegado, a repórter em locução diz que “entre os 10 mortos, segundo a polícia, 4 estavam com a prisão decretada pela justiça” (JL 2ª ed., 24/05/2017), informando assim que estes eram *suspeitos*. Esta forma de referenciar os

mortos reitera o evento como uma ação legítima de segurança pública, afinal se tratou de uma ação contra sujeitos que representavam uma ameaça. Da mesma forma, o recurso ao delegado como fonte e sua visualização diante da sede da SEGUP reforçam o seu lugar simbólico como enunciador legítimo da *verdade* sobre o acontecimento. O repórter, por sua vez, buscou num dado momento indagar sobre a “troca de tiros”, o que seria o elemento definidor da inocência ou culpa dos sujeitos assassinados, mas sua fala foi sobreposta à do delegado, que em seguida reafirmou a legitimidade da ação empreendida pelos policiais, uma vez que foram “recebidos à bala”.

As notícias que se seguiram enfatizaram a realização das investigações. Polêmicas e divergências se desenharam através de narrativas e das falas de atores sociais envolvidos e de pronunciamentos de instituições que são exibidas no jornal, como da SEGUP (Secretária de Estadual de Segurança Pública do Pará), da Associação dos Delegados de Polícia, da Promotoria de Justiça, de testemunhas, de parentes de vítimas, da Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH), da Ordem dos Advogados (OAB), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da advogada de defesa dos donos da fazenda, do advogado de defesa das vítimas e familiares, entre outros. Depoimentos de testemunhas, parentes, atores de entidades sociais, são apresentados em algumas matérias, com menor intensidade, e trazem relatos que configuram execução, crime, homicídio.

“repentinamente a polícia apareceu gritando: ‘não corre se não morre!’ [texto legenda: bando de vagabundo] e que muita gente começou a correr e a polícia começou a atirar”. A testemunha disse que enquanto rastejava escutou os policiais dizendo a uma das vítimas antes de atirar novamente: “olha o que a gente faz com bandido”. O sobrevivente também afirmou ter ouvido colegas chorando e dizendo “tá, tá, não vamos correr”, e os policiais perguntando antes de atirar mais uma vez: por que vocês não correram também? A vítima conseguiu correr pela mata até chegar a um assentamento. A segunda testemunha contou uma versão muito parecida, e acrescentou que a polícia ao chegar não explicou a situação. O sobrevivente disse também que os posseiros não reagiram e que as armas que estavam no acampamento não foram usadas. Afirmou ainda que antes de fugir ouviu os policiais batendo nas vítimas e rindo bastante após atirar nelas. (JL 2ª ed., 29/05/2017)

Neste trecho um posicionamento distinto emerge no telejornal. Os trabalhadores rurais são retratados como *vítimas*, inclusive de modo nomeado, pois, segundo esta narrativa, “não reagiram” e as armas “não foram usadas”. Já os policiais, como algozes, pois gritaram e agrediram os trabalhadores física e verbalmente. O telejornal passa então a falar em possível execução ou chacina (pois logo de início isso não estava em cena), apresentando assim que há duas versões sobre o acontecimento. No entanto, percebemos na totalidade do material analisado uma maior ênfase na versão da polícia, pois é reiterado frequentemente que ocorreu um confronto, que os policiais teriam sido recebidos à bala

e revidaram, enquanto a outra versão, de que não houve reação por parte dos trabalhadores, que estes foram capturados e executados, sustentada por testemunhas e parentes de vítimas, é colocada em suspenso, como suposição.

O termo “crime” começa a ser utilizado após uma repercussão maior. Ainda assim, tal referência é muito menos empregada quando comparada à recorrência dos termos “confronto”, “ação” e “operação policial”. Subsequente a estas referências, são colocados repetidas vezes os motivos da operação: se tratava de uma ação para cumprir mandados de prisão contra suspeitos do crime de assassinato de um segurança da fazenda, que ocorreu pouco tempo antes. Ao trazer de forma assídua que o pretexto da ação era prender suspeitos de assassinato, o jornal apresenta que os trabalhadores eram possíveis criminosos, representavam perigo.

A principal nomeação empregada para falar dos mortos foi “posseiros”. É usado também, de forma recorrente, o termo “invasores”, o que ocorre, por exemplo, na notícia exibida dois dias após o acontecimento, quando o apresentador do *Jornal Liberal* anunciou que “delegados estão na área da fazenda Santa Lucia e a polícia já ouviu uma pessoa integrante do grupo de invasores.” (*JL* 2ª ed., 26/05/2017). Esta matéria apresenta imagem das armas dos trabalhadores (Figura 2), que já haviam sido expostas na primeira notícia do *JL* e foram exibidas outras vezes, tanto em matérias deste telejornal quanto em notícias de outros programas jornalísticos da mídia corporativa. Apesar de apresentar imagens que corroboram a criminalização dos trabalhadores, estes também são tratados como “vítimas de uma chacina”, como podemos ver no título da matéria deste dia. Há uma contradição de sentidos porque são vítimas, mas portam armas, o que direciona mais uma vez para incerteza com relação ao estatuto de vítimas.



Figura 2 - Imagem extraída do *Jornal Liberal* 2ª ed. exibido em 26/05/2017.  
Fonte - *Jornal Liberal* (2017)

Poucas vezes estes os mortos são identificados como trabalhadores sem-terra ou camponeses. Estes também não são identificados pelo nome nos vídeos analisados. Sobre os donos da fazenda foi colocado que sofriam ameaças dos “posseiros”. Os 29 policiais civis e militares são tratados como “agentes”, “participantes”, que foram cumprir uma ação judicial legítima, tendo em vista que, na maior parte das vezes, ao falar do acontecimento, a primeira referência colocada sobre este foi o cumprimento de mandados contra suspeitos de homicídio e tentativa de homicídio.

Fotos do segurança morto são exibidas em notícias do *JL* repetidas vezes. Na matéria exibida em 31/05/2017<sup>26</sup>, por exemplo, o jornal apresenta os seguranças que teriam sofrido a ação dos posseiros, anunciando o nome do vigilante que morreu, exibindo foto do mesmo, como podemos ver na Figura 3. Na matéria exibida em 02/06/2017<sup>27</sup>, ao mencionar novamente a morte dele, sua foto é exibida mais uma vez e é indicado nome da empresa para qual trabalhava.



Figura 3 - Imagem extraída do *Jornal Liberal 2ª ed.* exibido em 31/05/2017. Fonte: *Jornal Liberal* (2017)

Em diversas notícias são apresentados trechos e imagens de um vídeo dos trabalhadores no local em que supostamente um destes aparece com uma arma na mão, a imagem do homem portando a arma é destacada com zoom. É informado que os registros foram feitos pelos donos da fazenda pouco tempo antes do acontecimento. Também observamos nas notícias analisadas referências ao armamento dos posseiros, subsidiadas por imagens das armas apreendidas.

Uma compreensão ambígua sobre o acontecimento é evidenciada ao colocar que, a princípio, se trata de um confronto, mas que está em xeque o que realmente aconteceu, podendo ter sido uma ação de execução, como especialistas, advogados e representantes

<sup>26</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5908420/> Acesso em: 15/04/2021

<sup>27</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5914062/> Acesso em: 15/04/2021



de movimentos sociais e dos direitos humanos apontam. O jornal traz informações do laudo da perícia sobre os locais em que alguns trabalhadores foram baleados, na cabeça e nas costas. Reitera-se muitas vezes que está sendo investigado “se houve excesso na conduta dos policiais”, ou seja, tal excesso é uma hipótese. Controvérsias entre versões são observadas também quando o telejornalismo aponta que “policiais teriam manipulado provas”, enunciando uma ação indevida dos policiais como suposição, ao mesmo tempo em que também se fala da conduta inicial dos policiais, de retirar os corpos do local, que configura indicativo disso. O jornal deixa em suspenso porque ao trazer informações sobre indícios de que policiais estariam atrapalhando as investigações, através da manipulação de provas e ameaças contra testemunhas, estas são colocadas como suposições.

Ainda que não esteja manifesto de forma declarada, a mídia parece tender a concordar mais com esta versão, pelos termos que elege primordialmente, “operação”, “ação”, “confronto”, bem como pelos direcionamentos: ao trazer primeiro falas que subsidiam a versão de um confronto, reforçar que fora uma ação efetuada contra suspeitos de homicídio, que entre as pessoas que foram mortas alguns eram suspeitos, ao exibir imagem de armas apreendidas pelos policiais, ao trazer imagens dos posseiros armados na fazenda feitas pelos proprietários. Isso apareceu também ao mencionar que a fazenda tinha sido invadida, concordando com a noção da ocupação como invasão, ou seja, como é percebida pela noção de território do agronegócio e do latifúndio. A ação da polícia é legítima, é uma atuação do estado como medida de segurança pois são *invasões*.

A primeira notícia sobre o acontecimento no *Jornal Nacional*<sup>28</sup>, um dia após, apesar de ter anunciado como “ação policial”, apresenta familiares que afirmaram não se tratar de um confronto, e traz relatos destes. A versão de confronto é colocada ao anunciar que “a SEGUP afirma que os policiais revidaram ao ataque”. Já a questão de serem suspeitos “de duas tentativas de homicídio e da morte de um vigilante” é narrada tendo como pano de fundo imagens dos ferimentos em um vigilante, como podemos ver na Figura 4.1. Na sequência, exibe a mesma foto do segurança morto que aparece em matérias do *Jornal Liberal* apresentada anteriormente

---

<sup>28</sup> Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/5895447/> Acesso em: 15/04/2021



Figura 4.1 - Imagem extraída do *Jornal Nacional* exibido em 25/05/2017. Fonte - *Jornal Nacional* (2017)

O vídeo com um posseiro armado, que aparece em diversas outras matérias de telejornais analisadas, também é exibido no *Jornal Nacional*, logo nesta primeira notícia, mas nesta notícia é informado que a gravação teria sido feita por um funcionário da fazenda, e não pelo dono, como informado pelo *JL*.

Há em sequência 4 matérias sobre o acontecimento nos 7 dias que sucedem. A existência de duas versões aparece na segunda notícia<sup>29</sup>, que apresenta resumidamente a oposição entre a versão que a polícia revidou versus a versão de que as vítimas não reagiram. Nesta notícia é exposto que para o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) há indícios que levam a crer que não houve confronto.

Na terceira matéria<sup>30</sup> do *JN* é informado que “sobreviventes da ação policial que resultou na morte de 10 pessoas acusaram os policiais de terem chegado ao acampamento atirando”, e nesta são apresentados depoimentos de testemunhas, relatando atitudes perversas praticadas por policiais. Ao mesmo tempo em que argumentam que para o presidente do CNDH há indícios de execução, a questão de serem supostos criminosos aparece novamente, ao narrar que “dos 10 mortos 6 eram suspeitos de homicídios e ameaças contra fazendeiros e vigilantes”. É exibido o ato em defesa dos policiais, apresentando um trecho de fala de um representante da associação de policiais em que este diz: “acreditamos na inocência e que nossos irmãos agiram dentro do estrito cumprimento do dever legal”, e imagens do protesto onde vemos uma faixa dizendo “injustiça nos deixa de luto SINDELP [Sindicado dos Delegados de Polícia do Pará]”, como podemos ver na imagem a seguir (Figura 4.2). Temos aqui mais uma evidência da

<sup>29</sup> Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/5898367/> Acesso em: 15/04/2021

<sup>30</sup> Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/5903554/> Acesso em: 15/04/2021

ambiguidade da cobertura, enquanto a notícia informa sobre uma mobilização dos policiais, o título do vídeo da matéria diz que “sobreviventes de ataque no Pará dizem que polícia chegou atirando”.



Figura 4.2 - Imagem extraída do *Jornal Nacional* exibido em 29/05/2017. Fonte - *Jornal Nacional* (2017)

Na reportagem seguinte<sup>31</sup> é apresentado que “O *Jornal Nacional* ouviu com exclusividade dois sobreviventes da ação da policial no Pará”. São exibidos depoimentos destes indicando maus-tratos e falas dos policiais durante a ação que relatam a intenção em matá-los. A versão de que os policiais reagiram é colocada, de acordo com a SEGUP. É apontado que o relatório da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) “concluiu que não houve confronto na fazenda e que há indícios que policiais atrapalharam as investigações ao retirar os corpos da cena do crime e porque teriam manipulado as armas dos posseiros.” Após 2 semanas, é informado em uma curta matéria<sup>32</sup> que a “SEGUP divulgou os lados sobre a morte de 10 posseiros numa ação da polícia”, e que “sobreviventes relataram que os posseiros foram torturados e depois executados.”

Passados 20 dias da última notícia veiculada, o acontecimento é retomado no *JN*, tendo notícias em 3 edições próximas do telejornal. A primeira delas é breve notícia<sup>33</sup> e apresenta informações sobre a reconstituição da “chacina” que matou 10 “posseiros”. Nesta mesma semana, é noticiado<sup>34</sup> o assassinato de um líder de trabalhadores na região sul do Pará, identificado no jornal como “Rosenilton Pereira de Almeida, de 44 anos”, e “agricultor”. É colocado na reportagem que, segundo a CPT, ele era líder do grupo de

<sup>31</sup> Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/5906142/> Acesso em: 15/04/2021

<sup>32</sup> Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/5940848/> Acesso em: 15/04/2021

<sup>33</sup> Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/5985596/> Acesso em: 15/04/2021

<sup>34</sup> Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/5995222/> Acesso em: 15/04/2021

trabalhadores que voltou a ocupar a área, e “havia se afastado da fazenda essa semana porque estaria sendo ameaçado”. O jornal informa que “a polícia não descarta relação entre este assassinato e as outras mortes na fazenda”. Subsequente a isso são feitas algumas referências: ao início do trabalho de reconstituição, a alegações de sobreviventes de que “os posseiros foram executados”, a afirmativas de houve confronto feitas por “policiais que participaram da operação”. Uma imagem de armas apreendidas “durante a operação” é exibida enquanto informa sobre a previsão de tempo para divulgação dos laudos das perícias feitas nas armas, tanto nas apreendidas, quanto nas dos policiais, mas destas últimas não são expostas imagens. Dois dias após, o jornal exhibe uma matéria anunciando a determinação judicial de prisão dos “policiais envolvidos na ação”. Na matéria são apontados “indícios de que os policiais estariam atrapalhando as investigações” e “o risco de manipulação de provas e de ameaças contra testemunhas” como fatores que justificam a decisão do juiz de decretar a detenção.

Há mais duas notícias no *JN*, ambas veiculadas em agosto de 2017. Estas são as últimas matérias sobre o acontecimento no telejornal. A primeira<sup>35</sup>, bem curta, informa sobre a decisão da justiça de libertar os policiais presos. Na outra notícia<sup>36</sup> o *JN* referência tanto como “chacina” quanto como “operação”. São apresentadas considerações de inquiridos da Polícia Federal, da reconstituição e de laudos periciais. É mencionado que a “operação foi pra cumprir mandados de prisão contra posseiros suspeitos da morte de um vigilante da fazenda”. Os trabalhadores são identificados como “posseiros” e, novamente, referenciados como “suspeitos”, ainda que o Secretário de Segurança Pública já tenha reconhecido que, como a notícia também apresenta, “a operação terminou em uma execução”.

Como podemos ver, o *Jornal Nacional* exibiu poucas notícias sobre o acontecimento. Nestas notícias, determinados modos de narrar e determinadas nomeações acionadas recorrentemente para tratar dos envolvidos se aproximam das que foram observadas no *Jornal Liberal*, os policiais são referenciados principalmente como participantes e envolvidos, os trabalhadores como posseiros, e o acontecimento como “operação”, “ação” e “chacina”. Ambivalências são sustentadas assim em diversos momentos através tanto dos modos de nomear, como das informações selecionadas. A narrativa do confronto, presente com força inicialmente, foi dando lugar à da chacina. Permanece a ambiguidade, mas houve uma mudança de peso entre as duas versões.

---

<sup>35</sup> Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/6067689/> Acesso em: 15/04/2021

<sup>36</sup> Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/6110382/> Acesso em: 15/04/2021

Com relação aos vídeos do Youtube referentes à mídia corporativa selecionados para análise, temos na fase 1 o vídeo com mais visualizações de todo o levantamento (mais de 23 mil no período de análise), publicado pela conta da *Folha de São Paulo*. Neste vídeo<sup>37</sup> encontramos falas de representantes de entidades e de parentes das vítimas, distintas dos que encontramos nas matérias do *Jornal Nacional* e nas matérias do *Jornal Liberal* analisadas. No começo aparece um texto que afirma que a “ação das polícias militar e civil do Pará nesta quarta (24) terminou com 10 pessoas mortas na Fazenda Santa Lúcia, em Pau d’Arco (867 km ao sul de Belém)”, o som de fundo neste momento é de pessoas cavando e de pessoas chorando. Posterior a esta descrição em texto, vem a fala de um parente de vítimas contando sobre o estado em que os corpos foram entregues às famílias: “carniças”, e alegando que “se tivesse existido troca de tiro teria saído policial baleado” (Folha de São Paulo, 29/05/2017).

Há um depoimento do presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos, Darci Firgo, que também aparece falando em matérias do *Jornal Liberal*. No entanto, na matéria da *Folha*, Firgo traz apontamentos que não apareceram nas matérias do *Liberal* como, por exemplo, que “a polícia fala que foi cumprir uma ordem judicial e houve um conflito no local e não há nenhum policial ferido, então a SEGUP não pode simplesmente soltar uma nota dizendo que essas pessoas não eram camponeses” (DARCI FIRGO, *FOLHA DE SÃO PAULO*, 29/05/2019). Segundo esta declaração, a SEGUP, principal órgão relacionado, não reconheceu os sujeitos que estavam na fazenda e foram alvos da polícia como camponeses. Há outros depoimentos de parentes das vítimas denunciando o estado em que os corpos chegaram e falando sobre o sofrimento das perdas. A versão de confronto só é mencionada sendo contestada em depoimentos como o de Darci Firgo e de José Batista, advogado da CPT, que também apareceu falando em matérias do *Jornal Liberal*.

Nos dois outros vídeos mais visualizados de mídia corporativa do Youtube do primeiro momento, os direcionamentos, personagens e discursos são muito diferentes dos encontrados na matéria da *Folha de São Paulo*, e mais similares aos observados nos telejornais. Trata-se de uma matéria do SBT e de uma matéria da emissora RBATV Oficial, da Rede Brasil Amazônia de Comunicação (RBA), afiliada da Rede Bandeirantes no Pará. No vídeo do SBT<sup>38</sup>, publicado mais de um mês depois do acontecimento, é anunciado que uma equipe de repórteres refez o percurso dos posseiros. Neste vídeo, uma

---

<sup>37</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=kYI3IjEzwUk> Acesso em: 15/04/2021

<sup>38</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=3K152BRT9cs> Acesso em: 15/04/2021

das primeiras considerações sobre o acontecimento é que a “ação de posseiros” “que causaram estragos” “teria sido o estopim”. Logo em seguida, é mencionada a questão de conflitos anteriores entre seguranças e os posseiros. Há a reprodução do vídeo gravado pelos donos da fazenda em que um posseiro aparece segurando uma arma, mesmo vídeo exibido no *Jornal Liberal* e no *Jornal Nacional*. São apresentados elementos sobre os posseiros que aludem a atitudes de ameaça e violências.

No vídeo da RBATV<sup>39</sup>, postado um dia após o acontecimento (25/05/2017), o repórter aparece em frente ao hospital do município de Redenção, e anuncia estar perto de onde estão os corpos dos mortos. É narrado, para o espectador “entender”, situações anteriores ao ocorrido, que houve “invasão da propriedade rural conhecida como Santa Lúcia”, “imensa troca de tiros” e “morte de um segurança”. E que depois houve uma “nova retaliação”, por uma “emboscada” feita por “homens armados” que “invadiram a sede da fazenda, trocaram tiros com seguranças, roubaram coletes e roubaram também as armas dos seguranças”. Diante disso, “houve então uma interferência da polícia”, sendo reiterada a versão de confronto, pois a polícia foi recebida a bala e por isso revidou. Novamente, os indivíduos mortos são simbolicamente desqualificados, pois são caracterizados como “perigosos”, “ladrões”, fazendo “emboscadas”.

A primeira fase dos vídeos da mídia corporativa se caracteriza pela persistência de uma grande ambiguidade entre a ideia de confronto e chacina, em especial no *JL*. No entanto, a despeito desta ambiguidade, observa-se ao mesmo tempo uma inflexão de sentidos. Ou seja, no início a perspectiva do confronto é mais evidente, mas depois a da “chacina” vai tomando mais corpo. Isso não ocorre da mesma forma nos vídeos encontrados no Youtube. Neles, há duas perspectivas nada ambíguas: o vídeo da *Folha de São Paulo*, claramente pela ideia de “chacina”, e o da RBATV, endossando a versão dos mortos como *perigosos* e das mortes como fruto de uma ação justificada.

## FASE 2

Como foi destacado anteriormente, a produção de matérias pelo *Jornal Liberal* decaiu significativamente com o passar do tempo. Na fase 2, o volume de notícias veiculado no telejornal reduz: entre setembro de 2017 e fevereiro de 2018 há apenas cinco matérias. A primeira foi exibida em setembro de 2017<sup>40</sup>, noticiando a prisão de policiais “acusados de envolvimento na chacina de Pau d’Arco”. Ou seja, observa-se que o

<sup>39</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=dePrrN6nvLc> Acesso em: 15/04/2021

<sup>40</sup> Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/6175976/> Acesso em: 15/04/2021

acontecimento passa a ser referenciado principalmente como “chacina”. A matéria apresenta informações sobre a denúncia feita pelo Ministério Público, e é colocado que “promotores acreditam que os policiais presos hoje executaram as vítimas”. Aponta ainda que a reconstituição da Polícia Federal indicou que não houve confronto e que “esses trabalhadores rurais foram mortos pelos policiais em uma ação planejada”. O promotor de justiça Leonardo Caldas aparece falando sobre procedimentos e sobre “continuidade das investigações em relação aos possíveis mandantes”, e sendo essa a única menção da matéria a estes.

A segunda notícia<sup>41</sup> foi transmitida quando completou seis meses da “chacina que deixou dez pessoas mortas em Pau d’Arco”. A apresentadora do jornal fala sobre a dor de familiares afirmando que “para quem perdeu parentes na tragédia resta conviver com o sofrimento”, esta foi uma das poucas vezes que vimos o acontecimento ser colocado como “tragédia” pelo *Jornal Liberal*. É exibido um curto depoimento de um familiar das vítimas. Informações sobre o inquérito e sobre as investigações são apresentadas junto a imagens da reprodução simulada. Um depoimento de Silvio Maués, então diretor de Polícia do Interior, pontua acerca das investigações sobre condutas dos envolvidos, sobre o que “as autoridades que presidiram o inquérito” entenderam da atuação do delegado envolvido, que “deveria ter agido para evitar que o resultado na dimensão consumada viesse a se constituir”, e em relação a um investigador envolvido, que “foi pela ação dolosa direto, ou seja, ele foi autor da morte de várias dessas vítimas. E isso tá comprovado através tanto da perícia que demonstra efetivamente o uso do armamento que ele utilizava, que tinha cautelado em seu nome, assim como por depoimentos que afirmam que ele tinha uma segunda arma” (SILVIO MAUÉS, *JL* 2ª ed., 24/11/2017).

O advogado de defesa de policiais aparece falando nesta notícia. É mencionado ainda que há um inquérito instaurado para investigar “os possíveis mandantes da ação polícia na fazenda”. José Batista, advogado da CPT, que também é ouvido, alega que não foi fornecida qualquer tipo de ajuda, financeira ou psicológica, aos parentes das vítimas.

A apresentadora do telejornal informa, no fechamento da matéria, que “a Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, afirma que não houve nenhuma promessa de ajuda financeira para as famílias (...) que o atendimento funeral e atendimentos aos familiares foi prestado pela prefeitura de Redenção”, e sobre a “lentidão no novo inquérito a nossa produção tentou contato com a Polícia Federal, mas

---

<sup>41</sup> Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/6313132/> Acesso em: 15/04/2021

ainda não obtivemos retorno”. Os termos acionados na matéria para retratar o acontecimento são “chacina”, “tragédia”, “crime”, “ação policial”, os mortos são colocados como posseiros e como trabalhadores. Os policiais envolvidos são apontados como principais responsáveis, abordando questões relacionadas ao decreto de prisões de alguns destes e a tentativas de contorná-las que estão sendo argumentadas pela defesa.

Dessas cinco notícias, as três<sup>42 43 44</sup> outras acompanham o trâmite de pedido de concessão de liberdade aos policiais “envolvidos na chacina de Pau d’Arco” que estavam presos, trazendo decisões do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) e da Justiça do Pará. É colocado que a não prisão deles pode configurar riscos para testemunhas. A última notícia anuncia que a justiça do Pará concedeu a liberdade a 9 policiais. Nas matérias da fase 2 do *JL* o acontecimento é referenciado principalmente como “chacina”, mas também como “ação”, “operação” e “crime”, os mortos como “posseiros”, “trabalhadores rurais”, tidos como “vítimas”, e os responsáveis são, fundamentalmente, os policiais envolvidos, mas há menção à possibilidade de mandantes.

Nos vídeos do Youtube de mídia corporativa mais vistos do segundo período do levantamento (fase 2), entre 4 e 9 meses após o acontecimento, a forma de retratar o evento sofre um deslocamento, o que também pode ser percebido nas notícias do *Jornal Liberal*. As matérias giram em torno não mais das mortes, mas da investigação sobre elas. Encontramos falas sobre as investigações e sobre as consequências penais, e um maior destaque da nomeação do acontecimento como chacina. Um vídeo do *Jornal da Record*<sup>45</sup> anuncia que “4 meses depois da chacina de Pau d’Arco (...) todos os policiais acusados de matar 10 trabalhadores sem-terra, estão em liberdade” (*Jornal da Record*, 16/09/2017). O acontecimento é reconhecido como chacina, os mortos referenciados como trabalhadores sem-terra. É relacionada ainda na matéria a questão da impunidade como marca em conflitos agrários. Além de trazer a questão da impunidade, que é transversal à violência no campo, a matéria também se refere aos indícios de outros atores associados na ação, de mandantes, como uma “associação para eliminar aqueles que etiquetaram como sendo bandidos”. Neste período de tempo após o acontecimento, a referência deste como chacina e execução já se faz mais presente, e a temática de possíveis mandantes para a ação também emerge.

---

<sup>42</sup> Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/6368454/> Acesso em: 15/04/2021

<sup>43</sup> Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/6376104/> Acesso em: 15/04/2021

<sup>44</sup> Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/6365842/> Acesso em: 15/04/2021

<sup>45</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=xgXrF6u97lY> Acesso em: 15/04/2021



Isso é percebido em outras matérias do período analisadas. Um dos vídeos é uma reportagem do *Fantástico*<sup>46</sup>, programa da Rede Globo, postada por um usuário. A reportagem começa anunciando “você vai ver agora os bastidores exclusivos daquela que a polícia diz ser a maior reconstituição criminal já feita no Brasil”, que reproduziu “passo a passo de uma chacina (...) na distante cidade de Pau d’Arco”. Apesar de dizer que “10 acampados foram assassinados”, e ao falar sobre a ida de repórteres ao local referenciarlo como “cenário desse massacre”, a matéria não deixa de mencionar, feito em tantas outras matérias da mídia corporativa, que as pessoas a quem a ação foi destinada eram suspeitos de envolvimento na morte do vigilante da fazenda que ocorrera tempos antes. Há menção a este também como “tragédia”. A reportagem apresenta depoimentos dos policiais que participaram e que decidiram colaborar com a justiça, e em suas falas é exposto onde um dos policiais atirou em uma das vítimas, enquanto a mesma ainda estava viva, e quantos disparos foram feitos. Neste relato, a pessoa é identificada pelo nome, Antônio Pereira, “conhecido como Tonho”. Outro policial conta que, depois que os policiais fizeram as primeiras vítimas, foi dito por um deles que “isso aqui tem que morrer aqui” (*Fantástico*, 03/09/2017), e também que houve um “acordo” entre os policiais, ou seja, indicativo do intuito de forjar que houve um confronto. Na matéria são exibidas em fotos os rostos das pessoas que foram mortas, como podemos ver na Figura 5, sem que sejam mencionados seus nomes.

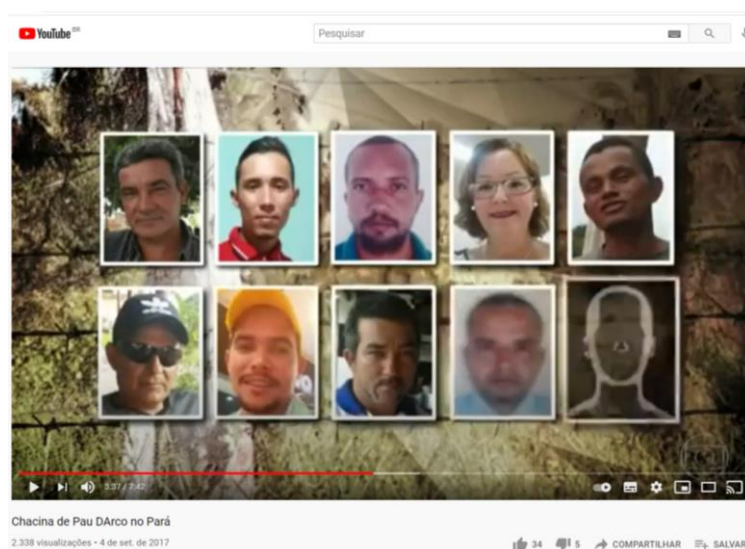


Figura 5 - Imagem extraída do *Fantástico* exibido em 03/09/2017 vídeo publicado no Youtube pelo canal do usuário z carlos em 04/09/2017. Fonte: - *Fantástico* (2017)

<sup>46</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Rri2OxAmqSo> Acesso em: 15/04/2021

A reportagem traz também que os posseiros destruíram a sede da fazenda para impedir a permanência dos vigilantes. É apontado ainda que áreas da fazenda ocupam terras públicas. A problemática da legitimidade propriedade foi pouco mencionada em materiais da mídia corporativa analisados, sendo este um dos raros momentos em que a questão foi referenciada.

Como se pode ver, há uma variação entre quem são consideradas as vítimas (os que foram mortos no evento de Pau d'Arco ou os policiais anteriormente atingidos), e, como abordaremos posteriormente, essa classificação estará associada aos modos de expor esses indivíduos: seus corpos (seja os rostos, os cadáveres), seus nomes, os adjetivos a eles associados, dando uma certa conotação à sua presença nas matérias exibidas.

### FASE 3

As notícias do *Jornal Liberal* na fase 3 trazem informações sobre as investigações e sobre mais uma morte possivelmente relacionada ao evento. A primeira matéria<sup>47</sup> do *JL* 2ª ed. noticia o assassinato de um “posseiro” quando chegava a Fazenda Santa Lúcia. O apresentador faz menção ao acontecimento ao referenciar a fazenda como “a propriedade onde há 10 meses ocorreu a chacina de Pau d'Arco”, antes de informar que a mesma está em “finalização do processo de reforma agrária”. O “posseiro” é identificado pelo nome, Joacir Franco Alves da Mota, e tem foto exibida, como vemos a seguir



Figura 6 - Imagem extraída do *Jornal Liberal* 2ª ed., exibido em 07/03/2018.  
Fonte - *Jornal Liberal* (2018)

<sup>47</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6560088/> Acesso em: 15/04/2021

O *Jornal Liberal* relaciona que o “posseiro” foi morto talvez porque os próprios posseiros comercializam terras ilegalmente, que são posseiros que não querem a terra para trabalhar, mas sim para vender. Esse argumento é subsidiado por documentos que supostamente comprovariam isso, e é contestado pelo advogado de defesa, que fala sobre a legitimidade dos documentos obtidos. Encontramos ainda referências à possibilidade de ilegalidade na ação policial, desta ter sido encomendada. Fala em investigação de “algum tipo de pagamento indevido”, em “uma eventual participação de outros”, como dos donos da fazenda, mas é anunciado que estes negam qualquer envolvimento, bem como que os policiais negaram as acusações. Ou seja, aqui volta a “sombra” moral sobre as vítimas, volta a ambiguidade.

Na matéria exibida na data que completa um ano<sup>48</sup> (24/05/2018), é exposto que a fazenda voltou a ser ocupada, que as vítimas foram homenageadas, que familiares pedem justiça, e que na área está sendo construída uma capela. O telejornal fala sobre as famílias que estão ocupando e informa que estas podem ter que sair a qualquer momento, porque a justiça determinou, pela 4ª vez, a reintegração de posse. Sobre o processo de negociação da área para reforma agrária, o jornal aborda novamente a possibilidade de pessoas que querem o lote para vender, trazendo assim argumentações que colocam em dúvida as intenções dos que a ocupam.

No terceiro momento das enunciações de mídia corporativa encontradas no Youtube (entre março e maio de 2018, mês que completa um ano) duas matérias, as mais visualizadas do período, tratam dos encaminhamentos dos processos jurídicos do acontecimento e do julgamento dos envolvidos nas mortes. Nas matérias, uma da RBATV<sup>49</sup>, e outra que não é possível identificar de qual jornal é (publicada por um usuário)<sup>50</sup>, encontramos declarações de que foi constatado ser uma operação planejada às pressas e de suspeita que os policiais acusados executaram as vítimas a mando de outros. O outro vídeo, uma matéria publicada pelo *SBT Jornalismo*<sup>51</sup>, aborda o contexto de conflitos por terra na região, e neste há menção a defesa da reforma agrária por parte da CPT. O acontecimento, nos vídeos deste período analisados, é referenciado como chacina.

\*

---

<sup>48</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6759931/> Acesso em: 15/04/2021

<sup>49</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=fKlLOtNj-W8> Acesso em: 15/04/2021

<sup>50</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=6bb65AR2ih0> Acesso em: 15/04/2021

<sup>51</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=LEb7DFai2lg> Acesso em: 15/04/2021

Foram analisadas 55 matérias de mídias corporativas, sendo que 36 destas foram transmitidas na 2ª edição do *Jornal Liberal*, 10 foram transmitidas no *Jornal Nacional* e foram 9 publicadas no Youtube. As divergentes versões apresentadas nas notícias dos telejornais analisadas, que de algum modo exprimem as visões distintas que atores e instituições têm sobre o acontecimento, relacionam circunstâncias e posições. Em uma das versões, se trata de uma ação legítima dos policiais que ao se deparar com bandidos, criminosos, que atiraram contra, reagiram. A polícia, nesta versão, se defendeu, porque foi recebida à bala pelos trabalhadores. A versão de confronto permaneceu sendo acionada no *Jornal Liberal* ao longo do período observado, no entanto, a partir da fase 2, o acontecimento passa a ser predominantemente referenciado como chacina. A versão de execução, injustiça, covardia, sob argumento de que as vítimas se renderam, que não reagiram, e que os policiais, humilharam, agrediram e executaram, foi apresentada em matérias dos telejornais quando a produção noticiosa enfraqueceu, em termos de volume. Através de algumas estratégias discursivas, tal versão foi fortemente colocada em suspenso no primeiro momento, como hipótese a ser averiguada, quando houve uma alta produção de notícias.

Ao intercambiar trazendo dois lados, prática comum nas notícias analisadas, com maior ou menor ênfase, reiterar que está acompanhando, apontar que “procurou”, “questionou sobre”, que “nossa produção entrou em contato”, o jornalismo dessas mídias corporativas relaciona papéis de investigador e produtor de informações objetivas, relevantes e confiáveis. A posição de investigador e fornecedor de informações está relacionada ao pacto sobre a função do jornalismo compreendida por estas mídias e reiterada nas práticas noticiosa das mesmas.

Proposições como “dar informações”, “acompanhar o caso”, que são regularmente observadas, marcam o papel investigativo e informativo do jornalismo. Essas marcas estão presentes em diversos momentos nas matérias, tanto do *Jornal Liberal*, quando por exemplo é anunciado que um repórter “esteve na fazenda (...) acompanhou a comitiva que visitou o local onde houve confronto” (*JL*, 2ª ed., 25/05/2017), quanto no *Jornal Nacional*, quando anuncia que ouviu sobreviventes (*JN*, 30/05/2017). Discursos assim subsidiam atitudes investigativas, de verificação, de “estar presente”, em busca de maior proximidade, e isso acontece tanto através de coberturas diretas, reportagens feitas nos locais, quanto através das falas acionadas, quando apresentam depoimentos, porque isso diz respeito a quem, e o que, foi ouvido e considerado relevante para ser incluído na notícia.

O repórter Adriano Costa esteve hoje na fazenda Santa Lúcia, ele acompanhou a comitiva que visitou o local onde houve o confronto. [entra falando, ele mesmo se filmando, há imagens também dos peritos no local] ‘eu conversei agora há pouco com o promotor de justiça de redenção e com a procuradora federal dos direitos do cidadão e também com o coronel da PM, todos eles estiveram no acampamento dos invasores, acompanharam de perto o trabalho dos peritos que vasculharam o local em busca de provas materiais como cápsulas de balas e vestígios que costumam ficar em local de confrontos, como esse. Todos disseram que ainda não há provas de que a morte das 10 pessoas tenha ocorrido naquele lugar, que a princípio teria sido indicado pela polícia. (JL 2ª ed., 25/05/2017)

Partindo da “hipótese de que as matérias sobre crime e violência tendem a influenciar — legitimar ou desqualificar — de alguma maneira a implantação de políticas de segurança pública” (BARRETO, 2020, p.369), as notícias do telejornalismo analisadas apresentam uma ação de segurança pública através de versões do acontecimento que oscilam, reforçando ora tal ação como legítima, ora como ação que culminou numa execução, pelos termos e atores que elegem nas enunciações, e pelos encadeamentos.

A referência a uma atividade criminosa por parte dos posseiros, como o que motivou a ação, é sistematicamente acionada nas matérias analisadas. Ela foi evocada desde a primeira notícia sobre o acontecimento. Ao referenciar a ação primeiro (e principalmente) como confronto e depois como execução, o jornalismo trabalha com deslocamentos que relacionam dúvidas, ambiguidades sobre ‘o que de fato aconteceu’. Mas é constantemente reiterado que os sujeitos para quem a ação se dirigiu eram possíveis responsáveis por homicídio, ou seja, este é um elemento destacado na produção de notícias sobre o acontecimento. Os mortos são colocados ainda como invasores, como vemos no trecho do *Jornal Liberal* referenciado acima.

Conforme o tempo avança, a ambiguidade se enfraquece porque com o desenrolar das investigações a versão de confronto vai sendo desmontada. Vemos, então, que os discursos sobre o acontecimento nas mídias corporativas vão perdendo força, que o volume de matérias decai. Na produção noticiosa dessas mídias, a duração dos acontecimentos, sua ‘vida útil’, é relativamente curta, tendo em vista que a proximidade temporal atua como valor-notícia, como critério que torna um acontecimento suficientemente interessante e relevante para ser noticiado.

As cenas e imagens principais que aparecem nas notícias são: das terras da fazenda, do acampamento, da reconstituição, da reprodução simulada, da sede SEGUP, dos corpos no IML, do enterro, de coletivas de imprensa, das armas apreendidas, do segurança morto, das marcas de bala em outro segurança, do vídeo de um grupo de trabalhadores nas áreas da fazenda com destaque para arma na mão de um deles feito por

pessoas relacionadas aos fazendeiros. Grande parte das matérias de mídia corporativa analisadas exibiram imagens das armas apreendidas e imagens do vídeo feito pelos fazendeiros. Estas imagens foram apresentadas nas primeiras notícias e continuaram a aparecer, sendo assim, cenas que se repetiram nas narrativas jornalísticas.

Compreendendo que "as notícias acontecem na conjunção de acontecimentos e textos: enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia cria o acontecimento" (TRAQUINA, 1993, p.168), as matérias jornalísticas privilegiam e enfatizam ambiguidades relacionadas ao evento. No entanto, conforme apresentam repetidamente a possibilidade daquelas pessoas terem cometido um crime, a condição de vítima dos mortos é colocada em xeque. Ao reiterar elementos que indicam não estar claro o que de fato aconteceu e ao exibir diversas vezes imagens das armas apreendidas e imagens de um trabalhador armado, estas são cenas sobre acontecimento destacadas nas narrativas jornalísticas. Tais cenas podem corroborar, enquanto indícios, com a noção/ideia de serem possíveis criminosos. Através dos discursos (textos verbais) e imagens (textos imagéticos) se configuram deslocamentos semânticos que fazem a questão sobre as vítimas e os responsáveis no acontecimento de Pau d'Arco ser conflituosa. A morte do segurança e as armas apreendidas representam pontos de virada que direcionam/encaminham do estatuto de vítimas para o estatuto de suspeitos.

O campo jornalístico se destaca enquanto instância principal de contato com acontecimento em ambos os espaços midiáticos pesquisados. Vemos uma ênfase no papel investigativo do jornalismo, que se coloca como averiguador e fornecedor de informações confiáveis no contemporâneo, um tempo em que "a sociedade tornou-se dependente do poder de informação de suas mídias" (ALMEIDA E SILVEIRA, 2014, p.117). O predomínio das narrativas jornalísticas nas enunciações sobre o acontecimento, que atuam como um "filtro" de informações (ALMEIDA E SILVEIRA, 2014), no entanto, comporta ainda diferenças de grandeza e extensão da produção noticiosa que merecem ser consideradas.

O volume reduzido de notícias no *Jornal Nacional* traz à tona a questão da produção centralizada das redes de televisão da mídia corporativa. Uma gradativa redução da importância da notícia local marca a história da televisão brasileira a partir dos anos 1980, conforme apontado por Almeida e Silveira (2014), aspecto que é ampliado com a criação das grandes redes de televisão que comandam a partir dos centros metropolitanos. Passam a ser executados, neste período, projetos para emissão em rede nacional e, com isso, emissoras locais afiliadas da Rede Globo

começam a perder espaço para o conteúdo gerado a partir da sede das emissoras, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, que passa a ocupar a quase totalidade da grade diária de programação. Essa característica determinaria ao polo regional e à dezena de emissoras locais uma oscilação de pouco mais de 10% de participação na grade de programação (ALMEIDA E SILVEIRA, 2014, p.115).

Em um artigo, estas autoras apresentam análises sobre a participação do discurso local na cobertura jornalística nacional do incêndio em uma boate na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, que vitimou 242 jovens. Neste caso, a participação do jornalismo local em programas da Rede Globo está relacionada, no primeiro momento, a exigência da atualidade. Posteriormente, a participação local passou a ser um recurso explorado para relatar os acontecimentos enquanto uma estratégia em prol da noção de proximidade que é o “que dá aos sujeitos da notícia legitimidade para relatar” (Ibidem, 2014, p.116).

Por se tratar de um telejornal do estado do Pará, a produção noticiosa sobre o acontecimento no *Jornal Liberal* é expressivamente maior, quando comparada à quantidade de matérias veiculadas pelo *Jornal Nacional*. Na cobertura do acontecimento, o *JL* lança mão de recursos e estratégias em busca de abolir ou reduzir as distância espacial do público com o local do acontecimento pelo “efeito de presença” das imagens de repórteres “no local” - na área da fazenda, em localidades relacionadas próximas ao município, no ginásio de uma escola onde os corpos foram “velados”, nos Institutos Médicos Legais de Redenção e de Parauapebas, do Hospital Municipal de Redenção, e também pelas imagens em instituições públicas vinculadas ao caso que ficam na capital, como na sede da SEGUP e na ALEPA.

O *Jornal Liberal* é produzido pela TV Liberal Belém, sediada na capital, líder de audiência na Grande Belém, que é a ‘cabeça de rede’ para todo o estado, ou seja, é a responsável por produzir e gerar os programas para outras emissoras. Podemos compreender então o *Jornal Liberal*, produzido por esta emissora localizada na capital paraense, como um telejornal que oscila entre o local e regional, tendo em vista que

o nível local corresponde à emissão localizada e produzida no município, uma condição privilegiada a poucos municípios brasileiros. O nível do regional habitualmente corresponde à emissão/produção realizada nas capitais do Estado federado. E o nível do nacional, corresponderia, grosso modo, à emissão realizada de forma centralizada no eixo Rio-São Paulo (SILVEIRA, DALMOLIN, 2014, p.260)

Uma reduzida relevância para a produção a nível local, “condição privilegiada a poucos municípios brasileiros”, pode ser percebida aqui: o *Jornal Liberal*, veiculado quase todo estado pelas retransmissoras da TV Liberal filiadas à Rede Globo (com

exceção de Santarém, onde a emissora afiliada à Globo é a TV Tapajós) é produzido na região metropolitana pela TV Liberal Belém. A produção noticiosa a nível local pode aparecer em notícias do *Jornal Liberal* pois há matérias produzidas por jornalistas das retransmissoras da Rede Liberal que são enviadas a TV Liberal Belém<sup>52</sup>. Sobre o jornalismo da TV Liberal, uma matéria<sup>53</sup> publicada no site da Rede Globo em comemoração aos 45 anos desta apresenta

Eficiência e compromisso com a notícia, a equipe de jornalismo da TV Liberal é dinâmica e enfrenta os desafios diários para manter o paraense informado sobre tudo o que acontece no estado. Telejornais com entradas de repórteres ao vivo, de qualquer ponto do estado, seja na região metropolitana ou nas cidades do interior, o jornalismo vai onde está a notícia, para ser a voz da comunidade. (BERSA, Aline. TV Liberal completa 45 anos e você é a nossa melhor história. Site Rede Globo, 27/04/2021)

A questão local/regional versus nacional, em um país com dimensões continentais, atravessa a trajetória da televisão brasileira. Tal questão expõe discrepâncias do alcance e da qualidade da cobertura midiática no território nacional como efeito de um sistema centralizado na retransmissão de conteúdos por determinadas emissoras. Como apontado em relatório da Fundação Paraense de Rádiodifusão (FUNTELPA),

não restam dúvidas de que o sistema, no qual predomina a programação da cabeça de rede, trouxe benefícios organizacionais ao negócio de TV, mas o apagamento e quase extinção das produções locais, sem sombra de dúvidas, acarretou um grande déficit para as várias e múltiplas regiões brasileiras. (FUNTELPA, 2010, p.28)

Este sistema, por sua vez, está relacionado à nossa estrutura de meios dominada pelo controle privado, com estes sendo controlados por conglomerados de mídia, e com a propriedade de veículos de comunicação por políticos. Debates sobre o tema das produções locais e da descentralização são articulados principalmente na luta pela democratização da comunicação, e colocam em cena problemáticas relacionadas a dimensões, modos e aspectos privilegiados pelos formatos jornalísticos convencionais das mídias corporativas.

Num país de dimensões continentais, a proposta de democratização da mídia passa diretamente pela capacidade de resposta a forças mobilizadoras situadas muito aquém do nacional. No entanto, nossa estrutura de meios guarda profunda distância dessa realidade, evidenciando a assimetria de suas relações entre os níveis local, regional e nacional. (SILVEIRA, DALMOLIN, 2014, p.259)

---

<sup>52</sup> Informações das páginas das exibidoras do estado do Pará, encontradas em secção do site da Rede Globo sobre a cobertura geográfica. Disponível em:

<https://negocios8.redeglobo.com.br/Paginas/estados.aspx?uf=PA> Acesso em: 22/04/2021

<sup>53</sup> TV Liberal completa 45 anos e você é a nossa melhor história. Matéria publicada no site da Rede Globo. Disponível em: <https://redeglobo.globo.com/pa/tvliberal/45anos/noticia/tv-liberal-completa-45-anos-e-voce-e-a-nossa-melhor-historia.ghtml> Acesso em: 23/04/2021



O baixo volume de notícias no *JN* sobre o acontecimento, que ocorreu no meio rural, fora dos centros urbanos, está relacionado a centralização da produção de conteúdo no eixo Rio-São Paulo, onde estão localizadas a maioria das sedes das grandes emissoras de televisão, e a conseqüente redução da importância do local para o telejornalismo nacional.

Ainda que com diferentes intensidades, os telejornais de mídia corporativa são um dos principais atores das enunciações sobre o acontecimento. Com relação aos enquadramentos e discursos, vemos boa parte das narrativas jornalísticas abordarem o acontecimento, principalmente, sob o viés da ambigüidade, pois é apresentado constantemente as diferentes versões, o que pode estar relacionado ao culto da imparcialidade e da objetividade que caracteriza a prática jornalística em mídias tradicionais, como modo de conferir credibilidade. Sobre esse procedimento percebemos que, no entanto, primeiramente o ocorrido foi apresentado como confronto, e quando entidades de direitos humanos e atores políticos se envolveram de forma mais intensa para denunciar a impossibilidade de confronto, a hipótese de execução passa a ser anunciada. Mesmo assim, continuam a ser reiterados nos discursos, desde o primeiro até o momento final do levantamento, elementos que relacionam os “posseiros”, termo que predomina dentre os modos de referenciar os mortos, como suspeitos de crimes.

A narrativa do acontecimento como confronto, mesmo que tenha perdido a força com o passar do tempo, se manteve presente pois foi sustentada em falas de fontes acionadas. A organização temática privilegiou o desenrolar do processo jurídico, na maior parte das vezes as notícias se limitaram a informar sobre as investigações, deixando de lado contextualizações históricas, sociais e econômicas relacionadas a disputa por terra e a violência no campo. A sensibilização para o sofrimento das pessoas que perderam familiares no evento pode ser considerada tímida, pois além de se atentar principalmente para informações dos desdobramentos no âmbito institucional, diversas vezes nas notícias foram colocados elementos que sustentam a noção dos mortos como criminosos, e, com relação as falas presentes nas notícias, os depoimentos de familiares foram poucos e curtos.

## **6.2 A mídia alternativa, setores de ativismo e movimentos sociais**

Observamos Nas produções da mídia alternativa e nas produções de atores de movimentos sociais e ativismo que os sentidos mobilizados e os argumentos acionados

são muito próximos; por isso, apresentamos as considerações sobre os materiais destas duas categorias nesta mesma seção. Com relação a estes materiais encontrados no Youtube, seguindo o mesmo procedimento de seleção, foram analisados os 3 vídeos mais visualizados de cada período do levantamento de cada um desses atores. Os vídeos relacionados a ativismo e movimentos sociais, no entanto, foram publicados no primeiro e principalmente no terceiro momento do levantamento, pois não há vídeos publicados na segunda fase.

### FASE 1

Diferentemente do que foi observado nos vídeos de mídia corporativa, logo na primeira fase, as matérias relacionadas à mídia alternativa descrevem o acontecimento como “execução”, “assassinato”, “massacre”, e relacionam a ele “crueldade” e sofrimento. Os sujeitos que perderam as vidas são referenciados como trabalhadores sem-terra, camponeses, e é mencionada a luta “por um pedaço de terra”, contextualizando o lugar social dos mesmos.

Os vídeos também apresentam imagens do estado deplorável dos corpos, como podemos ver na Figura 7, e falas de parentes das vítimas sobre esta circunstância, que impediu que as famílias velassem os mortos, bem como intensificou o sofrimento e a dor.

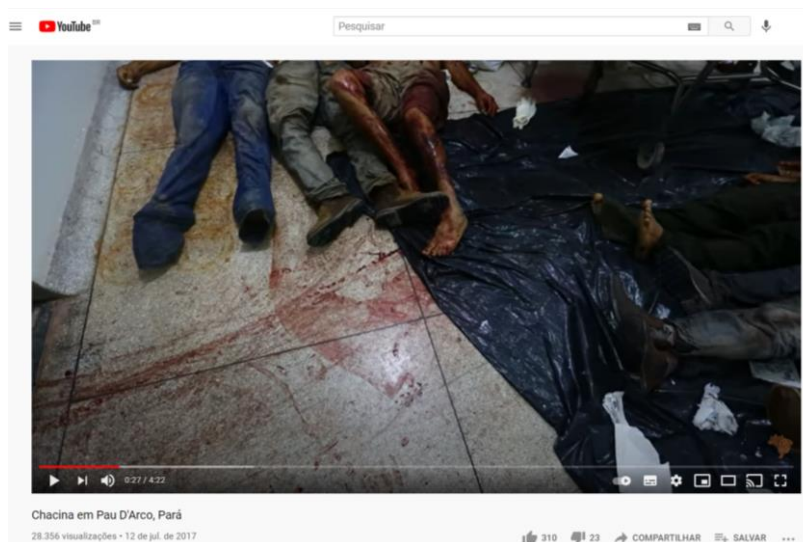


Figura 7 - Imagem extraída da matéria do *Repórter Brasil* publicada pelo mesmo no Youtube em 12/07/2017. Fonte - Repórter Brasil (2017)

O tratamento dado aos corpos dos mortos deflagra crueldade, descaso, e é percebido por estes familiares como um tratamento desumano, o que pode ser observado em algumas falas encontradas nestes vídeos. A reportagem do Repórter Brasil<sup>54</sup> é o vídeo

<sup>54</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=3X5X1SsVrkE> Acesso em: 19/04/2021

mais visualizado de mídia alternativa e foi publicado quase 20 dias depois do acontecido. É exibido um trecho de uma conversa de um policial com Alexis Júnior, filho de uma das vítimas, gravado no momento em que os corpos estavam chegando para as famílias. No vídeo, em que vemos ele e o policial na frente da entrada do IML, onde estão os corpos, o filho da vítima responde ao policial, que pede que fique mais afastado, “você viu o jeito que você jogou o corpo? Isso é jeito de jogar um familiar da gente?” (Alexis Júnior, Repórter Brasil, 12/07/2017). A cena do evento é o Instituto Médico Legal.

Este vídeo traz, logo no início, imagens do ato em defesa dos policiais, reproduzindo trechos de falas que foram feitas neste: “bandido que atentar contra polícia vai levar chumbo sim”, que os policiais e famílias de policiais “não estão só nessa guerra”, e ainda um trecho referenciando “produtores rurais, fazendeiros, aqueles que geram riqueza para a cidade”. Em seguida, falas de sobreviventes denunciam que os policiais não foram para prender, que foram para matar. São apresentados comentários de especialistas sobre as espingardas encontradas com as vítimas, dizendo que algumas estão em condições bem precárias, e que há armas que são de chumbo, para a caça. Como podemos ver, as armas são um elemento estratégico na imagética da moralidade do evento. São usadas como prova de “culpa” ou são desconstruídas ao serem retratadas como velhas, obsoletas, o que seria prova da vulnerabilidade das vítimas.

Ainda neste vídeo, um dos sobreviventes relata que ouviu Antônio Miranda, superintendente da polícia civil, ordenando as execuções, embora até este momento a SEGUP negue que ele tenha participado da operação. Há também falas sobre o contexto de violência e conflito entre fazendeiros e trabalhadores sem-terra no Estado do Pará, argumentando que a maioria das fazendas é “formada com grilo (terra grilada)”, e que os fazendeiros encomendam serviços a policiais. Um depoimento de Alexis Júnior é exibido tendo como pano de fundo imagens do enterro e dos corpos ensanguentados no chão

Se alguém tem o direito de tirar a vida é Deus, só ele. Não um policial abusar da farda, pegar dinheiro de fazendeiro para fazer um massacre desses. Imagina as mães desses policiais, se eles tivessem trocando tiro com bandido, mas bandido mesmo, roubando banco, com certeza estava aparecendo na televisão. Mas como a nossa família é pobre, não tem o poder que eles têm, não aparecem. Aparecem como estão pondo: como marginais. Em que Brasil estamos? Por quê? Por causa de um pedaço de terra matar nossa família. (Alexis Juniro, Repórter Brasil, 12/07/2017)

Outro vídeo de mídia alternativa analisado, do *Jornal A Nova Democracia (AND)*<sup>55</sup>, publicado uma semana após, apresenta entrevistas exclusivas feitas com

<sup>55</sup> Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=dI7Ab\\_4hT3I](https://www.youtube.com/watch?v=dI7Ab_4hT3I) Acesso em: 19/04/2021

familiares. Na descrição, aponta que estes falaram sobre “assassinatos dos 10 camponeses pela polícia a mando do latifúndio” e que se trata de um “hediondo crime de Estado”. A partir do vídeo, vemos pessoas que perderam um ou mais parentes expondo suas dores e as condições que estão passando por conta das perdas. A primeira familiar entrevistada, que perdeu dois filhos, conta que eles “não eram bandidos igualmente o pessoal tá falando na televisão, nenhum ali era bandido, tudo era pessoas que tava lutando por um pedaço de terra para sobreviver, para plantar, para colher, para comer e viver” (*Jornal A Nova Democracia*, 07/06/2017). Esta senhora era dependente de cuidados dos filhos, por conta de seu estado de saúde, e declara que agora não tem ninguém que possa ajuda-la, que está só porque “covardemente fizeram essa tragédia com meus filhos” (*Ibidem*).

A segunda parente entrevistada é uma viúva que perdeu o marido, e que está de resguardo porque o filho nasceu há 32 dias. Ela conta que estava na hora quando chegaram com os corpos dentro da viatura, “um por cima do outro, que nem porco, que nem animal, o jeito que eles trouxeram, tudo pelado, muito sangue. Jogaram eles no chão, não cobriram” (*Ibidem*). Para ela, a polícia tinha que ter ao menos coberto os corpos, porque o modo com que foram tratados intensifica o sofrimento da família. Ela diz que os corpos chegaram podres, que ninguém teve o direito de vê-los, e que a mãe de um deles, que já não o via há um tempo, “não teve o gosto de ver nem a face dele”.

No último depoimento do vídeo, um pai narra a dor de ter perdido seu filho, alegando que ele foi “lutar por esse pedaço de terra”. É apontado, mais uma vez o sofrimento que resulta dos modos pelos quais os trabalhadores foram tratados,

chega já atirando nas pessoas igualmente chega num rebanho de bicho bruto atirando, acho que isso é crueldade, num é de lei, num é justiça, isso é injustiça muito grande (...) uma troca de tiros que não sai ninguém dos outros feridos? Tiro a queima roupa, tiro na cara (...) isso foi execução que a polícia fez com eles e mandado porque eu tenho certeza que eles não foram lá sem ser mandado. (Pai de uma das vítimas, *Jornal A Nova Democracia*, 07/06/2017)

Nota-se que nos trechos acima que a estratégia de abordagem do ocorrido em Pau d’Arco, feita por meio de entrevistas com familiares das vítimas, tem como efeito a intensificação de seu potencial de comoção. A exibição da morte pelo olhar da viúva com filho recém-nascido ou da mãe e do pai que perderam seus filhos aciona um vínculo de identificação poderoso, reforçando o caráter humano dos mortos e amplificando sua potencial associação com o lugar de vítima e a ideia de compaixão.

O terceiro vídeo mais visto do primeiro momento é da *Causa Operária TV*<sup>56</sup>, publicado uma semana após. Trata-se de uma entrevista com Pelé, coordenador da Liga dos Camponeses Pobres (LCP) do Pará. Pelé afirma que a polícia chegou atirando contra os trabalhadores, e fala da revolta que causa a versão da polícia, “a mentira da polícia falando que foi troca de tiro, a mentira do jornal que divulgou também” (PELÉ, *Causa Operária TV*, 02/06/2017). Em sua fala também são evocados outros massacres que ocorreram no Pará e em regiões próximas. O coordenador diz que é culpa da polícia, do Estado, e do Incra, porque há mais de 2 anos luta-se por aquela terra e o Incra não resolveu. É apontado que a LCP tem como compromisso “defender aqueles mais pobres, o direito dos mais pobres” (Ibidem).

Há apenas duas publicações de canais de ativismo e movimentos no primeiro momento. Um dos vídeos é da Terra de Direitos<sup>57</sup>, organização em defesa de direitos humanos, e traz o depoimento de Giodeth Oliveira Santos, que perdeu uma cunhada, o pai do seu filho, um cunhado e quatro sobrinhos no acontecimento, referenciado como massacre e assassinato. No depoimento é colocado que eram pessoas lutando pela terra, e que essa luta não acabou porque a área voltou a ser ocupada.

Porque o objetivo deles era a terra né, eles tavam lutando por um pedaço de terra, então mais do que justo, se eles mataram eles pensou que a luta ia acabar eu acho que é errado porque não é só eles, é muito, é famílias, aqui tem 150 pessoa cadastrada, e tinha uma associação sabe, e eu acho mais do que justo eu tá aqui hoje apoiando para poder cortar sim a fazenda. (Giodeth Oliveira Santos, *Terra de Direitos*, 26/06/2017)

Os textos que aparecem no vídeo falam em dor, revolta, tristeza, como sentimentos que “não impedem de reocuparem a área do massacre”. São exibidos tendo como imagens de fundo pessoas trabalhando na terra e ainda imagens em referência à revolução agrária, como podemos ver a seguir, nos frames 8.1 e 8.2 extraídos do vídeo:

---

<sup>56</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=E0S74rdwZYg> Acesso em: 19/04/2021

<sup>57</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=H-caRAIRJIQ> Acesso em: 19/04/2021



Figura 8.1 - Imagem extraída do vídeo “Pau d’Arco: a luta continua um mês após o massacre”, da Terra de Direitos, publicado pela mesma no Youtube em 26/06/2017. Fonte - Terra de Direitos (2017)



Figura 8.2 - Imagem extraída do vídeo “Pau d’Arco: a luta continua um mês após o massacre”, da Terra de Direitos, publicado pela mesma no Youtube em 26/06/2017. Fonte: Terra de Direitos (2017)

O segundo vídeo é da Anistia Internacional Brasil<sup>58</sup>, movimento global em defesa dos direitos humanos. A publicação traz imagens de um protesto realizado em Belém contra a chacina, nos quais vemos faixas dizendo “A polícia mata, o Estado cala. Pelo fim das mortes no campo. Basta” e “Construir a reforma agrária”. Nesses últimos casos acima, observa-se um discurso politizado, que aciona um referencial de esquerda, com palavras associadas ao ideário marxista, camisa de cor vermelha, e termos como “justiça”, “luta”, “revolução”.

<sup>58</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Qbddk8TAlvw> Acesso em: 19/04/2021

## FASE 2

Na segunda fase do levantamento, encontramos vídeos que contextualizam a violência como modo de repressão popular, trazendo questões sobre a luta camponesa, sobre a participação de fazendeiros como mandantes de crimes, e que argumentam em defesa da responsabilização do Estado, pois se trata de um crime praticado por agentes públicos. Ou seja, há um deslocamento da dimensão antes predominantemente subjetiva e pessoal, que se apresentava nos relatos dos familiares, nas considerações sobre a violência praticada e nas expressões da dor e sofrimento por eles sentidas, para a dimensão mais explicitamente política do acontecimento, mais próxima dos últimos vídeos comentados da fase 1.

Um vídeo, também do *Jornal A Nova Democracia*, publicado em setembro de 2017<sup>59</sup>, traz trechos do debate “A luta pela terra e a Chacina de Pau D’Arco”, que ocorreu em um campus da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), realizado pelo Movimento Estudantil Popular Revolucionário. Um dos participantes fala sobre o caráter de classe da violência, colocando que existe a violência das classes dominantes e a violência das classes dominadas. É argumentado que existe uma guerra reacionária contra o povo, e que por isso o povo precisa se organizar em guerra popular para se contrapor. Ainda na fala, é contextualizado que se trata de uma violência organizada pelo Estado, tendo como um dos suportes o “aumento das leis de punição da luta do povo” que vem ocorrendo nos últimos anos. Outro participante, um representante da Comissão Nacional da LCP, aponta que a Rede Globo, em uma reportagem, quer colocar que

existe no Brasil uma polícia boa, que é a polícia federal. A polícia militar é assassina, mas a polícia federal é a polícia boa porque identificou os polícias militares (...) que mataram 10 camponeses numa área. Isso é uma mentira que a Globo quer fazer. Existe um aparato militar, com a participação da mídia, da polícia federal, da polícia militar. E se são alguns que cometem os crimes, isso não anula, não tira o caráter da repressão que existe contra o povo. O que aconteceu em Pau D’Arco é uma situação de 99% dos assassinatos de camponeses, indígenas e quilombolas que lutam pela terra, que tem a participação do Estado através das polícias militares. (Representante da Comissão Nacional da LCP, *Jornal A Nova Democracia*, 06/09/2017)

Na fala, o representante pontua ainda que morre tanta gente no campo como morre na cidade, mas que o “levante camponês no Brasil hoje” é uma força importante contra o “imperialismo, a burguesia e o latifúndio”. Para ele, as manifestações na cidade, por maiores que sejam, ainda não alcançaram o patamar que as lutas camponesas alcançaram.

---

<sup>59</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=mpCihzA9PNk> Acesso em: 19/04/2021

Essa perspectiva reflete uma visão da academia, trata-se de um debate realizado em uma universidade estadual, marcada pela teoria marxista e por atores da esquerda (envolve o movimento estudantil). Nesse sentido, o evento é representado para além de sua dimensão local (um evento ocorrido no Pará), mas assume uma dimensão ampla, de cunho internacional, econômico e político, o que se reflete nas categorias utilizadas (“imperialismo”, “burguesia” e “latifúndio”). Os responsáveis são o Estado, a Rede Globo e as elites dominantes.

O outro vídeo analisado é uma reportagem do *Seu Jornal*, da Rede TVT<sup>60</sup>, e foi publicado 4 meses depois. Neste é informado que a prisão dos policiais envolvidos na chacina foi decretada pela justiça do Pará. O presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos, Darci Firgo, que aparece falando em diversos vídeos analisados, comenta por telefone sobre as investigações, e sobre a necessidade de identificar os mandantes do crime, trazendo que estes são “uma organização criminosa que envolve agentes públicos de alta patente e grandes latifundiários da região” (FIRGO, Rede TVT, 27/09/2017). Aqui, o “bando”, os criminosos mudam de lado: são os agentes públicos de alta patente e grandes latifundiários da região.

O último vídeo de atores da mídia alternativa da segunda fase analisado foi publicado 6 meses após (24/11/2017) e é da agência de notícias *Brasil de Fato*<sup>61</sup>. Ele traz depoimentos e falas diretas de parentes das vítimas, e nos relatos de familiares sobre experiências vividas e sentidas, a dimensão pessoal e subjetiva das violências e das mortes é retomada. O acontecimento é referenciado como “Massacre em Pau D’Arco”. Há diversas referências sobre a participação de fazendeiros e outros possíveis mandantes do crime, apontando também para dimensões políticas, sociais e econômicas das mortes. Jane Julia, uma das 10 vítimas, é mencionada, ao falar que o acampamento hoje recebe seu nome. Ela liderava a ocupação, mas isso não é exposto. A matéria argumenta da necessidade de responsabilizar o Estado, por terem sido agentes públicos que estão diretamente envolvidos, e que o Estado tem ainda “a obrigação de reparar os danos”. Aponta para a negligência por parte do Estado, já que as famílias estão totalmente desamparadas. Ao final aparece a fala de um dos familiares dizendo que

A terra é de quem quer trabalhar, mas se resume a meio grupo de latifundiários que se apoderam do todo. Aonde os pequenos, os fracos, os pobres, são mandados, são humilhados pelos ricos, pelos grandes latifundiários, pelos fazendeiros. Eu tenho mesmo a pedir é justiça, que seja feita a justiça, e que não venha a acontecer com outras famílias o que aconteceu com a gente porque

<sup>60</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=QQRBUT9QWhk> Acesso em: 19/04/2021

<sup>61</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=13MLCCXfMJI> Acesso em: 19/04/2021



é uma dor que não tem fim, é uma dor irremediável. (Familiar de uma das vítimas, Brasil de Fato, 24/11/2017)

### FASE 3

Tendo em vista que há apenas 3 vídeos de mídia alternativa publicados na terceira fase do mapeamento, todos foram analisados. Um deles é um trecho de reportagem da Rede TVT<sup>62</sup> publicada quando o acontecimento completa um ano, falando sobre a fase que o processo se encontra. Os outros dois vídeos são iguais, foram publicados em maio de 2018, por duas contas de usuários diferentes, e reproduzem um mesmo trecho de uma matéria do jornal independente *The Intercept Brasil*<sup>63,64</sup>. Trata-se de um trecho da descrição de Raimundo Nonato de Oliveira, delator do Massacre de Pau D’Arco (indicado na legenda) sobre o momento em que atirou em uma pessoa, “Lico [uma das vítimas] viu que o irmão tinha sido baleado e eu tava me retirando, ele levantou, ele disse que quero morrer em pé. Nesse momento efetuei disparos também.” (OLIVEIRA, *The Intercept Brasil*, 06/05/2018).

Com relação aos três vídeos mais visualizados do terceiro momento de canais de ativismo e movimentos sociais, o primeiro destes foi publicado pela Anistia Internacional Brasil no dia que o acontecimento completou 1 ano<sup>65</sup>. O acontecimento é mencionado como assassinato e como massacre. Com relação aos sujeitos percebidos como responsáveis pelo acontecimento, é apontado que até o momento não se sabe quem foram os mandantes e que existem “indícios de participação dos fazendeiros locais”. É exposto que sobreviventes, familiares e trabalhadores rurais não receberam proteção, reparação ou apoio. O advogado de defesa das famílias, José Vargas, aparece falando neste vídeo. Para ele, “o Estado permanece constantemente num discurso de criminalização do campesinato”, e através de argumentos como “estavam ocupando uma terra que não era deles”, representam uma forma de criminalização dos “próprios familiares das vítimas”. O advogado fala ainda pedindo que as pessoas se mobilizem pelos mortos em Pau D’Arco, ressaltando que isso é muito importante naquele momento, no qual está curso o julgamento do caso (JOSÉ VARGAS, Anistia Internacional Brasil, 24/05/2017).

Os dois outros vídeos selecionados para análise foram publicados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), também no dia que o acontecimento completa um ano. O

---

<sup>62</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=IXV-NHtdKbw> Acesso em: 19/04/2021

<sup>63</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=HJ8pbbMXgQ> Acesso em: 19/04/2021

<sup>64</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=PRTPHNDPD98> Acesso em: 19/04/2021

<sup>65</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=hxR3HHeivhA> Acesso em: 19/04/2021

primeiro<sup>66</sup> apresenta um resumo do acontecimento, referenciado como “manhã de terror”, “massacre”, “crime cruel”, “assassinatos”. O vídeo fala sobre os “mandantes”, que estes ainda não foram “identificados e presos”, tendo como pano de fundo imagens de familiares chorando no enterro (figura 9.1).



Figura 9.1 - Imagem extraída do vídeo “1 ano do Massacre em Pau d’Arco”, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), publicado pela mesma no Youtube em 24/05/2018.  
Fonte - Comissão Pastoral da Terra (2018)

O massacre de Eldorado dos Carajás é retomado como uma das chacinas do “contexto de violência extrema do latifúndio contra o camponês”, e em seguida são apresentados dados de conflitos e mortes no campo registrados pela CPT. No vídeo, são colocados em texto os nomes dos mortos no acontecimento, alegando que não serão esquecidos, e que os “assassinatos não podem ficar impunes” (CPT, 24/05/2018), como podemos ver na figura 9.2. e 9.3.

<sup>66</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=4mUNdRruvMw> Acesso em: 19/04/2021



Figura 9.2 - Imagem extraída do vídeo “1 ano do Massacre em Pau d’Arco”, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), publicado pela mesma no Youtube em 24/05/2018.  
Fonte - Comissão Pastoral da Terra (2018)



Figura 9.3 - Imagem extraída do vídeo “1 ano do Massacre em Pau d’Arco”, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), publicado pela mesma no Youtube em 24/05/2018  
Fonte - Comissão Pastoral da Terra (2018)

A outra publicação da CPT<sup>67</sup> é um depoimento do promotor Leonardo Caldas falando do contexto de conflitos no campo no Pará. Para ele, o Estado deveria “principalmente tratar a questão do conflito agrário como política pública, já que é “uma realidade que não é atual, é uma realidade que já vem se arrastando durante anos” (CALDAS, CPT, 24/05/2018). O promotor alega que o Estado deve se mostrar presente nas áreas de conflito, e interessado em resolvê-los. Ele menciona o “episódio” de Pau D’Arco, questionando “quando será o próximo?”, alegando que esse não foi o último, porque “se não houver um engajamento de todos os órgãos [do Estado], é só questão de

<sup>67</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=tzmK6N8thiA> Acesso em: 19/04/2021

tempo para aguardar o próximo conflito” (Ibidem). Nas produções de movimentos sociais e ativismo, além da preservação do acontecimento vivo, publicando sobre ele um ano depois, há um desejo de memória explícito, por exemplo, na frase “não esqueceremos” (figura 10.3).

A reocupação das terras, tanto em vídeos de ativismo quanto em vídeos da mídia alternativa, é anunciada como forma de resistência e como luta por justiça. É mencionada a existência de mandantes da ação e a participação de fazendeiros, para além da polícia, referenciada como quem praticou os assassinatos. São abordados contextos de conflitos e violências no campo, através de dados da CPT, bem como por argumentos de responsabilização do Estado e de uma atuação deste que favorece a criminalização da luta camponesa. A versão de confronto não faz parte do repertório de explicações para o acontecimento, identificado como “massacre”, “assassinato”, “crime”, possivelmente por se tratar de discursos de atores e órgãos relacionados a movimentos populares e em defesa dos direitos humanos, que desde o princípio apontam para uma execução.

\*

Nos vídeos desses grupos encontramos mais falas e depoimentos de familiares, apontando que estes foram ouvidos para construção dos materiais. Há, desde o primeiro momento, denúncias de que foi execução, de que os trabalhadores foram espancados, humilhados e assassinados, e de que os corpos foram tratados de modo desumano. Esse tratamento entendido como desumano potencializa a dor e o sofrimento dos parentes, o que vem em suas falas, quando apontam sentir que trataram seus entes como “animais”, e que não puderam velar. Nos argumentos e narrativas de familiares, ouvimos que essas pessoas que foram mortas quase não apareceram na televisão por serem pobres, e por isso não são pessoas importantes. E ainda que, quando aparecem, são colocados como marginais, bandidos, de modo que a mídia corrobora com a versão policial de que houve confronto. Essa versão é criticada nas falas dos parentes, que expressam a dor da perda e o descaso com o luto que tiveram que experimentar.

Nas produções de mídia alternativa e de ativismo é tratada também a questão da luta por terra como uma questão legítima, que faz parte do contexto de vida e de morte dos trabalhadores. Desde sempre o acontecimento é referenciado como “crime”, “massacre”, “execução”, “assassinato”. Estes vídeos também apontam, desde o início, para a relação do latifúndio e dos grandes fazendeiros com o acontecimento, de que há mandantes, algo que apareceu pouco, e muito tempo depois do acontecido, nos vídeos de mídia corporativa analisados.

Vemos depoimentos e testemunhos em materiais que interpelam dimensões subjetivas, do sofrimento e da dor, e também dimensões políticas, de denúncia a violação de direitos e de responsabilização. Além dos testemunhos de familiares, que aparecem mais do que nas notícias de mídia corporativa, determinados atores, como representantes de entidades em defesa dos direitos humanos e lideranças de movimentos sociais, são interlocutores relevantes nas narrativas jornalísticas dessas mídias, bem como especialistas, intelectuais, advogados e outros atores relacionados ao campo político da esquerda. Imagens dos corpos, imagens do enterro, e dos rostos de familiares que são entrevistados são recursos visuais dessas matérias.

Ao referenciar o contexto de violência e conflito entre fazendeiros e trabalhadores sem-terra no Pará, é exposto que a maioria das fazendas é formada por terra grilada. A participação de fazendeiros e de outros mandantes do crime é exposta nestas narrativas, que apontam também para discursos de criminalização do campesinato, dos trabalhadores e das famílias vítimas de um crime cruel, que são sustentados pelo Estado. O poder do latifúndio é identificado como dispositivo que fomenta a violência no campo, bem como a ausência de atuação e intervenção estatal para impedir tais práticas. Os nomes dos trabalhadores apareceram aqui, reforçando que não serão esquecidos, e que a luta por justiça e pelo direito à terra vai ser travada e mantida pela ação de reocupação.

Visadas marxistas da academia relacionadas a questões da luta camponesa aparecem em vídeos de mídia alternativa: a violência como modo de repressão popular; o caráter de classe da violência; a existência de uma “guerra reacionária contra o povo” em curso, uma violência organizada pelo Estado, tendo como suportes a criminalização e o aumento das leis de punição da luta popular que vem ocorrendo nos últimos anos. Diante desse cenário, o levante camponês no Brasil é colocado como protagonista e força importante contra o “imperialismo, a burguesia e o latifúndio”.

O acontecimento, compreendido como massacre, chacina, crime, vitimou trabalhadores sem-terra, camponeses, que viviam em condições de pobreza e que estavam “lutando por um pedaço de terra para sobreviver”. É alegado que estes não eram bandidos, como foi colocado na televisão. Sobre a autoria de tal crime, é pontuado que a polícia tinha a intenção de matar, e que os assassinatos foram encomendados por fazendeiros. Distintos culpados e responsáveis são apresentados nestes discursos: fazendeiros, policiais a mando do latifúndio, o Estado, e o Incra, porque não ter agido como deveria no processo de reforma agrária daquela terra, que já estava em curso há mais de 2 anos na época.

As imagens e discursos destacam o contexto brasileiro de concentração de terra na mão de poucos grupos de latifundiários quando a mesma deveria ser “de quem quer trabalhar”. Nas vozes de familiares, sentimentos e emoções, de dor, sofrimento, injustiça, são nomeados e expressos, e eles conclamam que seja feita justiça: “que não venha a acontecer com outras famílias, porque é uma dor que não tem fim, é uma dor irremediável”.

Os vídeos relacionados à mídia alternativa e a ativismo e movimentos sociais analisados, tratam do acontecimento como execução, crime. São nesses vídeos que encontramos de forma mais contundente questionamentos do papel do Estado, indicando que este deveria se mostrar presente e interessado na resolução de conflitos, tratando deles através de políticas públicas, um posicionamento diferente do que autores apontam como o comum, no qual se “substituem critérios de mediação institucional na resolução dos conflitos, pelo extermínio físico, como um princípio operacional sancionado para coibir a violência dos sem-terra e limpar as áreas, expulsando os povos do campo e da floresta” (ALMEIDA apud PORTO, 2020, p.109).

Vemos emergir, através das produções de movimentos sociais e da mídia alternativa, narrativas contrárias ou carregadas de outros valores e percepções das narrativas produzidas pelas empresas e conglomerados de mídia. Estas narrativas, ao colocarem em cena outros valores e sentidos, denunciarem contextos invisibilizados e construir visões alternativas sobre acontecimento, podem ser compreendidas como formas de ciberativismo protagonizado por atores que agenciam a criação “de um novo povoamento da internet e de um novo espaço” (ANTOUN, MALINI, 2013, p.24), relacionados a movimentos como racial, de gênero, ambientais, políticos, etc.

O ativismo desses atores está relacionado as bandeiras que levantam, compreendendo a reforma agrária como a luta principal dos sem-terra que foram mortos, como ação política para garantia do direito à terra e como meio de interromper a ocorrência de violências e mortes no campo. Através dos testemunhos de familiares, emoções como em dor, revolta, tristeza, participam dessas narrativas, mas paralelo a exposição desses sentimentos a resistência se faz presente, ao destacar que eles “não impedem de reocuparem a área do massacre”.

A organização temática nos discursos desses dois grupos de atores se aproxima, tendo em vista que ambos levantam questões com relação ao direito à terra, ao poder e violência do latifúndio apoiado pelo Estado e, conseqüentemente, a criminalização da luta camponesa. Tendo como fontes principais os familiares das vítimas, representantes de

movimentos sociais e defensores dos direitos humanos, a narrativa sobre o evento se constrói em torno da noção das mortes como indevidas, objeto de indignação, revolta e dor.

### **6.3 Políticos e instituições legislativas**

#### **FASE 1**

Com relação aos vídeos de políticos e instituições legislativas do levantamento analisados, temos, num primeiro momento, discordância explícita por parte de representantes nas percepções sobre o acontecimento e sobre os sujeitos envolvidos.

O vídeo mais visualizado desta categoria é o pronunciamento de um deputado federal na Assembleia Legislativa do Pará, e foi publicado na primeira fase (11 dias após) por um usuário<sup>68</sup>. O deputado Eder Mauro, do Partido Social Democrático (PSD), que atuou como delegado de segurança pública em Belém durante 30 anos antes de ser eleito como deputado federal pela primeira vez, em 2015, repudia a versão de que ocorreu execução, sai em defesa dos policiais e apresenta sérias acusações contra as pessoas que ocupavam a fazenda. Com relação a estes, o deputado aponta que são um “bando de bandidos”, que “causava terror”, um “grupo de guerrilha”, nega que sejam trabalhadores rurais. Ele fala de violências que teriam sido praticadas por este grupo, e apresenta fotos como provas. A situação de morte do segurança é referenciada, questionando se um trabalhador rural cometeria um assassinato. O deputado aponta que o segurança, para ele, é um trabalhador rural, por trabalhar na área rural, “que fazia parte de uma empresa de segurança legalizada e que perdeu a vida” (Dep Eder Mauro, Alepa, 05/06/2017). No começo de sua fala há uma menção à reforma agrária, apontando ter sido fornecido pelo Incra mais de 260 mil assentamentos.

Eder Mauro argumenta se tratar de uma ação contra um grupo de bandidos que teriam matado uma mulher com vários tiros no rosto, e destaca que a esquerda que defende tanto as mulheres não está defendendo essa mulher, colocada como vítima dos ocupantes. Dentre os argumentos para desqualificar os ocupantes como trabalhadores rurais, Eder Mauro fala sobre supostos antecedentes criminais do grupo, e que “trabalhador rural não destrói, não faz farra dentro de área dos outros, não comete essa atrocidade de matar os gados de quem produz nesse país, que inclusive é a única que

---

<sup>68</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=EvBwUdO2ofg> Acesso em: 19/04/2021

ainda sustenta esse país é o setor agropecuário” (Ibidem), indicando o setor agropecuário como grande impulsionador de desenvolvimento econômico.

É pontuado na fala dele que há uma intenção de fazer os trabalhadores de vítimas por parte de órgãos dos direitos humanos e de políticos de esquerda, e colocar os policiais como os errados, e que isso é feito para “fazer mídia”. No pronunciamento, o deputado faz referência ao Massacre de Eldorado dos Carajás, para afirmar que os policiais, apesar de cumprirem ordens, são colocados como errados e ficam “sozinhos”, desamparados, situação que, segundo ele, ocorreu no episódio de 1996 e que está se repetindo agora com os policiais envolvidos na ação em Pau D’Arco.

O acontecimento é referenciado principalmente como uma ação para cumprir mandados de busca e apreensão contra grupo de bandidos. A polícia agiu cumprindo ordens, foi recebida a bala e por isso reagiu. Ele defende que estes agentes são colocados por entidades dos direitos humanos e de políticos de esquerda como culpados, e são abandonados por gestores. Ou seja, entende os policiais como vítimas. E questiona ainda se é necessário que um policial morra para que se caracterize uma troca de tiros. O deputado fala em defesa da “família”, do “cidadão de bem”, e diz que se dirige a uma parcela dos “defensores dos direitos humanos” (segundo ele, não são todos, mas são a maioria) e a “imprensa marrom”, que só divulgaria um lado da história, inferindo que estes não deram apoio ao segurança que foi alvejado pelo grupo de bandidos e que sobreviveu, que sequer se interessaram pela situação que dele. Um dos sobreviventes do acontecimento, segundo ele, é um dos bandidos, mas que foi colocado como vítima.

Eu quero me dirigir a essa parcela de direitos humanos, que não são todos, não quero aqui generalizar, mas a grande parcela de direitos humanos, quero me dirigir inclusive a imprensa marrom nessa parcela também, que só divulga um lado da história, que fizeram questão de divulgar desde ontem que tem uma testemunha que passou 8 dias dentro do mato se escondendo, coitadinho, é um dos bandidos, mas já colocaram este cidadão como vítima. (Dep. Eder Mauro, ALEPA, 05/06/2017)

O deputado defende que sejam ouvidos os dois lados da história e afirma que não se pode colocar 29 policiais na “cruz”. Acusa a esquerda de destruir o país, a família, de mentir quando fala que foi chacina, execução, e que inclusive teriam começado a “orientar testemunha para falar isso ou aquilo” (Ibidem). Ele finaliza dizendo que a imprensa não divulga seu depoimento, nem de outros políticos que concordam com a versão de que os policiais foram recebidos a tiros e reagiram, de que se tratavam de pessoas perigosas, “bandidos”, e afirma que enquanto estiver na política, vai defender “essa categoria (...) essa população” (Ibidem).



Em seu pronunciamento Eder Mauro critica a imprensa que, segundo ele, não abre espaço para a versão dos policiais, e trata do acontecimento de modo a culpabilizar estes últimos. Sua fala também afirma o valor da família, expressando uma visão da direita brasileira conservadora que polariza com a esquerda, acusando este campo político de destruir a família e produzir versões falsas para os fatos. O deputado também acusa entidades em defesa dos direitos humanos com a máxima de ‘defenderem bandidos’, premissa característica do conservadorismo para deslegitimar denúncias de violações de direitos feitas por organizações e ativistas que lutam por estes.

No outro vídeo da primeira fase dessa categoria analisado encontramos novamente um pronunciamento do deputado Eder Mauro, postado pelo *Portal da Rádio*, 3 dias após o acontecimento<sup>69</sup>. No vídeo intitulado “PM foi recebida a bala em Pau D’Arco”, o deputado aparece sozinho, como podemos ver na Figura 10.1.

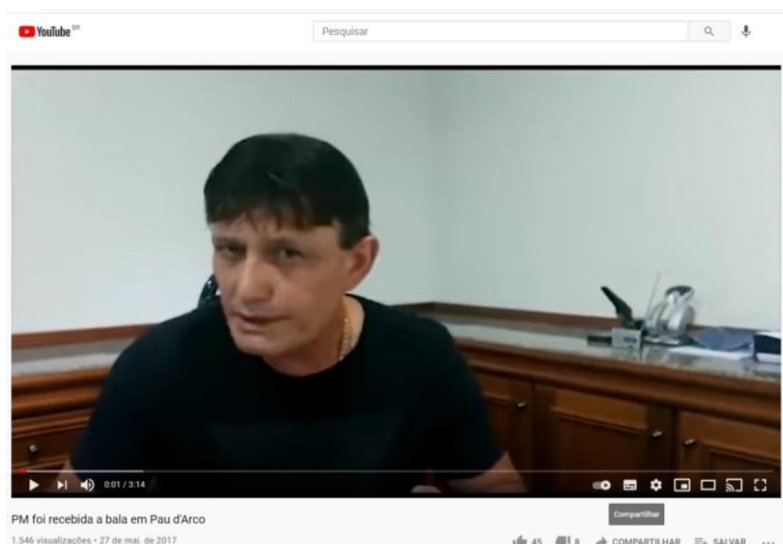


Figura 10.1 - Imagem extraída do vídeo “PM foi recebida a bala em Pau D’Arco”, publicado pelo canal Portal da Rádio no Youtube em 12/07/2017. Fonte - Portal da Rádio (2017)

Eder Mauro diz se “dirigir a todo povo paraense”, e afirma que se tratou de uma troca de tiros da polícia com bandidos. O deputado sustenta a versão de que houve confronto, e de que as pessoas que perderam a vida foram bandidos, responsáveis pela morte do vigilante da fazenda, a quem ele se refere como trabalhador rural. Como evidência de que eram bandidos, o vídeo das pessoas nas áreas da fazenda em que um deles segura uma arma, que foi exibido em outros vídeos, também é aparece aqui, editado com recurso que destaca a pessoa segurando a arma, como podemos ver na figura 11.2

<sup>69</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=9OnBHrxKrHQ> Acesso: 19/04/2021



Figura 10.2 - Imagem extraída do vídeo “PM foi recebida a bala em Pau D’Arco”, publicado pelo canal Portal da Rádio no Youtube em 12/07/2017. Fonte - Portal da Rádio (2017)

O deputado critica organizações e pessoas envolvidas na defesa dos direitos humanos, alegando que estes defendem bandidos quando deveriam defender o “cidadão de bem” e a “família”. Argumenta que os mesmos vão para a mídia dizendo se tratar de uma chacina para aparecer. Com relação à conduta dos policiais de retirar os corpos do local, interferir na cena, Eder Mauro justifica tal atitude como reflexo da obrigação da polícia de “socorrer quem for”. Ele se dirige no vídeo ao “pessoal dos direitos humanos” (e inclui aí deputados estaduais relacionados a causa) dizendo “vão trabalhar seus vagabundos”, “vocês têm que criar vergonha na cara e defender cidadão de bem, a família, e não bandido”. Por fim, afirma que vai continuar em defesa dos policiais que participaram da operação, pois para ele estes fazem parte dos trabalhadores que estão nas ruas defendendo o cidadão de bem (Dep. Eder Mauro, Portal da Rádio, 27/05/2017).

O terceiro vídeo mais visualizado relacionado a políticos e instituições legislativas do primeiro momento foi publicado pela Câmara dos Deputados, 6 dias após o acontecimento<sup>70</sup>. Neste a versão de execução se faz presente. Se trata de uma entrevista, realizada pela TV Câmara, com o deputado Zé Geraldo, do PT, e com o deputado Eder Mauro, do PSD, onde estes opinam sobre conflitos agrários no Pará.

As falas de Eder Mauro reiteram colocações que foram apontadas anteriormente. São feitas críticas aos governos do PT que, segundo ele, não teve nunca interesse em fazer Reforma Agrária, porque seu interesse seria “manter um povo miserável um povo que recebe esmola e fica submisso a ele o tempo todo” (Dep. Eder Mauro, Câmara dos

<sup>70</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=XNPZV4SQeOY> Acesso em: 19/04/2021

Deputados, 01/06/2017). Os mortos no acontecimento são referenciados novamente como bandidos perigosos, grupo armado, com tática de guerrilha, e é argumentado que nem a Federação dos Trabalhadores de Agricultura Familiar (FETRAF) quis apoiá-los, que a federação teria dito ser um grupo armado. Ele fala também mais uma vez sobre o contexto de muitos assentamentos já realizados no estado do Pará, e que menos da metade das famílias está no local onde foram assentadas. O Massacre de Eldorado dos Carajás é retomado na sua fala, alegando que as pessoas foram armadas para cima dos policiais, e que o Estado foi e é omissivo ao não apoiar os policiais. Há uma crítica ao Estado, por não apoiar os policiais. Para ele, o acontecimento de Pau D'Arco foi resultado de uma ação legítima contra grupo de pessoas perigosas, os policiais apenas reagiram porque foram recebidos a bala, e há intenções de órgãos de defesa dos direitos humanos e de políticos da esquerda de forjar uma execução e culpabilizar os policiais, e pontua “não vou aceitar hipocrisias, mentiras, e essa indução de querer colocar toda vez pra população que homem no campo é trabalhador rural. Nem sempre, porque reforma agrária no estado sobra, sobra terra.” (Ibidem). Ainda sobre reforma agrária, o deputado menciona na entrevista esta como algo que já se ouve falar há muito tempo no Pará, desde que “era criança”. Em defesa dos policiais, Eder Mauro faz uma comparação com os Estados Unidos onde, segundo ele, quando um policial mata um bandido, “ninguém fala absolutamente nada” porque o presidente e os governadores dos estados dão uma medalha para o policial, enquanto aqui “os gestores se escondem de baixo da mesa e os policiais ficam solitários e viram bandido” (Ibidem).

Como contraponto, a versão de que houve tortura e execução de trabalhadores realizada por policiais é argumentada pelo outro deputado entrevistado, Zé Geraldo, do PT. Ele questiona como poderia se tratar de uma troca de tiros com pessoas treinadas, com tática de guerrilha, se não houve ferimento ou sequer marca de bala nas roupas dos policiais. Com relação a isso, Eder Mauro argumenta, como faz em outras falas analisadas, ser absurdo que um policial tenha que morrer para caracterizar troca de tiros. Para Zé Geraldo, a polícia foi “incompetente, corrupta e covarde”, houve tortura e execução de trabalhadores que lutavam por terra, e não é verdade que a versão de que a polícia foi enfrentada. O deputado do PT também menciona o Massacre de Eldorado dos Carajás, mas destaca que este ocorrido

foi diferente, lá tinha 3 mil pessoas, tinha 2 batalhões de polícia, tinha imprensa, tinha um movimento sindical organizado, diferente disso aqui que a polícia foi lá no mato, polícia fardada, armada, treinada para prender. Tivemos aqui na rua em Brasília 4 horas de confronto e não morreu ninguém. Agora vim querer justificar, defender o indefensável, um batalhão de policial pra fazer

14 mandados de prisão matar 10 pessoas (Dep. Zé Geraldo, Câmara dos Deputados, 01/06/2017)

O deputado Eder Mauro termina sua fala alegando que o partido que deputado Zé Geraldo faz parte, o PT, “é a segunda maior organização do mundo, só perde para máfia Russa” (Dep. Eder Mauro, Câmara dos Deputados, 01/06/2017).

Observa-se, nesse primeiro momento, o predomínio de uma perspectiva sobre o evento alinhada às concepções da direita conservadora brasileira. Isso se expressa pela explícita polarização com a esquerda, em especial o PT (descrita como uma organização que “só perde para a Máfia”); na valorização da ideia de “família”, no antagonismo aos meios de comunicação tradicionais, como a imprensa. Nesse cenário discursivo, o deputado Eder Mauro é um ator importante que aparece de repetidas vezes.

### **FASES 2 e 3**

Há apenas um vídeo relacionado a políticos e instituições legislativas no segundo momento, publicado pelo deputado federal João Daniel, do PT, cerca de 6 meses após<sup>71</sup>. Neste, o deputado se pronuncia sobre a decisão de libertar os policiais acusados da “chacina” que estavam presos. Os mortos são referenciados como trabalhadores e trabalhadoras rurais, o acontecimento violento é descrito como “assassinato” e “chacina”. Ele critica que se chamem os trabalhadores “brutalmente assassinados” de bandidos, e fala em “grupos de extermínio” “grupos de assassinos”, como os agentes que mataram os trabalhadores. Ainda segundo o deputado, é inaceitável que estes grupos matem “inocentes, principalmente quando lutam pelo direito mais sagrado que é o direito à vida, o direito à terra” (Dep. João Daniel, 19/12/2017).

No terceiro momento do levantamento, encontramos também apenas 1 vídeo referente a este grupo de atores, que foi publicado aproximadamente 10 meses após o acontecimento, pela Câmara dos Deputados<sup>72</sup>. Trata-se de um pronunciamento do deputado estadual Edmilson Rodrigues, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em uma reunião deliberativa sobre relatório do caso apresentado. Na fala, o deputado alega que houve execução dos “posseiros”, fala sobre as versões conflituosas sobre o acontecimento, e aponta que a versão de que não houve execução, de que os policiais foram recebidos a tiro, não representa a realidade concreta, que afirmar esta versão seria uma “afirmação de que injustiça merece aplauso” (Dep. Edmilson Rodrigues, Câmara

---

<sup>71</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Eegm-pZfWRk> Acesso em: 19/04/2021

<sup>72</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=d0kN3ZqGPCU> Acesso em: 19/04/2021

dos Deputados, 21/03/2018). Ele declara ainda, como ponto positivo da investigação, não ter sido afirmada a tese “de que todo policial é bandido e mata, e comete execução e pena de morte, ficou provado que nem todos”, por ter sido constatado nas investigações que parte dos policiais que participaram teriam se negado “a violentar o direito dos camponeses”, algo que deve ser reconhecido, segundo ele. Provar que os camponeses estavam “totalmente desprevenidos”, que “não atiraram” e que por isso “não havia motivo para serem executados”, foi outro ponto positivo das investigações. Podemos ver aqui um movimento de recusa a generalização de que os policiais são tidos todos como executores por terem participado da ação; mas a versão de que execuções foram praticadas por alguns destes é sustentada.

\*

Há uma clara disputa em discursos de atores políticos analisados, que não gira apenas em torno do ocorrido, mas de projetos e posicionamentos políticos. Em defesa dos policiais, estes são colocados como agentes cumprindo seu dever de proteger a sociedade dos posseiros, referenciados como bandidos perigosos, grupos criminosos organizados, que teriam atirado contra os policiais, além de outros delitos cometidos. Alegando ter sido um confronto, os discursos em defesa dos policiais questionam e atacam entidades de defesa aos direitos humanos e atores políticos da esquerda, que argumentam se tratar de execução, um crime cometido pelos policiais. Como contraponto, há falas de atores que reconhecem as pessoas que foram mortas como trabalhadores rurais, trabalhadores sem-terra, camponeses, e que por estarem envolvidos em uma disputa por terra, foram vítimas de uma operação planejada. O argumento é de que não houve confronto, que policiais assassinaram pessoas indefesas. A questão da participação de fazendeiros e de outros mandantes não apareceu nos vídeos analisados. A mídia foi mencionada em alguns momentos, colocada ora como meio que subsidia a versão de execução, por interesses políticos, ora como um meio que subsidia a versão de confronto e trata os trabalhadores como bandidos, o que apareceu relacionado também a interesses políticos e econômicos.

Ambiguidades e concepções conflituosas sobre o acontecimento encontradas em notícias de mídia corporativa também puderam ser observadas nos discursos dos atores políticos. Em discursos de políticos de direita e de autoridades policiais, os mortos não eram trabalhadores rurais nem camponeses, eram bandidos, assassinos, perigosos, terroristas, que atacaram os policiais. Ou seja, são culpados. Os policiais, ao serem recebidos a tiros, se defenderam e agiram dentro do cumprimento da lei, são defensores,

agentes de segurança, heróis. Eles foram culpabilizados na mídia e “abandonados” pelo Estado, configurando, desta forma, vítimas. Os proprietários e vigilantes da fazenda sofreram ameaças e violências praticadas pelos sujeitos mortos, por isso também são vítimas, e a imagem de pessoas na área da fazenda destacando que uma delas estava armada é exibida em um dos vídeos como prova disso. As mortes ocorreram pela atitude dos próprios indivíduos que foram mortos. A operação foi uma ação de segurança pública, de proteção do direito à propriedade privada e de combate ao crime. Defensores dos direitos humanos e alguns políticos estão, na verdade, defendendo bandidos e culpabilizando policiais para se promover midiaticamente.

Encontramos também, com menor intensidade, discursos de atores políticos da esquerda que apontam, ainda que de forma menos enfática, para um excesso na conduta dos policiais e para o caráter de execução das mortes. Compreendem assim os trabalhadores como vítimas. São destacadas questões relativas à importância das investigações e a responsabilização dos culpados, que vão ser identificados no processo investigativo.

Nos materiais relacionados a políticos encontramos discursos mais incisivos em defesa de uma ou outra versão. A disputa de significado, de reconhecimento, que permeia as enunciações do jornalismo, aqui aparecem de modo mais categórico. São em vídeos desses dois grupos que vemos os mortos serem colocados de forma explícita como “bandidos”, “perigosos”, os policiais como “agentes de segurança legítimos”, e o desfecho de mortes como uma resposta dos policiais, que tiveram que se defender. A versão de execução, o reconhecimento dos mortos como trabalhadores, e a constatação de um “excesso” por parte dos policiais, também se faz presente em alguns vídeos dessas categorias, mas são desta categoria os vídeos em que vemos ofensas e acusações diretas contra as pessoas que perderam a vida, criminalização das suas ações, e acusações contra grupos em defesa destes, sobretudo de movimentos em defesa dos direitos humanos, sendo reiteradas de forma mais enfática.

A naturalização da barbárie e a legitimação do comportamento arbitrário e violento de policiais e a concordância com a existência da pistolagem como *modus operandi* do latifúndio, faz parte da estratégia de dominação de classe. Compõe a narrativa de setores que afirmam que sem-terra é bandido e, portanto, a morte destes em defesa da propriedade privada seria uma medida normal em que não caberia a ninguém “questionar ou examinar o que é óbvio para todos” (ARENDDT, 1994, p. 16). É uma banalização da violência que remonta à histórica estrutura da colonização e do escravismo, que tinha como natural a negativa de direitos e a prática da coerção por grupos, tidos como privilegiados (PORTO, 2020, p.109)

Observamos também que, nos vídeos de atores políticos, as disputas de sentido que atravessam as compreensões do acontecimento relacionam disputas ideológicas que aqui se desenham de forma mais nítida. Sobre o evento, no entanto, nestes discursos a emoção mais acionada foi de revolta perante a culpabilização dos policiais, observada em falas recorrentes nesses vídeos.

#### **6.4 Atores variados**

Os últimos vídeos analisados não estão relacionados diretamente aos grupos de atores mencionados acima (mídia corporativa; mídia alternativa; políticos e instituições legislativas; ativismo e movimentos sociais), pois os vídeos tratam o acontecimento através de distintas abordagens e foram publicadas predominantemente por usuários.

#### **FASE 1**

No vídeo do primeiro momento mais visualizado, postado por um usuário<sup>73</sup>, uma locução fala sobre o acontecimento relacionando ao processo da violência contra os trabalhadores rurais da Amazônia, como pano de fundo aparecem imagens de manchetes de jornal sobre o caso de Pau d'Arco e imagens de pessoas no campo. Os jornais podem ser usados como forma de conferir o estatuto de verdade ao que está sendo enunciado. O acontecimento é referenciado como “estrangeiro”, “execução com requinte de crueldade”, e é colocado que não houve confronto algum. Identificados como trabalhadores rurais, alega-se que estes foram assassinados “um a um”, depois de terem sido torturados, e que o superintendente da polícia civil da região de Redenção, “um violento, um brutamente, chamado delegado Miranda”, comandou as execuções. Há denúncias de que ali ocorreu “um nível de violência inacreditável (...) que supera Eldorado dos Carajás”, e é apontado também o tratamento dos corpos dado pelo Estado, entregues as famílias em “estado de putrefação”. O episódio de Eldorado dos Carajás se destaca na memória discursiva sobre conflitos por terra no campo. O evento simbólico, permanentemente acionado nas narrativas, aparece como um exemplo de violência extrema que aqui é superada, o que vemos pelo qualificador de intensidade “pior que”.

O vídeo apresenta sendo cantada a oração o Pai Nosso dos Mártires que fala sobre pobres, marginalizados, oprimidos, sobre morrer defendendo a vida, e sobre a violência “que devora a vida pela repressão”. Aparecem durante a oração, fotos de pessoas que

---

<sup>73</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=NpLbFKvSk0c> Acesso em: 19/04/2021

lutavam pelos direitos dos povos do campo e que foram assassinados por isso, como Chico Mendes, Padre Ezequiel Ramin, Irmã Dorothy Stang, entre outros, intercaladas com fotos das mortes que aconteceram em Pau D'Arco, como podemos ver nas Figuras 11.1 e 11.2. Ao final do vídeo, aparece em texto “nenhuma família sem casa, nenhum camponês sem terra, nenhum trabalhador sem direitos” (Nádia Aparecida Oliveira, 01/07/2017).



Figura 11.1 - Imagem extraída do vídeo “Pai Nosso dos Mártires - Massacre em Pau D'Arco - Pará - 24/05/2017”, publicado pela usuária Nádia Aparecida Oliveira no Youtube em 01/07/2017.  
Fonte - Nádia Aparecida Oliveira (2017)



Figura 11.2 - Imagem extraída do vídeo “Pai Nosso dos Mártires - Massacre em Pau D'Arco - Pará - 24/05/2017”, publicado pela usuária Nádia Aparecida Oliveira no Youtube em 01/07/2017  
Fonte - Nádia Aparecida Oliveira (2017)



O segundo vídeo, também postado por um usuário, mas no mesmo dia do acontecimento, chama atenção por apontar no título “veja os corpos”<sup>74</sup>. As pessoas que perderam a vida são identificadas como “sem-terra”, o que é colocado também no título. Sobre o acontecimento, aparece em texto logo no início “nova chacina em interior do Pará” e em seguida são exibidas diferentes fotos de corpos ensanguentados no chão, dos corpos amontoados, e uma imagem das armas que foram apreendidas pela polícia.

O terceiro vídeo da fase 1, de mais um usuário, Paulo Marcelo Braga<sup>75</sup>, apresenta o mesmo narrando um texto em rima de sua autoria, o que é constatado por ter sido publicado em um blog dele, como vemos nas imagens do texto no blog que são exibidas enquanto ele narra. Neste discurso, as pessoas que perderam a vida eram “invasores”, “desordeiros”, “pistoleiros disfarçados de trabalhadores rurais”. Como “invasores”, foram “tombados” pela polícia por terem a atacado, receberam assim “respostas das legítimas e corretas defesas”. O acontecimento é tido como uma ação de defesa dos policiais. Os policiais são compreendidos como “guerreiros leais”, e o ocorrido traduz uma luta deles contra “os malefícios dos posseiros infernais”. No vídeo é colocado que a população local “ficou contente” com a atuação da polícia, e que os defensores dos direitos humanos são “coautores de bandidos” por defendê-los. A ação de invasão de propriedade privada por parte desses sujeitos faz com que eles, para o autor, não sejam cidadãos e mereçam ir para cadeia. Os policiais são parabenizados no vídeo, e mencionados como “leais e viris”, “defensores da legislação” e da “população”. O argumento da virilidade aqui usado está atrelado a um discurso conservador e a uma questão de gênero, do policial homem como herói tradicional. Sobre o depoimento de uma sobrevivente, ele afirma que a esta tenta se passar por “coitadinha isenta”, e também fala dela como “falsa vítima”. Ao final do vídeo é colocado que, se for comprovado que “houve covardia da execução sumária” (o que ele diz não acreditar nem desacreditar) a prisão da “guarnição” será necessária, que o mesmo repreende “perverso e cara de pau invasor imbecil”, mas que também não defende “excesso de nenhum executor policial” (Paulo Marcelo Braga, 03/06/2017).

## FASE 2

---

<sup>74</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=-pLf5K7XD0I> Acesso em: 19/04/2021

<sup>75</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=DPkF9bDRzUM> Acesso em: 19/04/2021

Na segunda fase do levantamento, encontramos um vídeo de uma composição musical do grupo Ameaça Vermelha - Rap Combativo, da periferia de São Paulo<sup>76</sup>. A publicação começa com falas de pessoa contando sobre suas perdas, aparecem imagens do *Jornal A Nova Democracia* que mostram de fotos de pessoas mortas em conflitos no campo, dos familiares chorando no enterro, como podemos ver na Figura 12.



Figura 12 - Imagem extraída do vídeo “Ameaça Vermelha - Resposta a Chacina de Pau D'Arco. (LETRA)”, do grupo Ameaça Vermelha - Rap Combativo publicado pelo mesmo no Youtube em 30/10/2017. Fonte - Ameaça Vermelha - Rap Combativo (2017)

Em seguida se inicia a letra da música e ao longo do vídeo são exibidas diversas outras imagens relacionadas a luta por terra, e podemos identificar que algumas são de imagens de vídeos do *Jornal A Nova Democracia*.

Na letra o acontecimento é retratado como “mais um crime hediondo que o estado cometeu”, e é colocado que a polícia invadiu “preparada pra matar (...) com acordo entre estado Delegacia Especializa em Conflito Agrário”. O nome de Jane Júlia aparece e, de acordo com a composição, sua morte foi covardia “não por ser mulher, mas porque as massas dirigia”. É mencionado que famílias são mortas pela “realidade agrária”. A letra aponta para uma realidade violenta e de desigualdade social em que o povo brasileiro está inserido, e relaciona tal contexto com a formação histórica do país. É falado também do poder do povo para derrubar um “Estado fascista”, e da sua resistência, que se expressa através da reocupação da fazenda. Na música, o grupo faz referência a ele mesmo dizendo que é a periferia “dando apoio à revolta do camponês”. As pessoas que foram mortas são referenciadas como camponeses, e como sujeitos que foram mortos pela terra. A desumanidade no tratamento dos corpos é denunciada. O acontecimento é representado

<sup>76</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=z5e7muLMQPA> Acesso em: 19/04/2021

através de termos como “assassinato”, “tortura”, “crime de estado”, praticado por “assassinos”, e pelo “Estado” que serve ao “império genocida e ao latifundiário”. Para os responsáveis, mencionados como “carrascos”, avisam que o povo não vai esquecer, que “a justiça proletária” os aguarda, que “vai ser cobrado”. A música se dirige aos camponeses dizendo “firmes companheiros porque a luta continua” (Ameaça Vermelha – Rap Combativo, 30/10/2017).

Outro vídeo do segundo momento é um trabalho acadêmico de dois estudantes da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIVESSPA)<sup>77</sup>, sobre acontecimentos na região no ano de 2017. Tendo como título “Da Festa à Tragédia”, a publicação aborda desde a “Festa da Cavalgada”, da cidade de Redenção, à “Chacina de Pau D’Arco”. Nesta abordagem, a festividade é associada ao latifúndio e é relacionada ao acontecimento de Pau D’Arco, ao colocarem em texto que “a riqueza e o poder do latifúndio festivo são os mesmos que encomendam a chacina de centenas de trabalhadores rurais”. O vídeo apresenta depoimentos de jovens opinando sobre o acontecimento. Na publicação, os mortos são reconhecidos como “sem-terras”, os policiais “estão errados”, “deveriam ter tido uma atitude pacífica”, e o que aconteceu foram “assassinatos”. Há no vídeo um depoimento de Alexis Júnior, que perdeu o pai no acontecimento, em que ele fala sobre a visibilidade midiática das pessoas que morreram, alegando ser baixa e/ou negativa, colocados como marginais, por serem pobres, faz parte deste vídeo (tal depoimento já foi mencionado pois apareceu em outros materiais analisados). O vídeo termina alternando fotos da festa da cavalgada com fotos do enterro dos mortos em Pau d’Arco, exemplificadas nas figuras 13.1 e 13.2



<sup>77</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=h6nRRHi5EOA> Acesso em: 19/04/2021

Figura 13.1 - Imagem extraída do vídeo “Da Festa à Tragédia”, de autoria dos estudantes da UNIFESSPA Milton Pereira Lima e Vitor Haor, publicado pelo canal Notlmi Raierep no Youtube em 17/12/2017  
Fonte - Notlmi Raierep (2017)

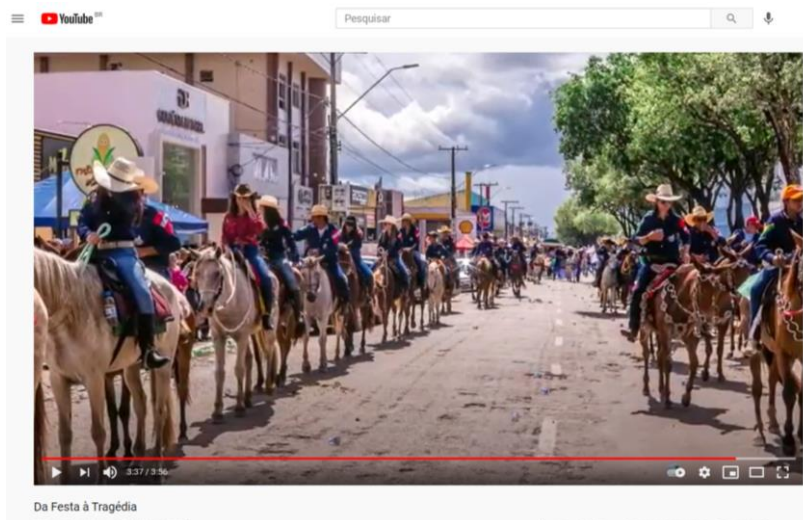


Figura 13.2 - Imagem extraída do vídeo “Da Festa à Tragédia”, de autoria dos estudantes da UNIFESSPA Milton Pereira Lima e Vitor Haor, publicado pelo canal Notlmi Raierep no Youtube em 17/12/2017  
Fonte - Notlmi Raierep, (2017)

### FASE 3

O único vídeo da terceira fase do levantamento relacionados a atores com abordagens variadas sobre o acontecimento foi postado pelo canal SportMaster, quando o mesmo completou um ano<sup>78</sup>. No material, encontramos em texto que indica ser um depoimento do advogado de defesa das famílias, José Vargas, contando sobre uma conversa que teve com Juliana Oliveira, amiga e coordenadora do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Pará, um dia após o acontecido. Na conversa, ele teria apontado que a pergunta possível e urgente é “Por que é que as forças policiais do Estado julgam que podem matar dez pessoas e têm certeza de que isso ficará impune? Quem decide quais pessoas são descartáveis e quais merecem não ter direitos, mas privilégios assegurados?” (José Vargas, SportMaster, 24/05/2018). O advogado conta ainda que a frase que mais ouviu durante o um ano desde a morte das pessoas em Pau D’Arco foi “talvez seja melhor você não se envolver tanto”, frase que é o título do vídeo. No texto referido a ele, é mencionado que conheceu muitas pessoas nesse um ano de lutas árduas para desconstruir a versão de confronto, garantir que as famílias pudessem enterrar as pessoas, por uma investigação policial efetiva e pela responsabilização dos culpados.

É mencionado que teria avisado ao líder da reocupação do acampamento, identificado como Rosenildo, que o mesmo estava numa lista de pessoas marcadas para

<sup>78</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Inv4pBxZfYo> Acesso em: 19/04/2021

morrer, e que dois dias depois ele foi assassinado ao lado dos filhos saindo da igreja. A morte de Rosenildo foi noticiada no *Jornal Nacional* e em uma das matérias do *Jornal Liberal* analisadas. Em ambas foi colocado que o líder teria deixado o acampamento por estar sendo ameaçado e perseguido. Na notícia do *Jornal Liberal*, foi informado que o governo do Pará negava, a princípio, relação entre o “assassinato de Rolsenildo e os fatos ocorridos em Pau D’Arco” (*JL* 2ª ed., 08/07/2017)<sup>79</sup>. Já na notícia do *JN*<sup>80</sup>, como mencionado anteriormente, foi informado que a Polícia Federal não descartava relação.

No possível depoimento de José Vargas veiculado no vídeo, o advogado elenca questões pendentes relacionadas as mortes em Pau D’Arco: descobrir quem são os mandantes, garantir que os responsáveis sejam responsabilizados, assegurar que a fazenda seja destinada para a reforma agrária, conseguir assistência do governo do Pará para os familiares das vítimas. Ao final, José Vargas afirmaria que “apesar da escalada do fascismo, do aumento do discurso de ódio (...) sigo cantando belchior (...) ‘amar e mudar as coisas me interessa mais’.” (José Vargas, SportMaster, 24/05/2018), e dedica sua fala a “memória de Jane Júlia, uma das vítimas da Chacina de Pau D’Arco e uma das melhores amigas que tive, mulher de mais fibra que conheci” (Ibidem).

\*

Os discursos e enquadramentos encontrados nestes vídeos, bem como os sujeitos que são identificados como vítimas e os que são vistos como culpados, oscilam quando o material sustenta a versão de massacre ou a versão de confronto. Encontramos produções relacionadas a uma variedade de campos, abordagens culturais, religiosas, acadêmicas, por exemplo, constituem as organizações temáticas observadas.

Os autores Antoun e Malini (2013) falam em “monstruosidade comunicacional” como manifestação característica das configurações midiáticas atuais, a partir das quais narrativas podem ser constituídas por qualquer pessoa ou grupo. Fazem parte desses vídeos um trabalho audiovisual elaborado por estudantes de uma universidade pública do sul do Pará sobre acontecimentos do ano de 2017, ou seja, trata-se de uma produção local. Já o vídeo da música sobre o episódio é de um grupo de rap da periferia paulista, como indicado na própria letra, ou seja, estão fora da zona rural e do contexto de conflitos no campo. Apesar da distância geográfica, também são sujeitos mais expostos a violência policial/do Estado pelo recorte social, por serem da periferia. Um texto produzido por blogueiro para expressar sua opinião sobre o evento, um vídeo destacando a possibilidade

<sup>79</sup> Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/5994963/> Acesso em: 19/04/2021

<sup>80</sup> Disponível <https://globoplay.globo.com/v/5995222/> Acesso em: 15/04/2021

de ver os corpos, um vídeo com uma oração pelos trabalhadores e um vídeo relatando um depoimento do advogado defesa, são outros materiais publicados por usuários sobre o acontecimento. Esses materiais relacionam diferentes construções discursivas, enfoques e denúncias.

Com relação ao contexto comunicativo nas produções de usuários, observamos que em todos os materiais o produtor do texto esteve ausente. Sobre a organização temática, as questões encontradas se aproximaram do que vimos em discursos da mídia corporativa e da mídia alternativa, de políticos e de ativistas, variando de acordo com a versão da narrativa defendida. Os principais recursos audiovisuais foram imagens dos trabalhadores, do enterro, de seus familiares, de figuras emblemáticas da luta por terra e manchetes de jornais. texto narrado e duas músicas. As fontes nessas produções são o jornalismo, políticos e atores relacionados ao evento, como o advogado de defesa dos trabalhadores. Os efeitos de sentido relacionam diferentes afetos que vão em diferentes direções, pois variam de acordo com a versão adotada pelo produtor do texto. No material publicado por um blogueiro, por exemplo, a versão sustentada é a de confronto, há julgamentos morais e acusações sobre os trabalhadores e seus parentes, indignação e raiva perante o posicionamento dos mortos enquanto vítimas, tida como posição equivocada dada por jornalistas e defensores dos direitos humanos. A ocupação de terras neste material é qualificada como criminosa, fruto da ação de bandidos. Já em outros vídeos pudemos observar a morte dos trabalhadores relacionada a emoções de tristeza, diante do sofrimento dos familiares, e de revolta, raiva e indignação, diante da atitude dos policiais e, conseqüentemente, do Estado. A luta por terra é uma luta por transformação social vinculada a contextos históricos nas narrativas que constroem as mortes como indevidas, em que o acontecimento é compreendido como chacina.

### **6.5 Sobre as narrativas construídas**

Uma questão central que guiou nosso olhar foi compreender qual o lugar e os modos de a visibilidade da morte por violência desses trabalhadores rurais nas diferentes narrativas midiáticas encontradas. O intuito foi investigar como esses sujeitos e o contexto de violência e mortes que se deflagra no horizonte das disputas territoriais foram representados socialmente, ou seja, quais referências foram colocadas, como estes sujeitos participam e/ou comparecem nos discursos sociais sobre eles e sobre os embates políticos que protagonizaram.

Um primeiro espaço relevante que produz visibilidade sobre essas mortes é o jornalismo. Refletindo sobre o papel do mesmo como informador e agenciador de debates públicos, o domínio deste no âmbito de informar sobre os acontecimentos, temos em vista que, como uma produção midiática, este

busca se legitimar enquanto um discurso de informação que, num contexto de democracia política, cumpre a função de garantir o direito de informação aos cidadãos, ancorado na prerrogativa de imparcialidade. No entanto, ao garantir a todos o direito à informação, a imprensa não está isenta de interesses de classe e, portanto, de uma dada posição ideológica (SENA E RIBEIRO, 2016, p.239).

Os conflitos por terra no campo são disputas de poder político, econômico, cultural, entre sujeitos em posições desiguais, correlacionando forças assimétricas: de um lado, populações que se encontram mais na periferia política, econômica, e cultural, pessoas com condições mais precárias de vida e acesso mais restrito a direitos, bens e serviços; e de outro lado sujeitos que pertencem à classe dominante, às elites econômicas, e, portanto, gozam de maior poder econômico e respaldo político. Diante das disparidades que atravessam a vida das pessoas pelas posições sociais que ocupam, posições essas de hierarquia, e das violências que estas desigualdades subsidiam, distintas mobilizações populares emergem constituindo formas de denunciar abusos, extermínio, de contestar as condições de desigualdade que marcam nossa sociedade, e em busca de transformação social.

Sena e Ribeiro destacam que a luta por terra, além de tratar das condições materiais, também é tensionada por propriedades imateriais, simbólicas, pelos distintos projetos e posicionamentos do território para o campesinato, e do território para o latifúndio e para o agronegócio. Os autores afirmam que

Paralelamente à territorialização do campesinato no sudeste do Pará, os sentidos das disputas e dos conflitos agrários resvalam para outras esferas sociais (Bakhtin, 1988) e discursivas, além da esfera econômica e produtiva, por exemplo, para a esfera jornalística (...) A imprensa entra nesse campo de disputa enquanto uma instância discursiva (Maingueneau, 1997), não contingente, mas se constituindo no diálogo de captação ou de negação de discursos veiculados sobre a questão agrária em outras instâncias discursivas. Em nossas análises, destacamos o funcionamento do discurso da imprensa jornalística que, ao veicular o embate entre dois projetos de campo, evidencia uma imagem negativa dos movimentos sociais, em especial o MST, construída sob o manto da criminalização, como já apontam alguns estudos (Cassimiro, 2003; Gonçalves, 2008; Lyra, 2010). (SENA, RIBEIRO, 2016, p.237)

Se as disputas territoriais implicam e correlacionam dimensões materiais e simbólicas, elas são tensionadas também pela forma como sujeitos e suas ações estão

colocados no plano comunicativo. As maneiras como são apresentados sujeitos e suas práticas está implicada na questão do enquadramento que Judith Butler fala, destes enquanto molduras socioculturais que atravessam nossa interpretação sobre indivíduos e atitudes

como todo discurso, ao desenhar sua identidade, desenha ao mesmo tempo a identidade de outro ou de outros discursos com o qual mantém contato, nossa hipótese é de que, ao produzir uma imagem dos sujeitos envolvidos no conflito pela posse da terra (movimento social, Estado e grandes fazendeiros), o discurso da mídia produz também a imagem de si, enquanto instância “porta-voz” de discursos outros. Nesse sentido, a mídia participa ativamente, na sociedade atual, da construção do imaginário social, no interior do qual os indivíduos percebem-se em relação a si mesmos e em relação aos outros. (SENA, RIBEIRO, 2016, p.240)

Os discursos jornalísticos sobre estas mobilizações populares, incitadas principalmente por movimentos sociais, configuram muitas vezes “casos exemplares de deslegitimação do protesto social e das organizações reivindicatórias pela terra no país. A criminalização dos movimentos sociais torna-se uma arma manipulada por poderosos agentes da sociedade e do Estado, sobretudo através do uso da mídia” (ZUNIN, 2018, p.61). A partir do trabalho da autora (2018), que realiza uma análise da relação da mídia com os movimentos sociais por terra a partir de matérias em jornais eletrônicos rondonienses, encontramos que “vândalos” e “terroristas” são algumas das alcunhas verbalizadas e figurativizadas, comumente publicadas nas chamadas de matérias (...) sobre mobilizações sociais” (ZUIN, 2018, p.61)

Esses termos se aproximam dos que encontramos repetidas vezes em discursos jornalísticos sobre as mortes dos trabalhadores em Pau d’Arco. Como podemos ver, são acionados de forma recorrente em notícias e discursos da mídia corporativa sobre trabalhadores rurais sem-terra e sobre suas práticas reivindicativas, constituindo assim marcas discursivas e referenciais simbólicos. Zuin (2018) aponta, se aprofundando sobre as repercussões e constituições, as continuidades e descontinuidades nas relações que notícias e discursos midiáticos mantêm com a sociedade, e com outras instâncias e práticas, como as do campo judicial, que tais marcas discursivas são

tentativas de justificação ideológica dos assassinatos, isto é, aproveitando-se da notícia, espalha o ódio político-partidário em fermento no país, para legitimação da truculência da polícia contra militantes de movimentos sociais. Observa-se, a partir dessas práticas, que o uso constante de termos como terrorismo, banditismo, vandalismo e outros para referenciar os movimentos sociais que acreditam e lutam no direito pela terra serve como ataque à “população do campo”; mas, principalmente, tem a intencionalidade de edificar ou enraizar o medo social. (ZUIN, 2018, p.67)



Preocupações encontradas nesses trabalhos relacionam a importância do jornalismo na formação de sentidos sobre lutas por terra, nas formas como trabalhadores, camponeses e grandes proprietários são interpretados. Dizem respeito também às percepções sobre modos de tratamento e posicionamento do Estado frente a questão, incluindo interpretações sobre a responsabilidade, ou não, do mesmo. Os discursos jornalísticos sobre conflitos e disputas por terra, ainda quando tratam de forma isolada de acontecimentos e ações ou contextos específicos, participam na formação das concepções sobre a reforma agrária e sobre o acesso à terra como direito. Diante disso,

Excluem-se, dos discursos jornalísticos, os processos político-sociais, os quais os movimentos populares se constroem, tampouco mencionam que se trata de “atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil” (GOHN, 2007, p. 251 apud ZUIN, 2018, p.61)

Se por um lado, como dito, as constatações dos autores acima caracterizem a cobertura jornalística sobre os conflitos no campo e estejam presentes em nossos resultados de pesquisa, o material analisado nesta dissertação, por outro, aponta para uma dimensão de ambiguidade. Isso se deve ao fato de que a forma do jornalismo se posicionar para obter legitimidade passa por transparecer imparcialidade, objetividade; por outro, os elementos que ele seleciona para apresentar, e que não deixa de apresentar mesmo quando a versão de chacina já foi assumida, traz uma dúvida moral sobre os trabalhadores. São recorrentes as menções aos mandados de prisão, à morte do segurança, às armas apreendidas e ainda, depois de um tempo, à “reocupação” da terra pois os “posseiros querem a terra pra vender”. Essa ambiguidade não passa despercebida pelos atores envolvidos na contenda. Não por acaso, tanto para aqueles que defendem a ideia de confronto como para os que defendem a de massacre, o jornalismo está sempre posicionado como defensor da causa alheia.

A despeito dessa zona de sombra, pode-se dizer que no jornalismo da mídia corporativa, esses atores tiveram baixa visibilidade e visibilidade negativa. Nos materiais desse grupo analisados, por vezes as vozes dos familiares foram silenciadas ou abafadas pelo privilegiamento de outras vozes, como de autoridades e políticos. Ainda pudemos observar, como marca dessa ambiguidade da cobertura, discursos em que os trabalhadores foram colocados como possíveis criminosos. Esse não aparecimento, e/ou a visibilidade das vítimas como “bandidos” foi apontada na fala de um parente de uma das vítimas, veiculada em um vídeo da mídia alternativa, que é onde essas vozes aparecem com mais força, e onde a questão da memória e do apagamento foi articulada de modo explícito.

Ao passo que a dor e o sofrimento visibilizados podem suscitar empatia, sentimentos de pesar e comoção, as condições em que essas mortes ocorrem e o desenrolar dos acontecimentos são marcados por apagamentos, injustiças e invisibilidade. As variadas formas de violências praticadas em situações de disputa territorial e as mortes que nestas disputas ocorrem parecem manifestar que algumas vidas são tidas, política e socialmente, como menos importantes. Consideramos aqui que

o protagonismo de homens e mulheres enfrenta a opressão em busca do direito à terra e território, vez que estes são elementos que dão sentido às suas vidas, valores e identidades. Mesmo fundamentais, estas lutas ficam invisibilizadas ou silenciadas, especialmente porque vivenciadas por pessoas a quem se impõe a exclusão de direitos, inclusive o direito às memórias e histórias (PORTO, 2020, p. 28)

Em uma pesquisa, Negrini (2010) analisa a intensa cobertura telejornalística da morte de Eloá Pimentel, mantida em cativeiro pelo ex-namorado. A grande repercussão midiática desta morte está relacionada às particularidades do evento que a viabilizaram: o sequestro durou algum tempo, a mídia pode registrar e acompanhar a morte “ao vivo”, no seu desenrolar, pode apresentar um antes (quem era ela, quem eram seus amigos, como era seu relacionamento afetivo e como foi o término com o sequestrador), o durante e o depois.

Mas a grande visibilidade midiática do episódio do sequestro parece estar relacionada também ao fato da violência de um sequestro representar uma situação que sentimos ser passível de acontecer conosco, e a um medo individual que a violência em situação passional e de gênero desperta. Nos tempos atuais, em que impera o neoliberalismo, boa parte dos debates e das políticas sociais se volta para as questões identitárias. Estas pautas mobilizam e despertam atenção. A pauta identitária parece mobilizar mais também o campo político da esquerda. Nos anos 60, as lutas deste campo político se davam principalmente em torno da ideia de classe, pela emancipação por meio da promoção de condições de vida dignas aos trabalhadores, que tem como uma das consequências a redução de violações as quais estavam expostos. A partir dos anos 60/70, movimentos relacionados às pautas identitárias modificam as questões que mobilizam a esquerda e estão relacionados ao desenvolvimento das políticas multiculturalistas que passam a emergir nas sociedades ocidentais capitalistas. Segundo Graça (2013), “as possibilidades da subversão das relações de poder pelas quais assimetricamente se instalam as minorias nos Estados multiculturalistas, não são enfatizadas ao nível da representação nas instituições democráticas” (GRAÇA, 2013, p.40)

Ao abordar a questão do multiculturalismo a partir do pensamento filosófico de Judith Butler e do crítico literário pós-colonialista Homi Bhabah, e de suas reflexões políticas em torno do que compreende como grupos minoritários, o trabalho de Graça (2013) apresenta que “a posição multicultural e minoritária é sempre posta como algo de “fora” de onde faz suas reivindicações. (BHABHA apud GRAÇA, 2013, p.38). Para Bhabha a negociação que deve ser realizada não é entre eles/conosco, mas com as posições históricas e temporalmente disjuntivas que as minorias ocupam de forma ambivalente no interior do espaço da nação” (BHABHA apud GRAÇA 2013, p.38).

Questões sobre condições precárias nas quais muitas pessoas vivem pelas situações de pobreza a elas impostas, bem como sobre os processos de criminalização da pobreza e sobre os problemas sociais que essas populações desfavorecidas econômica e politicamente enfrentam, importam menos. Os discursos sobre violências por eles sofridas geralmente trazem abordagens impessoais que giram em torno da segurança e da criminalidade, porque estes indivíduos não recebem suficiente atenção política e midiática no que diz respeito à proteção e cuidado. Não fazem parte dos grupos privilegiados socioeconomicamente pela lógica política do Estado neoliberal, que substitui as concepções políticas do Estado de bem-estar social retirando obrigações responsabilidades com relação a serviços que devem ser oferecidos à população pelos governos, nem são o público privilegiado pela mídia tradicional dos grandes conglomerados corporativos. A sensibilidade contemporânea é mais suscetível a se identificar com as pautas identitárias, e menos com os temas que envolvem classe social. Essa sensibilidade contemporânea acaba atravessando discursos da grande mídia não naquilo que eles tematizam (o conflito no campo), mas pela forma como são tematizados, pelo apelo das relações familiares, dos sofrimentos individuais, e pela não articulação desses conflitos com contextos históricos, sociais e políticos que os configuram.

Mesmo com o modelo de Estado de bem-estar, relacionado principalmente a ordem social instituída na Constituição Federal de 1988, a configuração das políticas de bem-estar social no Brasil, que vêm paulatinamente sendo atacadas e substituídas por políticas de mercado no neoliberalismo, ainda é marcada por fragilidades e rachaduras que afetam especialmente populações menos visibilizadas e assistidas historicamente

No Brasil, as políticas sociais estiveram fortemente dependentes de projetos de desenvolvimento econômico de diferentes regimes políticos, deixando a um plano secundário a adoção de estratégias para a melhoria efetiva das condições de vida e criação de padrões mínimos de igualdade social. A cidadania esteve pautada na necessidade de legitimar diferentes regimes, o que fez com que os direitos sociais tenham se desenvolvido de forma fragmentada e desigual.

Como sabido, o padrão prevalecente foi o da cidadania regulada (SANTOS, 1987), onde o acesso a direitos dependia da inserção no mercado formal de trabalho, com privilégio aos setores urbanos e indispensáveis ao processo de industrialização. Em modelo similar ao de muitos outros países do continente sul americano, desenvolveram-se potentes estruturas de proteção social destinada aos trabalhadores urbanos e baseadas na contribuição destes e seus empregadores. Os trabalhadores rurais, informais e domésticos, que sempre foram parcela importante da força de trabalho no País, estavam descobertos desses benefícios. (LOBATO, 2016, p.89)

Essas pessoas são marginalizadas por condições precárias para sustentação de suas vidas, que são mantidas e administradas politicamente, e também são invisibilizadas e marginalizadas em discursos da grande mídia. A morte de indivíduos que fazem parte de grupos que têm seus modos de vida reconhecidos exaltados pela política neoliberal e pela mídia recebe enquadramentos e visibilidades diferentes. Quando estes problemas estão associados à violência, os discursos muitas vezes giram em torno dos responsáveis e da ausência de segurança, que deveria ser garantida pelos governos através do aparelho policial e jurídico. A forma como a violência é retratada em certos momentos (nos discursos mais conservadores, do “confronto”) tem como consequência o reforço do Estado repressivo. Se são bandidos, precisamos de mais Estado para puni-los e nos proteger. Os discursos trazem posicionamentos distintos em relação ao Estado.

A ausência de proteção, de segurança, as discriminações sociais e a violência com as quais populações pobres se deparam configuram cenários e subsidiam os problemas que pessoas das camadas desfavorecidas enfrentam, tanto no plano social quanto no universo subjetivo, particular. Os problemas que vivenciam, ao mesmo tempo que refletem e são reflexo de condições precárias de trabalho, moradia, alimentação, de condições materiais e simbólicas que os colocam mais expostos a violências, por vezes recebem uma atenção midiática impessoal, e por isso, mais baixa. A presença dos familiares das vítimas, de suas falas, é reduzida porque se limitou a exibição de trechos curtos de entrevistas realizadas com os mesmos, ao passo que falas de atores institucionais e autoridades relacionadas ao evento apareceram de forma intensa, constituindo assim uma atenção midiática mais impessoal. Uma menor visibilidade de situações, de violências e de mortes, e ainda, os tipos dessa visibilidade, as formas em que são enquadradas, configura modos de apagamento, de manter contextos, realidades e pessoas fora do nosso campo de visão/atenção. A mídia e a política interpelam sujeitos, acontecimentos e questões que vivenciam, mas, retomando a pontuação de Butler (2015), parte do problema da vida contemporânea é que nem todo mundo conta como sujeito, não do mesmo modo e com o mesmo valor. Compreendemos ainda, a partir de Sontag, que

“aquilo que em jargão jornalístico se chama de “mundo” — “dêem-nos 22 minutos e nós lhes daremos o mundo”, repete uma rede de rádio várias vezes por hora — é (ao contrário do mundo) um lugar muito pequeno, tanto geográfica como tematicamente, e o que se julga digno de conhecer a seu respeito deve ser transmitido de forma compacta e enfática. (SONTAG, 2003, p.12).

O jornalismo, mesmo inserido no contexto de midiaticização da sociedade com a ampliação dos espaços de produção e para circulação de discursos, se constitui enquanto mediador social e instância privilegiada de contato com fatos e eventos através da produção noticiosa e da configuração dos enquadramentos que as circunscrevem com o qual está implicado/comprometido. Os processos de construção discursiva sobre um acontecimento relacionam procedimentos de seleção nos quais determinados aspectos são enfatizados em detrimento de outros, contribuindo tanto para acentuar dimensões, como para atenuá-las.

Em diferentes notícias da mídia corporativa sobre o acontecimento em Pau d’Arco, as mortes dos trabalhadores e as violências a estas relacionadas/a eles direcionadas, parecem se diluir em meio a elementos e a referências incorporadas. Repercutir mais ou menos certos aspectos e contextos configuram formas de enquadramento que correlacionam sentidos, densidades e sentimentos. Diversas vezes foram colocados em cena na mídia corporativa discursos e imagens que subsidiam a criminalização dos trabalhadores sem-terra e, conseqüentemente, suas lutas e os movimentos sociais que protagonizam.

Compreendemos, por exemplo, que a identificação por nome contribui para uma aproximação com os sujeitos sobre os quais vemos e ouvimos. Suprimir os nomes dos mortos nas notícias é uma decisão que sugere a não relevância destes para as enunciações sobre o acontecimento. Tal escolha relaciona uma dimensão de impessoalidade que afasta, enfraquece o potencial de criação de vínculo, empatia, compaixão. Em contraponto, o reconhecimento do vigilante morto é, de certo modo, um processo de subjetivação, porque torna mais inteligível a condição de sujeito, de uma vida humana que foi interrompida.

Ao apresentar o acontecimento como uma ação para cumprir mandados de prisão contra suspeitos de homicídio, é colocado em questão um juízo moral: as pessoas que morreram eram acusadas de cometer o crime de assassinato. Ao referenciar (primeiro e repetidamente) como invasores, o estatuto de violação da lei é reverberado. Ainda que não exista pena de morte no Brasil, por serem invasores, suspeitos de homicídio, e por

terem agido fora da lei, o desfecho de morte acaba por decorrer da ação deles, é justificado como reação de defesa dos policiais e de proteção ao direito de propriedade que foi violado.

A possibilidade de ter “havido excesso” por parte dos policiais é retratada como algo indicado por entidades e atores dos direitos humanos e de movimentos sociais, trata-se de um pressuposto a ser esclarecido nas investigações. Talvez os policiais tenham executado os trabalhadores, essa hipótese passa a aparecer em discursos da mídia corporativa analisados. Neste caso, eles seriam culpados das mortes. Depois de um tempo vemos a possível participação de fazendeiros ou de mandantes sendo apresentada, mas isso só aparece após certo tempo decorrido, quando a produção noticiosa já reduziu substancialmente. Por tanto, a possível relação destes outros atores com o acontecimento é significativamente menos retratada do que a dos policiais, que tiveram uma relação direta e explicitada com as mortes.

Quando as investigações constatarem “o caráter” de execução / evidenciam que os trabalhadores foram executados, a alegação de confronto da versão dos policiais vai se tornando infundada. As considerações sobre os responsáveis pelas mortes se limitam, sobretudo, à conduta dos policiais. Em detrimento, às relações de fazendeiros, do latifúndio, e do Estado, com violências e assassinatos de trabalhadores sem-terra em disputas territoriais são, na maior parte das notícias, deixadas de lado ou pouco repercutidas. As reivindicações dessas pessoas por condições e pelo acesso à direitos que deveriam ser assegurados pelo Estado foram menos expostas ainda nos discursos jornalísticos sobre o acontecimento das mídias corporativas. A participação de fazendeiros, a responsabilidade do Estado, e a assinatura da aliança entre estes no crime, são temáticas que praticamente não entraram no repertório das notícias, tais questões só aparecem em falas de fontes que, através de estratégias discursivas, são apresentadas como hipóteses, pontos de vista/pareceres das mesmas. Novamente, discurso jornalístico hegemônico

Os agentes públicos responsabilizados são os policiais, a conduta deles é tratada, principalmente, de forma isolada, e não encontramos abordagens que relacionam/contextualizam instituições e órgãos estatais como parte das engrenagens de um sistema discriminatório e violento. Ou seja, questões que envolvem o acontecimento não são tratadas através de perspectivas que levam em conta a estrutura social, as alianças entre latifúndio e o poder público que atuam em benefício de interesses econômicos das classes dominantes.

A atuação dos policiais também é padronizada ao referenciarem, principalmente, como contingente policial, ou como “os 29 policiais que participaram”, é colocado como se todos tivessem a mesma responsabilidade e poder, ao passo que, dentre os policiais que compunham tal contingente havia agentes que pertenciam a patentes mais altas, mais poderosos, e outros menos. Ao referenciar como um todo, a “cota” de participação nas mortes é colocada como sendo a mesma, as condutas são padronizadas, eliminando possíveis discrepâncias, maior ou menor participação, posições de mais ou menos poder.

A mídia ofereceu ao público e, conseqüentemente, às vítimas, um modesto reconhecimento da violência exercida contra os trabalhadores, e da dor e do sofrimento ocasionado, ao mesmo tempo em que também ofereceu, de forma mais intensa, dúvida e incerteza quanto a integridade dos trabalhadores e quanto a legitimidade de suas ações políticas em busca de conquistar o direito à terra. Se a condenação da ação do Estado, o reconhecimento da responsabilidade deste nas mortes, e ainda, a percepção do acontecimento como criminoso, poderiam representar, de certa forma, modos de reparação e atenuação do sofrimento, a fragilidade desses discursos, constituídos com hesitação, e os enquadramentos dados aos trabalhadores, por vezes marginalizados, potencializam a dor dos familiares e suprimem dimensões fundamentais sobre as violências exercidas. Ainda que tenham sido por vezes, referenciados como vítimas nas notícias, foram intercalados/combinados elementos nestas que colocam em xeque tal estatuto.

A questão da violência e da execução é tangenciada por um juízo de valor sobre a honestidade/integridade dos trabalhadores rurais, que são apresentados como possíveis réus, culpados, não só em notícias da mídia corporativa, como em discursos de políticos. A legitimidade de suas lutas, dos direitos que reivindicam, é colocada em suspenso e mesmo negada. Compreendendo através de Butler que o “estatuto de menos humano não só é pressuposto pela tortura, mas também é reinstituído por ela” (2015, p.139), o afastamento em determinados discursos da violência e a morte dos trabalhadores como questão fundamental, como atrocidade a ser pranteada e rechaçada publicamente, interfere uma possível consideração destas vidas como menos valiosas, menos humanas. Essa consideração está sugerida também, como já foi dito, nos processos de exclusão de direitos e mesmo da criminalização da luta dos trabalhadores, que repercute tanto do direito como privilégio, que é assegurado a determinados sujeitos, bem como dos modos de existência que são concebíveis, considerados “evoluídos”, “civilizados”, “modernos”. Isso constitui, de certa forma, uma recusa da alteridade e uma colocação do outro como

selvagem, menos humano e, por isso, menos digno de direitos. Ainda que se considere a possibilidade das pessoas que foram mortas em Pau d'Arco terem tido envolvimento na morte do vigilante e em outras ações "ilegais", e que por isso foram expedidos pela justiça mandados para prendê-las, em nome da segurança, a ação para cumprir esses mandados foi revestida de violências e da premissa que aquelas pessoas eram matáveis. Podemos admitir, através de Butler, em referência a Adorno, que "a violência praticada em nome da civilização revela seu próprio caráter bárbaro quando "justifica" sua própria violência presumindo a sub-humanidade barbada do outro contra o qual essa violência é perpetrada" (Ibidem).

O trabalho de Butler apresenta, através da teoria do enquadramento de Goffman, que existem enquadramentos seletivos e diferenciados da violência. A concepção restrita da "condição de vítima" e, portanto, do sofrimento, vem como reflexo da discriminação e da desconfiança dirigida aos trabalhadores pelo que foi exposto tanto em discursos de atores políticos e como em notícias das grandes mídias.

Não houve significativos esforços de reparação ou em prol da atenuação da dor e do sofrimento de familiares e de pessoas próximas às vítimas. Esse contexto corrobora com condições de vulnerabilidade que familiares das vítimas e que trabalhadores sem-terra que ocupam a área reivindicando a reforma agrária vivem, conservando e potencializando a violação de direitos.

Se compreendemos que os modos de enquadramento afetam nossas respostas morais diante do que é exposto, a exposição e reconhecimento das violências praticadas e da dor e do sofrimento causados podem ser perturbadores, nos sensibilizar e causar horror. A ausência de suporte e tentativa de reparação por parte do Estado configuram negligências frente essas dores e sofrimentos. A ideia de confronto, articuladas em notícias dos telejornais tradicionais, em falas de políticos e de outros usuários com perspectivas afins, constitui uma história contada/relatada sobre o evento e acaba por silenciar outras possibilidades de enquadramento.

A segurança é pauta regular nas agendas da mídia e na agenda política. Encontramos discursos de atores políticos que sensibilizam para os policiais, que ficaram "solitários", "desamparados", são culpabilizados e "colocados na cruz", e reiteram a condição de criminosos para os trabalhadores, enquadrados como bandidos, terroristas como bando armado que oferece perigo à sociedade. A defesa e proteção da propriedade privada é privilegiada nestes discursos, em detrimento da defesa do direito à vida, da garantia destes a indivíduos e populações, da proteção da vida humana.



Enquadramentos/discursos de mídias alternativas e de movimentos sociais interpelam outros sentidos, repercutem questionamentos da ação do estado por vezes contextualizando estruturas sociais e econômicas que subsidiam tais ações, e reivindicam o não esquecimento como ação política, pois o descuido quanto à construção de uma memória social sobre o acontecimento representa uma recusa a seu reconhecimento e as tentativas de reparação da dor dos familiares.

Como nos lembra Porto (2020),

Assegurar o registro e recompor a memória das violências e violações sofridas pelos povos do campo ao longo do tempo são fundamentais, não apenas para dar visibilidade às ocorrências, mas sobretudo, para estabelecer uma dinâmica de não esquecimento. Preservar memórias registradas por diferentes protagonistas e em diferentes historicidades ajudam a compreender como o passado influencia no que virá com o tempo [ARENDRT, 2009] (...) Marcados pela expulsão e violência, estes povos carregam marcas de lutas, estratégias, resistências e conquistas quase sempre esquecidas e negadas pelas fontes “oficiais”, além de apagados da memória e da história (...) Ter os grupos sociais envolvidos, como os narradores das memórias, significa agir no sentido de romper com obstáculos e códigos que buscam invisibilizar e banalizar suas trajetórias (...) Portanto, rememorar o massacre impõe uma trava ao silenciamento do Estado sobre políticas públicas estruturais, que possam reparar o direito das vítimas. (PORTO, 2020, p. 29-30)

Trata-se da necessidade urgente das vozes das pessoas que lutam pelo direito à terra nos espaços discursivos e no campo social como um todo. Da legitimidade dessas vozes como autores e protagonistas das narrativas sobre suas realidades, histórias e memórias. Mas também, e principalmente, da importância da produção e preservação de narrativas sobre as violências históricas direcionadas aos povos do campo, que muitas vezes e há tanto tempo marcam e interrompem suas vidas, como forma de denúncia, e fundamentalmente, como forma de reconhecimento, de valorização de seus modos de existência e das suas lutas / das lutas que agenciam / protagonizam.

A produção de justiça passa pela questão do reconhecimento da execução e do sofrimento imposto às vítimas, e não se resume aos trabalhadores mortos, mas se estende também aos seus familiares, a quem foram impostas as dores relacionadas a perda de um ente querido que foi violentado e assassinado. Reconhecer as injustiças que foram praticadas contra os trabalhadores e os sofrimentos por elas ocasionados não devolve a vida aos mortos, mas representa um movimento inicial e mínimo de busca por reparação social, de indignação perante a dor do outro e de recusa a banalização da violência de Estado e à violação de direitos humanos. E ainda, enquanto a memória da violência e do assassinato representa também um esforço para não repetição do passado, o progressivo

apagamento dos danos causados nos torna cúmplices e perpetuadores da violência e da condição de não enlutável socialmente prescrita a determinadas vidas.

Em discursos de políticos e da mídia corporativa, a questão da justiça também é explorada, mas em outras direções. Quando os trabalhadores são colocados como sujeitos que cometeram crimes, a operação da polícia é uma ação de justiça. Quando os policiais foram colocados como vítimas que se defenderam do ataque dos invasores e que não receberam suporte e apoio do Estado, trata-se também de uma reivindicação por justiça e de uma acusação de ausência da mesma.

Reocupar a terra, construir monumentos e memoriais, nomear o acampamento com o nome da líder morta, são modos de resistência e de recusa ao apagamento da história daqueles que perderam a vida lutando pelo acesso a um direito fundamental, e configuram também modos de denunciar a violência das classes dominantes e do Estado que atua em favor destas. São ainda, formas da luta popular no campo político se opor ao latifúndio, ao domínio territorial e econômico do agronegócio e a reforma agrária de mercado por este pleiteada, configurando assim movimentos em defesa do território do campesinato e da reforma agrária popular. Imagens e discursos da reocupação da área por trabalhadores sem-terra em enquadramentos que consideram esta ação como forma de luta e resistência podem ser vistos apenas nos materiais produzidos por mídias alternativas e por movimentos sociais.

A inscrição dessa memória no espaço público traz, por sua vez, outras questões. As novas tecnologias de informação e comunicação, dentre outras configurações do mundo contemporâneo, “tornaram as tragédias e as catástrofes coletivas algo cada vez mais presente em nosso cotidiano” (TREVISAM, FAGUNDES, PEDROSO, 2014, p.371). Os autores propõem, com relação a isso, o seguinte questionamento

se essa grande catástrofe for representada, não poderá haver uma banalização da sua experiência, tornando-a compreensível e retirando-lhe desse modo o caráter de estranheza e confrontação com o absurdo da existência? Mas se tal intento não for realizado, não corremos o risco de contribuir para o seu esquecimento, para a sua negação ou para o obscurantismo? (2014, p.373)

Sontag (2003), ao trabalhar sobre emoções e sentimentos diante da dor dos outros que estão relacionados a imagens da guerra, também articula essa questão: o quanto mostrar o sofrimento, a catástrofe, não tem um lado da banalização. A opção por não exibir imagens dos corpos pode ser argumentada pela recusa de um jornalismo sensacionalista, por uma não exibição de pessoas mortas como indicativo de respeito à familiares e aos espectadores, como modo de preservá-los. As narrativas jornalísticas que

exploram imagens de dor e sofrimento tendem a configurar discursos sensacionalistas, apelativos, ao passo que, no jornalismo considerado *de qualidade*, esses aspectos devem ser excluídos ou minimizados em nome da objetividade, da credibilidade de um jornalismo que prioriza informar (MORETZSOHN, 2014). Podemos perceber que a não divulgação de determinadas imagens ou críticas a divulgação se sustentam, por vezes, na prerrogativa de que o apelo incessante das imagens no contemporâneo afeta a capacidade das mesmas de chocar, incita um apetite por consumir a distância violência e horror. No entanto, a escassez de imagens dos trabalhadores, que ficaram restritas a cenas que indicam armamento dos mesmos, e a opção por não exibir registros que expõem o tratamento dado aos corpos dos trabalhadores, desumano, cruel, no entanto, configura visibilidade de determinados aspectos e invisibilidade de outros. São apagamentos, ocultações que se configuram nos processos de seleção do que comparece na construção da narrativa sobre o acontecimento.

Se as críticas à sociedade do espetáculo e, conseqüentemente, ao sensacionalismo incorporado em muitas práticas discursivas desta, propõem que a espetacularização através do excesso de imagens colabora para uma naturalização ou banalização da violência representada, manter violências fora de nossas vistas também não configura uma forma de invisibilizá-las que pode contribuir para que continuem a ser praticadas? Ainda que o excesso de imagens possa colaborar para banalização de uma catástrofe, as fotos também “são meios de tornar “real” (ou “mais real”) assuntos que as pessoas socialmente privilegiadas, ou simplesmente em segurança, talvez preferissem ignorar” (SONTAG, 2003, p.7) A não exposição de imagens das violações não reflete, necessariamente, uma forma de preservação, porque pode ser também um modo de reduzir ou desconsiderar a gravidade destas. Há um jogo de luz e sombra que é constitutivo do dizer e do mostrar.

Deixemos que as imagens atrozes nos persigam. Mesmo que sejam apenas símbolos e não possam, de forma alguma, abarcar a maior parte da realidade a que se referem, elas ainda exercem uma função essencial. As imagens dizem: é isto o que seres humanos são capazes de fazer — e ainda por cima voluntariamente, com entusiasmo, fazendo-se passar por virtuosos. Não esqueçam (SONTAG, 2003, p.48).

Investigar discursos e enquadramentos midiáticos das mortes dos trabalhadores convocam extensas problematizações e dão a ver que sentidos e sentimentos são ofuscados em processos de produção de invisibilidades - violência que não se vê, dor que não se ouve. O som de pessoas cavando e chorando no enterro, imagens de lágrimas e tristeza nos rostos das pessoas neste momento, corpos amontoados no chão de um IML,

familiares na porta, palavras e expressões do horror que estavam vivendo. Estes recursos audiovisuais acionados em vídeos da mídia alternativa e de movimentos sociais estão relacionados a determinada compreensão da função social do jornalismo por estes atores e configuram determinados efeitos de sentido relacionados a afetos como indignação e compaixão.

A palavra tragédia apareceu em discursos dos materiais investigados: foi usada por uma jornalista para referenciar o acontecimento na apresentação de uma notícia do *Jornal Liberal*, e foi proferida por familiares de vítimas em alguns depoimentos que vimos em vídeos da mídia alternativa e de movimentos sociais. São nestes vídeos que encontramos maior volume e variedade de testemunhos, mais falas de familiares emocionados expressando sofrimento e dor. Os testemunhos também compareceram em notícias dos telejornais, mas geralmente eram curtos. Falas de familiares apareceram principalmente a partir de trechos de respostas dos mesmos às perguntas feitas por jornalistas e repórteres. Admitindo que “o trabalho de luto se faz material e discursivamente”. (NETO, VENTURA E FABRICIO, 2014, p.52), e que, enquanto infraestrutura expressiva, dimensão simbólica e dimensão prática se aproximam na comunicação, percebemos que os espaços para construção da narrativa de tragédia se diferenciam nas mídias, podendo se constituir, nesses casos, como uma forma de elaboração de luto coletivo de uma experiência limite, não reconhecida socialmente.

Em diversos testemunhos de familiares encontrados principalmente em materiais relacionados à mídia alternativa e ao ativismo e, em menor proporção, em vídeos de usuários, a questão da luta pela reforma agrária e pelo direito à terra, e a disputa assimétrica de forças, com os trabalhadores rurais de um lado e o agronegócio e o latifúndio, apoiado e favorecido pelo Estado, de outro, foi intensamente exposta e articulada à morte dos trabalhadores. A força do testemunho direto dos familiares, que é mais raro em notícias da mídia corporativa e em materiais de políticos, está relacionada a este ser “marcado por profundos traços subjetivos, o testemunho é o relato de uma experiência real e intransferível, surgida de uma percepção testemunhada de forma pessoal, razão pela qual não pode ser repetido ou relatado por um terceiro sem que se perca sua essência de discurso único e subjetivo” (CORNELSEN, 2007, p.114-119 apud ESTRADA, 2014, p.338).

O espaço dado ao testemunho está relacionado às dinâmicas de visibilidade e, conseqüentemente, estes e se diferem de acordo com a lógica midiática em questão. Compreendendo “a importância da imprensa na mediação da realidade e, ao mesmo

tempo, o exercício de poder da organização midiática devido à sua centralidade estratégica para a visibilidade de acontecimentos. (KEGLER E WEBER, 2014, p.284), as notícias nos telejornais buscaram construir uma narrativa coerente e objetiva, apresentando as versões, fornecendo informações a partir de fontes selecionadas e incorporando determinados relatos e depoimentos curtos. Trazendo para cena as duas versões e se posicionando como investigador de um acontecimento sobre o qual há controvérsias, as notícias dos telejornais corroboram com a noção de que “as mídias produzem narrativas sobre seu próprio exercício e fazer, legitimando o seu espaço como discurso social capaz de interpretar, compreender e mediar os demais discursos em uma situação de crise de confiança” (ORELLANA E GUIMARÃES, 2014, p.167).

No contexto atual de excessiva visibilidade (e sensibilidade) à determinadas violências nas sociedades modernas, principalmente à violência individual, considerando que a sociedade ocidental olha para o mundo como se fosse um espelho, a naturalização de formas de violência e de mortes pelas dinâmicas de visibilidade que as circunscrevem parecem estar caminhando com as novas sensibilidades geradoras e impulsionadoras de comoção. Observamos que o potencial de importância que essas mortes tiveram se diferenciou pela visibilidade que receberam. Se nos questionamos como a seletividade que faz com que violências sejam mais ou menos repudiadas e que mortes sejam mais ou menos choradas se torna possível, devemos considerar que discursos midiáticos paralelamente tensionam e repercutem essa questão, tendo em vista que importância e a desimportância são construídas social e discursivamente.

Enquanto a morte foi confinada aos hospitais, isolada da vida pública, e as emoções excessivas diante da morte, como na idade média, não são mais costumes, os meios de comunicação nas sociedades contemporâneas configuram espaços midiáticos de excessiva visibilidade e sensibilidade que conseguiram se materializar também como laço social para comoção e o choro público da morte, nos articulando individual e coletivamente/ se materializaram também como espaços de laço social para comoção e choro público da morte nos articulando individual e coletivamente/ em articulações individuais e coletivas. Mas a intensidade da cobertura de determinadas mortes, de discursos sobre estas, a forma como são enquadradas e, conseqüentemente, se tornam (ou não) motivo de grande comoção, se diferencia tanto pela morte em questão, quanto por onde e por quem é exposta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou conhecer sentidos e dinâmicas de visibilidade de mortes por violência em contextos de disputas por terra no campo a partir do evento que ficou conhecido como Massacre ou Chacina de Pau d'Arco, tendo como espaço privilegiado de análise o discurso midiático. Para isso, em um primeiro momento, foi realizado um levantamento de materiais veiculados em dois espaços de relevância, TV e Internet. Este levantamento possibilitou identificar que atores sociais produziram/agenciaram discursos sobre o tema. Com os materiais mapeados, tendo como intuito compreender que narrativas foram construídas e como, no segundo momento da análise nos propusemos a investigar quem participou das enunciações encontradas, de que modo as mortes foram enquadradas e como as pessoas que perderam a vida no acontecimento apareceram.

Apoiado pela literatura do campo da comunicação, este trabalho partiu da premissa de que o surgimento da internet e o processo de midiatização em curso na sociedade contemporânea seriam condição de possibilidade para a emergência de uma pluralidade de atores concorrendo nesse mercado simbólico. De fato, identificou-se um conjunto diverso que englobava grupos e instituições tais como: mídia corporativa, mídia alternativa, setores de ativismo e movimento social, representantes do legislativo e indivíduos variados. Apesar desta pluralidade ser uma característica relevante de nossos resultados de pesquisa, é importante, não obstante, enfatizar que a presença desses atores não se deu de modo equivalente. Em outras palavras, se o novo contexto comunicacional de fato representou a possibilidade de uma circulação mais democrática das vozes sobre o tema, ele também apresentou a permanência da assimetria de poder nesse mesmo campo, marcado pela diferenciada capacidade material e ou simbólica de fazer com que essas vozes fossem ouvidas, ou ainda pelo modelo que predominou na produção discursiva sobre o evento.

Um exemplo que ilustra o ponto acima refere-se à “colonização” do discurso jornalístico nas enunciações acerca do evento. Isso porque quando nos deslocamos do telejornalismo para o Youtube, grande parte dos materiais que encontramos estão relacionados ao jornalismo, e ainda, ao jornalismo da mídia corporativa, o que indica a permanência do discurso jornalístico enquanto principal produtor de relatos sobre fatos e acontecimentos. Essa questão consiste em um achado da pesquisa que dialoga com articulações de autores sobre o contexto comunicacional atual, onde vemos emergir a convergência midiática, com a presença tanto de materiais de novas mídias, como de mídias tradicionais, habitando um mesmo ambiente. A internet, ambiente midiático

povoado por diferentes enunciadore/atores, é também um ambiente povoado por enunciadore e produções dos meios de comunicação de massa, como da TV, que se deslocaram para tal espaço a fim de manter, renovar e reestabelecer seu pacto com o público, sua audiência.

O mapeamento nos mostrou que, ainda que, em menor proporção, outros atores e instâncias sociais estiveram envolvidos na produção discursiva sobre o ocorrido, tendo a internet como espaço para veiculação de seus materiais. A viabilidade para produzir e divulgar relatos noticiosos sem a mediação do jornalismo corporativo, que irrompe no horizonte comunicativo dos tempos atuais, é percebida com a presença de políticos, ativistas, e cidadãos comuns como enunciadore. Mas algumas produções desses atores também se aproximam de formatos jornalísticos, trazendo marcas e traços comuns dos mesmos. Princípios, procedimentos e critérios do jornalismo são, desta forma, referências ativas nas elaborações discursivas de distintos sujeitos.

No que diz respeito às narrativas construídas por esses atores, cabe destacar que as produções da mídia corporativa, tanto nos telejornais quanto no Youtube, direcionam principalmente para uma compreensão moral ambígua com relação ao acontecido. Nestas abordagens estiveram presentes, ora de modo pendular (variando de ênfase), ora de modo entrelaçado, as perspectivas do *confronto* e da *chacina-massacre*. Sobre atitudes tanto dos policiais quanto dos trabalhadores foram colocados elementos que posicionavam os primeiros como mais ou menos responsáveis, e os últimos como mais ou menos vítimas, porque ao informarem constantemente da possibilidade de serem criminosos, passavam a figurar como menos vítimas e os policiais como mais agentes no cumprimento da lei.

O acontecimento foi também abordado de forma recorrente nas enunciações de políticos, principalmente no período seguinte à ocorrência do evento. Essas enunciações apresentaram compreensões sobre o ocorrido e sobre os sujeitos envolvidos, os policiais, os proprietários de terra e as pessoas que morreram, relacionadas às posições políticas dos mesmos. As falas giraram em torno das ações e condutas destes envolvidos, sendo ora defendidos, ora criticados, a depender de quem enunciava. Esses atores, explicitamente identificados com partidos políticos, trouxeram de forma evidente a reprodução da polarização política em curso no país, com posições marcadas pelo alinhamento a argumentos identificados com setores de direita (como, por exemplo, a defesa do Estado punitivo, o acionamento da categoria “Direitos Humanos” de forma excludente – válida apenas para *certos humanos* – e a associação de força com virilidade, marca de uma posição de gênero) e outros de esquerda (valorização da categoria “vida”,

acionamento de noção de “justiça” e pautas tradicionais desses segmentos no contexto político brasileiro, como defesa da reforma agrária). Do mesmo modo, seus posicionamentos em relação à mídia corporativa se constituíram um ponto de tensão, no qual ambos os lados deslegitimavam o jornalismo com acusações de que este estaria supostamente alinhado às posições às quais se contrapunham.

Os elementos encontrados nos materiais veiculados pelos políticos de esquerda tiveram grande proximidade com aqueles dos grupos de ativistas e movimentos sociais. Isso se deu não apenas no conteúdo, mas também na forma. Esses posicionamentos foram entrelaçados com uma tentativa de humanização dos sujeitos mortos, o que se deu de várias formas: pela imagem de seus corpos submetidos à violência, pela exibição do testemunho de familiares e amigos, evidenciando suas relações de parentesco, pela promoção de uma “comoção” que aproximasse o interlocutor por meio da compaixão.

Vemos, através dos materiais relacionados a movimentos sociais, ONGs, ativistas, e a mídia alternativa, que estes são os principais responsáveis pelo trabalho de rememoração, por construir e preservar a memória sobre o acontecimento. Isso porque, diferente da cobertura jornalística, que se ateu ao evento prioritariamente enquanto este tinha “valor notícia” pela sua proximidade temporal, esses outros segmentos permaneceram noticiando o evento ao longo do tempo. Além de tratarem de questões relativas às investigações e decisões jurídicas, como vimos nas enunciações do jornalismo da mídia corporativa, se mantiveram atentos aos familiares das vítimas, aos movimentos de reocupação das áreas com intuito de efetivação da reforma agrária daquelas terras, empenhados por camponeses, e as situações e problemáticas que estes enfrentam. O acontecimento se manteve vivo nesses discursos não apenas pelo desenrolar jurídico, por novos fatos relacionados a ele que emergiram da investigação, mas pelo reconhecimento do sofrimento causado, da injustiça, e pela valorização das ações de trabalhadores que dão continuidade à luta pelo direito à terra.

A análise aqui empreendida foi realizada com intuito de investigar discursos sobre o acontecimento que foram veiculados em diferentes espaços midiáticos e que foram produzidos por atores que ocupam lugares sociais distintos. Como buscamos destacar, foi possível observar elementos e perspectivas que constituem os discursos, e perceber pontos convergentes e/ou divergentes, tendo em vista os enunciadores e os contextos de enunciação. A partir da investigação percebemos que foram construídas distintas narrativas para o acontecimento e identificamos três posições que subsidiam as mesmas, cujas marcas merecem ser pontuadas de modo mais detalhado a seguir.



Amparando o discurso de confronto estão atores políticos e alguns usuários com posições ideológicas conservadoras, à direita. As narrativas em que o acontecimento é apontado como massacre, chacina, execução se constituem através de fundamentos de visadas marxistas e do campo político da esquerda, e são acionadas e sustentadas por movimentos sociais, ativistas, pela mídia alternativa, historicamente relacionados a este campo, e por alguns usuários.

O discurso da mídia corporativa, como já apontado, transita principalmente no plano das ambiguidades. Este modo de construção discursiva dos acontecimentos é característico dos modelos de jornalismo dessas mídias, que procura se posicionar como imparcial, objetiva e confiável fonte de informação. Para além desta premissa, criticada por diversos pensadores e pesquisadores da comunicação, a construção narrativa do jornalismo da mídia hegemônica é criticada tanto nas enunciações relacionadas a posicionamentos à direita quanto nas relativas a posicionamentos à esquerda. Para ambos, a forma como o acontecimento foi interpretado foi equivocada, direcionou para uma criminalização de condutas, ou colaborou para invisibilidade de sujeitos ou para uma visibilidade negativa dos mesmos, tida como injusta.

A partir do trabalho de imersão e de escuta de vozes na cena midiática sobre o acontecimento, um esforço de escuta que demanda saber de quem são essas vozes, situá-las, percebemos que os modos de retratar o acontecimento, de reconhecer sujeitos, tanto os que foram vítimas e culpados, bem como outros agentes associados ao acontecimento, se aproximam e se afastam de acordo com os atores que enunciam. Os contextos que são associados refletem também das visões adotadas, que não necessariamente concordam de forma explícita com uma versão, havendo por vezes elementos colocados em suspenso. No entanto, ao nos debruçarmos sobre esses discursos, observamos que marcas, termos e nomeações aparecem de forma recorrente, compondo um repertório que varia de acordo com as formas como o acontecimento é identificado: como execução (chacina, massacre, crime, assassinato), como ação legítima de segurança pública, e ainda, como dúvida, quando oscila, colocando as versões como suposições.

Compreendendo a mídia como um espaço para comoção e para o choro público da morte, uma questão transversal a este trabalho é que o tratamento midiático que as mortes vão receber se diferencia por diversos fatores e circunstâncias, principalmente pela posição social que o morto ocupa. Os discursos midiáticos sobre situações, acontecimentos e pessoas relacionadas, interpelam sentidos e afetos que atravessam a configuração das nossas visões sobre os mesmos e sobre a sociedade em que vivemos.

Movimentos em vias de rechaçar ou justificar determinadas mortes por violência estão em jogo quando são comunicadas, na forma como isso se dá.

Por fim, caberia destacar que a disputa de território entre camponeses e trabalhadores rurais e o latifúndio e o agronegócio perpassa contextos históricos, sociais e políticos. Essas disputas são marcadas por inúmeras violências e injustiças. A magnitude da questão territorial nos dá a ver o quão significativa e fundante ela é na organização da sociedade. Diante disso, percebemos que a problematização e mesmo a presença da questão da distribuição de terras no Brasil, tão expressiva para economia nacional, regulada por medidas e projetos políticos e, portanto, alvo de embates, têm uma visibilidade limitada na mídia, configurando determinada quota de relevância na sociedade como um todo.

A baixa visibilidade de determinados contextos e condições que se constituem no interior dos processos de divisão do território parece estar relacionada ao fato que proprietários de grandes empresas de mídia atuam em frentes de outros setores, como do agronegócio, e compartilham de interesses comuns ao latifúndio. A defesa da propriedade privada, enquanto arranjo primordial que possibilita a concentração de terra da qual a produção de riqueza para os proprietários depende, é reiterada discursivamente pelo que se diz, por como se diz, e pelo que se deixa de dizer. Uma das grandes campanhas publicitárias da Rede Globo, emissora responsável por parte dos programas pesquisados, nos diz que “Agro: a Indústria-Riqueza do Brasil (...) Agro é tech, agro é pop, agro é tudo” (TV Globo, 2015)<sup>81</sup>, é uma comunicação que anuncia, ovaciona e endossa o agronegócio, em decorrência de outras formas de produção agrícola e de outra compreensão da função social da terra. Como exposto neste trabalho, o modelo de desenvolvimento agrário, relacionado ao latifúndio e ao agronegócio, que é valorizado pela campanha da Globo, é um dos principais responsáveis e fomentadores da violência e da violação de direitos que os povos do campo vivenciam. Esses entrelaçamentos são importantes no horizonte de análise das pesquisas realizadas sobre o tema, bem como a problematização acerca da possibilidade – mais evidente ou limitada - de seu tensionamento pelos novos atores sociais e discursivos em cena. O trabalho se propôs a trazer um panorama desse cenário, e constitui parte de um esforço necessário para que se reflita sobre a visibilidade do tema nos espaços midiáticos, assim como se pretende uma

---

<sup>81</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8Wa4wA1hdGg> Acesso em: 11/05/2021

contribuição para adensar a sua presença nas reflexões acadêmicas, um outro espaço importante de visibilidade e de luta.

## REFERÊNCIAS

ANTOUN, H.; MALINI, F. **A invenção do ciberespaço**. In: ANTOUN, Henrique; MALINI, Fábio. @internet e #rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013, p. 17-54.

ALBUQUERQUE, A. **As três faces do quarto poder**. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e Política”, do XVIII Encontro da Compós, na PUC-MG, Belo Horizonte, 2009

ARAUJO, I. S. **Mercado Simbólico**: um modelo de comunicação para políticas públicas. Interface (Botucatu), Botucatu, v. 8, n. 14, fev. 2004, p. 165-178. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832004000100010&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832004000100010&lng=pt&tlng=pt) Acesso em: 20 fev 2019.

ARAUJO, I. S. **Contextos, mediações e produção de sentidos: uma abordagem conceitual e metodológica em comunicação e saúde**. RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v.3, n.3, set., 2009, p.42-50.

ARAUJO, I. S.; CARDOSO, J. M. **Comunicação e saúde**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2007.

ARAUJO, I. S.; MOREIRA, A. L.; AGUIAR, R. **Doenças negligenciadas, comunicação negligenciada**. Apontamentos para uma pauta política e de pesquisa. RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v.6, n.4 – Suplemento, Fev., 2013. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/706/1351> Acesso em: 20 fev 2019.

AZEVEDO, S. D. R. **Formação discursiva e discurso em Michel Foucault**. In Revistas Eletrônicas Filogenese. Vol. 6, nº 2, 2013.p. 148-162

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. Tradução do russo por Paulo Bezerra. 4a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003[1951/1953].

**BARBOSA, M. C. A morte imaginada**. In: XIII Compós, 2004, São Bernardo do Campo. CD Room da XIII Compós. São Bernardo do Campo: COMPOS - UESP, 2004.

BARONAS, R. L. **Formação discursiva e discurso em Foucault e em Pêcheux: Notas de leitura para discussão**. In: V Seminário De Estudos Em Análise Do Discurso. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/5SEAD/SIMPOSIOS/RobertoLeiserBaronas.pdf> Acesso em: 05/08/2020

BARREIRA, C. **Crônica de um massacre anunciado: Eldorado dos Carajás**. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 13, n. 4, 1999, p. 136-143. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88391999000400015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400015) Acesso em: 20 fev 2019.

BARROS, I. F. **O agronegócio e a atuação da burguesia agrária**: considerações da luta de classes no campo. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 131, Apr. 2018, p. 175-195.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n131/0101-6628-sssoc-131-0175.pdf>  
Acesso em: 20 fev 2019

BARROS, L. M. **Recepção, mediação e midiaticização: conexões entre teorias europeias e latino-americanas.** In: MATTOS, M. A.; JUNIOR, J. J.; JACKS, N. (Orgs). **Mediação e Midiaticização.** Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). Salvador: EDUFBA, Brasília, 2012, p.79-105.

BOFF, L. **Conflitos no campo, suas causas e possíveis saídas.** In: CANUTO, A.; LUZ, S. R. C.; ANDRADE, P. V. (orgs.) **Conflitos no Campo - Brasil 2016.** Goiânia: Comissão Pastoral da Terra (CPT Nacional), 2016, p.26-31. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/3727-conflitos-no-campo-brasil-2016> Acesso em: 20 fev 2019.

BONNER, W. **Jornal Nacional: Modo de fazer.** Rio de Janeiro: Memória Globo/Editora Globo, 2009.

BOURDIEU, P. **The political field, the social science field, and the journalistic field.** In: BENSON, R; NEVEU, E. (orgs.) **Bourdieu and the journalistic field.** Cambridge: Polity Press, 2005.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 13a ed., 2010.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas.** São Paulo: Brasiliense, 2011.

BRAGA, J. L. **Circuitos versus campos sociais.** In: MATTOS, M. A.; JUNIOR, J. J.; JACKS, N. (Orgs). **Mediação e Midiaticização.** Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). Salvador: EDUFBA, Brasília, 2012, p.31-52.

BRASIL. Constituição (1988). **Art. 186.** Capítulo III - Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm) Acesso em: 20 fev 2019.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (3ª Vara de Fazenda Pública). Sentença. **Ação Civil de Improbidade Administrativa - Violação aos Princípios Administrativos.** Nº 1023452-67.2017.8.26.0053. Código 62ª4355. Agravado: Ricardo de Aquino Salles, Roberta Buendia Sabbagh Ahlgrimm, Danilo Angelucci de Amorim, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e o Estado de São Paulo. Agravante: Ministério Público do Estado de São Paulo. Relator: Juíz Fausto José Martins Seabra. São Paulo, 19 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do> Acesso em: 20 fev 2019.

BRAZ, I. M; SILVA, C. S. **O conceito de comunidade discursiva e as convergências com a Terminologia.** TradTerm, v.34, USP, São Paulo, 2019, p. 81-105.

BUTLER, J. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2015.

CARDOSO, J. M. **Entre Vítimas e Cidadãos: risco, sofrimento e política nas narrativas do JN sobre as epidemias de dengue**. 2012. 226f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUINO. Massacres no Campo. Página da internet. Comissão Pastoral da Terra, 2017. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/mnc/> Acesso em: 20 jan 2019.

CHAUÍ, M. **Cultura política e política cultural**. Estud. av. São Paulo, v. 9, n. 23, abril de 1995, p.71-84. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141995000100006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141995000100006&script=sci_arttext) Acesso em: 20 fev 2019.

COCCO, G. **As Dimensões Produtivas Da Comunicação No Pós-Fordismo**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 1995.

COSME, C. M. **Luta camponesa, indígena e quilombola face à barbárie do agronegócio no Brasil: a contrarreforma agrária se aprofunda em tempos-espacos de golpe**. In: CANUTO, A.; LUZ, S. R. C.; ANDRADE, P. V. (orgs.) *Conflitos no Campo - Brasil 2017*. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra (CPT Nacional), 2018, p. 96-108. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4371-conflitos-no-campo-brasil-2017> Acesso em: 20 fev 2019.

DAVIS, A.; BUTLER, J. **Desigualdade**. Festival de Livros de Oakland, 2017. (1h08m). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5IYpk1Zj-SU&t=2182s> Acesso em: 20/06/20.

DOMENACH, J. M. **La violencia**. In: UNESCO (Org.). *La violencia y sus causas*. Paris: Unesco, 1981, p. 33-45.

DUARTE, E. B.; CASTRO, M. L. (Org.). **Convergências Midiáticas: produção ficcional - RBS TV**. Porto Alegre: Sulina, 2010, p. 21-32.

ESPIRITO SANTO, W. L. P.; ARAÚJO, I. S.; AMARANTE, P. D. C. **Movimentos sociais e novas tecnologias: o Youtube e a luta antimanicomial**. *Reciis*, Rio de Janeiro, v.6, n.4, dez. 2012. Disponível em: <http://www.reciis.cict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/712/1255>. Acesso em 11/07/2020

ESTRADA, M. A. **Contar a própria tragédia: o caso Cromañón**. In SILVEIRA, A. C. M. (Org.) *Midiatização da Tragédia de Santa Maria*. SILVEIRA, A. C. M. (Org.). Volume 1. 410f, FACOS-UFSM, Rio Grande do Sul, 2014, p.333-348.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Brasil só perde para os EUA em tempo de visualização de vídeos on-line**. 12 de fevereiro de 2019. Disponível em: <http://temas.folha.uol.com.br/influenciadores-digitais/a-fama/brasil-so-perde-para-os->

[eua-em-tempo-de-visualizacao-de-videos-online.shtml?aff\\_source=56d95533a8284936a374e3a6da3d7996](http://eua-em-tempo-de-visualizacao-de-videos-online.shtml?aff_source=56d95533a8284936a374e3a6da3d7996) Acesso em 11/07/2020

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3ª ed, São Paulo: Loyola, 1996.

FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO. **60 anos de Televisão Aberta no Brasil**: Relatório de gestão. Funtelpa 2007-2010. Org. Maria Ataíde Malcher, Regina Lúcia Alves de Lima, Marly Camargo Vidal. Belém: FUNTELPA, 2010. 172 p.

GOMES, I. M. M. **Questões de método na análise do telejornalismo: premissas, conceitos, operadores de análise**. Artigo apresentado em encontro do Centre d'Etudes des Images et des Sons Médiatiques/CEISME, Université Sorbonne-Nouvelle, 2007.

GOMES, I. M. M. **Estabilidade em fluxo: uma análise cultural do *Jornal Nacional*, da Rede Globo**. In GOMES, Itania Maria Mota (Org.). *Análise de telejornalismo: desafios teórico-metodológicos*, Salvador: EDUFBA, 2012, p.39-58.

GRAÇA, S. F. S R. **Tradução cultural como política: abordagens em Homi Bhabha e Judith Butler**. 2013, 167f. Dissertação (Mestrado em filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD) 2016**. Brasil: 2018. Disponível em:

[https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/c62c9d551093e4b8e9d9810a6d3bafff.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/c62c9d551093e4b8e9d9810a6d3bafff.pdf) Acesso em: 20 fev 2019

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA), FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (PBSP). **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro: 2018. Disponível em:

[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/180604\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2018.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf) Acesso em: 20 fev 2019.

JENKINS, H. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009, p. 20-46.

LEITE, T. C. **Sobre jornalistas e médicos: relações, contextos e mediações**. 2016. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Fundação Oswaldo Cruz, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/25316> Acesso em: 20 fev 2019.

LEMOS, A. **Espaço, Mídia Locativa e Teoria Ator-Rede**. In: *Compós 2012*, 2012, Juiz de Fora. Anais. Juiz de Fora: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2012.

LEMOS, A. **A comunicação das coisas: teoria ator-rede e cibercultura**. São Paulo: Annablume, 2013.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1997.

LOBATO, C. V. L. **Políticas sociais e modelos de bem-estar social: fragilidades do caso brasileiro**. Saúde Debate, v. 40, n. especial, Rio de Janeiro, 2016, p. 87-97.

KEGLER, B; WEBER, H. M. **Tragédia Kiss: Acontecimento público e armadilhas da imagem**. In SILVEIRA, A. C. M. (Org.) *Mediatização da Tragédia de Santa Maria*. SILVEIRA, A. C. M. (Org.). Volume 1. 410f, FACOS-UFSM, Rio Grande do Sul, 2014, p.279-312.

MAGALHÃES, E; ALBUQUERQUE, A. **Jornalistas sem jornal: a “blogosfera progressista” no Brasil**. Trabalho apresentado no encontro anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). PARÁ, 2014, p.1-18. Disponível em: [http://www.compos.org.br/biblioteca/comp%C3%B3s2014\\_jornalistassemjornal\\_eleonoraefonso\\_2171.pdf](http://www.compos.org.br/biblioteca/comp%C3%B3s2014_jornalistassemjornal_eleonoraefonso_2171.pdf) Acesso em: 10 jul 2021.

MAIA, C. **Assassinatos e violência no campo: a singularidade de 2017**. In: CANUTO, A.; LUZ, S. R. C.; ANDRADE, P. V. (orgs.) *Conflitos no Campo - Brasil 2017*. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra (CPT Nacional), 2018, p. 89-93. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4371-conflitos-no-campo-brasil-2017> Acesso em: 20 fev 2019.

MATTOS, M. A.; JUNIOR, J. J.; JACKS, N. (Orgs). **Mediação e Mediatização**. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). Salvador: EDUFBA, Brasília, 2012.

MENEZES, R. A.; MACHADO, R. M. **Visibilização contemporânea do processo do morrer: Novos rituais e sensibilidades**. Tempo da Ciência, Toledo, v. 26. n. 51, jan. / jun. 2019, p. 12-30

NEGRINI, M. **A morte em horário nobre: a espetacularização da notícia no telejornalismo brasileiro**. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/4399?mode=full> Acesso em: 11 jul 2021.

NETO, F. A; VENTURA, A; FABRICIO, L. **Luto no tapume: Andradas, 1925**. In SILVEIRA, A. C. M. (Org.) *Mediatização da Tragédia de Santa Maria*. SILVEIRA, A. C. M. (Org.). Volume 1. 410f, FACOS-UFSM, Rio Grande do Sul, 2014, p.39-68.

NEVES-SANTOS, S.; FERREIRA, J.; LEMES, L. R.; BARROS, C. G. P. **A palavra ideologia como arena de luta simbólica: imagens sociais de língua (portuguesa) e objeto de ensino escolar**. Cuiabá: Polifonia, v. 20, n. 27, jan./jun., 2013, p.107-128. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/download/717/1111> Acesso em: 20 fev 2019.

OLIVEIRA, M. F. **Espaços das subjetividades contemporâneas: o novo território das biografias** – Resenha do livro *O espaço biográfico*, de Leonor Arfuch. Cadernos de estudos culturais, CampoGrande, MS, v. 2, n. 4, jul./dez. 2010, p. 173– 181.



ORELLANA, C; GUIMARÃES, P. I. **Tragédia e solidariedade direcionada no discurso jornalístico.** In SILVEIRA, A. C. M. (Org.) *Midiatização da Tragédia de Santa Maria.* SILVEIRA, A. C. M. (Org.). Volume 1. 410f, FACOS-UFSM, Rio Grande do Sul, 2014, p.157-178.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **World health statistics 2018: monitoring health for the SDGs, sustainable development goals.** Geneva: World Health Organization; 2018. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/272596/9789241565585-eng.pdf?ua=1&ua=1> Acesso em: 20 fev 2019.

POLIVANOV, B. **Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos.** *Esferas*, v. 2, n. 3, jul./dez. 2013, p. 61-71.

PORTO, M. A. C. **Memórias, histórias e resistência camponesa em um desenvolvimento rural gerador de violência e impunidade: o caso do massacre de Pau D'Arco.** Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural)—Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

PRIMO, A. **Crítica da cultura da convergência: participação ou cooptação.** In: DUARTE, Elizabeth B.; CASTRO, Maria Lília. (Org.). *Convergências Midiáticas: produção ficcional - RBS TV.* Porto Alegre: Sulina, 2010, p. 21-32.

PRIMO, A. **O que há de social nas mídias sociais?** Reflexões a partir da teoria ator-rede. *Contemporanea | comunicação e cultura - v.10 – n.03 – set-dez 2012*, p. 618-641

RECUERO, R. **A rede é a mensagem: Efeitos da Difusão de Informações nos Sites de Rede Social.** In: Eduardo Vizer. (Org.). *Lo que McLuhan no previó.* 1ed. Buenos Aires: Editorial La Crujía, 2012, v. 1, p. 205-223. [versão rascunho/draf disponível em <http://www.raquelrecuero.com/arquivos/redemensagem.pdf>]

RECUERO, R. **O capital social em rede:** Como as redes sociais na internet estão gerando novas formas de capital social. *Contemporanea | comunicação e cultura - v.10 – n.03 – set-dez 2012*, p. 597-617.

REPÓRTERES SEM FRONTEIRA, COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (Intervozes). **Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil.** 2017. Disponível em: <http://quemcontrolaamidia.org.br> Acesso em: 20 fev 2019.

RIBEIRO, A. P. G. **A mídia e o lugar da história.** *Lugar Comum (UFRJ)*, n.11, 2000, p. 25-44.

RODRIGUES, A. D. **O público e o privado.** In *Revista Comunicação e Linguagens*, nº 2, Cosmos, Lisboa, 1985.

RONDELLI, E.; HERSCHMANN, M. **A mídia e a construção do biográfico - o sensacionalismo da morte em cena.** *Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo*, 12(1), maio de 2000, p. 201-218.

SALLES, R. **Entrevista Ricardo Salles**. [junho 2018]. Entrevistadora: Maria Lydia Flândoli. *Jornal da Gazeta*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q324HeAEA-0> Acesso em: 20 fev 2019.

SENA, L. R.; RIBEIRO, N. B. **Representações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na Imprensa**. *Calidoscopio* (Online), v. 14, p. 236-244, 2016.

SCHILTZ, M.; TRUYEN, F.; COPPENS, H. **Cutting the Trees of Knowledge: Social Software, Information Architecture and Their Epistemic Consequences**. *Thesis Eleven*, v. 89, n. 1, 2007, p. 94-114.

SILVEIRA, A. C. M. (Org.). **Midiatização da Tragédia de Santa Maria**. Volume 1. 410f, FACOS-UFSM, Rio Grande do Sul, 2014.

SODRÉ, M. **As estratégias sensíveis da mídia: afeto, mídia e política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2018.

SODRÉ, M. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SONTAG, S. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

TOMAZ, R. **Entre a voz e a fala: youtubers mirins, celebridade e participação social**. In: XXVIII Encontro Anual da Compós, 2019, Porto Alegre. Anais 2019, 2019.

TONIAZZO, L. S. G. **Pressupostos de uma rede regional: Rede Matogrossense de Televisão**. UNESCO, Congresso Multidisciplinar de Comunicação para o Desenvolvimento Regional São Bernardo do Campo, UNESCO, Universidade Metodista de São Paulo. São Paulo, 9 a 11 de outubro de 2006.

TORRES, R. M. M. **Estado, comunicação e cidadania: diálogos pertinentes sobre a relação entre direito à saúde e direito à comunicação**. 2012. 261 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6515> Acesso em: 20 fev 2019.

TRAQUINA, N. **As notícias**. In: TRAQUINA, Nelson (org). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Veja Ltda, 1993. p.167-176.

TREVISAM, L. A; FAGUNDES, O. L. A; PEDROSO, F. R. E. **Santa Maria, trauma e resistência: a experiência estética na dor do outro**. In SILVEIRA, A. C. M. (Org.) *Midiatização da Tragédia de Santa Maria*. SILVEIRA, A. C. M. (Org.). Volume 1. 410f, FACOS-UFSM, Rio Grande do Sul, 2014, p.367-390

TROCATE, C. **Entrevista**. In: ELDORADO DOS CARAJÁS: 10 anos. Direção de Pepe Pereira dos Santos. Brasil: MST, 2006. 41min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FuoIKuOem8I&t=2103s> Acesso em: 20 fev 2019.

VAN DIJCK, J.; POELL, T. **Understanding Social Media Logic**. *Media and Communication*, v. 1, n. 1, 2013, p. 2-14.

VAN DIJCK, J. **Confiamos nos dados? As implicações da datificação para o monitoramento social.** Matrizes, v. 11, n. 1, jan./abr. 2017, p. 39-59.

WOLF, M. **Teorias da comunicação** 5.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Presença. 1999.

ZUIN, A. L. A. **A mídia e sua relação com os movimentos sociais pelo direito à terra: “criminalização e estrutura de poder”.** Estudos em Jornalismo e Mídia, Vol. 15 N° 2, Santa Catarina, Julho a Dezembro de 2018, p.58-71. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2018v15n2p58/38320> Acesso em: 11 jul 2021.